

Alan Gauld

MEDIUNIDADE E SOBREVIVÊNCIA

Um Século de Investigações



*Uma investigação com base nas pesquisas realizadas pela
Society for Psychical Research*

Pensamento

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: www.ebookespírita.org.



www.ebookespírita.org

MEDIUNIDADE E SOBREVIVÊNCIA

ALAN GAULD

MEDIUNIDADE E SOBREVIVÊNCIA

Um Século de Investigações

BRIAN INGLIS
organizador da série
publicada com base nas pesquisas
realizadas pela
Society for Psychical Research

Tradução
NORBERTO DE PAULA LIMA

EDITORA PENSAMENTO
SÃO PAULO

Título do original:
Mediumship and Survival
A Century of Investigations

Copyright © 1982 Alan Gauld

Edição
1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14

Ano
86-87-88-89-90-91-92-93-94-95

Direitos reservados

EDITORA PENSAMENTO LTDA.

Rua Dr. Mário Vicente, 374 – 04270 São Paulo, SP – Fone: 633141

Impresso em nossas oficinas gráficas.

Para Sheila

Que, sem se queixar, conformou-se com um
verão difícil

Agradecimentos

Por sua bondade em ler um rascunho desta obra, e por muitos comentários e sugestões úteis, sou muito grato a Ian Stevenson, Brian Inglis, John St. John, Louise Bloomfield e John Beloff. Pela sua valiosa ajuda em diversos assuntos correlatos, devo agradecer a Bernard Carr, Tony Cornell, Sam Grainger, Eleanor O’Keeffe, D. N. Clarke-Lowes, Emily Williams Cook e Bert Haylett.

O número que no texto estiver entre parênteses se refere à fonte literária mencionada por esse número na Bibliografia (páginas 265-79).

Sumário

	Lista de Ilustrações	8
	Prefácio	9
1	Introdução	13
2	Mediunidade: Generalidades	28
3	A Mediunidade da sra. Piper	41
4	A Mediunidade da sra. Leonard	54
5	Comunicadores “Esporádicos”	66
6	Manifestações de Propósito	81
7	Manifestações de Outras Características Pessoais	96
8	O Controle dos Médiuns	113
9	“Influência” e a Hipótese da Super-PES – Considerações Teóricas	122
10	“Influência” e a Hipótese de Super-PES – Os Dados	131
11	Obsessão e Possessão	155
12	Reencarnação	169
13	Memória e Cérebro	192
14	Experiências Fora do Corpo e Aparições	217
15	Aparições de Mortos	231
16	Uma Teoria das Aparições	248
17	Observações Finais	258
	Bibliografia	265

Lista de Ilustrações

Entre as páginas 147 e 154

Uma sessão com prancha ouija

Sra. L. Piper

William James

Oliver Lodge

Richard Hodgson

Sra. G. Leonard

Sra. M. de G. Verrall

Sra. H. Salter

Sra. Willett

F. W. H. Myers

Escrita automática

Sra. Eleanor Sidgwick

Esboço feito por F. L. Thompson

Pintura feita por Robert S. Gifford.

Prefácio

Por volta do ano de 1873, Frederic Myers relembra, em seu *Human Personality* [Personalidade Humana] que um pequeno grupo de amigos de Cambridge chegara à conclusão de que nem a religião nem o materialismo fornecera respostas satisfatórias às questões que os desconcertavam:

Nossas atitudes eram, em vários aspectos, diferentes; mas, para mim, pelo menos, parecia que nenhuma tentativa adequada jamais fora feita, sequer para determinar se algo poderia ser aprendido sobre o mundo do invisível ou não; pois, se fosse possível saber alguma coisa sobre um tal mundo, de modo que a Ciência pudesse adotar e conservar esse conhecimento, isso precisaria ser descoberto, não pela análise da tradição, nem pela manipulação da metafísica, mas simplesmente por experiência e observação – apenas pela aplicação a fenômenos dentro de nós e à nossa volta exatamente desses mesmos métodos deliberados e desapaixonados de pesquisa, que construíram nosso atual conhecimento de mundo que podemos tocar e ver.

Junto com seus amigos – destacando-se entre eles Henry Sidgwick e Edmund Gurney – Myers tornou-se um dos membros fundadores da Society for Psychical Research [Sociedade de Pesquisas Psíquicas], quando esta foi constituída em 1882 para colocar essas idéias em prática, e esta série* está sendo publicada para assinalar o centenário da Sociedade.

Os fenômenos do “mundo do invisível” a que Myers se referiu foram, por conveniência, originalmente distribuídos em cinco categorias, sendo constituído um comitê para a investigação de cada uma: telepatia, hipnotismo, “sensitivos”, aparições e “os diversos fenômenos físicos comumente chamados espíritas”. Ao longo dos anos, a ênfase alterou-se um pouco – em particular quanto ao hipnotismo que, naquela época, era descartado como ilusionismo e acabou sendo aceito como realidade, e assim

* Composta pelos volumes: *Experiências fora do corpo: uma investigação*, de Susan J. Blackmore, *Fantasmagorias e aparições*, de Andrew Mackenzie e *Mediunidade e sobrevivência: um século de investigações*, de Alan Gauld, publicados pela Editora Pensamento, São Paulo; *Through the Time Barrier: a Study of Precognition and Modern Physics*, de Dana Zohar, e *Glossary of Terms Used in Parapsychology*, organizado por Michael A. Thalbourne, Heinemann, Londres.

deixou de ficar do lado físico da cerca. Mas, em linhas gerais, os fenômenos investigados são os mesmos e os modos como têm sido investigados continuam como Myers planejou.

A terminologia, porém, mudou – e mudou com alguma frequência, o que causou certa confusão. O próprio Myers introduziu a “telepatia” como “leitura de pensamento”, o que era ambíguo; podia referir-se ao modo como Sherlock Holmes captava o que se passava na mente de Watson observando sua expressão. O termo “supranormal”, porém, que Myers achava preferível a “sobrenatural”, para descrever a classe de fenômenos com que a Sociedade deveria lidar, foi substituído por “paranormal”, enquanto “parapsicologia” substituiu “pesquisa psíquica” – muito embora alguns pesquisadores preferiram restringir seu uso para trabalhos do tipo de laboratório, deixando “psíquico” para pesquisa sobre fenômenos espontâneos. O prefixo “Psi” apareceu como termo genérico para descrever as forças envolvidas, ou para identificá-las – por exemplo, na distinção de um evento normal de um paranormal.

Se ainda faltasse evidência sobre uma “paraciência” – como agora poderia ser embarçosamente descrita, porque recentemente a ênfase da pesquisa foi sendo deslocada da Psicologia para a Física – ela poderia ser encontrada na composição da Sociedade, desde seus primórdios. Devem existir poucas organizações que atraíram membros tão notáveis. Dentre os físicos, *Sir* William Crookes, *Sir* John Joseph Thomson, *Sir* Oliver Lodge, *Sir* William Barrett e dois *Lords* Rayleigh – terceiro e quarto barões. Dentre os filósofos: o próprio Sidgwick, Henri Bérghson, Ferdinand Schiller, L. P. Jacks, Hans Driesch, e C. D. Broad; dentre os psicólogos: William James, William McDougall, Sigmund Freud, Walter Franklin Prince, Carl Jung e Gardner Murphy. E junto a estes, muitos vultos eminentes em vários campos: Charles Richet, Prêmio Nobel de fisiologia; o Conde de Balfour, primeiro-Ministro de 1902 a 1906, e seu irmão Gerald, Primeiro Secretário da Irlanda em 1895-96; Andrew Lang, Gilbert Murray, *Regius Professor* de Grego em Oxford, E. R. Dodds; a sra. Henry Sidgwick, diretora do Newham College, de Cambridge; Marie Curie; a sra. Alfred Lyttleton, Delegada na Assembléia da Liga das nações; Camille Flammarion, astrônomo e F. J. M. Straton, Presidente da Royal Astronomical Society; e *Sir* Alister Hardy, professor de zoologia em Oxford.

Tal lista, como Arthur Koestler apontou em *The Roots of Coincidence* [As raízes da coincidência], devia ser suficiente para demonstrar que a pesquisa sobre PES (Percepção Extra-sensorial) “não é um *playground* para malucos supersticiosos”. Ao contrário, os padrões de pesquisa, em geral, foram rigorosos – muito mais rigorosos, como os psicólogos tiveram

ocasião de admitir, que os da Psicologia. A razão pela qual os resultados não foram aceitos é, basicamente, que não foram aceitáveis: a percepção extra-sensorial e a psicocinese ficaram fora do domínio da ciência, a despeito das evidências. E, muito embora o preconceito contra a parapsicologia tenha sido vencido, de molde a começar a ser aceita como disciplina acadêmica nas universidades, ainda está muito longe de garantir uma base firme no mundo acadêmico.

Os céticos, aleivosamente, propagaram a idéia de que os pesquisadores psíquicos acreditam em PES, em PK (Psicocinese), em aparições, e em outras coisas, porque querem ou precisam acreditar. Qualquer um que tenha estudado os *Jornais* e as *Atas* da Sociedade, ou que tenha comparecido às suas reuniões, testemunhará que isso é de uma falsidade risível. Muitos dos mais assíduos e capacitados pesquisadores foram originalmente impelidos pela *descrença* – por um desejo, digamos, de desmascarar um médium como fraudulento. É preciso lembrar, também, que muitos, provavelmente a grande maioria dos membros, desejaram, e ainda desejam provar que as manifestações paranormais são *naturais* e podem ser explicadas cientificamente – muito embora, reconhecidamente, não nos termos estreitos de uma ciência materialista, que, de qualquer modo, os físicos nucleares mostraram ser falaciosa.

Não: na medida em que uma Sociedade, composta de um grupo tão diversificado de indivíduos, possa ter uma identidade única, ela poderia ser descrita quase como cética; e por certo como racional, como esta série mostrará. Não, porém, como *racionalista*. Desgraçadamente, os racionalistas, em sua determinação de purgar a sociedade de seus tumores religiosos e ocultistas, muitas vezes fracassaram em traçar uma distinção entre superstições e os fenômenos observados que as originaram – o que os levou a armadilhas, como a de se recusarem a aceitar a existência dos meteoritos, por causa da associação com os raios de Júpiter; e até nossos dias eles estão prontos a apoiar dogmas tão rígidos, e tão infundados, como os de qualquer Igreja. Se esta série nada conseguir, ao menos mostrará quão racionalmente – usando este termo em seu sentido apropriado – seus autores examinaram e apresentaram as evidências.

De todos os temas que ocuparam os pesquisadores psíquicos, a Imortalidade – com “I” maiúsculo, para indicar que é a imortalidade da alma ou do espírito após a morte – tem sido o mais difícil de abordar. Desde seu início, a SPR incluiu alguns membros cristãos, membros de outras religiões, algumas das quais acreditam na reencarnação e outros que simplesmente rejeitam a existência, ou mesmo a possibilidade da existência de uma vida espiritual desencarnada. Como os defensores dessas diferentes opiniões consideram-nas de importância transcendental – sem deixar de la-

do aqueles que se considera racionalistas –, sempre foi difícil pesquisar a evidência pró (e contra) a Imortalidade, como os agnósticos gostariam de ver; com o mesmo desapego, digamos, que a evidência pró (e contra) a telepatia. Muitos membros da Sociedade, de fato, sentiram-se inibidos até para levar essa questão em consideração.

No entanto, por razões óbvias, a Imortalidade não pode ser posta de lado. Se a pesquisa psíquica tiver qualquer luz para lançar sobre este assunto, então essa luz deve ser lançada, porque, se de fato há ou não vida do espírito independentemente do corpo, isso é algo de importância transcendente para todos nós. “Para o homem, a mais momentosa de todas as questões”, como Myers afirmou, era saber “se a sua personalidade envolve ou não qualquer elemento que possa sobreviver à morte do corpo”; e continua, afirmando sua crença de que a resposta deveria ser procurada através do método científico, método “nunca ainda aplicado ao importantíssimo problema da existência dos poderes e do destino da alma humana”. Ninguém é mais qualificado que Alan Gauld para dar uma visão desapaixonada da evidência metapsíquica – termo cunhado por Charles Richet para descrever a nova ciência – do que o ponto de vista metafísico ou religioso. O dr. Gauld foi, por muitos anos, membro do Conselho da Sociedade, e seus relatórios a respeito de seus primeiros anos deram-lhe merecidamente o título de historiador. *The Founders of Psychical Research* [Os Fundadores da Pesquisa Psíquica] foi um relato muito bem documentado e de leitura agradável sobre os primeiros anos da Sociedade e os problemas com que se defrontaram seus membros. Em *Mediunidade e imortalidade* ele estabeleceu para si os mesmos elevados padrões.

Brian Inglis

1 Introdução

As pessoas acreditam ou não na vida após a morte do corpo, por diversas razões: filosóficas, teológicas, religiosas, emocionais, morais, intuitivas ou factuais. Este livro trata das razões factuais com a evidência empírica (ou com um pouco dela) que serviu de base à crença e também à descrença na possibilidade da sobrevivência. Os temas filosóficos serão (sumariamente) levantados só quando se conectarem com a interpretação da evidência.

A coleta de provas, ou de supostas provas, sobre a imortalidade não é um empreendimento novo. Muitos relatos que podem ter conexão com a questão são mencionados nas vidas dos antigos santos, nos *Diálogos* do papa Gregório Magno, em diversas coletâneas medievais de contos fantasmagóricos, em livros pós-Reforma de notáveis “previsões”, ilustrativas da misericórdia de Deus, nas obras dos mesmeristas alemães do começo do século XIX, influenciados por Schelling e por uma filosofia romântica da natureza. Esse material, porém, raramente foi submetido a exame crítico acurado, e geralmente foi apresentado não como curiosos fenômenos naturais à espera de uma explicação, mas como suporte para crenças religiosas previamente admitidas pelos autores.

Só no último quartel do século XIX é que foi feita uma tentativa em grande escala de coligir e determinar criticamente a evidência da imortalidade, e interpretar essa evidência com espírito científico e sem qualquer compromisso anterior com hipóteses religiosas. Essa tentativa começou com a fundação da British Society for Psychical Research [Sociedade Britânica para a Pesquisa Psíquica], ou SPR, em 1882, e sua equivalente norte-americana (a ASPR), em 1884 (reformada em 1907). Ambas ainda estão ativas, e recorri maciçamente às suas publicações na preparação deste volume. Essas sociedades, deve-se observar, não sustentam opiniões idênticas, e as opiniões de seus membros (inclusive as minhas) são totalmente de sua própria responsabilidade.

A SPR não foi fundada para se ocupar do problema da imortalidade em si. O objetivo expresso por seus fundadores foi o de “investigar o grande grupo de fenômenos discutíveis designados por termos tais como mes-

méricos, psíquicos e espíritas”, e faze-lo “sem preconceito ou imposição de qualquer tipo, e no mesmo espírito da pesquisa exata e desapaixonada que permitiu à ciência resolver tantos problemas, outrora não menos obscuros nem menos acaloradamente debatidos” (148, pp. 3 e 4). Tais objetivos soam – e de fato são – um tanto vagos, mas no contexto de 1882 deixavam razoavelmente claros quais eram os fenômenos visados. Primeiramente, supostas descobertas que crescentemente captavam a atenção do público na onda do movimento mesmérico no fim do século XVIII e começo do XIX (v.32; 122c; 122d). Os fatos (ou supostos fatos) do mesmerismo (ou “magnetismo animal”) eram, de início, bastante surpreendentes – curas milagrosas de casos abandonados pela medicina ortodoxa, o *rapport** entre o operador mesmérico e seu paciente, a indução, nos bons pacientes, de um transe em que estes podiam “perceber” a natureza de seus próprios males, predizer o seu curso e dar receitas para eles. De acontecimentos desta última espécie, se desenvolveram outros fenômenos peculiares. Alguns pacientes começaram a manifestar a capacidade de “ver” não só os aspectos doentes e deficientes de seus organismos, mas também de outras pessoas, por vezes distantes. Nasceu uma classe de sensitivos profissionais ou semi-profissionais, usualmente mulheres e sob influência de um operador mesmérico, que diagnosticavam, prediziam e receitavam qualquer consulente. Ora, se a “clarividência” dessas mulheres podia atingir o interior das pessoas, ou atingir pessoas distantes, ou predizer o curso de doenças, por que não atingiria o interior de outros recipientes fechados, como caixas fechadas, ou mesmo cenas do futuro? Em pouco tempo, clarividentes em transe davam demonstrações dessa capacidade. Alguns, de fato, acreditavam que sua visão se estendia totalmente além deste mundo, e regalaram caçadores de maravilhas, com visões do céu, anjos, outros planetas, guias espirituais e almas de pessoas já falecidas.

Fora do *rapport* entre o operador mesmérico e seu paciente (supostamente devido à transmissão do “fluido magnético” quase-elétrico do primeiro para o segundo) surgiram outros supostos fenômenos “paranormais”. Os pacientes podiam, acreditava-se, ler os pensamentos do operador, sentir agulhadas aplicadas no operador, sentir o sabor de substâncias colocadas na boca do outro. Um operador podia colocar o paciente em transe ou influenciá-lo pelo simples exercício de sua vontade – supunha-se que ele exercia tal controle dirigindo o fluido magnético para partes determinadas do sistema nervoso do paciente. De fato, em meados do século XIX, alguns pacientes reconhecidamente mesméricos caíram sob o “con-

* Fr = vínculo (N..T.)

trole” de espíritos dos mortos e de seres superiores, e assim se tornaram “médiuns” para a comunicação entre este mundo e outro.

A segunda classe de fenômenos que foi incluída no campo da SPR seguiu-se imediatamente à primeira e com ela estava estritamente relacionada. O que pode ser chamado de ala espírita do movimento mesmérico, que levava a sério as histórias de contato com anjos e espíritos dos mortos (incidentalmente, havia mesmo uma ala materialista, ateuísta, que se aliou à frenologia), tornou-se, por volta de 1840, razoavelmente conhecida e, especialmente na América do norte, atingiu algum grau de harmonia com os swedenborgianos, igualmente bem conhecidos, e, em algumas áreas, influentes. Assim, resultou que o que à primeira vista parecia um caso típico de *poltergeist*, bastante comum através dos séculos e usualmente atribuído à influência diabólica, tomou um aspecto peculiar (mas não sem precedentes), e nasceu um novo movimento religioso. Nos primeiros meses de 1848, a casa de madeira do sr. J. D. Fox, um ferreiro de Hydesville, no Estado de Nova Iorque, foi perturbada por variados eventos estranhos. Os mais notáveis eram continuados e insistentes sons de pancadas de origem desconhecida, que ressoavam noite após noite, abalando os nervos da família e perturbando o seu sono. Finalmente, em desespero, a sra. Fox e suas filhas começaram a dirigir perguntas e ordens ao agente invisível, e, para seu choque e estupefação, receberam respostas inteligentes, com as pancadas formando um código simples. Os vizinhos foram chamados. As pancadas assumiram a forma de comunicações de pessoas mortas, e mostraram um conhecimento notável dos negócios locais. Um audacioso editor da região, sr. E. E. Lewis, publicou um panfleto contendo depoimentos assinados de 22 testemunhas (90). Os curiosos começaram a afluir de milhas de distância para testemunhar as maravilhas.

Afinal, ficou claro que os fenômenos não eram atraídos pela casa, mas pelas duas jovens filhas dos Fox, Margaretta (15 anos) e Kate (11 anos), descritas por Slater Brown (19, p.99) como “meninas simples do interior, alimentadas com milho”. Outros descobriram ter dons semelhantes. Os fenômenos propagaram-se como uma espécie de contaminação. Pessoas que visitavam Hydesville descobriram, ao voltar para casa, que os espíritos também se comunicavam com elas através das batidas. As irmãs Fox se puseram a viajar, exibindo sua “mediunidade” em nova Iorque e em outras cidades grandes, e, no começo da década de 1850, o “espiritismo” começou a espalhar-se amplamente pelo leste dos Estados unidos. Associações e jornais espíritas começaram a surgir, e logo os fenômenos foram exportados (com um sucesso limitado) para a Grã-Bretanha e o continente europeu. (Sobre a história do espiritismo primitivo, v. 19 e 122c).

A relação entre espiritismo e mesmerismo era dupla. O movimento mesmérico acostumara o público aos supostos fenômenos de clarividência, e à idéia de que certos sensitivos podem perceber ou serem influenciados pelos habitantes do outro mundo. Assim, estava preparado o terreno para a aceitação do espiritismo. Mas o movimento mesmérico também tinha a sua imprensa, seus patrocinadores, seus operadores e suas próprias clarividentes. Estas foram prontamente transferidas ou absorvidas pelo crescente movimento espírita. Clarividentes mesméricos ou o tipo de pessoa que anteriormente viria a ser um destes, agora emergiam como os primeiros “médiuns mentais” – médiuns cujo contato com os espíritos se fazia através da visão “interior”, ou da audição, ou através dos espíritos que “baixavam” e controlavam seus corpos ou partes do corpo, com especialidade, naturalmente, dos órgãos necessários à fala e à escrita.

A “mediunidade física” – a espécie de comunicação com os mortos através de eventos físicos paranormais nas vizinhanças do médium – diversificou-se durante o remanescente do século XIX muito mais que a mediunidade mental. De simples pancadas, os espíritos ou os médiuns, ou ambos, passaram a utilizar batidas nas mesas, com ou sem contato das mãos com a mesa (uma cartola podia ser um substituto aceitável para uma pequena mesa); ao movimento de objetos da casa, inclusive instrumentos musicais, e até utilização desses instrumentos, “materialização” visível de mãos com que mover os objetos e tocar os instrumentos (essas materializações eram interpretadas como uma substância fluídica, depois conhecida como “ectoplasma”, descendente do antigo fluido magnético dos mesmeristas, e gerado pela peculiar constituição orgânica do médium); e também à materialização de aparelhos fonadores através dos quais os espíritos podiam falar diretamente (a “voz direta”), freqüentemente com o auxílio de uma corneta acústica; e, por fim, à materialização de réplicas ectoplásmicas completas dos corpos dos mortos. É claro que muitos desses fenômenos exigiam escuridão parcial ou total para serem produzidos (as delicadas estruturas ectoplásmicas, dizia-se, eram sensíveis à luz, especialmente às ondas curtas do azul), fato que levou os céticos a sugerir que a escuridão era meramente a cobertura para uma fraude. Esta sugestão foi reforçada especialmente a partir da década de 1870, por uma série de desagradáveis desmascaramentos.

Outros fenômenos de mediunidade física incluíam: levitação do médium, alongamento do corpo do médium, produção de “luzes espirituais”, *apports* (pequenos objetos trazidos para a sala da sessão pelos espíritos), materialização de pinturas sobre cartões ou telas em branco, e “fotografia psíquica” (a aparição de “extras”, usualmente velados por nuvens de ectoplasma sobre fotografias de estúdio, de pessoas pagas para posar). Os desmascaramentos de fotógrafos psíquicos foram numerosos e devastadores.

A terceira categoria de fenômenos que se incluiu no campo da pesquisa psíquica estava menos diretamente ligada às outras duas, muito embora tivesse ainda uma ligeira conexão com elas. Eram as tradicionais histórias de fantasmas – aparições, assombrações, visões esporádicas, visões através de cristais, e assim por diante.

Foi assim, creio, no ambiente histórico de 1882, que ficou bem claro quais os fenômenos que podiam ser designados como tema da “pesquisa psíquica”. Incluíam o mesmerismo e hipnotismo; curas paranormais; clarividência; transmissão de pensamento e precognição; mediunidade mental e física; aparições e assombrações. Não há dúvida de que muitos dos fundadores da SPR esperavam um resultado positivo de seus estudos; esperavam que uma pesquisa imparcial provasse que pelo menos alguns dos fenômenos em estudo eram genuínos. A década de 1870 apresentou progressos sem paralelos de um materialismo “científico” bruto, a expensas de todas as crenças religiosas. Huxley, Tyndall, Clifford, Bastian, alimentaram-se do materialismo do continente europeu de Büchner e Hackel e da teoria evolucionista de Darwin, resultando numa “síntese materialista” que abalou a fé da geração mais velha e levou muitos jovens ao agnosticismo. Sob estas circunstâncias, o trabalho da SPR assumiu, aos olhos de alguns, uma urgência e importância especiais (v. 44b). Quiçá seria possível responder ao materialismo com a ciência, e mostrar que nem todas as descobertas científicas suportariam o materialismo. Entretanto, não se deve deixar que as esperanças de alguns dos primeiros pesquisadores psíquicos obscureçam o fato que estavam empenhados em investigar os fenômenos “sem preconceito ou prevenção e num espírito científico”. Outros que se juntaram ao empreendimento estavam decididos a demolir a evidência da imortalidade da alma e do miraculoso em geral. O que temos de considerar aqui é a validade dos dados e dos argumentos, e não as opiniões religiosas e filosóficas dos que as proferiram.

Sem dúvida, a SPR satisfez uma necessidade contemporânea. Algumas das pessoas mais capazes daquele período devotaram muito de seu tempo, energia e dinheiro a suas atividades, a levar a cabo as exaustivas investigações relatadas em suas primeiras publicações. Incluíram Henry Sidgwick (1838-1900), professor de Filosofia Moral em Cambridge, e primeiro presidente da SPR; sua esposa Eleanor (1845-1936), segunda diretora do Newnham College, de Cambridge; F. W. H. Myers (1843-1901), poeta e erudito clássico, autor de *Human Personality and its Survival of Bodily Death* [*A personalidade humana e sua sobrevivência após a morte*] (1903), uma resenha em dois volumes dos primeiros 20 anos do trabalho da Sociedade; Edmund Gurney (1847-1888), que escreveu *Phantasmas of the Living* [*Fantasmagorias dos vivos*] (em dois volumes, 1886). Trabalho sobre apari-

ções, a que ainda se faz referência: *Sir Oliver Lodge* (1851-1940), físico e pioneiro da telegrafia sem fio; e *Frank Podmore* (1856-1910), historiador do espiritismo, que metodicamente exerceu o papel de *advocatus diaboli*, examinando e rejeitando cada evidência que os outros apresentavam como tendentes a provar a sobrevivência humana após a morte física. A sra. Sidgwick era sobrinha de um Primeiro-Ministro, irmã de um Primeiro-Ministro, e cunhada da esposa do Arcebispo de Cantuária. Menciono isto, não por crer que compartilhar dos gens de primeiros-ministros seja garantia de inteligência (a inteligência da sra. Sidgwick era, de qualquer forma, bastante evidente), mas para ressaltar o ponto de que a pesquisa psíquica era considerada importante por membros dos *establishments* intelectual, literário e até mesmo político. Dentre os primeiros membros e sócios honorários da SPR encontravam-se Tennyson, Ruskin, Gladstone, Lewis Carroll, A. J. Balfour, *Lord Rayleigh*, Couch Adams, William James, J. J. Thompson, *Sir William Crookes*, G. F. Watts e Alfred Russell Wallace. Tennyson exprimiu o que poderiam ser suas idéias sobre esta iniciativa nestas linhas, publicadas pela primeira vez em 1889:

The Ghost in Man, the Ghost that once was Man,
But cannot wholly free itself from Man,
Are calling to each other thro' a dawn
Stranger than earth has ever seen; the veil
Is rending, and the Voices of the day
Are heard across the Voices of the dark.

[“O Espírito no Homem, o Espírito que já foi Homem,
Mas que não pode livrar-se inteiramente do Homem,
Chamam um pelo outro através de uma aurora,
A mais estranha que a Terra já viu; o véu
Está-se rasgando, e as Vozes do dia
São ouvidas através das Vozes da noite]”.

É provável que diversos dos primeiros líderes da SPR – em especial F. W. H. Myers – tivessem adotado uma visão analogamente exaltada dos feitos e potencialidades da pesquisa psíquica. Imagino o que eles achariam do atual estado da arte. As investigações sobre mediunidade, aparições, e outros fenômenos relacionados com a imortalidade foram consideravelmente substituídas por experiências de laboratório sobre telepatia, clarividência e precognição. Problemas de estatística e projeto de experiência avultam na literatura. Computadores e outras engenhocas eletrônicas são amplamente usados, tanto na realização de experiências como na avaliação dos resultados.

Houve inovações na terminologia. O termo norte-americano e europeu – “parapsicologia” – está começando a substituir “pesquisa psíquica”, ao qual é perfeitamente equivalente. Da América veio o termo “Percepção Extra-sensorial (PES) para definir qualquer caso da aparente aquisição de conhecimento não-inferencial sem recorrer aos órgãos dos sentidos. A PES é aceita costumeiramente sob três variedades: “telepatia”, em que o conhecimento dos eventos é tomado da mente de outra pessoa; “clarividência”, com o conhecimento de objeto físico ou situações; e “precognição” (telepática ou clarividente), onde o conhecimento relaciona-se com acontecimentos ainda no futuro. O termo “conhecimento” não é inteiramente apropriado, pois pode haver “interação” de telepatia ou clarividência, em que o estado mental de uma pessoa ou suas ações podem ser influenciados por uma situação exterior, mesmo que não se o “reconheça” ou “tenha consciência” dele.

Outro termo “norte-americano é “psicinese” (PK), a influência direta de eventos mentais sobre eventos físicos externos ao corpo do agente. O termo “psi” (no da letra grega Ψ) por vezes é usado para cobrir tanto a PES quanto a PK.

Não posso, no espaço disponível para mim, empreender um sumário geral a avaliação das evidências dos fenômenos psi. Que muito pode ser dito em favor da PES será pressuposto na maior parte deste livro. (Para uma leitura a respeito da pesquisa sobre PES, recomendo Palmer, 118a). Se isto for considerado um sinal de credulidade que possa minar o resto de minha argumentação, devo dizer que o que acredito tornar-se-á mais claro logo adiante, pois se *não houvesse qualquer evidência* em favor de PES, a “tese da imortalidade da alma” poderia ser *muito mais verossímil do que é*.

A despeito das alterações de ênfase, a Parapsicologia de hoje é nitidamente uma continuidade do que foi principiado por aqueles distintos e honestos vitorianos de cem anos atrás. De fato, desde mais ou menos a última década, vem ocorrendo um renascimento do interesse dos parapsicólogos quanto ao problema da imortalidade. Minha tarefa neste livro é passar em revista algumas evidências factuais, velhas e novas, que afetam de um modo ou outro este problema. Enfatizo o “algumas”, pois é tão impossível quão indesejável tentar ser abrangente. A quantidade de material potencialmente relevante é enorme (encontrar-se-á uma bibliografia selecionada em 44e), e aqueles que não esquadrinharam coleções das *Atas* e do *Jornal* da SPR e da ASPR talvez tenham pouca noção de sua extensão. Parte deste material posso excluir de imediato, por consistir principalmente de fraude e auto-sugestão. Omito-a com ressentimento, pois obtém-se muita diversão do estudo dos métodos dos fotógrafos psíquicos e médiuns físicos fraudulentos. Uma outra classe de material que omitirei é muito mais difícil de definir satisfatoriamente. Consiste em evidências, talvez sensatas, talvez não, de fenômenos que, se fossem genuínos, poderiam ser interpretados à luz da imortalidade, mas que, por si só, não constituem evidência suficiente. Fenômenos como a produção de “luzes espirituais” numa sessão, alongamento do corpo ou levitação do médium, talvez sirvam de exemplos. Isto tem sido atribuído às atividades de “espíritos”, e podem ser de difí-

cil explicação; mas não há nada neles, tomados por si sós, que nos sugira que sejam manifestações de uma personalidade, e muito menos da personalidade de um ser humano falecido.

Vamos dar mais um passo à frente. Suponhamos que numa sessão espírita ou numa casa assombrada apareça e seja fotografado um perfeito simulacro de um certo falecido, e que não haja sinal de truque; ou suponhamos que a voz reconhecível de um outro falecido seja gravada em fita, e que a impressão vocal (*voice print*) coincida com a sua voz quando vivo. Estes fenômenos, surpreendentes *por si sós*, consituiriam evidência de que a pessoa sobreviveu à dissolução de seu corpo? Não. Um simulacro, uma casca vazia, ou uma voz oca enunciando palavras vazias não precisa ter “por trás deles” uma personalidade, nenhuma mente sensitiva imortal. Seria preciso mais evidências antes de levarmos a sério a interpretação da imortalidade da alma. E até certo ponto é fácil ver no que deveria consistir tal evidência. Precisariamos evidência de inteligência, de características de personalidade, objetivos, propósitos e afeições, um fluxo de memórias, que sejam, grande ou reconhecivelmente, a continuidade dos outrora possuídos por um certo ser humano enquanto vivo. Esta é a espécie de evidência com que nos preocupamos, e uma materialização, “voz direta” ou voz de espírito gravada em fita, teria de fornecer aquilo *além* da mera semelhança física, antes que pudéssemos levá-la a sério, como evidência de sobrevivência pós-morte. Por esta razão, fenômenos destas classes não serão muito mencionados nesta obra.

Em vez disso, concentrar-me-ei em classes de fenômenos – certas aparições, e alguns casos de mediunidade mental e de reencarnação notória – que, por vezes, aparecem como evidência da imortalidade de uma pessoa. É claro que a noção de identidade pessoal é complexa e esquiva, e algumas pessoas diriam que a identidade pessoal está lógica e factualmente associada à continuidade do corpo, de modo que não faz sentido falar de uma pessoa sobreviver à dissolução de seu corpo. Tocarei mais adiante nesse assunto. Uma outra possibilidade a ser tida em mente – com a qual nem a mínima evidência poderia ser enquadrada – é que pode haver uma sobrevivência, mas só de algo diminuído e truncado, capaz de se manifestar como uma quase-pessoa sob certas circunstâncias, mas não habitualmente, para que, sob qualquer aspecto, possa ser considerado uma pessoa.

O falecido prof. C. D. Broad discutiu esta idéia sob o nome de “fator psíquico” ou “componente psi” (18a, pp. 536-551; 18c, pp. 419-430). Mas não quero dispendar muito tempo na discussão teórica destes temas, antes de ter dado alguns exemplos concretos de evidência, ou suposta evidência, com os quais devemos nos ocupar.

A maior parte do material que citarei, como disse, vem das publicações da SPR e da ASPR. Ocasionalmente, apresentarei material de mesma qualidade de outras fontes; e se citar casos mais dúbios, será principalmente para ilustrar possibilidades. Claro que logo surge a questão sobre o que, neste contexto, constituiria evidência de qualidade apropriada. Alguns autores de tendência cética negarão não só o que temos em mãos, mas até o que poderíamos vir a ter, evidência bastante forte para provar a autenticidade de fenômenos paranormais tais como a telepatia ou precognição, sem falar da imortalidade. A posição destes descrentes radicais foi discutida por Edmund Gurney num ensaio esclarecedor publicado em 1887 (54). Muitos se basearam implicitamente em princípios derivados de um célebre ensaio sobre milagres de autoria do filósofo escocês do século XVIII, David Hume. Seu argumento (adequadamente retificado) é: a evidência cumulativa em favor de certas “leis básicas da natureza” é imensamente forte; na verdade, tão forte que nenhuma evidência em favor de um evento que as contrarie, ou seja, um fenômeno paranormal, poderia vencê-la. Assim, sempre que encontramos suposta evidência em favor de um evento paranormal, sempre somos instados a desprezar essa evidência. As “leis da Natureza”, assumidas pelos defensores dessa doutrina como “básicas”, são comumente as que eles mesmos acham fundamentais para uma visão totalmente materialista do universo.

Se os sábios cientistas como um todo ainda levassem a sério esse argumento, acredito que estaríamos vivendo em um mundo cujas principais características seriam as mesmas que se acreditavam reais, precisamente na ocasião da conversão em massa às doutrinas de Hume. É claro que os cientistas não levam isto a sério, e não mais acreditamos que a Terra seja achatada. O argumento erra em primeiro lugar igualando eventos “paranormais” com o que violam as leis da Natureza geralmente aceitas. Se, numa sessão espírita, um objeto (ou uma pessoa!) subitamente flutua no ar, não constitui necessariamente violação da lei da gravidade. A primeira reação de um cientista (ou sua segunda reação, pois a primeira certamente seria de assombro) seria procurar a força ou estrutura desconhecida (que talvez não conflitassem com os princípios aceitos da mecânica ou da física) que o elevou. Mas, de qualquer modo, não pode haver lei da Natureza tão solidamente estabelecida que seja imune à revisão. Consideremos a seguinte pos-

sibilidade. Uma lei da Natureza muda da noite para o dia. Segundo o argumento de Hume, recusamo-nos a aceitar qualquer evidência, seja qual for a mudança ocorrida. Simplesmente dizemos: “Isso não pode estar certo”, e assim por diante. Conseqüentemente, todos os nossos cálculos e previsões continuam inapelavelmente errados. Onde erramos? A resposta é óbvia. Primeiro, presumimos que a evidência em favor da lei antiga reforçava-se a cada nova verificação, daí, não esperarmos ser contestados senão num período muito mais longo que o levado para acumular aquele vasto cabedal de evidência. Mas é claro que, enquanto fato psicológico, cada um de nós age, não sobre uma soma da sabedoria acumulada em todas as eras, mas sobre uma espécie de média das observações mais recentes. Nem (embora eu não possa ir mais além) é tido como irracional agir sobre tais bases. Segundo: não deixamos que se acumulem evidências em favor desta segunda lei. Descartamos cada evidência isoladamente, pelo fato de que, uma vez que ela conflita uma lei estabelecida, *não pode ser verdadeiramente uma evidência aceitável*. E isto é totalmente irracional. A evidência é boa se preenche certos critérios comparáveis com as evidências (tais como: uma testemunha ou experimentador ser de boa reputação; terem sido feitos registros com instrumentos geralmente tidos como confiáveis, etc.). A evidência não se torna má só porque o fenômeno ao qual se relaciona é, *a priori*, tido como improvável.

Tem sido peculiarmente característico dos que são hostis às alegações da Parapsicologia adotar o segundo dos estratagemas acima mencionados. Dizem realmente (estou citando Gurney, aqui) que “o fato é tão improvável que é preciso uma evidência extremamente boa para nos fazer acreditar nele; e *esta* evidência não é boa, pois como se pode acreditar em pessoas que dizem tais absurdos?” (54, p. 264). Qualquer comentário a isto seria supérfluo. Mas não é supérfluo apontar que, se os céticos extremistas levaram seus argumentos à beira da paranóia, não é menos vital, ao examinar as evidências sobre novos e polêmicos fenômenos, manter vigilância contra fontes recorrentes de erro. Estas fontes podem surgir em todas as áreas que me proponho discutir, de modo que seria bom dizer algo sobre cada uma delas. Se puderem ser eliminadas da evidência examinada, poderemos apresentar esta evidência, ao menos provisoriamente, como de qualidade. Podem ser incluídas sob dois títulos: mistificação e fraude; e testemunho incorreto.

1. *Mistificação e fraude*

Mistificação e fraude viciaram a evidência com que lidamos, de duas maneiras:

- a) as supostas testemunhas de aparições e outras experiências de PES ou PK “espontâneas” poderiam ter elaborado suas histórias por diversão, para obterem notoriedade, ou mesmo por pensarem que seria para o bem da humanidade;
- b) médiuns que tiram lucro de suas sessões podem iludir seus clientes.

A primeira destas probabilidades não me parece muito séria, pelo menos nos casos investigados pela SPR. É verdade que muitas mistificações apareceram depois da publicação dos relatórios. Mas, na grande maioria dos casos, as testemunhas eram pessoas de reputação ilibada, sem motivo aparente para se prestarem a truques. Submeteram-se à rotina de dar depoimentos assinados aos representantes da Sociedade; submeteram-se a interrogatórios; seus amigos deram testemunhos corroborativos; e todos os documentos relevantes, como certidões de óbito, foram obtidos e arquivados. Não creio que, sob estas circunstâncias, seja razoável postular mistificação generalizada como explicação geral do fluxo de casos constatados.

A coisa fica diferente quanto a possíveis fraudes por parte de médiuns. Muitos médiuns físicos e alguns mentais foram apanhados em truques dos mais sofisticados. Mas neste livro não abordarei mediunidade física, e os médiuns mentais que discutirei, principalmente a sra. Piper e a sra. Leonard, nunca foram apanhados em fraude, a despeito de precauções rigorosas. No caso da sra. Piper, estas precauções incluíram abrir sua correspondência e fazê-la ser seguida por detetives, para determinar se ela empregava ou não agentes. A sra. Leonard também, por algum tempo, foi seguida por detetives. Não creio que a hipótese de fraude nos ajudaria aqui.

2. *Testemunho incorreto*

Que as testemunhas oculares, especialmente quanto a acontecimentos bizarros ou inusitados, não são confiáveis, é lugar comum nos ataques dos céticos quanto à credibilidade das provas dos fenômenos dos quais estamos tratando; e é um lugar comum que eles não podem estar fundamentados por uma invocação de várias descobertas psicológicas. Estas descobertas, porém, têm ligação irregular com partes diferentes de nosso tema. Testemunhos de fenômenos de mediunidade física que, comumente, ocorrem na escuridão e sob tensão nervosa são notoriamente não-confiáveis. Não obstante, apresentarei alguns poucos destes testemunhos. Na mediunidade mental, o caso é outro. Usualmente temos registros contemporâneos completos do que estes médiuns dizem ou escrevem, de modo que a questão do testemunho incorreto raramente aparece. É nos problemas de aparições e fenômenos correlatos que o problema se vincula mais diretamente com o tema deste livro.

Alguns escritores (v. por exemplo, 169a) parecem querer descartar quase todo testemunho sobre aparições nas seguintes bases:

a) Só em poucos casos os perceptivos escreveram imediatamente um relato completo de sua experiência. Histórias contadas meses ou mesmo anos depois de acontecidas podem conter erros sérios, pois a memória é notoriamente falível, e histórias extraordinárias tendem a crescer, quando retransmitidas. Num caso famoso, a principal testemunha, *Sir Edmund Hornby*, alegou ter visto uma aparição enquanto estava na cama com uma mulher, que também confirmou a história. Posteriormente, verificou-se que, na data da suposta aparição, *Sir Edmund* ainda não era casado.

b) Numerosas investigações experimentais lançaram dúvida sobre o testemunho ocular, mesmo quando o testemunho foi dado imediatamente após o evento.

Não creio que estas objeções sejam muito fortes. Em relação a a), temos os depoimentos das testemunhas contemporâneas num pequeno número de casos. Ademais, não há razão para crer que perceptivos de aparições tenham uma tendência geral para o exagero retrospectivo. Stevenson (153b) dá alguns exemplos em que as testemunhas escreveram um segundo relato, muitos anos depois do primeiro, sem introduzir mudanças ou exageros substanciais. Esta descoberta é apoiada por estudos experimentais. Evidências novas sobre o caso Hornby sugerem que *Sir Edmund Hornby* e sua mulher simplesmente se esqueceram de que ainda não estavam casados quando da aparição (44a). b) Estas investigações mostram que testemunhas oculares podem se enganar quanto a detalhes importantes para fins de prova, tais como: quem disparou primeiro, ou qual a cor da jaqueta que o acusado estava usando. Não mostram que as testemunhas possam enganar-se quanto a pontos cruciais para o esclarecimento de histórias de aparições, por exemplo, se o vulto que ficou a seu lado era um de seus avós maternos.

Suponhamos então, provisoriamente, que possuímos numerosas evidências, não de qualidade, tão inferior que possam ser descartadas de imediato, e que parecem sugerir, *prima facies*, que alguns seres humanos outrora encarnados sobrevivem à dissolução de seus corpos carnis, e continuam a exhibir pelo menos algumas das memórias e características pessoais que possuíam em vida. Como interpretamos esta evidência? Discussões pró e contra a hipótese da imortalidade ocuparão muito do resto deste livro. A esta altura há, porém, duas contra-hipóteses recorrentes que merecem ser mencionadas.

Possibilidade de Coincidência

A primeira, e menos importante, é a que pode ser chamada hipótese da possibilidade de coincidência. Na forma mais simples, associa-se a sonhos premonitórios. Foram publicados muitos casos em que uma pessoa aparentemente sonhou, com considerável correspondência de detalhes, com um evento que, no momento do sonho, ainda não acontecera. Isto é uma prova de precognição? A seguinte contra-explicação poderia ser oferecida. Há no mundo, ou mesmo naquela parte limitada do mundo onde circulam as publicações da SPR e da ASPR, muitos milhões de pessoas, cada um sonhando provavelmente vários sonhos por noite. O total de um ano de sonhos totalizaria milhões de milhões. Tendo em vista tantos sonhos, por certo esperaríamos que, eventualmente, e *simplesmente por acaso*, um ou dois deles viessem a corresponder, com notável exatidão, a algum evento imediatamente subsequente. Estes sonhos serão lembrados e comentados, ao passo que os outros simplesmente passarão ao esquecimento. Eis aí por que as publicações de certas sociedades de estudos se avolumam, com um crescente número de relatos de sonhos, erroneamente tomados como premonitórios.

Um argumento muito semelhante pode ser aplicado a certas histórias de fantasmas. Duas espécies de aparições se destacam na literatura: coincidentes com a morte da pessoa e aparições vistas simultaneamente por duas ou mais pessoas. Vamos presumir que algumas pessoas têm alucinações de certo tipo (isto é, vêem aparições) mais do que dão a conhecer. Ficam em silêncio por temerem ser tomadas por loucas. Então, poderíamos esperar que, vez ou outra, uma destas alucinações, só por acaso, coincida com uma morte, ou coincida, no espaço e no tempo, com a alucinação de outra pessoa. Os perceptivos estarão prontos para falar sobre *essas* alucinações porque acham que isso não comprometerá a sua reputação. Daí histórias de “ondas” de aparições e aparições percebidas coletivamente. As aparições “malsucedidas” serão também esquecidas.

Este assunto reaparecerá mais tarde. Aqui só vou observar que numerosas pesquisas, antigas e novas, sugerem fortemente que o que poderia ser chamado de “taxa de alucinação espontânea” junto à população não é alta o bastante para alicerçar este argumento (v. 57; 58; 83; 118b; 146; 169b).

Utiliza-se muito de uma variante da hipótese da coincidência para explicar os “sucessos” tantas vezes conseguidos por médiuns mentais. Sustenta-se que muitos médiuns tratam, na maior parte das vezes, de banalidades. Retransmitem “mensagens” do além, que provavelmente seriam apropriadas a uma grande percentagem de assistentes. Naturalmente as mensagens

parecem “evidentes” para o assistente, mas não são. O sucesso do médium deveu-se a uma mistura de acaso e habilidade.

O problema aqui abordado pode se tornar bem real, e foram feitas tentativas para delinear métodos estatísticos para identificá-lo. Não creio, entretanto, que o problema seja importante para nossos fins imediatos, pois não creio que, na maioria dos casos de mediunidade mental que citarei, alguém pudesse suscitar seriamente a hipótese de coincidência.

“Super-PES”

A segunda contra-hipótese mais comumente preferida é o que Hart (60b) chamou de hipótese da “super-PES”. É a de que todos os fenômenos que somos tentados a tomar como indicadores de sobrevivência das memórias e personalidades de certas pessoas mortas podem ser mais simples e satisfatoriamente explicados em termos de PES por parte de pessoas vivas – pelos médiuns que transmitem as mensagens, pelos perceptivos que vêem as aparições, e assim por diante. Esta hipótese, levada a extremos, coloca-nos no seguinte dilema: se determinada evidência de imortalidade deve ser útil, deve ser verificável – precisamos testá-la consultando registros ou amigos sobreviventes sobre a informação dada pelo comunicador estava certa. Mas se as fontes para o exame são sobreviventes, teoricamente poderiam ser acessíveis por telepatia ou clarividência ao médium ou perceptivo. Como não conhecemos os limites da PES, nunca saberemos dizer, com certeza, se a PES de extensão extraordinária que seria necessária – a “super-PES” – é realmente impossível. Este é o dilema central na interpretação de ostensivas evidências da imortalidade, e ela ressurgirá repetidamente ao longo deste livro. Não tenho a espada para cortar este nó górdio. Mas como uma diretriz para tentá-lo proponho o seguinte: sempre que possível, deve-se evitar hipóteses que induzam especulações que não nos levem de imediato a fatos experimentais. Por exemplo, é contraproducente insistir na hipótese da super-PES postulando a telepatia entre o inconsciente do médium e o inconsciente de uma pessoa distante, pois esse é um processo, em princípio, não-observável, e não há nada que se possa fazer para averiguá-lo; igualmente estéril explicar erros e inconsistências de um suposto comunicador mediúnico sugerindo que o erro não veio do suposto comunicador, mas de mentirosos e maliciosos espíritos personificados.

Finalmente, devo enfatizar que este livro é só uma introdução a problemas extraordinariamente difíceis e complexos. Grandes volumes poderiam ser escritos – e de fato o foram – sobre assuntos ou casos aos quais só dediquei um capítulo, um parágrafo, ou uma frase. Muito embora eu tente desenvolver certas linhas de argumentação, e chegar a certas conclusões, – e o livro seria maçante se não o fizesse – estou mais preo-

cupado em apresentar os dados e temas, do que promover um conjunto particular de opiniões. As conclusões que de fato ofereço são bem modestas. Não pretendo dar uma esmagadora certeza quanto às explicações dos fenômenos aqui em exame. Entretanto, estou certo de duas coisas. A primeira é que aqui estamos confrontados com uma grande variedade de problemas não-resolvidos e fenômenos inexplicados, todos potencialmente de grande interesse psicológico e filosófico. A segunda é que estes temas não são mera preocupação acadêmica. São importantes para qualquer um que pense e tenha sentimentos sobre a situação humana. Já ouvi muitas pessoas dizerem temerariamente o seguinte: “É claro que todos pereceremos irremediavelmente com a morte. Mas uma vida bem vivida deve ser o bastante para qualquer um.” Tais pessoas, acho, têm levado uma vida confortável e próspera. Aqueles – a maioria – que são bem menos afortunados, geralmente não por sua própria culpa, podem ter outra opinião.

2 Mediunidade: Generalidades

Com os fenômenos de mediunidade, que ocuparão os próximos sete capítulos, logo atingiremos o cerne do debate concernente à alegada evidência da imortalidade da alma. Demos, no primeiro capítulo, um breve sumário da moderna mediunidade espírita e suas origens dentro do movimento de magnetismo animal do começo do século XIX. Mas estas formas de mediunidade – conhecidas, ao menos de ouvir dizer, para a maioria dos ocidentais modernos – são só versões locais culturalmente moldadas de fenômenos que tiveram e têm seus equivalentes em muitas sociedades do passado e do presente. Este ponto evidenciar-se-á forçosamente a qualquer um que folheie alguns dos numerosos estudos sobre possessão e fenômenos sobrenaturais, publicados por antropólogos sociais (por exemplo, 7; 25; 38; 65; 124; 168). Estou falando aqui de “possessão” no sentido lato – o controle ostensivo da fala e do comportamento de alguém por uma entidade desencarnada capaz de comunicação inteligente. Em algumas sociedades, todos os tipos de doença e deficiência são atribuídos à possessão por maus espíritos; mas com a “possessão”, neste sentido, não estamos preocupados.

As pessoas possuídas podem ser divididas em duas categorias amplas: as que são vítimas involuntárias da possessão e manipuladas por entidades desencarnadas (usualmente hostis); e as que convidam e, de fato, cultivam a possessão por seres de boa vontade, através das quais obras de um ou outro tipo podem ser executadas. Nesta classe, estão os xamãs, pagés, curandeiros, videntes e médiuns que exercem papéis análogos em sociedades tão diferentes e isoladas umas das outras. As entidades desencarnadas que possuem pessoas destas duas categorias incluem, em muitas culturas, não só pessoas mortas (como no espiritismo ocidental), mas toda espécie de deuses maiores e menores, demônios e espíritos da Natureza e dos animais. Estes, creio, não são os espíritos de animais mortos individualmente, mas espíritos do tigre-em-geral, do crocodilo-em-geral, e assim por diante, ou entidades sobre-humanas que assumem a forma de animais, como nas numerosas lendas orientais de espíritos de raposas, macacos, etc.

Os antropólogos de uma geração anterior tendiam a definir os xamãs ou curandeiros como impostores, histéricos, ou alguma almágama dos dois. *Sir James Frazer*, por exemplo, escreveu em 1913 (42. p. 15):

...estas pessoas, mais ou menos enlouquecidas, e particularmente histéricas ou epiléticas, são, por esta mesma razão, consideradas peculiarmente favorecidas pelos espíritos, e são assim consultadas como oráculos, suas palavras confusas passando por revelações de um poder superior, deus ou espírito, que vela sua luz cegante sob um véu espesso de palavras obscuras e frases misteriosas. Não preciso apontar os sérios perigos que ameaçam qualquer sociedade onde tais teorias sejam comumente mantidas e seguidas.

A despeito dos prognósticos demolidores de Frazer, muitas sociedades em que xamãs e curandeiros têm papel preponderante sobreviveram muito bem, e parece que continuam a fazê-lo. Isto sugere que, por mais que as aparências sugiram o contrário, tais pessoas possuem um maior grau de eficiência no mundo que os antropólogos vitorianos aceitavam. Os antropólogos modernos reconhecem isto, e tendem a ver o xamanismo não como uma forma de alienação mental, perigosa para sua vítima e para a sociedade, mas como fenômeno multifacetado, exigindo talvez uma explicação em níveis múltiplos. Um nível de explicação pode, de fato, ser o psicopatológico. O xamã “clássico”, siberiano ou esquimó, costuma sofrer, ao longo de seu treinamento ou iniciação, um período de instabilidade emocional e perturbação mental; mas dali ele pode emergir mais forte e mais integrado que antes (37, pp. 23-32). Foi curado pelo sofrimento, ou melhor, através do sofrimento, curou a si mesmo. Para xamãs noviços, em outras partes do mundo, este período de sofrimento e perturbação nem é necessário. Depois de realizar entrevistas em profundidade com dez *ngangas* Shona, Michael Gelfand concluiu que todos eram “física e mentalmente normais” (47, p.133), ao passo que os editores de uma obra típica antropológica sobre mediunidade na África dizem (7, p. XXIV) que, na África, os médiuns não são, de modo algum, doentes mentais. “Pelo contrário, costumam ser espertos, inteligentes e membros bem aceitos em suas comunidades.”

Muito embora ser “possuído” por espíritos desencarnados, e o inverso: deixar o corpo para visitar o mundo dos espíritos e tratar com seus habitantes, sejam as habilidades mais espetaculares dos xamãs, são apenas parte de seu repertório. O xamã (estou usando este termo no sentido amplo, para incluir não só os xamãs esquimós ou siberianos, mas todo tipo de curandeiro, médium, etc.) é, em muitas sociedades, acima de tudo, um repositório de doutrinas cosmológicas e teológicas. Sabe que lugar sua tribo ocupa no Universo, os poderes invisíveis que possuem e o governam, e os meios de se aproximar deles e propiciá-los. Este conhecimento pode ser

vital para o controle do clima, da plantação e da caça. O xamã pode se comunicar e obter informação dos espíritos ancestrais da tribo. Exerce papel de proa em toda espécie de cerimônias religiosas e “ritos de passagem” que podem não só ter significados internos, mas recreacionais, de modo que suas capacidades dramáticas e artísticas podem ser de grande importância para a comunidade. Acima de tudo, o xamã é um curandeiro. Diagnostica, quiçá por clarividência, a natureza e as causas de desgraças, expulsa os maus espíritos responsáveis por isto, prescreve ervas para curar o dano físico residual. Pode ser especialmente bem-sucedido com o que nós chamamos de doenças mentais, e se estas tomarem a forma de possessão, podemos ter o curioso espetáculo de um xamã possuído tratando um paciente possuído. Sua clarividência e capacidade de sonhar podem ser necessárias para localizar coisas perdidas e descobrir ladrões. Pode assim ficar envolvido na manutenção da ordem social. Um bom xamã obviamente requer muitos dons, além de entrar em transe e esbravejar e dizer palavras misteriosas enquanto possuído. Requer inteligência, cultura, senso dramático, tato, diplomacia e uma profunda compreensão das pessoas com quem lida.

O exercício bem-sucedido destes dons pode trazer a um xamã grandes recompensas, na forma de riqueza e *status* social. Este fato levou muitos escritores (v. especialmente 92) a dar ênfase às possibilidades de prosperidade que a carreira de xamã pode oferecer a pessoas normalmente oriundas das camadas inferiores da sociedade – mulheres, homossexuais, miseráveis e membros de minorias. Não há dúvida que há nisto alguma verdade, assim como em muitos outros enfoques de um fenômeno tão complexo. É preciso, no entanto, tomar cuidado para não supor que os xamãs de classe social baixa, em seu todo, ou mesmo na maioria, adotaram esta posição de caso pensado. O comportamento de um xamã em transe ou possessão, que, sob um determinado ponto de vista, pode parecer irracional e arbitrário, pode ocultar uma racionalidade mais profunda, e uma estratégia que não é bem compreendida nem mesmo pelo próprio agente.

Uma questão de particular interesse para os parapsicólogos é, evidentemente, se os xamãs (usamos a palavra ainda no sentido mais amplo) podem incluir entre seus dons aqueles “paranormais” de PES e PK. Este é um tema difícil. Só recentemente uns poucos antropólogos deram uma verdadeira atenção à possibilidade de haver elementos paranormais no desempenho dos xamãs, mas pesquisas adequadas ainda restam por fazer (ver, por exemplo, 4 e 94; e quanto a material mais antigo, 87a e 113). Enquanto isso, temos um bom número de narrativas de viajantes de credibilidade diversa, e um número ainda menor de notas de rodapé e observações incidentais de antropólogos. Gostaria de ter espaço para sumariar literatura tão curiosa. Minha impressão pessoal é que há alguma evidência de que cer-

tos xamãs ocasionalmente exibem PES e talvez PK; e há indícios de que alguns (às vezes aqueles mesmos) podem fazer maravilhas – não com intenção criminosa, deve-se ressaltar, mas como parte de seu drama, representado para manipular a mente de seu paciente em direção à cura.

Há poucos estudos de uma perspectiva antropológica sobre mediunidade na sociedade ocidental. Isto pode parecer surpreendente, pois que o fato é relativamente comum. A maioria dos relatos sobre mediunidade vem de crentes dedicados ou de parapsicólogos interessados principalmente em avaliar evidências em favor de PES. Pode ser que os antropólogos receiem por suas reputações. Acho, porém, que a maioria das pessoas que têm qualquer conhecimento do espiritismo ocidental perceberão que muita das objeções acima sobre xamãs e xamanismo aplicam-se igualmente aos médiuns espíritas em nossa sociedade. É verdade que as entidades desencarnadas que “possuem” ou se comunicam através dos médiuns (se bem que nem sempre) alegam ser apenas os espíritos humanos já mortos, ao invés de deuses, demônios, espíritos de animais e outros seres que se manifestam através de xamãs. Mas as formas exteriores dos fenômenos apresentam muitas analogias que seria supérfluo apresentar em detalhe. De fato, há poucos fenômenos mediúnicos para os quais a literatura do xamanismo não pode oferecer paralelos, e poucos desempenhos xamanísticos para os quais o espiritismo não ofereça algo semelhante. Nunca ouvi falar de qualquer xamã que tenha produzido materializações de corpo inteiro vestido de véus de ectoplasma, nem, para minha consternação, sei de algum centro espírita de nossos dias em que o médium oficiante dance loucamente sob o controle de um espírito. Mas estes, e umas poucas outras, são as exceções que justificam a regra.

Assim como os antropólogos vitorianos tendiam a julgar os xamãs como meros loucos, alguns psiquiatras e religiosos, dramaticamente, ou irrefletidamente, asseveraram que muitos médiuns são mentalmente perturbados. Tais afirmativas são incorretas, tanto neste caso como naquele. A maioria dos médiuns não exhibe, em suas vidas ordinárias, qualquer sintoma de histeria, epilepsia ou perturbação mental. Há, é claro, exceções, mas eu hesitaria dizer que são mais numerosas que a média da população. Na verdade, muitos médiuns estão dentre as pessoas mais pragmáticas que conheço. Entretanto, alguns médiuns alegam ter passado por um período de sofrimento e distúrbio emocional, devido às primeiras experiências psíquicas que eles não entendiam e que os fez recear que estivessem enlouquecendo. Assim como com os xamãs, esses problemas iniciais desapareceram depois do contato e do treinamento junto com outros médiuns mais desenvolvidos.

De novo fica bem claro que, mesmo que a comunicação com os mortos seja a principal função de um médium, ele ou ela (usualmente ela) po-

de exercer também outras funções. Assim como os xamãs, os médiuns são repositórios ou veículos de diversos ensinamentos teológicos ou cosmológicos, se bem que a importância deste papel esteja um tanto diluída na nossa sociedade pela existência de um grande corpo de literatura espírita prontamente acessível. Os médiuns que são ministros de igrejas espíritas podem, como os xamãs, officiar “ritos de passagem” como casamentos e funerais (sem dúvida o mais significativo “rito de passagem” de todos!). A cura e a mediunidade andam de mãos dadas, quase como o xamanismo e o tratamento de doenças. As doenças físicas são tratadas em sessões de cura por curadores espirituais dedicados, muitos dos quais crêem que os espíritos canalizam forças curativas através de suas mãos. A maioria dos médiuns consegue sugerir remédios caseiros (freqüentemente ervas) para os males menores. Muitos funcionam mais como psicoterapeutas e conselheiros, e não me surpreenderia saber que, com uma clientela com a devida crença como pano de fundo, conseguem um índice de sucesso tão alto quanto o dos profissionais qualificados. Um médium de reputação, como um xamã, deve ser esperto, equilibrado e bem-intencionado, ter talvez um toque de vaidade e gosto pelo dramático, mas para, a cima de tudo, causar mais bem do que mal.

Já foi sugerido muitas vezes, como disse, que o xamanismo oferece o caminho de *status* para pessoas de talento que, de outro modo, se encontrariam desprivilegiadas ou mesmo desprezadas, na obscuridade. Argumentos similares podem ser adiantados em conexão com a mediunidade espírita. As médiuns superam em grande número os médiuns (o que não acontece com os xamãs, mas o xamanismo é uma carreira – quase única – aberta às mulheres). Deve ser mais fácil para uma mulher tornar-se ministro ou líder de igreja do movimento espírita do que em quase qualquer outra organização religiosa. Ademais, estas senhoras costumam provir de ambientes pobres e de pouca educação. Não poucos os médiuns homens são (como certos xamãs) notoriamente homossexuais, o que pode ser acrescido à tese em discussão. Não é uma tese que eu levaria muito longe, mas o que pode ser dito em favor do xamanismo, pode também ser dito em favor da mediunidade espírita.

Expressei acima uma crença razoável de que alguns xamãs podem, no exercício de sua profissão, por vezes, exhibir PES ou PK. Minha crença de que certos médiuns costumem exhibir habilidades paranormais é muito menos qualificada – quase tive a audácia de dizer que ela é desqualificada –, mas como a maior parte dos próximos cinco capítulos será devotada ao tipo de evidência sobre a qual se baseia minha crença, não vou mais discutir, neste momento, o assunto.

Tentei, neste breve e inadequado relato de material antropológico relevante, mostrar que a mediunidade espírita, como conhecemos na Europa e na América, tem afinidades tão claras com o que chamei amplamente de xamanismo, que ela só pode ser vista como uma variedade culturalmente condicionada deste último. Seria uma variante local de um potencial humano geral. Esta conclusão agora pode ser temporariamente armazenada e esquecida. Será apresentada de novo, quando tentarei dar uma avaliação geral da natureza da mediunidade. Agora, precisamos voltar-nos para uma descrição mais detalhada dos fenômenos mediúnicos.

Como apontei no primeiro capítulo, os próprios espíritas distinguem dois tipos de mediunidade: a física e a mental. Na mediunidade física, os espíritos dos mortos comunicam-se através de acontecimentos (pancadas, objetos em movimento, materializações, etc.) é supostamente obtida do organismo especialmente dotado do médium. Na mediunidade mental, os espíritos imprimem imagens ou sons e imagens na sensibilidade psíquica do médium (mediunidade “clarividente”), ou usam a mão ou aparelho fonador para se comunicar pela voz ou pela escrita.

Ambos os tipos de mediunidade têm muitas variedades e são exercidos em ambientes muito diferentes. Alguns médiuns são ministros de igrejas espíritas, e regularmente animam os serviços religiosos com uma demonstração de mediunidade clarividente; outros atendem clientes individualmente, com hora marcada; outros lideram pequenos grupos de estudiosos em “círculos familiares”; alguns fazem todas estas coisas. O objetivo primário é sempre o mesmo. Os assistentes são convencidos, pela força da evidência, de que as personalidades que se comunicam são de fato os espíritos de certos seres humanos anteriormente encarnados. Portanto, os pronunciamentos destes espíritos, concernentes às condições e perspectivas do indivíduo após a morte, e sobre assuntos religiosos em geral, receberão a importância devida a uma genuína informação confidencial. É esta ênfase na evidência, e na prova que alicerça a freqüente alegação de que o espiritismo é uma religião “científica”.

Mediunidade Física

A grande maioria das evidências da imortalidade vem dos fenômenos de mediunidade mental. Isto ocorre, como apontei no primeiro capítulo, porque é o *conteúdo* do que está sendo comunicado, mais que os *meios* pelos quais isso é feito, que fornece evidências da sobrevivência da personalidade. Se as pancadas paranormais ressoam nas vizinhanças de um médium, e martelam sentenças inteligentes por um código simples (fenômeno que

eu mesmo pude observar bem claramente várias vezes), isto sem dúvida é muito curioso e interessante, mas *per se* não constitui evidência para a sobrevivência além da morte do corpo. No entanto, as pancadas *podiam* transmitir uma mensagem contendo uma evidência. Temos relatos, em primeira mão, de numerosos casos em que, aparentemente, isso ocorreu. Vários destes dizem respeito a D. D. Home (1833-1886), talvez o mais notável de todos os médiuns físicos. Assim, numa sessão em Edimburgh em 1870, registrada pelo sr. P. P. Alexander (1, pp. 35-36), as pancadas soletraram o nome “Pophy Sophy”. Acontece que este era o apelido de uma criança, cujas mães e tias estavam presentes. A tia começou a chorar. As pancadas então soletraram: “Você não teve culpa, e eu estou feliz”. A tia culpava a si mesma por um suposto descuido que permitiu a criança apanhar escarlatina.

A única forma de mediunidade física de que citarei exemplos adiante é a chamada “voz direta”. A teoria espírita da voz direta é a de que os espíritos constroem, para si mesmos, órgãos vocais de ectoplasma fornecidos pelo médium. Com estes órgãos vocais eles podem falar aos assistentes, dirigindo suas observações através de um megafone adrede preparado. Se a sessão se dá no escuro, o megafone, usualmente assinalado com tinta fosforescente, pode mover-se em círculo, de modo que as vozes falam de diferentes posições. As possibilidades de fraude aqui são ilimitadas – um médium que conheci costumava esconder as hastes de manipulação dos megafones nas pernas ocultas de uma mesinha de bambu – mas, mesmo assim, algumas observações curiosas foram feitas. Por exemplo, no começo deste século, uma médium de voz direta, sra. Etta. Wriedt (1859-1942) de Detroit, intrigou vários dos principais membros da SPR. Sir William Barrett (1845-1925), um dos fundadores da Sociedade nos dá o seguinte relato de uma sessão com a sra. Wriedt (103, pp. 83-84):

Quando, depois de eu ter examinado a sala, entraram a sra. Wriedt e a srta. Ramsden, a porta estava trancada, e uma das lâmpadas elétricas sobre nossas cabeças foi deixada acesa para iluminar a sala. Sentamo-nos em cadeiras adjacentes umas às outras; sentei-me junto à sra. Wriedt e segurei sua mão. A srta. Ramsden sentou-se à minha esquerda. Pedi à sra. Wriedt que tentássemos com a luz acesa, primeiro, e, por sugestão, a srta. R. segurou a extremidade menor de uma grande corneta de alumínio junto ao seu ouvido; o extremo maior, segurei com minha mão esquerda. Meu corpo ficou, assim, entre a corneta e a médium. Eu examinara a corneta previamente, que era perfeitamente oca e lisa. Agora a srta. Ramsden dizia ouvir uma voz dirigindo-se a ela, e entrou em conversação com a voz. Eu só ouvia um sussurro fraco, mas sem palavras articuladas. Para evitar a possibilidade de a sra. Wriedt ser a fonte dos sussurros, comecei a conversar com ela, e, enquanto ela falava, a srta. Ramsden ainda ouvia a vozinha na corneta, mas pediu-se para parar de conversar, pois isso impedia

que ela ouvisse claramente o que a voz dizia. A srta. Ramsden garantiu-me depois que não podia haver dúvida que a voz na corneta não correspondia à da sra. Wriedt, e posso testemunhar que observei a médium, e nada vi de suspeito no movimento de seus lábios. Ela não saiu de seu lugar e nenhum cúmplice ou dispositivo oculto poderia ter produzido a voz.

A srta. Ramsden acrescenta uma nota sobre a mensagem (evidencial) que recebeu. E diz ainda: “Enquanto estava segurando a corneta, podia sentir a vibração da vozinha lá dentro”.

Mediunidade Mental

Há diversas espécies, e só vou mencionar as mais importantes. A mais freqüentemente vista, tanto em consultas particulares quanto públicas, é a mediunidade “clarividente”, que mencionei acima. O médium ou sensitivo pode estar num estado levemente dissociado, mas usualmente não está em transe. Ele alega “ver” ou “ouvir” amigos e parentes mortos das pessoas presentes, e poder transmitir mensagens deles. Ocasionalmente a “visão” e a “audição” atingem nitidez alucinatória, e a experiência é como ver uma aparição (v. Capítulo 14). Por vezes, os guias dos médiuns (espíritos que dizem dirigir suas atividades, lá do “outro lado”) podem apresentar a informação na forma de visões simbólicas que o médium deve aprender a interpretar. Algo do sabor destas demonstrações pode ser retirado da seguinte transcrição textual (64a, pp. 163-164):

Médium:... Veja, um menino está chegando perto. Parece-me ter 17 ou 18 anos, e acho que houve muita dor pelo passamento de seu corpo. Uma mulher traz este menino, e ela quer que os pais saibam a respeito dele. Se ele morreu por doença ou não, eu não sei. É um moço muito bonito; ela me diz que se chama Herbest Ernsnet. Há alguém relacionado a ele chamado Seth. Não estou entendendo bem. Conhece alguém chamado Seth, e Mary, que tinham um menino chamado Herbert Ernest Hobson?

Resposta: Está certo, amigo.

Médium: Eles querem que você saiba.

Ali naquele canto (apontando). Não sei o que fazer com isto. É um jovem. Deve ter uns 18 anos. Há um cavalheiro com ele, e tenho uma sensação muito curiosa. Acho que este moço morreu de choque. Agora ele vem e me mostra. Está sem casaco, e suas roupas estão cobertas com uma cor. Está estendendo as mãos, e estão com uma tinta vermelha. Pode ter encontrado a morte numa tinturaria. É o menino da sra. Miller, William Henry Miller; vivia em Valley Place, e acho que morreu numa tinturaria. Não mais do que quatro ou cinco anos atrás, pelo que vejo à volta. Este cavalheiro vem com ele. É Henry Mitchell, e era de Yeadon. Está ajudando o menino a desenvolver-se.

(Tudo correto, exceto que Henry Mitchell não é reconhecido. O sr. Holden, meu informante, conhecia William Henry Miller. Feriu a perna numa tinturaria, envenenou o sangue, e morreu por volta de 1911. Na “Valley Dye Works”).

Resposta: Eu conheço esse homem.

A mediunidade clarividente foi menos extensamente estudada pelos pesquisadores psíquicos do que merece. Vou dar alguns exemplos no Capítulo 11. A atenção foi mais focalizada nos tipos de mediunidade mental que se manifestam através do que F. W. H. Myers batizou de “automatismos motores”. São ações de um tipo inteligente, com um propósito, mesmo de espécie simbólica, que saem do controle consciente do automatista. Podem incluir a fala e a escrita, e a comunicação pode ser estabelecida com uma quase-personalidade ostensivamente diferente da do automatista. Na nossa sociedade tais quase-personalidades logo assumem a forma de pessoas mortas, e o automatismo passa à mediunidade mental propriamente dita.

Uma forma simples e bem conhecida dessa mediunidade é escrever com uma ouija ou com um cartão. Várias pessoas sentam-se em torno de uma mesa, com os dedos pousando de leve num copo emborcado ou outro tipo de indicador, ou num pedaço de madeira em forma de coração, em cujo vértice se insere um lápis com a ponta para baixo. O copo se move de modo a soletrar palavras com as letras que o circundam (ouija) ou o cartão escreve com o lápis num papel (prancheta). Em nenhum caso o resultado precisa ser provocado por um dos operadores. É como se cada assistente, sabendo que os outros também estão envolvidos, não se sente mais tentado a analisar a situação e perguntar: “Será que *eu* é que estou fazendo isto?” Sob estas condições, a mão da pessoa pode mover-se por si só, sob o controle de sistemas fora do fluxo principal da consciência. Por vezes, os assistentes simplesmente pousam suas mãos no topo de uma mesinha, que então se inclina para soletrar palavras e sentenças por meio de um código simples. Nos tempos vitorianos, cartolas viradas para cima costumavam substituir as mesinhas – um outro uso para este versátil, mas agora, infelizmente, obsoleto adorno para a cabeça.

Para os participantes de tais sessões, o mero fato de que os dispositivos se movem parece surpreendente, e se sentenças inteiras são escritas, elas recebem o respeito devido a um oráculo. Eu mesmo me deparei com numerosos casos em que uma prancha ouija escreveu copiosa e fluentemente e produziu material bem estranho às mentes conscientes das pessoas que a operavam. Em cada caso, porém, parecia bem provável que o material vinha de algum nível oculto da mente de algum dos presentes. Assim, uma vez, participei de um círculo que recebia comunicações de Goering e Goebbels e outros líderes nazistas mortos. Favorecera-nos com informações interessantes, assim como Hitler estar vivo e bem, dono de um posto de gasolina na cidade de Clifton, Arkansas, e que Martin Bormann estava em Gotemburgo disfarçado de padre, com o nome de Odo. Fizeram, também, várias apologias do nazismo. Depois de várias sessões, tor-

nou-se aparente que este bando de pecadores convictos só se comunicava quando o dedo de uma pessoa em particular estava sobre o copo. Muito relutantemente ele admitiu que muitos anos antes passara por uma fase de admiração por certas características da Alemanha de Hitler, e unira-se a uma organização política de extrema-direita. Agora ele repudiava, abominava mesmo suas anteriores simpatias pelo nazismo. No entanto, suas opiniões estavam ainda vivas em algum lugar dentro dele, e escorregavam para fora quando sua censura consciente era baixada pela prancha ouija. Estou absolutamente certo de que ele não estava manipulando deliberadamente o copo - seu embaraço foi grande demais, e recusou-se a continuar participando.

Também encontrei vários casos de escritos de ouija e prancheta em que foi dada informação correta e de primeira mão, desconhecida de qualquer dos presentes. Serão dados alguns exemplos num capítulo posterior.

Uma forma mais rara de automatismo motor é a escrita automática por um só indivíduo (v. 63; 107). Tal escrita pode se desenvolver como sintoma de distúrbio mental, ou pode ser encorajada por um psicoterapeuta, como um meio de alcançar a memórias ou emoções que ficaram dissociadas da consciência. Mas costuma ser deliberadamente cultivada por pessoas normais que procuram um “desenvolvimento psíquico”. O estado mental de um automatista durante a escrita automática pode ir da vigília normal, com um conhecimento total do que está sendo escrito, até um transe profundo, com subsequente perda da memória dos eventos do transe.

Na maioria dos casos, a escrita automática não vai além da produção de rabiscos grosseiros e repetitivos. Porém, às vezes, a pessoa escreve mais fluentemente e exhibe habilidades ou conhecimentos além de sua capacidade normal. A escrita automática é conhecida por relatar eventos esquecidos ou não percebidos pela mente consciente, e mostrar lampejos de PES. A escrita pode professar crenças e opiniões diferentes do automatista; pode apresentar influência literária acima da que possui; pode compor longos romances ou tratados cósmicos-religiosos (sobre cujos méritos as opiniões diferem consideravelmente); e podem declarar não vir do automatista mas de um morto ou ser sobrenatural que ganhou o controle sobre o aparelho neuromuscular da pessoa. As alegações sobre a origem desencarnada, na maioria dos casos, não devem ser levadas a sério; simplesmente refletem as tendências dramatizadoras e a tendência de responder a sugestão e influências culturais, características da escrita automática em geral.

Alguns exemplos de escrita automática que foram ostensivamente veículo de PES serão dados em capítulos posteriores.

Duas idéias importantes brotam repetidamente nas discussões sobre a escrita automática e automatismos motores.

a) A escrita automática, pelo menos aquela que exibe capacidade artística ou literária, a capacidade de conversar racionalmente, etc., é evidentemente, produto de uma inteligência. Esta, porém, não é da mente consciente do automatista, pois ele não controla conscientemente o que é escrito, e pode ter uma surpresa, como qualquer outra pessoa, quando ler o que escreveu. Portanto, devemos supor que seja qual for o sistema psiconeural subjacente ou constituinte desta inteligência, deve ser de uma natureza não fundamentalmente diferente da do sistema subjacente às atividades conscientes da inteligência ordinária. Somos levados a postular a existência do que seria um fluxo *dissociado* ou *subliminar* da consciência.

b) A escrita automática, por vezes, é o veículo para a PES ostensiva, a ponto de tornar plausível que a PES tenha mais probabilidade de se manifestar através de um automatismo motor do que pelos canais normais da energia ativa.

A primeira destas proposições é difícil de rejeitar, embora deva-se aceitá-la apenas condicionalmente. A segunda é de difícil determinação. F. W. H. Myers a sustenta simplesmente apresentando numerosos exemplos aparentes de PES manifestada na escrita automática (110a, II, pp. 81-188). O problema, entretanto, é que, mesmo que estes exemplos sejam individualmente aceitáveis, não prova que o estado mental (qualquer que seja), que acompanha a escrita automática, seja mais favorável à ocorrência de PES que qualquer outro. As necessárias experiências controladas para saber se isso ocorre ou não ainda não foram feitas. Porém, se aceitarmos que Myers propôs uma hipótese preliminar, podemos prosseguir para outras considerações.

Parapsicólogos que coletaram e estudaram grandes números de casos de PES espontânea – casos em que a PES se manifestou em sonhos, intuições, alucinações, visões, etc. – muitas vezes foram levados à conclusão de que a informação é recebida e inicialmente analisada a um nível abaixo do limiar da consciência ordinária. Ademais, tem problemas em forçar caminho para o fluxo principal da consciência. Só pode fazê-lo quando a pessoa está relaxada ou ociosa, ou num daqueles “estados alterados” (assim como sonhos) que parecem permitir uma passagem de material até então excluído para a consciência. Sob este ponto de vista, os automatistas motores, e especialmente a escrita automática, representam um caminho pelo qual material dissociado ou subliminar, *incluindo informação adquirida por PES* pode achar expressão direta, sem ter de esmagar a barreira que impede sua transição para a consciência. Os automatismos motores são assim transbordamentos dos mesmos níveis da personalidade que pro-

duzem sonhos, visões, etc, por onde a PES espontânea costuma se manifestar. F. W. H. Myers intitulou sonhos, visões, etc. de *automatismos sensoriais*. Da mesma forma como os movimentos do corpo nos automatismos motores são feitos sem serem desencadeados, e sem o auxílio de pensamento e vontade conscientes, assim os sonhos, as visões, etc. surgem sem esse auxílio; e Myers via os automatismos motores e sensoriais como um meio pelo qual os fluxos subliminares da consciência, possuindo habilidade dramática e memória, e recebendo informação extra-sensorial, podem tornar a sua liberação acessível à memória comum.

É impossível fixar adequadamente estas noções complexas, plausíveis, mas controversas. Introduzi-as principalmente por constituírem um pano de fundo abrangente para muito pensamento parapsicológico nesta área.

Voltando agora à minha exposição dos diversos tipos de mediunidade mental: a forma mais “avançada” é sem dúvida a mediunidade de “transe”. Aqui a personalidade normal fica como que completamente deslocada por outra inteligência, que atinge um grau de controle variável sobre a fala, a escrita e todo aparelho neuromuscular do médium. Este retém pouca ou nenhuma lembrança do que foi dito ou feito em sua “ausência”, se bem que, ao acordar, possa lembrar de cenas e pessoas de alguma outra esfera de existência.

Este tipo de mediunidade (de transe no sentido de que a não-consciência do ambiente pode acompanhar outras formas de mediunidade, incluindo a física) tende a se desenvolver por um avanço não gradativo do automatismo sensorial, de modo que ora uma mão está sob controle exterior, ora as duas mãos, e assim por diante. Usualmente ela evolui da mediunidade “clarividente”, de que falei antes. O clarividente pode se sentir na sombra, influenciando, gradualmente deslocado por uma outra personalidade, ao passo que a própria consciência do ambiente diminui. Com a repetição, a passagem para o transe total torna-se mais rápida e fácil. Por vezes, um sensitivo descobre seu dom quando cai em transe, súbita e completamente, durante uma visita casual a uma sessão.

Usualmente, há apenas umas poucas pessoas falecidas que podem controlar a mão ou aparelho fonador do médium. São chamados de “controles”. Os controles poderão retransmitir mensagens de outras pessoas mortas, os “comunicadores”, com quem dizem estar em contato. O termo “comunicador” também é usado genericamente, para designar tanto os controles como os comunicadores. O uso destes termos não precisa implicar uma crença de que os controles e comunicadores representam nada mais que outros aspectos da personalidade do próprio médium; assim sendo, dora-

vante, excusar-me-ei de um uso freqüente de frases como “comunicador ostensivo”, “suposto controle”, etc.

A mediunidade de transe figura com alguma proeminência nos capítulos que se seguem; mais proeminentemente que sua freqüência real indicaria. Isto porque as manifestações mais completas das personalidades de mortos foram obtidas através de médiuns de transe, e porque os pesquisadores psíquicos mostraram interesse em coligir registros detalhados deste tipo de mediunidade. Notáveis médiuns de transe que foram submetidas a extenso e cuidadoso estudo; sra. L. E. Piper, sra. “Smead” (sra. W. L. Cleaveland), sra. “Chenoweth” (sra. M. M. Soule), sra. R. Thompson, sra. E. J. Garrett e sra. G. O. Leonard. Várias destas senhoras serão discutidas em pormenor, mais adiante.

Só agora falei de manifestação, através de médiuns, das personalidades de mortos, e surge inevitavelmente a questão: em que consistem essas manifestações. O problema já foi levantado no primeiro capítulo, onde apontei que alguns filósofos diriam que a identidade pessoal é logicamente vinculada à continuidade de seu próprio organismo físico, de modo que falar da manifestação da personalidade de um morto não tem sentido. Este assunto será mencionado futuramente. Aqui, só posso apontar que, se, por exemplo, fosse necessário identificar uma pessoa, cujo corpo não fosse possível ver, conversando com ela numa linha telefônica ruidosa, não se poderia identificá-la, a menos que sua conversação exibisse características distintas – a menos que, por exemplo, pudesse lembrar de certas coisas que ela devia ser capaz de lembrar se fosse a pessoa que alega ser (as memórias individuais devem ser ainda mais específicas que as impressões digitais); e a menos que exibisse certos motivos e propósitos, habilidades e características de personalidade sabidamente dela, e assim por diante. Analogamente, evidência desta espécie é, no mínimo, uma evidência *sem a qual* alguém *não* teria *base nenhuma* para supor que alguns seres humanos, de algum modo, podem sobreviver à dissolução de seus corpos. Assim, por ora, afastarei as preocupações filosóficas, e, nos poucos capítulos seguintes, apresentarei evidências de comunicações através de médiuns em favor da sobrevivência da memória, do propósito, de habilidades intelectuais e características individuais de personalidade.

3 A Mediunidade da sra. Piper

A sra. Leonora E. Piper (1857-1950) é importante na história da pesquisa psíquica por, pelo menos, três razões. Dos médiuns mentais submetidos a estudo pelos membros da SPR e da ASPR ela foi a primeira a fornecer evidência substancial de ter alguma faculdade paranormal; os registros de seu caso ainda não foram superados em quantidade e detalhe – se os artigos sobre ela publicados nas *Atas* britânica e norte-americana fossem reunidos, encheriam alguns volumes, e ela é dos poucos médiuns cujas palavras e escritos em transe foram submetidos a uma séria e extensa análise psicológica. O relato mais geral de sua mediunidade está em Holt (67) [v. também Sage (136) e Piper (121)].

A sra. Piper vivia em Boston, Massachusetts, onde seu marido era empregado de uma grande loja. Em 1884, ela consultou um médium de cura, cego, chamado J.R.Cocke. Na sua segunda visita a ele, ela caiu em transe, e escreveu uma mensagem para outro dos assistentes, o juiz Frost, de Cambridge, Massachusetts. A mensagem dizia vir do filho falecido do juiz, e impressionou-o mais que qualquer outra coisa que recebera durante uma intensa investigação do espiritismo.

A Sra. Piper então estabeleceu um “círculo familiar”. Seu primeiro guia espiritual foi uma garota índia chamada “Chlorine”. Dentre outros comunicadores estavam Bach, a sra. Siddons, Longfellow e o Comodoro Vanderbilt. Estas não muito convincentes *dramatis personae* retiraram-se do cenário no ano seguinte, com a chegada de um novo controle, que rapidamente tornou-se predominante. Era um auto-intitulado médico francês que deu o nome de “Dr. Phinuit”. Sob certos aspectos, Phinuit era tão implausível quanto seus predecessores. Nenhum sinal dele pode ser achado nos anais médicos franceses, e seu conhecimento da língua francesa era de fato escasso. Na verdade, parecia que ele era um plágio inconsciente de Cocke, que possuía um guia irlandês chamado “Finney”. Mas qualquer que fosse sua real condição era um “caráter”, e mais importante: como veremos, era um sucesso.

Sob o regime de Phinuit, o procedimento geral de uma sessão seria o seguinte. A sra. Piper caía em transe. O estabelecimento do transe nos pri-

meios dias era acompanhado por desagradáveis movimentos espasmódicos, ranger de dentes, etc. Nunca houve a menor dúvida que o estado de transe, de certo modo, era “genuíno” – nele, a sra. Piper podia ser cortada, queimada, picada e mesmo ter um frasco de amônia sob o nariz, sem se perturbar. Depois de alguns minutos, a sra. Piper começava a falar com a voz de Phinuit, que era roufenha e masculina, e recorria a galicismos, jargão e blasfêmias de maneira bem diversa da sra. Piper desperta. Phinuit dava conta aos assistentes das aparições e atividades dos mortos (e por vezes também dos vivos), amigos e parentes, e transmitia mensagens deles, muitas vezes com a gesticulação apropriada.

A sra. Piper foi “descoberta” para a pesquisa psíquica por William James, da Universidade de Harvard, o maior psicólogo daquele tempo, senão de todos os tempos. James ficou impressionado o bastante por aquelas sessões para enviar a ela 25 outras pessoas, sob pseudônimos. Na primavera de 1886, ele escreveu um relato dos resultados, onde dizia (111, p. 653): “Estou persuadido da honestidade da médium e da autenticidade de seu transe; e muito embora de início disposto a pensar que os acertos dela eram felizes coincidências ou o resultado de conhecimento prévio, por parte dela, sobre quem era o assistente, e de seus assuntos de família; agora acredito que ela disponha de um poder ainda inexplicado.”

“Feliz coincidência” não era, acho, uma explicação seriamente considerada por qualquer um que tivesse conhecimento em primeira mão das exibições da sra. Piper. É verdade que nos dias ruins, Phinuit ficaria divagando desamparado, mariscando informação, e se lhe dessem alguma, descaradamente a devolveria como se fosse sua própria descoberta. Mas quando estava em forma, sem hesitação ou circunlóquio, fazia copiosas comunicações dos amigos e parentes falecidos dos assistentes, comunicações que se apresentavam precisas, até nos mínimos detalhes, e demasiado exatas para que surgisse, por parte dos assistentes, a mais remota hipótese de coincidência ou adivinhação.

Como resultado do relatório de James, um dos principais membros da SPR britânica, Richard Hodgson (1855-1905), veio a Boston em 1887 e encarregou-se da investigação (66a). Ele era tido como especialista em desmascarar fraudes. Providenciou um cuidadoso registro de todas as sessões, e tomou as precauções mais amplas contra qualquer truque. Os assistentes eram apresentados anonimamente, ou sob pseudônimos, e escolhidos dentre uma faixa de pessoas a mais ampla possível. Prestou-se especial atenção às primeiras sessões. Por algumas semanas, a sra. Piper foi seguida por detetives, para se certificar de que ela não fazia investigações sobre os negócios de algum assistente, ou empregava agentes para fazê-las. Ela foi levada à Inglaterra, onde não conhecia ninguém e não podia ter agentes contrata-

dos. Durante sua estada naquele país, no inverno de 1889-90, todas as suas sessões foram organizadas e supervisionadas por importantes membros da SPR. Os assistentes, na sua maioria, eram anônimos, e foram feitos registros pormenorizados (111). Mesmo assim, a sra. Piper continuou obtendo bons resultados.

O dr. Phinuit continuou sendo o principal controle da sra. Piper, até a primavera de 1982. Depois, foi gradualmente sobrepujado por um controle que, qualquer que seja a sua natureza última, pelo menos não era fictício. Era George Pellew (GP), um jovem interessado em literatura e filosofia, que fora morto em Nova Iorque algumas semanas antes. Era conhecido de Hodgson e cinco anos antes, sob um pseudônimo, comparecera a uma só sessão da sra. Piper. Primeiro manifestou-se numa sessão para a qual Hodgson trouxera seu amigo íntimo (de Pellew). Daí por diante o GP-comunicador mostrou conhecimento detalhado dos negócios do Pellew vivo. De 150 assistentes que lhe foram apresentados, GP reconheceu 29 dos 30 que foram conhecidos de Pellew em vida (o trigésimo, que reconheceu depois de um fracasso inicial, era uma pessoa que tinha “se desenvolvido” no intervalo). Conversou com cada um deles de maneira apropriada, e mostrou conhecimento íntimo de suas vidas, e de seu suposto relacionamento anterior com eles. Só raramente GP falhava, como o fazia quando discutia, por exemplo, as questões filosóficas que tanto interessaram Pellew em vida. No período da predominância de GP, Hodgson ficou convencido (o que antes ainda não estava) de que os controles da sra. Piper, pelo menos em muitos casos, eram o que alegavam ser, a saber, os espíritos sobreviventes de seres humanos anteriormente encarnados (66b).

GP, tal como Phinuit, transmitia mensagens de outras pessoas falecidas que queriam se comunicar, mas agora tornara-se aparentemente mais fácil para outras pessoas mortas se comunicarem diretamente pela fala ou pela escrita através do corpo físico da sra. Piper. Escrever em transe tornou-se muito mais comum e, por fim, predominante; e, por vezes, dois espíritos diferentes se comunicavam simultaneamente; um pela mão, outro pela voz.

O fim da história da mediunidade da sra. Piper requer apenas uma narrativa breve. GP permaneceu como principal comunicador até o começo de 1897 (durante este período, Hodgson estava quase totalmente encarregado de suas sessões, e foram feitos registros muito completos). Depois, por alguns anos, seus principais controles foram um bando de espíritos ilustres que disfarçavam suas identidades sob títulos solenes tais como “Imperador”; “Doutor”; “Reitor”; “Sábio”, etc. Nas anotações, as evidências pareciam algo menos e os ensinamentos elevados, algo mais, do que havia ocorrido anteriormente. Em 1905, Hodgson morreu e, como era de se esperar,

tornou-se um dos controles da sra. Piper. As supostas comunicações dele foram discutidas num interessante trabalho de William James (74). Mais tarde, a sra. Piper desempenhou um papel nas famosas “correspondências cruzadas” (que serão discutidas mais adiante). Sua mediunidade de transe acabou em 1911, talvez como consequência do tratamento agressivo que recebeu por parte de dois psicólogos norte-americanos, o prof. G. Stanley Hall e a dra. Amy Tanner (156). Entretanto, ela continuou com a escrita automática.

Como deixei implícito há pouco, estou disposto a descartar o elemento acaso como explicação dos feitos da sra. Piper. Muito embora, em seus dias ruins, as divagações, esquecimentos e lugares-comuns de Phinuit fossem tais que forneciam munição para críticos hostis, era capaz, mesmo em meio à banalidade, de oferecer uma surpresa. Assim, numa sessão de 3 de junho de 1889 (66a, p. 130), o sr. J. Rogers Rich deu a Phinuit a coleira de um cachorro. Depois de um momento, Phinuit disse que via o cão chegando, e continuou: “Oh, como salta! Lá está, agora, saltitando à sua volta. Está contente de vê-lo! Rover! Rover! Não...G-rover, Grover! É esse seu nome!” O cão chamara-se Rover, mas seu nome fora mudado para Grover em 1884, em homenagem à eleição de Grover Cleveland para a presidência dos Estados Unidos.

Nos melhores dias de Phinuit, o acerto casual é uma explicação impossível. Uma outra explicação geral que devo descartar é a fraude. Já indiquei algumas das considerações que a desautorizam. A idéia de fraude nunca esteve longe das considerações dos primeiros estudiosos da sra. Piper. E o argumento contra a fraude foi poderosamente sumariado em 1889 por Frank Podmore (122b), escritor altamente cético. Podmore aponta que, a despeito da cuidadosa supervisão, que por vezes chegou à quebra de privacidade, a sra. Piper nunca foi apanhada em desonestidade ou nunca se descobriu que empregou agentes. De qualquer modo, ela jamais teria condições de pagá-los. Além do mais, sempre se cuidou de preservar o anonimato dos assistentes; isto não era feito só por Hodgson, mas, diversas vezes, por várias pessoas responsáveis. Nem a informação comunicada através da sra. Piper era do tipo que se pode obter num cartório, cemitério, ou por intermédio de empregados indiscretos. Nomes e datas de difícil acesso eram comunicados. A despeito do fato de ela ter feito sessões perante centenas de pessoas, o material relativo a elas nunca se misturava. Na descrição do personagem, a sra. Piper ultrapassava em muito qualquer coisa que pudesse ser construída a partir da acumulação de fatos que poderiam ser desenterrados por espionagem ou suborno. Os comunicadores bem-sucedidos dirigiam-se costumeiramente aos assistentes, exatamente no mesmo

tom, e infalivelmente referiam-se a trivialidades de significado totalmente particular. A acusação de credulidade, disse Podmore, dirige-se àqueles que, sem consideração nem investigação, atribuíram todos os resultados a uma impostura.

Algumas dessas considerações depõem contra outra explicação “naturalista”, por vezes proposta. Pode ser chamada de teoria da “ramificação”. A sra. Piper logo tornou-se famosa em Boston, e construiu uma rede de clientes, cada um recomendando-a a seus amigos. Por este meio, e sem entrar em jogo qualquer truque ou emprego de agentes, ela pode ter elaborado um estoque de informações sobre numerosas famílias interligadas de Boston, e poderia sempre avaliar razoavelmente a identidade, até mesmo dos assistentes introduzidos anonimamente. Acrescente-se a estas suposições que ela tivesse uma memória fotográfica para detalhes pessoais, e podemos começar a entrever um meio de explicar seu notável sucesso.

Pelo menos uma coisa pode ser dita em favor dessas idéias. Não havia a mínima evidência que sugerisse que, quando em transe, a sra. Piper possuísse uma memória excepcionalmente boa para o que fora dito em transe anteriores. E este fato poderia ter influência na interpretação de alguns casos. Por exemplo, em maio e em junho de 1905, pouco depois da morte de Hodgson, o Hodgson-controle da sra. Piper fez algumas referências a uma correspondência entre Hodgson e uma certa srta. Densmore (“Huldah”) de Chicago, a afirmou que Hodgson lhe propusera casamento. Nem os amigos mais íntimos de Hodgson, em Boston, tinham qualquer noção disto, mas acontece que era verdade. Desgraçadamente, transpirou também que Hodgson mencionara o assunto aos controles da sra. Piper *dez anos antes*, quando esperava que a dama o aceitasse (74, pp. 20-26). Assim, este caso aparentemente desconcertante deve ser descartado como evidência do paranormal, ou quase descartado, pois deve ser acrescentado que uma pessoa viva (uma senhora de Nova Iorque), a quem Hodgson confiara seu desapontamento – certamente não numa sessão e Piper –, foi localizada através de informação dada pelo Hodgson-controle.

Em geral, entretanto, penso que esta teoria possa ser seguramente rejeitada. Os principais investigadores do caso Piper sabiam bem dos perigos em questão e fizeram todos os esforços para, anonimamente, evitá-los, trazendo perante ela uma amostra substancial de assistentes de lugares distantes, e levando-a em viagens extensas até a Inglaterra. Ficou abundantemente claro que qualquer papel que a ramificação local possa ter exercido em melhorar reservadamente os resultados da sra. Piper não foi sua principal fonte de inspiração.

Em face disso, a teoria da “ramificação mais memória fotográfica” teria sua base mais forte nas alegadas comunicações *post-mortem* do pró-

prio Richard Hodgson. Não só a sra. Piper conhecera Hodgson por dezoito anos, mas pode ter aprendido muito sobre ele com os amigos que tentaram contato com ele após a morte. Ela poderia, portanto, elaborar essas reminiscências de Hodgson, particularmente apropriadas para cada assistente.

Em seu relatório sobre o Hodgson-controle da sra. Piper, William James considera e rejeita esta hipótese, dizendo que Hodgson (74, p.6): “Com o dom natural de uma grande discrição, ele foi treinado para ser reservado; e decididamente para ter um hábito não-comunicativo no campo do mexerico pessoal, o que se tornara uma segunda natureza nele – especialmente em relação à sra. Piper.” É só considerar uns poucos incidentes descritos no relato de James para ver quão implausível é a hipótese da ramificação como explicação geral dos sucessos da sra. Piper. Darei três exemplos.

1. As mensagens pecuniárias

O salário de Hodgson como secretário da filial norte-americana da SPR, se bem que pequeno, costumava ser pago irregularmente. O resultado era que ele, por vezes, era deixado em circunstâncias de grande embaraço financeiro. Em certa ocasião, ele foi salvo de maneira totalmente inesperada por um amigo. Quanto a esta ajuda, diz James (74, p.26):

...ele replicou com uma carta que... citava a história de um casal faminto que foi ouvido por um ateu que estava passando pela casa deles, enquanto, em voz alta, rogavam a Deus por comida. O ateu subiu ao telhado e deixou cair alguns pães pela chaminé, e ouviu-os agradecer a Deus pelo milagre. Então foi à porta e revelou-se como seu autor. E a velha respondeu-lhe: “Enviado por Deus, trazido pelo demônio.” Na sessão de 30 de janeiro, (Hodgson) subitamente disse a este seu amigo:

- Lembra-se de uma história que lhe contei, como você riu, sobre o homem e a mulher rezando?

Assistente: Oh, o demônio estava na história. Claro que lembro.

Hodgson: Sim, o demônio, e eles lhe disseram que o Senhor o enviara, embora o demônio o tenha trazido... Sobre a comida que lhes foi dada...Quero que você saiba quem está falando.

O assistente estava convencido de que ninguém, senão ele, sabia daquela troca de palavras...

Depois, um outro amigo concordou em suprir qualquer déficit no salário de Hodgson, desde que sua ação permanecesse no anonimato, e Hodgson não fizesse perguntas. Na primeira sessão a que este amigo compareceu depois da morte de Hodgson, o “espírito” de Hodgson imediatamente referiu-se ao assunto, e agradeceu ao assistente. “O doador é de opinião”, diz James (74, p.27), “assim como eu, que Hodgson pode ser suspeitado da fonte da ajuda quando a recebia, e este ‘espírito’ pode ter naturalmente

agradecido à pessoa certa. Que a consciência da vigília da sra. Piper tivesse conhecimento de qualquer parte desta transação, é inverossímil.”

2. *O episódio do “punho ameaçador”*

Cito o relato do próprio James (74,p.109):

O incidente seguinte pertence à sessão de minha esposa e da srta. Putnam, em 12 de junho de 1906: - A sra. J. disse: “Lembra-se do que aconteceu em nossa biblioteca, uma noite em que você estava discutindo com Margie (a irmã da sra. J.)?” - “Eu mal dissera ‘lembra-se’, ela observa, ‘ao fazer esta pergunta, quando o braço da médium estendeu-se, brandindo o punho ameaçadoramente”” e então vieram estas palavras:

R.H. – Sim, eu fiz assim na cara dela. Não pude evitar. Ela era tão impossivelmente teimosa. Foi errado de minha parte, mas não pude evitar.

(Eu mesmo me lembro deste incidente do punho ameaçador, e como todos rimos dele depois de Hodgson sair. O que o deixara tão nervoso foi a defesa que minha cunhada fizera de alguma coisa que lera num muro da Califórnia – W.J.)

3. *O “suborno de Billy”*

De novo cito o relato do próprio James (64, p.112):

A 30 de janeiro de 1906, a sra. M. compareceu a uma sessão. A sra. M. disse:

- Lembra-se de nossa última conversa juntos, na casa de N., e como conversamos sobre o trabalho, ao voltarmos para casa?

(R.H.): Sim, sim.

Sra. M.: E eu disse que se tivesse cem mil dólares... subornaria Billy!

Sra. M.: Sim, Dick, foi isso... subornar Billy. Só Billy?

Sra.M.: Oh, não – eu queria dizer Schiller, também. Como você se lembra bem!

A sra. M., antes da morte de R.H., sonhava estender as operações da filial norte-americana, obtendo uma doação, e talvez induzindo o prof. (W.R.) Newbold (Billy) e o dr. (F.C.S.) Schiller a cooperarem com o trabalho. Ela naturalmente considera esta lembrança verídica, por parte do controle, de uma conversa particular que teve com Hodgson, como evidência de sua imortalidade.

Se considerarmos as diversas explicações “naturalistas” do desempenho da sra. Piper como totalmente inadequadas (pelo menos é minha opinião pessoal) e também estivermos preparados para considerar a possibilidade de que ela tivesse habilidades de natureza geralmente não-reconhecida, pela ciência, então a hipótese mais óbvia será de que houve telepatia entre a médium e as pessoas presentes. A clarividência não serviria muito, pois a maior parte da evidência (nem toda) transmitida era confirmada mais pelas lembranças de pessoas vivas que por documentos, fotografias, etc., que poderiam, com um esforço de imaginação, ser supostamente decifráveis por clarividência. Todos os casos até agora citados neste capítulo

poderiam, em princípio, ser explicados como sendo telepatia entre a médium e os assistentes; e alguns incidentes dos registros sobre Piper sugerem isto fortemente. Por exemplo, um dia Hodgson estivera lendo com grande interesse a *Vida de Scott*, de Lockhart. No dia seguinte, um ridículo *Sir Walter Scott* apareceu numa sessão de Piper, dando uma volta turística pelo sistema solar, afirmando haver macacos no Sol (145b, pp. 437-448). Phinuit declarou que o sr. J.T. Clarke estava em dificuldades financeiras, o que era verdade. Phinuit também afirmou mais adiante que as coisas iam melhorar, em quatro meses e meio, e que “algumas pessoas não procederam honestamente com o senhor”. Advertiu Clarke particularmente contra um homem chamado H. Nenhuma das outras assertivas de Phinuit foi comprovada, mas elas refletiam as crenças de Clarke na época (111, pp. 568-571).

Não só incidentes isolados, mas o padrão geral de toda uma série parece, por vezes, favorecer a hipótese da telepatia entre médium e assistentes. Por exemplo, *Sir Oliver Lodge* deu ao dr. Phinuit uma corrente, que lhe fora presenteada por um cavalheiro estrangeiro, e que pertencera ao pai deste cavalheiro. Phinuit deu uma série de fatos, ou supostos fatos, sobre o pai, que Lodge transmitiu ao filho. A resposta do filho, de acordo com Lodge (111, p. 461), foi:

...Importante e preciso. Ele reconhece a correção daquelas coisas que eu conhecia, e afirma a total incorreção daquelas coisas que eu ignorava. Assim, no que concerne esta série de fatos, a hipótese de um meio direto de transmissão de pensamento para obter informação é intensamente reforçada. Mal posso resistir, de fato, à conclusão de que a série de fatos relativos, supostamente, ao velho sr. Wilson não tem mais substancialidade que um de meus sonhos; que eu, por assim dizer, estava sonhando por procuração, e impondo a mim mesmo, pela boca da médium, um certo número de afirmações que não é difícil alguém imaginar serem ouvidas num sonho.

Assim, em certos casos, a teoria da telepatia entre médium e assistente assume um bom grau de plausibilidade, que é o máximo que pode ser dito em relação a todas as teorias que até agora consideramos. Mas até onde podemos levar esta teoria? Darei agora um extrato das duas primeiras sessões com a sra. Piper e o reverendo e a sra. S. W. Sutton, de Atole Center, Massachussets (66b, pp. 485-486). A sessão foi realizada a 8 de dezembro de 1893. Foi registrada por Hodgson, e os assistentes foram apresentados sob o pseudônimo de “Smith”. Um taquígrafo experiente tomou as notas. Deve ser entendido que, *através* de Phinuit, fala (e por vezes gesticula) a criança-comunicador; ela não “controla” por si mesma. As anotações entre parênteses são da sra. Sutton.

Phinuit disse “... Uma criancinha está chegando perto de você...” Ele estende as mãos, como que para uma criança, e diz, para reconfortá-la: “Venha cá, querida. Não tenha medo. Venha, querida, aqui está sua mãe.” Ele descreve a criança e seus “cachinhos adoráveis”. “Onde está papai? Quero papai.” (Ele – isto é, Phinuit – toma da mesa uma medalha de prata.) “Quero isto. Quero morder.” (Ela costumava mordê-la) (Estende a mão para uma enfiada de botões.) “Depressa! Quero pôr na minha boca.” (Os botões também. Morder os botões era proibido. Ele imitou exatamente seus modos infantis.) “... Quem é Dodo?” (Seu apelido para o irmão, George.) “... Quero chamar você de Dodo. Diga a Dodo que estou contente. Não chorem por minha causa.” (Põe as mãos na garganta.) “A garganta não dói mais.” (Ela tinha sempre dores na garganta e na língua.) “Papai, fale comigo. Não pode me ver? Não estou morta, estou viva. Estou contente, com a vovó.” (Minha mãe estava morta havia muitos anos.) Phinuit diz: “Aqui estão mais duas. Uma, duas, três, aqui, - uma mais velha, outra mais jovem que Kakie.” (Correto)...

A língua desta estaria seca? Ela fica me mostrando a língua. (Sua língua estava paralisada, e ela sofreu muito com isto, até o fim.) Seu nome é Katherine. (Correto.) Ela chama a si mesma de Kakie. Ela morreu no ano passado. (Correto.) “Onde está meu cavalinho?” (Eu lhe dera um cavalinho.) “Cavalinho grande, não este aqui.” (Provavelmente refere-se a um cavalo e carroça de brinquedo de que gostava.) “Papai, quero ir no cavalo (cavalgar).” (Ela pedia por isto ao longo de toda sua doença)...

(Perguntei se ela lembrava qualquer coisa depois de ser trazida escada abaixo). “Eu estava tão quente, minha cabeça estava tão quente. (Correto) ... Não chorem por mim, isso me deixa triste. Eleanor, quero Eleanor.” (Sua irmãzinha. Chamou muito por ela, no fim de sua doença.) “Quero meus botões. Row, row, - minha música, - cantem agora. Vou cantar com vocês. (Cantamos, e uma voz suave e criança cantou conosco):

Lightly row, lightly row,
O'er the merry waves to go.
Smoothly glide, smoothly glide,
With the ebbing tide.

[Remando de leve, remando de leve
Sobre as alegres ondas vamos
Deslizando suave, deslizando suave
Com a maré vazante.]

(Phinuit pede-nos que nos calemos, e Kakie termina sozinha):

Let the Wind and waters be
Mingled with our melody,
Sing and float, sing and float,
In our little boat.

[Que o vento e as águas
Se misturem com a nossa melodia,
Cantando e boiando, cantando e boiando,
Em nosso barquinho.]

...Kakie canta: “Bye, bye, baby, bye,bye, O baby bye. Papai, cante essa comigo. (Papai e Kakie cantam. Estas duas eram as canções que ela costumava cantar.) Onde está Dinah? Quero Dinah. (Dinah era uma velha boneca de trapo preta, que não estava conosco). Quero Bagie. (Apelido que dava à sua irmã Margaret.) Quero Bagie para me trazer Dinah... Diga a Dodo, quando o encontrar, que gosto dele. Querido Dodo. Costumava marchar comigo, e me carregava (Correto).”

Por mais notável que pareça este extrato (não mais notável que as transcrições completas das duas sessões, que são, aliás, documentos de interesse social quanto psíquico), nenhuma informação foi comunicada que não fosse do conhecimento dos presentes. Isto significaria que podemos seguramente atribuir todos os acertos da sra. Piper a telepatia com os assistentes? Tal conclusão seria demasiado apressada. Não sei de nenhum caso de indiscutível telepatia entre dois seres vivos, ou qualquer outra variedade de PES, em que o fluxo de informação paranormalmente adquirida tenha sido tão rápida, copiosa, e isenta de erro. (Posso até dizer que estou subestimando ainda estas características, pelo pequeno excerto, que foi tudo o que pude citar.) De novo há a questão do ponto de vista sob a qual a informação é apresentada. Podia ser que a sra. Piper tivesse obtido, dos assistentes, informação sobre o ponto de vista dos pais, quanto a Kakie, depois, com alguma habilidade dramática, tivesse laborado uma versão dos fatos, do ponto de vista de Kakie. Ademais (e isto é excepcionalmente estranho), alguns incidentes, em ambas as sessões, aparentemente mostraram associações que pareciam estar na mente da criança, e que não despertaram associações correspondentes nas mentes dos assistentes. Por exemplo, quando Kakie pediu o “cavalinho” e lhe foi dado um cavalinho de brinquedo, ela disse “cavalinho grande, não este”. A sra. Sutton supôs que ela se referia a um outro cavalo de brinquedo que ela gostava. Na segunda sessão, Kakie pediu pelo cavalo de novo, mas quando lhe foi dado o cavalinho disse (66b, p.387): “Não, não é este. O cavalo grande – grande assim. (Phinuit mostra o tamanho.) O cavalo de Eleanor. Eleanor costumava colocá-lo no colo de Kakie. Ela gostava muito daquele cavalo. Estas particularidades adicionais deixaram claro para a sra. Sutton que cavalo ela queria dizer – um que estava empacotado e esquecido, em outra cidade. Numa passagem posterior, não mencionada acima, desde a primeira sessão Kakie pediu pelo “livrinho”. Sua mãe supôs que ela se referia a um livro de figuras em linho. Na segunda sessão, ficou claro que era um livrinho de orações que fora lido para Kakie pouco antes de sua morte, e então colocado em suas mãos. Se dissermos que a sra. Piper podia selecionar, das mentes dos assistentes, associações conflitantes com aquelas conscientemente presentes e utiliza-las para criar a impressão que o comunicador pensava segundo

linhas diferentes dos assistentes, estamos começando a atribuir a ela não só super-PES mas um superdote artístico, também.

A teoria de telepatia com os assistentes é, natural e manifestamente excluída, quando é dada uma informação correta que, no momento, não é do conhecimento de qualquer assistente. Incidentes deste tipo estão difundidos por todos os registros de Piper (e pelo registro de vários outros médiuns também – v. 44e, p. 587). Terminarei este capítulo com relatos resumidos de dois desses casos (os registros originais são demasiado longos para serem citados na íntegra).

1. *O Tio Jerry de Sir Oliver Lodge*

Este caso teve lugar durante a visita da sra. Piper à Inglaterra, no inverno de 1889-90. O resumo de *Sir Oliver Lodge* (111, pp.458-459) é o seguinte:

Acontece que um tio meu de Londres (Tio Robert), agora já bem velho, tinha um irmão gêmeo que morreu há vinte anos ou mais. Interessei-o de maneira geral pelo assunto, e escrevi para perguntar-lhe se não podia me arranjar algum objeto de estimação de seu irmão. Pelo correio da manhã, certo dia, recebi um curioso relógio antigo de ouro, que seu irmão usara... Dei-o à sra. Piper em estado de transe.

Foi-me dito quase que imediatamente que pertencera a um de meus tios... Depois de alguma dificuldade... o dr. Phinuit captou o nome Jerry... e disse..."Este é meu relógio, e Robert é meu irmão, e eu estou aqui. Tio Jerry, meu relógio"... Disse-lhe que, para convencer Tio Robert de sua presença, seria bom lembrar detalhes triviais de sua infância...

"Tio Jerry" recordou episódios tais como nadar no riacho quando eram meninos, correndo algum risco de se afogarem; de matar um gato no campo dos Smiths; da posse de um pequeno rifle, e de uma pele comprida e esquisita, como de uma cobra, que pensava agora estar na posse de Tio Robert.

Todos estes fatos foram mais ou menos verificados. Mas interessante é que seu irmão gêmeo, de quem obtive o relógio, e com quem eu mantive assim uma espécie de comunicação, não podia se lembrar deles.

Lembrou-se de algo como nadar no riacho, se bem que ele só fora para olhar. Tinha uma nítida impressão de ter tido a pele de cobra, e da caixa onde era guardada, mas não sabia mais aonde estava. Mas negou completamente ter morto o gato, e não conseguia se lembrar do campo dos Smiths.

Sua memória, entretanto, está decididamente fraquejando, e ele teve a bondade de escrever a outro irmão, Frank, que vive na Cornuália, um velho capitão do mar, perguntando se ele não teria melhor lembrança de certos fatos – claro que sem explicar o motivo por que fazia essa pergunta. O resultado dessa correspondência indicou triunfalmente a existência do campo dos Smiths..., e a morte de um gato por um outro irmão também foi relembrada; ao passo que sobre nadar num riacho, perto de canal de moinho, foram dados detalhes completos, tendo Frank e Jerry como os heróis da temerária aventura.

Deve ser notado que o Tio Frank não conseguiu se lembrar da pele de cobra; de modo que, se a sra. Piper obteve toda esta informação por telepatia, deve ter saqueado as memórias de dois indivíduos e fundido os resultados.

2. *O cachorro “Rounder”*

A seguir, um resumo (164a, p.354) da sra. Helen Verrall (sra. W. H. Salter) de um caso de um longo trabalho em que ela descreve e analisa algumas comunicações notáveis de um rapaz recentemente falecido, Bennie Junot, para membros sobreviventes de sua família:

A 11 de fevereiro de 1902, o sr. Junot (pai) enviou uma mensagem através de seu filho Bennie a um antigo cocheiro dele, Hugh Irving, que morrera havia alguns meses, perguntando-lhe onde “o cão Rounder” estava. Hugh Irving deixara o serviço do sr. Junot dois meses antes de morrer e levava o cachorro com ele. No estágio desperto (isto é, quando a sra. Piper começava a “acordar”, a 2 de abril de 1902, foi dito que “John Welsh está com Rounder”. O sr. Junot conseguiu, depois de algumas dificuldades, encontrar “John Welsh”, mas infelizmente foi impossível determinar se ele algum dia tivera o cão em seu poder. É certo, porém, que estivera muito ligado ao cocheiro, que levou o cão consigo, e foi por suas tentativas de encontrar John Welsh que o sr. Junot recuperou o cão. Ademais, há boas razões para crer que se John Welsh, mesmo que nunca tivesse tido o cão, soubesse algo de seu paradeiro, poderia ter ajudado o sr. Junot a recobrá-lo. Nem o sr. Junot nem ninguém de sua família jamais ouvira falar de John Welsh (pelo menos, sob este nome); quanto mais de sua ligação com Hugh Irving e possível conexão com o cão. Sem dúvida poderiam ser encontradas pessoas de quem todos estes fatos seriam conhecidos, mas não eram pessoas com quem a sra. Piper já tivera contato. Até que saibamos a que limitações, se houver, a telepatia entre mentes vivas está sujeita, não poderemos determinar se ela é explicação suficiente para fenômenos como este.

Hoje, infelizmente, não estamos mais próximos do conhecimento das limitações, se houver, da telepatia, do que em 1910, quando a srta. Verrall escreveu a passagem acima. Que influência estes casos, que vão tão longe além da telepatia entre os presentes, poderão ter sobre a hipótese de imortalidade, é uma questão que deve ser considerada, depois de conhecermos outros casos semelhantes. A srta. Verrall observa, mais adiante:

...se supusermos, como os próprios controles declaram, que a fonte da informação está nas mentes dos mortos, tais incidentes não apresentam dificuldade e, portanto, muito embora não provem a sua hipótese, se e repetissem freqüentemente, torna-la-iam mais provável.

Isto, eu temo, é uma supersimplificação, mas de um ponto de vista defensável.

À sra. Piper retornarei em vários lugares. Por hora, gostaria de enfatizar que os casos que apresentei neste capítulo constituem pequenina proporção da massa de material “evidencial” fornecida pelos registros de sua mediunidade.

4 A Mediunidade da Sra. Leonard

Ao fim do último capítulo, descrevi brevemente e discuti vários exemplos de comunicações mediúnicas em que a informação dada, correta, evidentemente não poderia ser conhecida, por meios normais, de qualquer pessoa presente à sessão. Tais casos, em número suficiente, e com garantias suficientes que nenhum dos presentes tinha uma memória cheia de detalhes relevantes, minariam seriamente a teoria de que os acertos dos médiuns, quando não são felizes coincidências, ocorrem por telepatia com os presentes. Neste capítulo, falarei de uma médium notável que, pode-se dizer, tinha como especialidade fornecer evidências desta espécie. Refiro-me à médium britânica sra. Gladys Osborne Leonard (1882-1968).

Enquanto criança, a sra. Leonard, como tantos outros médiuns, costumava ter lindas visões, coisa que seus ortodoxos pais reprovavam (89). Muito mais tarde, já casada, descobriu seus dons mediúnicos como resultado de experiências de batidas na mesa com alguns amigos. Ela caiu em transe, e depois foi-lhe dito que sua mãe e uma jovem chamada Feda falaram através dela. Feda tornou-se seu principal controle. Alegava ser o espírito de uma garota índia com quem um ancestral da sra. Leonard se casara no começo do século XIX. Estas afirmações, naturalmente, eram inverificáveis, muito embora houvesse uma tradição familiar de que existiu essa garota (teria morrido de parto, ainda moça). Feda falava com voz aguda, com ocasionais erros gramaticais e má compreensão do significado de algumas palavras, e por vezes um toque de infantilidade que, numa forma mais extrema, cativou muitos assistentes de meia-idade, por parte de comunicadores infantis. (“Creio que vamos ter um ‘Topsy’”, exclamou certa vez uma dessas assistentes num círculo doméstico a que eu costumava comparecer, batendo palmas por antecipação.) Feda via a sra. Leonard com algo entre tolerância e desprezo divertido, e por vezes a deixou embaraçada, pedindo, por exemplo, pequenos presentes, que depois insistiu que eram dela, e não da sra. Leonard.

Com a aproximação da I Guerra Mundial, Feda começou a falar de uma catástrofe que se aproximava, e insistiu junto à sra. Leonard que seria seu dever ajudar o maior número possível de pessoas através de sua mediunidade.

nidade. Pouco depois, a sra. Leonard tornou-se médium profissional, e devotou-se a ajudar os que perderam os seus na guerra. Ao mesmo tempo, preparou-se para se submeter a uma investigação crítica pelos membros da SPR, alguns deles (como a sra. Piper) tendo mandado segui-la por detetives para garantir que ela não fizesse investigações sobre os assistentes, ou empregasse agentes para tanto. O primeiro parapsicólogo a estudá-la em detalhe foi *Sir Oliver Lodge*, cujo livro *Raymond* (1916), descrevendo comunicações de um filho morto na guerra, tornou-a famosa. Ela continuou a ser regulamente estudada pelos investigadores da SPR até os primeiros anos depois da II Guerra Mundial. Por todo aquele tempo, Feda continuou a ser seu principal guia. A maioria das comunicações era dada oralmente, Feda agindo como intermediária; por vezes, outros falecidos controlariam seu aparelho fonador; e muito esporadicamente as comunicações eram dadas por escrito.

Uma característica muito esquisita da mediunidade da sra. Leonard, em seus últimos anos, era o seguinte: por vezes, quando Feda se encontrava no controle e estava transmitindo mensagens de um outro comunicador, um sussurro vindo aparentemente do ar, a um pé ou dois à frente da médium. Esta “voz direta” (obviamente a do comunicador cujas observações Feda retransmitia) corrigia e esclarecia o que Feda dizia por meio da sra. Leonard. Os testes feitos com os instrumentos acústicos então disponíveis não bastaram para determinar se essa voz era ou não independente do aparelho fonador da sra. Leonard (11). Nas breves gravações que ouvi, ela nunca se superpôs à voz de Feda.

De muitas maneiras, a mediunidade da sra. Leonard assemelhava-se à da sra. Piper, e não quero trilhar duas vezes o mesmo terreno. Vou concentrar-me naqueles aspectos singulares que parecem irreconciliáveis com a hipótese de telepatia entre os presentes. Não são fáceis de reconciliar com algo menos que a super-PES, que permitiria ao médium um acesso extra-sensorial a qualquer detalhe identificador relativo a qualquer pessoa viva ou recém-falecida em todo o mundo ocidental. Os aspectos da mediunidade da sra. Leonard que nos interessam são, primeiro, seus admiráveis sucessos (ou o sucesso de Feda) com os “testes de livros” e, segundo, suas numerosas “sessões por procuração” bem-sucedidas.

A origem dos testes de livros é pouco obscura, e parece provável que tivesse sido inicialmente propostos por Feda. Se assim for, compartilham com as “correspondências cruzadas” (que serão discutidas adiante) a característica notável de serem “testes da imortalidade” sugeridos pelos próprios mortos. Há semelhanças desses testes também em literatura mais anti-

ga. O princípio dos testes de livros é bem sumariado por *Sir* Oliver Lodge (50, p.xvi). Um comunicador, usualmente passando a mensagem através de Feda, tinha de especificar:

o número da página de um livro indicado apenas por seu lugar numerado numa estante, cuja posição é descrita, numa casa à qual o médium não precisa ter acesso, se bem que uma casa presumível ou usualmente bem conhecida do comunicador. A idéia é que uma frase fosse posteriormente encontrada naquela página, por qualquer um que seguisse as instruções e identificasse o livro, frase esta que conteria uma mensagem ou mostrará similaridade de pensamento com o que estava sendo dito, ou ainda apropriada às circunstâncias atuais ou a conexão passada entre o comunicador e o destinatário.

Como o livro escolhido não precisa ser conhecido do assistente, ou cujos detalhes pedidos não sejam conhecidos de qualquer dos vivos, está claro, como Lodge diz, que “nenhum tipo simples de leitura de pensamento pode ser invocado ou visto como explicação racional”. Tomarei como exemplo um caso breve, porém notável, em que o comunicador é Edward Wyndham Tennat (Bim), um jovem oficial morto no Somme, em 1916. A sessão (50, p.60) foi realizada em 17 de dezembro de 1917.

Feda. “Bim agora quer enviar uma mensagem ao pai dele. *Este livro é especialmente para o pai dele*; sublinhe isto, ele diz. É o nono livro na terceira prateleira, da esquerda para a direita na estante que fica à direita da porta da sala de visitas, para quem entra; veja o título, e procure na página 37.”

Encontramos o nono livro da prateleira, que era: *Árvores* (de J. Harvey Kelman).

E à página 36, embaixo e remetendo à página 37, lemos:

Por vezes você encontrará curiosas marcas na madeira; são causadas pelo túnel de um escaravelho, muito danoso às árvores...

(Seguem-se as assinaturas de duas testemunhas da descoberta e da verificação desta Mensagem de Livro.)

Glenconner
David Tennant

O pai de Bim era muito interessado no cultivo de árvores, e sua obsessão com “o escaravelho” era uma piada da família. Assim, a mensagem era particularmente apropriada, e a prateleira de onde fora selecionada era conhecida do suposto comunicador.

Durante o período imediatamente anterior e posterior à I Guerra Mundial, muitos testes bem-sucedidos de livros foram executados (145c, 157a). Num extenso trabalho publicado em 1921 (145c), a sra. E. M. Sidgwick analisou os resultados de 532 testes. Classificou 92 (17%) como sucessos; 100 (19%) como aproximadamente bem-sucedidos; 96 como dúbios; 40 como fracassos quase completos, e 204 como fracassos completos.

Numa experiência de controle (138a; cf. 10) 1.800 testes simulados foram sujeitos a uma análise similar. Houve 34 sucessos (menos de 2%) e 51 sucessos parciais (menos de 3%).

Alguns sucessos destes testes foram surpreendentes. Num caso (145c, pp. 253-260), uma assistente anônima (sra. Talbot) recebeu, através de Feda, uma mensagem de seu falecido marido, avisando-a para procurar uma mensagem na página doze ou treze de um livro em sua estante, em casa. Feda disse que o livro não era impresso, mas manuscrito; era de cor escura, e continha uma tabela das línguas indo-européia, ariana, semita e árabe, cujas relações eram mostradas por um diagrama de linhas radiantes. A sra. Talbot não sabia da existência desse livro, e ridicularizou a mensagem. Mas quando eventualmente procurou, encontrou no alto de uma estante, um caderno de capa de couro preto, pertencente ao seu marido. Colada neste caderno uma tabela dobrada de todas as línguas mencionadas; ao passo que na página 13 havia um extrato de um livro intitulado *Post-Mortem*. Neste caso, a mensagem relacionada a um livro desconhecido da médium e assistente (aliás, de nenhuma pessoa viva), mas sem dúvida conhecido do comunicador.

Os dois testes de livros que acabo de mencionar poderiam ser considerados excepcionais evidências da imortalidade. A telepatia não parece ser uma explicação provável, pois é difícil que qualquer pessoa viva possuísse a informação precisa em detalhes suficientes. Por outro lado, a existência dos livros e das passagens relevantes poderiam ser, e no segundo caso certamente era, conhecida do alegado comunicador. Desgraçadamente, os resultados de muitos outros testes de livros só serviram para confundir o assunto; não por terem sido malsucedidos, mas por obterem demasiado sucesso. Pois os comunicadores provaram-se igualmente capazes de transmitir informação sobre o conteúdo de livros deliberadamente colocados em estantes de casas que não conheciam. Livros que, aliás, não tinham para eles nenhum significado especial. Em face disto, deduz-se que os comunicadores obtiveram seu conhecimento do conteúdo destes livros por clarividência (os livros, é claro, estando todos fechados). Feda certamente fala como se os comunicadores fossem entidades independentes, alojadas nas prateleiras de teste, folheando os livros à cata de passagens adequadas, e, depois, voltando para retransmitir os resultados através dela. Mas se estes comunicadores podem exercer a clarividência a um grau tão elevado, por que não Feda? Por que não a própria sra. Leonard? A informação dada não é mais profunda do que a que os comunicadores estão especialmente qualificados para dar. Em alguns casos (145c, pp. 300-313), informação correta foi dada sobre o conteúdo de livros em grego clássico; mas nem a sra. Leonard, nem o assistente, nem o comunicador conheciam o grego clássico, ao passo que

a pessoa que emprestou os livros (sra. Salter) muito embora soubesse grego, não estudara muitos de seus volumes. Neste caso, nem a telepatia com os vivos, nem a comunicação com os mortos, nem a clarividência nos dariam uma explicação adequada.

Acho que seria razoável dizer dos testes de livros:

a) O fato de que, em certos casos, tenha sido feita referência significativa a passagens dos livros que os comunicadores tiveram em vida, não pode ser tomado como evidência de que a memória sobrevivente daqueles comunicadores ainda estivesse ativa. Pois, como vimos, os comunicadores também conseguiram se referir a passagens de livros altamente improváveis de terem sido lidos por eles em vida.

b) Mesmo se aceitarmos que os livros, de algum modo, estavam abertos à inspeção clarividente por um agente diverso que o do comunicador, resta o problema de como, desta massa de material potencialmente disponível, só tenham sido selecionadas aquelas passagens que eram significativas para o destinatário vivo. *Quem selecionou* para o pai de Bim a passagem sobre o escaravelho? Selecionar uma passagem tão apropriada assim exigiria da médium um conhecimento da mente do pai de Bim, e então, à luz da informação telepaticamente adquirida dele, selecionar de um dentre os numerosos livros clarividentemente acessíveis a ela, aquela passagem que provavelmente mais impressionaria a família de Bim, como mensagem do tipo que ele provavelmente dirigiria a seu pai. Este problema da *seleção* surgirá de novo, tal como a aparente *síntese* da informação extra-sensorialmente adquirida de mais de uma fonte.

O termo “sessão por procuração” é quase auto-explicativo. Um assistente vai a uma sessão em nome de um terceiro, sobre o qual ele e o médium sabem o mínimo possível. Se comunicações “evidenciais” forem então recebidas, a explicação dificilmente poderia ser abandonada à porta da telepatia com as pessoas presentes. Usualmente o terceiro, ou principal ausente, deseja comunicação de uma pessoa morta em particular que, de um modo ou outro, deve ser contatada. Para conseguir isto, o assistente por procuração pode dar ao médium detalhes cuidadosamente limitados (assim como nome ou frase de identificação) do comunicador desejado, ou pode trazer algum objeto de estimação dele, ou chamar por ele em particular, ou concentrar-se nele antes da sessão, ou pode pedir a seus próprios guias espirituais que ajam como intermediários. As mais conhecidas das sessões por procuração são, sem dúvida, as numerosas sessões da sra. Leonard, nas quais a srta. Nea Walker e o reverendo C. Drayton Thomas agiram como procuradores (157d; 157e; 157f; 167a; 167b; cf.158). Estas sessões, usualmente, mas não sempre, eram resultado de cartas de pessoas enlutadas, por vezes em desespero: pais, esposos, etc

Muitos casos de “procurações” continuaram ao longo de muitas sessões, e é difícil transmitir a “atmosfera” delas num sumário. Por exemplo, um dos casos mais notáveis de Drayton Thomas, o caso “Bobbie Newlove” (157e) estendeu-se por onze sessões. Bobbie era um menino de dez anos que morreria de difteria. Mostrou-se um fluente comunicador, e através de Feda fez infalíveis referências a assuntos tais como um saleiro em forma de cachorro que possuía; uma fantasia de “Valete de Copas” que usara uma vez; visitas a um laboratório químico com seu avô; aparelhos de ginástica que colocara em seu quarto, e os exercícios que fez lá; uma garota patinadora de quem ele gostava; um ferimento no nariz; e a topografia de sua cidade natal (inclusive nome dos lugares). O mais curioso de tudo: ele repetia insistentemente que, algumas semanas antes de sua morte, sua saúde fora minada pelo contato com “canos” venenosos, o que baixara sua resistência à difteria. Em relação aos canos, ele falou de gado, uma espécie de celeiro, água corrente. Isto não queria dizer nada para sua família mas, ao se fazer uma investigação, foram descobertos alguns canos d’água junto aos quais ele brincara com um amigo. O local correspondia à descrição dada e é possível que Bobbie tenha bebido água contaminada ali.

Num outro caso, Drayton Thomas recebeu o pedido do prof. E. R. Dodds, bem conhecido crítico da evidência da imortalidade, para que tentasse um contato com um certo Frederic William Macaulay, em nome da filha deste, a sra. Lewis. Thomas compareceu a cinco sessões com a sra. Leonard. Foram feitas claras referências ao trabalho de Macaulay como engenheiro hidráulico. As seguintes passagens (157f, pp. 265-269) referem-se a assuntos mais pessoais. As anotações da sra. Lewis estão entre parênteses:

Feda: Há um certo John e um Harry, ambos com ele. E Race... Rice... Riss... pode ser Reece, mas soa como Riss, e Francis. São todos nomes de pessoas associadas a ele ou que se ligaram a ele no passado, em tempos felizes. Tenho a sensação de um lar ativo e ocupado, onde ele era bem feliz.

(Esta é uma passagem bem curiosa... Provavelmente o período mais feliz da vida de meu pai foi nos quatro ou cinco anos antes da guerra, quando nós, seus cinco filhos, estávamos todos na escola, e a casa se enchia com nossos amigos nos feriados. John, Harry e Francis poderiam ser três deles... Mas a passagem mais interessante é “Pode ser Reece, mas soa como Riss”... meu irmão mais velho estava na escola em Shrewsbury e ali concebeu uma espécie de veneração por um dos “Tweaks” (meninos do sexto ano) cujo nome era Rees. Ele nos escreveu sobre o rapaz várias vezes, e sempre chamava a atenção para o fato de que o nome dele se escrevia “Rees”, e não “Reece”. Nos feriados, minha irmã e eu costumávamos provoca-lo cantando “Não Reece, mas Riss”, até que meu pai nos proibiu...)

Feda: Agora captei uma palavra estranha... ele teria se interessado por... banhos de alguma espécie? Ah, ele diz que eu captei a palavra certa, banhos. Está soletrando: BANHOS. Sua irmã vai entender, ele está dizendo. Não é alguma coisa comum, mas sim como algo especial.

(Esta, para mim, é a coisa mais interessante que emergiu das sessões. Banhos eram sempre assunto de piada, em nossa família – meu pai sendo muito enfático sobre que a água não deve ser desperdiçada com banhos muito demorados ou deixando as torneiras pingando. É difícil explicar como parece íntimo este detalhe... A menção de banhos aqui, também me parece uma indicação do estranho humor de meu pai, característica que tem feito falta...)

Feda:...Godfrey; perguntar à sua irmã se ela se lembra de alguém chamado Godfrey. Este nome é um grande elo com os velhos tempos.

(O funcionário mais confiável de meu pai, que ajudou muito em pesquisa hidráulica, chamava-se William Godfrey. Esteve com meu pai por anos e lembro-me dele desde minha primeira infância...)

Feda: Que foi isso? ... Peggy... Peggy... Puggy... está me dando um apelido, como Puggy, ou Peggy. Soa como um nome especial, um apelido especial, e acho que é algo que sua filha sabe...

(Meu pai às vezes me chamava de “*pug-nose*” (“nariz achatado” ou Puggy”.)

No total, 124 itens foram dados, dos quais 51 foram classificados como certos, 12 como bons, 32 como razoáveis, 2 como maus, 22 como duvidosos, e 5 como errados. Dodds, que estimulava a realização desta experiência, observa: “Parece-me que a hipótese de fraude, influência racional de fatos conhecidos, telepatia do assistente e coincidência não podem explicar, separada ou conjuntamente, os resultados obtidos.”

Os casos de sessão por procuração mais impressionantes, como os de Bobbie Newlove e Macaulay, são longos demais para lhes ser feita justiça num sumário. O caso a seguir (157g) tem algumas características bastante inusitadas (se bem que não sem precedente), das quais citaremos as essenciais, embora sumariamente. Podemos chamá-lo de caso “Aitken”, por causa do nome da família envolvida.

Numa sessão da sra. Leonard, em 28 de outubro de 1938, os comunicadores costumeiros de Drayton Thomas (seu pai e irmã) perguntaram se recentemente ele não havia recebido, de um homem de meia-idade, uma carta a respeito de seu filho. Ele ainda não havia recebido a tal carta, e os comunicadores adiantaram-lhe alguns particulares de seu conteúdo. A carta se referia a um acidente de automóvel. Neste acidente, o rapaz foi morto, ou quase. Havia uma conexão com “Morton” ou um nome com este som. O pai vivera uma vez onde Drayton Thomas vivia. Finalmente um outro nome que soava como “Char” foi dado.

A carta acabou chegando. Estava datada de onze dias depois da sessão, e era do sr. Lionel G. Aitken, membro da SPR. O sr. Aitken contou a Drayton Thomas que primeiro pensou em escrever quando o ouviu falar numa reunião no Queen’s Hall a 9 de outubro, isto é, três semanas antes da sessão e quase cinco antes de realmente escrever. Uma sentença da carta diz: “Não há muito, perdi meu filho, um esplêndido rapaz, cheio da alegria de viver e de sucessos.” Depois de se referir a certos médiuns de Londres,

continua: “acho que, no total, fomos afortunados pela natureza evidencial das mensagens recebidas”. Por fim, foi pedido o conselho de Thomas sobre outros médiuns, mas não havia palavra que sugerisse que ele poderia obter uma mensagem através da sra. Leonard.

Drayton Thomas iniciou uma correspondência com o sr. Aitken. A partir desta correspondência, surgiram certos fatos sobre o que fora dito na sessão de 28 de outubro. Nesta citação (157g, pp. 103-104), Drayton Thomas coloca estes fatos para comparação junto aos itens dados na sessão:

1. *Devo esperar uma carta de um pai sobre seu filho...* Quando perguntei ao sr. Aitken quando pensou seriamente em escrever, ele respondeu: “Não creio que pensei em mencionar-lhe meu caso e pedir conselho até que de fato estava escrevendo a carta. Só queria agradecer-lhe pela sua conferência. Parece que o senhor tinha notícias de algo que eu ia escrever antes que eu o fizesse, ou pensasse nisso conscientemente.”

2. *O pai é de meia-idade.* Correto.

3. *Um caso de acidente.* Também correto.

4. *Relacionado a um automóvel.* O sr. Aitken escreve: “Não exatamente um acidente de automóvel.”

5. *O rapaz foi morto, ou quase.* Foi morto instantaneamente.

6. *Morton, ou um nome parecido; este pai já viveu onde você viveu.* Na correspondência sobre esta afirmação, soube que o sr. Aitken residiu na aldeia de Norton e que seu filho nasceu lá, e conheciam toda a vizinhança. Norton está a apenas uma milha e meia de Baldock, onde vivi com meus pais entre 1876 e 77. Será demasiado supor que o “Morton” de Feda foi mal percebido ao invés de Norton?

7. *Outro nome com Char – foi dado.* Isto foi insatisfatório; possivelmente uma tentativa de acertar Charles, o primeiro nome do amigo do sr. Aitken morto em Gallipoli.

Drayton Thomas, evidentemente, ficou convencido de que algo mais que acaso estava em ação aqui. Vários dos itens, porém, são lugares-comuns, ou estão errados. O caso repousa amplamente sobre:

a) a coincidência no tempo entre a predição de uma carta que um homem escreveria sobre seu filho e o cumprimento da predição, e:

b) a indicação razoavelmente clara de uma localidade.

A primeira é um tanto difícil de determinar, na ausência de conhecimento detalhado sobre o tipo de cartas que Drayton Thomas usualmente recebia; a segunda, porém, não é tão fácil de ser desprezada.

Thomas usa a aparente precognição demonstrada pelos comunicadores para a fastar a hipótese da super-PES. Diz ele (p.104):

Aqueles que se inclinam para a hipótese universal da telepatia sugerirão que as mensagens originaram-se no sr. Aitken. Mas isto implicaria que a médium leu a memória de Aitken antes que ela ou eu soubéssemos da existência dele e,

ainda mais incrivelmente, que ela adivinhou um propósito do qual ele estava totalmente inconsciente até que foi escrever, para agradecer-me pelas observações que me ouviu fazer em público.

A crítica que Drayton Thomas faz à “hipótese universal da telepatia” sem dúvida é justificada. É de suspeitar, porém, que ele quer saltar das limitações desta hipótese diretamente para a validade da posição da imortalidade. O princípio parece ser – e é, infelizmente, um princípio entusiasticamente aplicado neste campo por partidários de todas as persuasões – que se seus principais competidores estão falidos, o seu próprio negócio deve estar indo muito bem. Muitos teóricos esperançosos tentaram persuadir a si mesmos quanto a isto, provando o que para eles era satisfatório. Mas é claro que o problema que se apresenta – o da aparente precognição da carta do sr. Aitken – não é resolvido simplesmente atribuindo-se precognição a espíritos desencarnados. Tal movimento seria inteiramente regressivo.

O aspecto mais notável deste caso, porém, ainda está para ser contado. Em quatro sessões posteriores da sra. Leonard, nas quais o assistente era Drayton Thomas, e às quais o sr. Aitken não esteve presente, muito material diretamente relacionado ao filho do sr. Aitken foi recebido. O sr. Aitken considerou boa parte dele como altamente comprobatório. Entretanto, havia algumas ocorrências que ele tratou com pouco caso, mas que seu outro filho, de imediato, reconheceu como uma mensagem referente a um amigo comum, dele e do irmão, amigo de quem o sr. Aitken nunca ouvira falar. Transpirou que o filho pedira (mentalmente) a seu irmão falecido que tentasse enviar uma mensagem sobre este amigo, através de um médium.

Agora dou as corroborações do próprio sr. Aitken, das afirmações de Feda (157g, pp. 122-123):

Na sessão com o sr. Drayton Thomas, em 20 de janeiro de 1939, Feda disse: “Havia alguém mais em quem ele estava muito interessado, que talvez o senhor não conheça...um nome que começa com a letra B, e acho que há um R...não é um nome comprido – muito ligado a ele...pode ser um sr. BRICK... sinto que é algo que serve para construções, *e é um nome muito ligado a esse rapaz e a seus interesses.”

Na sessão com o sr. Drayton Thomas, em 3 de fevereiro de 1939, Feda disse: “Um nome que começa com BR – um nome importante para ele...Alguém a quem estava associado pouco antes de morrer...há uma ligação entre este BR... e o passamento do rapaz. Também quero saber se há algo a ver com ele, côm um barquinho...ou um modelo de navio – algo que ele possuía na Terra, e de que gostava muito. Está me mostrando algo como um navio de brinquedo – um navio enfeitado, não um navio simples – elaborado, um bocado

* *Brick*, em inglês, significa “tijolo”(N.T.).

elaborado – com bastantes detalhes – parece ter estado ligado à sua vida terrena – mas algum tempo antes de morrer, cedo em sua vida terrena, mas acho que é uma coisa que seus familiares ainda têm...”

Um nome começando com BR – como o nome que Feda diz que “pode ser sr. BRICK” – fora mencionado por outros médiuns, mas fomos incapazes de localiza-lo, nem foi entendida a referência a um “modelo de navio”; mas meu filho, ao ver o escrito da sra. Leonard, reconheceu seu significado.

Ele e seu irmão falecido foram amigos, numa base da RAF de um jovem oficial chamado BRIDGEN – de quem não tínhamos ouvido falar - e que fora morto um ano depois de meu filho. Este moço, depois de alistar-se na RAF trabalhara para uma firma que fabricava *modelos em escala de navios* para as empresas de navegação, e mostrara a meu filho a fotografia de um destes modelos que ele mesmo fizera e que disse que seus parentes ainda tinham em casa. Meu filho tinha certeza de que esta história do modelo do navio foi dada como um sinal, se não conseguíssemos captar o nome corretamente.

Estas corroborações foram acompanhadas pela seguinte carta do filho remanescente do sr. Aitken:

Ao Editor
Journal of the Society for Psychical Research
Prezado Senhor,

Li o relato de meu pai acerca das sessões por procuração “Leonard-Aitken” e sou testemunha de sua correção.

Eu era o único membro da família que conhecia Bridgen, e nunca tive nenhuma comunicação com o sr. Drayton Thomas ou com a sra. Leonard.

Minha “mensagem mental” não foi dirigida ao sr. Drayton Thomas ou à sra. Leonard – mas a meu irmão “morto” – e para mim, a resposta foi indiscutível.

Sinceramente seu,
LIONEL AITKEN,
Oficial Aviador, RAF

14 de novembro de 1939

A esta altura, não procurarei demonstrar todas as implicações das sessões por procuração bem-sucedidas, para o problema da imortalidade. Mas vale a pena ter em mente os seguintes pontos, para futura discussão:

1. Parece improvável que toda ou mesmo a maioria das informações transmitidas nessas sessões tenha sido obtida pela clarividência do médium. Muitos dos detalhes só poderiam ser verificados consultando as memórias dos amigos e parentes dos mortos; tanto quanto saibamos, não houve retratos, registros escritos ou impressos, nem outro elemento físico que, percebido por clarividência, pudesse ter fornecido informação do afeto de Bobbie Newlove pela menina patinadora um pouco mais velha que ele, ou que F.W.Macaulay tinha uma obsessão por banhos, e que chamava impie-

dosamente a filha de “nariz chato”, e assim por diante. E mesmo que houvesse tais fontes acessíveis à clarividência, as fontes para cada caso deveriam estar em diversos lugares, de modo que o médium precisaria localizá-las, lê-las e sintetizá-las numa história coerente e plausível. A telepatia com algum vivo que possuísse todos os fragmentos de informação soa como uma proposição muito mais aceitável.

2. No entanto parece que em dois dos casos de “sessões por procuração” citados neste capítulo não havia pessoa viva que tivesse toda a informação. Isto se evidenciou mais no caso Aitken, onde Feda apresentou certas informações não conhecidas da sra. Leonard, nem de Drayton Thomas, nem do sr. Aitken, mas só do filho vivo deste. No caso de Bobbie Newlove, parte da informação relevante (sobre os canos e sua localização) não era conhecida de nenhum membro da família do comunicador. Somos forçados a atribuí-la à telepatia entre a sra. Leonard e um dos amigos de Bobbie (o que estava brincando com ele perto dos canos) ou à clarividência dos arredores, além de uma boa avaliação dos hábitos de Bobbie, de seus passatempos e atividades, e subsequente armazenamento no inconsciente da médium. (Esta última possibilidade, que implica a monitoração contínua das vidas de um número indefinidamente grande de comunicadores em potencial que ainda vivem, parece-me mais fantástica que qualquer versão da hipótese da imortalidade da alma.) para ambos estes casos, portanto, teríamos de postular, pela hipótese da PES, pela qual a sra. Leonard localizou (telepaticamente) duas fontes separadas de informação, canalizou-as e fundiu os resultados.

No outro caso, o de Macaulay, Drayton Thomas listou três itens corretos dados por Feda que não eram conhecidos da sra. Lewis, presumível fonte principal de informação obtida telepaticamente. Mas Dodds achou que estes dados muito vagos e gerais para serem convincentes; e concordo com esta afirmativa.

3. Um problema obviamente subjacente a sessões por procuração bem-sucedidas para a hipótese da PES é, naturalmente, que o médium consegue localizar (por telepatia ou clarividência) fontes de informação apropriadas ao caso em questão. As fontes estão, em diversos sentidos, distantes da sessão e do assistente, para quem a mera existência de algumas delas é desconhecida. Poderíamos propor que o médium fica sabendo, pela mente do assistente, da identidade da pessoa, em nome de quem faz as perguntas, e que isto, de algum modo, o capacita a focalizar a mente desta, de onde pistas para outras informações, e daí por diante. É só começar a pensar nos detalhes para perceber que o processo é grotescamente implausível. Nomes certos, endereços, datas, e assim por diante – detalhes

que identificam *exclusivamente* uma pessoa –, estão dentre os itens mais difíceis para os sensitivos obterem; e, no entanto, tais detalhes únicos de identificação (ou seus equivalentes) teriam de ser obtidos num caso por procuração, antes que o médium pudesse determinar que fonte de informação usar e, em alguns casos, várias fontes, à medida que, por assim dizer, a mente do médium se deslocasse ao longo da cadeia de pistas.

Deve ser acrescentado que a teoria da imortalidade também deve explicar como Feda conseguiu localizar Bobbie Newlove, F.W.Macaulay, etc. do “outro lado” para extrair mensagens significativas deles. Ela usou PES? Certamente ela costuma falar como se a consciência que tivesse dos comunicadores fosse de natureza flutuante e incerta. Porém, se há um “outro mundo” para o qual passam nossos espíritos depois da morte, talvez seja razoável supor que ele contenha alguma forma estabelecida de rede de comunicação à distância, ou um sistema de correios e telégrafos celestiais.

4. Por fim, deve-se observar que, em alguns casos de “sessão por procuração”, os destinatários principais sentiram que as mensagens não só continham informação correta, mas características de personalidade (senso de humor, interesses, estilo de falar, etc.) próprias dos comunicadores. Se estão certos quanto a isto, adicionalmente temos de atribuir ao médium o poder de selecionar os fatos relevantes e, ao invés de apresentá-los na forma afirmativa (“ele tinha um senso de humor seco”), representar teatralmente, reproduzindo o humor do comunicador. Certamente, quanto mais numerosos ficam os dons inusitados que precisamos atribuir aos médiuns para sustentar a hipótese da super-PES, mais embaraçosa e inconveniente ela se torna.

5 Comunicadores “Esporádicos”

Nas sessões por procuração bem-sucedidas, descritas no último capítulo, ainda se argumenta que há um sutil elo entre o médium e as pessoas ausentes detentoras da informação. Se necessário, um defensor da super-PES proporá uma série destes elos, terminando em alguém que saiba aquilo que o médium disse. Na categoria de casos que agora discutirei, mesmo os elos mais tênues e excessivamente mal-definidos estão ausentes. A classe foi rotulada pelo prof. Ian Stevenson (153d) de comunicadores “esporádicos”. Como o nome implica, são os comunicadores que chegam sem ser convidados, e são manifestamente desconhecidos do médium e assistentes. Temos registrados casos em que estes comunicadores fizeram afirmativas sobre si e suas carreiras que depois foi possível verificar. Tais casos são de óbvio interesse teórico e antes de passarmos aos exemplos, explorarei suas implicações potenciais. São, em geral, hostis à hipótese da PES, e favoráveis a alguma forma da teoria da imortalidade. As dificuldades para a super-PES podem recair sob dois títulos, a saber: a escolha do comunicador e a localização do material de informação.

O primeiro destes problemas evidencia-se se perguntarmos por que, em qualquer caso de “esporádico”, a suposta PES do médium teria se focalizado sobre fatos daquele morto em particular. Os fatos sobre a maioria dos “esporádicos” não são muito de chamar a atenção. Por exemplo, não ficariam emoldurados em obituários excepcionais ou cartas de condolências que atrairiam a atenção da clarividência do médium mais que qualquer necrologia ou carta. Nem se destacariam nas mentes de parentes enlutados de modo a polarizar sua atenção telepática. Nem médium nem assistentes têm qualquer motivo especial para desejar informação sobre aquele morto em particular. Algumas restrições muito amplas parecem se impor à seleção dos comunicadores “esporádicos”: a maioria deles (isto é, a maioria daqueles cujas afirmações que fizeram sobre si mesmos foram conferidas) vêm do país do próprio médium e falam a sua língua. Mas pondo de lado

estas restrições, vemo-nos compelidos, sob a hipótese da super-PES, a supor que a seleção do comunicador só depende da operação aleatória de fatores totalmente desconhecidos.

O segundo conjunto de dificuldades que os casos “esporádicos” podem originar para a hipótese da super-PES é a localização da informação, muito mais complexa e difícil. Na maioria destes casos, sem dúvida, deve haver uma fonte única, assim como algum escrito, ou a memória de alguma pessoa viva, de onde o médium. Através de sua suposta percepção extra-sensorial, obtém toda sua informação. Mas, e se (e alguns casos podem se aproximar deste tipo) a informação só pudesse ser coletada de várias fontes distintas, como as memórias de várias pessoas vivas, ou vários registros escritos? Como o médium, tendo selecionado o morto que vai apresentar a seus assistentes, vai selecionar, dentre todas as informações que lhe são disponíveis telepática e clarividentemente, só a que for importante para aquela pessoa? Não creio que seja possível dar importância a esse tema que, na verdade, é remotamente plausível.

Consideremos primeiro o caso em que diferentes itens estão nas memórias de diferentes pessoas. A hipótese mais óbvia é que, provavelmente, os diversos conjuntos de memórias em diferentes mentes são totalmente adornados e marcados por características quase análogas, tais como imagens reconhecivelmente semelhantes do comunicador falecido. Mas, mesmo que deixemos de lado momentaneamente as dificuldades lógicas envolvidas na sugestão de que uma pessoa possa inspecionar as imagens mentais de outra por uma quase-percepção, a teoria da imagem continua implausível. Isso nos forçaria a predizer que os médiuns tendem a confundir pessoas que, enquanto vivas, simplesmente eram parecidas, e mesmo a confundir pessoas reais com personalidades fictícias. Forçaria ainda dizer a dizermos que as imagens da memória, quando não em uso, ficariam armazenadas em algum arquivo acessível às divagações telepáticas dos médiuns, outra idéia extraordinariamente implausível. Mesmo que se volte à noção de que as memórias estão armazenadas em forma de alterações estruturais sutis ou funcionais no cérebro, deve-se atribuir ao médium a capacidade de ler o código neurônico em que as memórias estão representadas, habilidade que nenhum neurologista está atualmente, em qualquer parte, perto de atingir (ou que, como provarei mais tarde, jamais poderá atingir). Finalmente, seja como for, fica bem claro que não são quaisquer características quase-perceptíveis de uma imagem que fazem dela uma imagem de uma pessoa em particular, mas a referência ou intencionalidade com que o vidente a envolve. Uma imagem de um rosto redondo e alegre pode servir como imagem do falecido Tio Nat; como imagem de John Bull; ou de Mr. Pickwick, marca de cereal; imagem de Júpiter, o jovial; imagem da alegria em geral;

e assim por diante. Processos psicológicos fora da imagem determinam o que ela representa.

Pode parecer que o caso onde os itens de informação existem na forma escrita ou de outro registro apresente menos dificuldade que o caso acima examinado. Pois obituários, cartas e condolências, e outros, costumam, ordinariamente, ter cabeçalhos ou endereços que, percebidos por clarividência, e imediato indicariam que a mesma pessoa estava envolvida. Talvez isto simplifique o problema, mas está longe de torná-lo elementar. Consideremos o caso em que várias notícias de jornal precisem ser fundidas por clarividência. Vamos presumir que os jornais sejam velhos, e não números atuais sobre as mesas de desjejum de todo o país. Então é de se supor que o médium, no curso de seu incessante vagar clarividente, talvez inconsciente, pelos arquivos de jornais antigos, tire, da enorme lista do obituário que lhe é acessível, apenas o que concerne a uma determinada pessoa, e os justaponha e os sintetize. Em outras palavras, ele deve discriminar estes obituários de todos os outros, de pessoas que tenham o mesmo nome ou nomes parecidos, de pessoas que tenham profissões semelhantes, de todos os obituários que tenham as mesmas datas de nascimento, e assim por diante. Qualquer pessoa que já teve a oportunidade de examinar minuciosamente os obituários de jornais (como eu) perceberá que é um trabalho estafante, e alguns exemplos de confusão óbvia entre obituários de jornal poderiam reforçar grandemente a explicação da clarividência – especialmente tendo em vista o fato de que não temos, fora da situação mediúnica, um só exemplo autêntico de um clarividente tentando ler uma passagem escondida de prosa que contenha detalhes imprescindíveis.

Assim, é possível construir um caso “esporádico” ideal que empurraria a hipótese da super-PES ao limiar da ininteligibilidade. Aliás, além deste limite. Tal caso teria as seguintes características:

a) O comunicador “esporádico” em questão teria uma forte e compreensível razão para querer se comunicar; uma razão claramente mais forte que qualquer uma que o médium possa ter para querer entrar em contato com ele.

b) A informação que ele comunica deve ser tal que o médium não poderia tê-la obtido por contato extra-sensorial com uma só pessoa viva, por obituários, etc.

c) Podemos ter alguma certeza de que o médium não poderia ter obtido a informação por meios ordinários (ponto ao qual em breve retornarei).

É extremamente necessário explicar quão importantes são as vantagens da teoria da imortalidade, em relação a casos em que a super-PES teria de supor que o médium tivesse usado seus extraordinários poderes de PES para localizar diversas fontes díspares de informação sobre o comuni-

gador, e, então, sintetizado a informação assim coligida. Também tem vantagens óbvias explicar por que o médium escolhe um determinado morto desconhecido, em vez de outro, como sujeito de suas pesquisas extra-sensoriais. O morto seleciona a si mesmo. Como Stevenson observa (153d, p. 63), “Alguns comunicadores ‘esporádicos’ explicaram sua presença muito bem, e sua motivação para se comunicar é parte importante de todo o caso que tem de ser explicado, bem como a origem de qualquer comunicação.” Os comunicadores “esporádicos” podem se apresentar como desejosos de aliviar a dor de amigos vivos; como se fossem trazidos por pessoas do outro mundo que anteriormente se comunicaram através do mesmo médium, como espíritos perdidos num livro, onde o médium é seu único meio de contato com os outros; como se estivessem unidos por interesses comuns às pessoas presentes; como se estivessem altruisticamente tentando ajudar; ou, como simplesmente, aparecessem apenas para uma conversinha. É difícil decidir quão a sério devem ser tomadas as explicações dos próprios comunicadores sobre suas presenças; mas por vezes as explicações dadas, pelo menos, estão de acordo com o seu papel.

Isto quanto às implicações teóricas dos comunicadores “esporádicos” e para o caso ideal (ou seja, imaginário). Agora vamos lidar com alguns casos reais e ver até que ponto eles se harmonizam com o ideal.

Os casos comprovados de “esporádicos” são raros na literatura “séria” da pesquisa psíquica (exemplos: 48; 64b, pp. 97-102; 110a, II, pp. 471-477; 153d; 153e; 162a; 174). O quanto isto reflete a raridade global é difícil dizer. Os comunicadores “esporádicos” parecem ser muito mais característicos do “círculo doméstico”, das pranchas ouija e pranchetas e da experiência do automatista, por curiosidade e interesse, do que do médium profissional. Poderia haver várias razões para isto; a principal seria a pressão sobre os médiuns que fazem sessões regulares para clientes individuais, de molde a excluir os comunicadores que não sejam os que devem falar com os assistentes. Como uma alta proporção das investigações sobre mediunidade publicadas pela SPR e ASPR se concentram sobre médiuns desta natureza, os “esporádicos” quase nunca apareceram (quanto a alguns casos desta natureza com a sra. Piper, v. 66a, pp. 37-42). Da mesma forma, naturalmente, a comprovação destes casos requer muito tempo e um bom conhecimento dos registros públicos do país, além de, freqüentemente, o acesso a uma grande biblioteca. Comunicadores “esporádicos” da maior veracidade podem entrar e sair dos “círculos domésticos” sem que ocorra a ninguém que seria possível verificar seus dados. E onde tais verificações foram feitas, ficaram muito aquém de um padrão de perfeição.

Ilustrarei esse último ponto com um exemplo tomado do discurso presidencial de *Sir Lawrence Jones* à SPR (76). No ano de 1900, *Sir Law-*

rence teve em sua casa, por algum tempo, um “círculo familiar” em torno da bem conhecida médium amadora srta. Kate Wingfield (é citada como “srta. A.” em *Human Personality*, de F. W. Myers). As comunicações eram recebidas tanto por batidas como por escrita automática. A 8 de setembro de 1900, uma certa Sarah Willett, da Sydney Street, nº 7, Londres, escreveu, através da srta. Wingfield, que fora morta a tiros por um certo Jack Parr, da Green Street, um lustrador de móveis. A 30 de setembro, a srta. Wingfield teve uma visão desta moça, e na noite de 2 de outubro viu uma tenebrosa “figura com uma coisa preta como uma sacola amarrada sobre sua cabeça e ombros”. As batidas soletraram “John Parr enforcado hoje”. A srta. Willett, cujas atenções a um outro homem precipitaram o assassinato, expressou terror pela vingança que Jack Parr poderia extrair de sua prematura transição para o outro lado. Pouco depois, John Parr passou a comunicar-se regularmente. De início, irradiando vingança contra a duplamente perseguida Sarah. Depois, porém, acalmou-se e ditou uma receita para polimento de móveis que se revelaria de grande utilidade.

A execução de John Parr, a 2 de outubro, não foi mencionada nos jornais britânicos senão no dia seguinte. Porém, sua data poderia ser predita por qualquer pessoa informada que lesse as notícias sobre o crime e as investigações (*Morning Post*, de 29 de agosto e 1º de setembro) e sobre o julgamento de John Parr (*The Times*, 14 de setembro). Os detalhes dados nas “comunicações” correspondiam, aproximadamente, ao que apareceu nos jornais. Sir Lawrence Jones, sem dúvida homem bem-educado, aceitou a afirmativa da médium e de sua mãe (que estava presente com ele) que elas não tinham lido estas notícias, e normalmente nem olhavam para *The Times* e *The Morning Post*. Mas um descrente certamente diria que a srta. Wilgfield fraudulentamente conseguiu as notícias dos jornais e as utilizou em sua escrita automática. Uma suposição menos séria seria a de criptomnésia; a suposição de que lera as notícias, esqueceu-as, as reteve uma memória latente que depois achou expressão na escrita automática. Uma ou outra destas hipóteses teria sido sugerida se as notícias do jornal contivessem erros que fossem reproduzidos nas comunicações. Sir Lawrence nem tentou descobrir se a receita para polimento de móveis fora tirada do *Tesouro do Lar da Tia Kate* ou alguma coleção análoga. Nem perguntou a ela se os dois endereços dados (Sydney Street e Green Street), que não aparecem na notícia do *Times*, estavam certos. Se estivessem corretos, a tese da paranormalidade seria reforçada.

Para excluir a fraude e a criptomnésia seria preciso aceitar, sem qualquer benevolência, a simples afirmação da médium que nunca se deparou com essa importante informação, além de justificar que ela *não devia ter* se deparado com ela. E isso envolve a comprovação de uma negativa,

empreendimento normalmente difícil. Acho que a negativa não pode ser provada no caso em discussão e, certamente, nunca o foi. Mas há outros casos em que pode não ser exatamente provada, pois “prova” é uma palavra um pouco forte para uma demonstração não-matemática, mas, de qualquer forma, bem alicerçada. Agora passarei a delinear e comentar os três casos.

O primeiro desses casos foi recebido através do médium de transe, islandês famoso, Hafsteinn Bjornsson. Hafsteinn não era um médium profissional, na acepção de ganhar a vida com sua mediunidade, mas aceitava doação dos assistentes. Tinha um controle regular chamado “Finna”, que retransmitia mensagens de outros comunicadores; mas o mencionado controle, por vezes, podia controlá-los. As comunicações originais foram obtidas em 1941, e foram investigadas pouco depois (88). O caso foi posteriormente estudado, entre 1971 e 72, por Haraldsson e Stevenson, que publicaram seu relatório em 1975 (59b).

A 25 de janeiro de 1941, Hjalmar Gudjonsson, visitante da Islândia oriental, compareceu a uma sessão com Hafstein Bjornsson em Reykjavik, que fica no extremo sudoeste. (Talvez valha nota que, naquela época, as comunicações entre Reykjavik e a Islândia oriental eram más, principalmente por mar.) A sessão foi feita na casa de Gudrun Jonsdottir, assistente experiente, que também estava presente, com outra senhora, Hansina Hansdottir. Hjalmar Gudjonsson estava ansioso por estabelecer contato com várias pessoas que conheceria, mas, para sua decepção, um comunicador intruso, que deu o nome de Gudni Magnusson monopolizou a sessão. Gudni, que não era conhecido do médium ou dos assistentes, afirmou que teve ligação com Eskifjordur, na região onde morava Hjalmar, e dirigia-se a Hjalmar por esta razão. Disse que morrera por ferimentos internos recebidos enquanto tentava consertar seu caminhão, e deu vários outros detalhes sobre si mesmo, como logo veremos. Infelizmente, naquele momento, não foram feitas anotações do que foi dito.

Dois dias depois, a anfitriã de Hjalmar na sessão, Gudrun Jonsdottir, contou a um amigo, Asmundur Gestsson sobre este comunicador intruso. Asmundur tinha uma prima, Gudrun Gudmundsdottir, que era esposa de um médico que clinicava em Eskifjordur, lugar ao qual Gudni Magnusson alegava estar associado. Assim, escreveu à sua prima, perguntando se conhecia alguém correspondendo ao suposto comunicador. Sua carta, datada de 26 de fevereiro de 1941, ainda existe – foi descoberta por Erlendur Haraldsson – e é o documento mais antigo que dá detalhes destas comunicações. Sendo precedente, ela, de fato, levou à constatação das afirmações do comunicador.

A prima de Asmundur Gestsson respondeu a 14 de março de 1941 confirmando que um Gudni Magnusson, correspondente à descrição dada, vivera em Eskifjordur e morrera em circunstâncias semelhantes às mencionadas. Esta carta, bem detalhada, será citada adiante como “carta Gudmundsdottir”.

Neste ponto, Asmundur Gestsson percebeu que tinha um caso interessante nas mãos, e pediu a Hjalmar Gudjonsson e Gudrun Jonsdottir que escrevessem independentemente as suas lembranças da sessão e as assinassem. O relato de Hjalmar data de 30 de março de 1941; e o de Gudrun, bem completo, de 6 de junho de 1941. A terceira assistente, Hansina Hansdottir, assinou a declaração de Gudrun. Não parece haver sérias discrepâncias entre as declarações, ou entre elas e nosso documento anterior, a carta de Asmundur Gestsson de 26 de fevereiro de 1941. Acho que, a despeito da ausência de anotações contemporâneas, podemos aceitar as declarações como refletindo fielmente o que se passou na sessão, especialmente por serem confirmadas pela carta de Asmundur Gestsson, escrita antes que as verificações fossem recebidas.

Em suas investigações, entre 1971 e 72, Erlundur Haraldsson achou outras fontes de verificação para algumas das declarações feitas. Entrevistou Hjalmar Gudjonson, e o irmão e a irmã de Gudni Magnusson, Otto Magnusson e Rosa Magnusdottir; obteve uma cópia do certificado de óbito de Gudni (tais certificados não podem ser obtidos pelo público em geral, na Islândia); descobriu uma nota obituária de Gudni no número do *Morgunbladid* de 7 de novembro de 1940; e entrevistou o autor da notícia. Juntando todas as informações destarte obtida, consoante Haraldsson e Stevenson, podemos tabular as afirmações do comunicador e as verificações da seguinte maneira:

<i>Comunicador:</i>	<i>Verificação:</i>
1. Seu nome era Gudni, ou Gudni Magnusson.	Carta Gudmundsdottir
2. Tinha entre 20 e 30 anos quando morreu.	Certificado de óbito de Gudni, obituário.
3. Tinha estatura mediana.	Otto Magnusson.
4. Era loiro.	Obituário; Otto Magnusson.
5. Seu cabelo era escasso, em cima.	Otto Magnusson.
6. Morreu 4 ou 5 meses antes da sessão.	Certificado de óbito; obituário.
7. Era chofer de caminhão.	Carta Gudmundsdottir; Otto Magnusson.
8. Tinha uma ligação com o distrito de Herad.	Não-verificado; mas havia razões para crer que Gudni possa ter conhecido Herad.

9. Seus pais eram vivos.	Carta Gudmundsdottir; Rosa Magnusdottir.
10. Estava cruzando uma garganta nas montanhas quando seu caminhão quebrou.	Carta Gudmundsdottir; Otto Magnusson.
11. Estava sozinho em seu caminhão logo antes de sua morte.	Carta Gudmundsdottir.
12. Estava consertando o caminhão e se colocara debaixo dele.	Verificação insatisfatória
13. Tinha sofrido quebra ou ruptura interna.	Certificado de óbito; carta Gudmundsdottir; Otto Magnusson (morreu de peritonite, quase com certeza, devido à causa afirmada).
14. Não morreu de imediato, mas conseguiu chegar em casa.	Carta Gudmundsdottir; Otto Magnusson.
15. Foi levado de barco entre os fiordes para tratamento médico.	Carta Gudmundsdottir; Otto Magnusson.
16. Morreu na viagem.	Carta Gudmundsdottir; Otto Magnusson.
17. Foi levado a um médico.	Carta Gudmundsdottir; (Estava com dois médicos quando morreu, mas estava a caminho do hospital.)
18. Estava com Eskifjordur “na cabeça”.	Carta Gudmundsdottir; Otto Magnusson. (Estava a caminho de casa, em Eskifjordur.)
19. Também havia uma ligação com Reydarfjordur	Carta Gudmundsdottir; Otto Magnusson. (Ele estava a caminho de Reydarfjordur para Eskifjordur.)
20. Conhecia alguns parentes de Hjalmar Gudjonsson.	Incorreto, pelo que Hjalmar Gudjonsson pode afirmar.

Agora chegamos à questão sobre se este material poderia ser conhecido do médium ou assistentes por canais ordinários. Em seu artigo sobre o caso, Haraldsson e Stevenson deram muita atenção a este aspecto. Eis o seu sumário conclusivo (59b, pp. 260-261):

O comunicador vinha de uma região da Islândia que o médium nunca visitara. Os assistentes, incluindo a única pessoa presente que era do leste da Islândia (Hjalmar Gudjonsson), não tinham qualquer ligação com Gudni ou sua família. O obituário do jornal poderia não ter fornecido ao médium todos os detalhes que foram comunicados corretamente, nem o autor do obituário, que então vivia no leste da Islândia, e que o médium nunca visitara. O comunicador tinha um tio em Reykjavik, mas, pelo que sabemos, não tinha qualquer ligação com o médium. Assim, a despeito das investigações exaustivas, não conseguimos encontrar qualquer canal para uma comunicação normal para o médium, da informação correta que tinha sobre Gudni Magnusson e que se expressou na sessão em questão.

Haraldsson e Stevenson aqui consideram, e rejeitam primariamente a criptomnésia, ou seja, que Hafsteinn Bjornsson pudesse, em alguma ocasião, ter tido acesso à informação e ter retido uma memória latente da mesma, a qual apareceu só em seu transe. Eles não levam a sério a hipótese de fraude por parte de Hafsteinn, ao longo de 40 anos de mediunidade, geralmente foi boa; não tinha qualquer relação conhecida com Eskifjordur, mas para obter toda aquela informação sobre Gudni precisaria não só de uma gente em Eskifjordur (lugar remoto e escassamente povoado), mas de um agente que conhecesse Gudni pessoalmente; e certamente não foi Hafsteinn quem fez ou promoveu a investigação do comunicador de Gudni – de fato foi uma pessoa (Asmundur Gestsson) que nem esteve presente à sessão. Concordo, pois, com a cuidadosa avaliação de Haraldsson e Stevenson : “Concluímos...que, a despeito de suas óbvias fraquezas (a ausência de anotações da sessão), o caso justifica uma interpretação que inclua um processo paranormal.

Mas, que tipo de processo paranormal? Podemos excluir a clarividência, porque o único registro dos acontecimentos acessível à clarividência (o obituário) não continha todos os itens dados e, de qualquer modo, precisava ser sabido por *precognição*. (Não posso aceitar seriamente a idéia de que, por alguma clarividência inconsciente, Hafsteinn tivesse monitorado os eventos exatamente quando ocorreram, armazenando-os para futura divulgação; quantos outros conjuntos de eventos ele precisaria estar monitorando simultaneamente?) A hipótese de telepatia com os vivos é mais plausível, desde que, pelo menos, se aceite (a despeito da falta de evidência substancial) que ela possa acontecer com tanto alcance e extensão; no momento da sessão devia haver muitas pessoas vivas que possuíam todas as informações necessárias. Assim, o caso de Gudni Magnusson não força a hipótese da super-PES para o caminho que indiquei, ao elaborar, anteriormente, meu caso “esporádico” ideal, neste capítulo. Não é preciso que se suponha que o médium tenha localizado extra-sensorialmente e fundido informações de diversas fontes. Gudni, porém, oferece um motivo inteligente para se comunicar – o desejo de falar com alguém de sua terra –, ao passo que nem o médium nem os assistentes tiveram qualquer razão para escolher este morto em particular como alvo para uma sua super-PES.

A seguir, darei um caso de uma série que eu mesmo investiguei (44c). Essa série ocorreu no contexto de um círculo de prancha ouija, operado por um pequeno grupo de Cambridge durante e depois da II Guerra Mundial. Um total de mais de 200 mortos (e uma viva) se comunicou através deste círculo. A maioria, amigos e parentes dos assistentes. Houve porém

11 casos “esporádicos”, mais um número grande de outros não-verificados. A maioria dos casos verificados o foram, inicialmente, por mim, de 13 a 28 anos depois das comunicações originais. Isto constitui, acho, um forte argumento contra a fraude. Ninguém, por mais desonesto que seja, poderia praticar tantas mistificações, sem eventualmente deixar pistas. Os assistentes, deve ser observado, não fizeram qualquer tentativa para promover os casos, ou obter publicidade, e eles mesmos não tinham idéia de como se poderia conferi-los. Vou resumir um dos casos mais interessantes.

Em um certo número de sessões entre 1950 e 1952, um comunicador que se identificou como “Harry Stockbridge” (não era seu nome real) soletrou as seguintes informações sobre si:

Segundo tenente adido aos Fuzileiros de Northumberland. Morto a 14 de junho de 1916.

Escocês de Tyneside.

Alto, moreno, magro. Olhos castanhos, grandes.

Eu ficava em Leicester... Leicester tem um registro.

(Perguntado sobre seus gostos e desgostos.) Qualquer problema. Leitura de Pepys. Aquarela.

(Perguntado se conhecia uma “Powis Street” com a qual duas irmãs sonharam.) Conheço bem. Minha associação levou minha memória para lá.

(Perguntado se sua mãe estava com ele). Sim.

Os assistentes fizeram uma tentativa – malsucedida – para verificar estas afirmações. O assunto ficou esquecido até 1965, quando comecei a investigar o caso Stockbridge. Numa publicação do HMSO*, intitulada *Oficiais Mortos na Grande Guerra de 1914-19*, achei que um segundo-tenente H. Stockbridge dos Fuzileiros de Northumberland fora morto em 19 (não em 14) de julho de 1916. Então pedi um certificado de óbito de Stockbridge. Dá a data de sua morte como 14 de julho de 1916 (como nos escritos) e não 19 de julho (como na lista oficial). Para resolver a questão, escrevi para o exército, Centro de Registros, e recebi confirmação oficial de que sua morte fora a 14 de julho.

O certificado de óbito mostra que nascera em Leicester em 1896. Esta informação também está contida no livro *A brigada de Tyneside* (Londres, 1896), de Joseph Keating, a única história militar que encontrei que menciona Stockbridge (mas não dá a data de sua morte). O livro afirma que Stockbridge estava num dos batalhões irlandeses de Tyneside dos Fuzileiros de Northumberland. Mas um cartão de arquivo da Biblioteca do Ministério da Guerra (*War Office*), gentilmente consultado para mim

* HMSO = His Majesty Staff Officer: Quadro de oficiais militares reais. (N.T.)

por um amigo, afirma que, antes de sua morte, fora transferido para um batalhão escocês de Tyneside.

Que Stockbridge era alto, moreno e magro, e tinha grandes olhos castanhos foi confirmado por seus irmãos sobreviventes, e também por uma fotografia preservada nos arquivos de sua escola. Se lia Pepys ou se gostava de aquarela, ninguém soube dizer. Podemos presumir que gostava de “qualquer problema”, pois os arquivos da escola mostraram que ganhou prêmios de matemática e física. Depois inscreveu-se, na universidade, num curso de ciências. Sua mãe morrera antes do período das comunicações.

Os assistentes pensaram que “Leicester tem um amigo” significava que o nome de Stockbridge poderia estar num Memorial de Guerra em Leicester. Pediram a uma amiga que passaria por Leicester que investigasse, mas ela não encontrou nada. Seu nome na verdade está num Memorial de Guerra em sua escola em Leicester.

Havia uma “Powis Street” perto da casa em que Stockbridge nasceu, muito embora depois de poucos anos a família se tivesse mudado daquele bairro.

Eis tudo sobre as verificações do que Stockbridge disse de si. Agora precisamos perguntar se todas essas afirmações corretas poderiam ter-se originado de uma memória latente na mente de um dos operadores da prancha ouija. Durante todas as sessões, a prancha foi operada por um casal, que chamarei sr. e sra. L. G. (estava bem claro que a sra. G. era a médium). Outras pessoas estavam presentes, mas não operavam a prancha. Nem o sr. nem a sra. L. G. tinham quaisquer contatos em Leicester ou jamais a visitaram, e eu não pude achar qualquer linha semelhante de contato entre um deles e qualquer membro da família Stockbridge. O sr. L. G. servira na I Guerra Mundial, mas não no regimento de Stockbridge. Ademais, ele só se alistou depois da morte de Stockbridge (vi seu livro de soldos).

A informação poderia ter sido reunida subconscientemente, devido a uma vista de olhos em algum obituário de Stockbridge? Não consegui achar nenhuma nota contemporânea sobre a sua morte em qualquer jornal nacional, nem em notícias “In Memoriam”, nos últimos anos. Dois jornais de Leicester publicaram uma notícia obituária dele, a 19 de julho de 1916. Esta notícia (altamente improvável que qualquer dos assistentes a tenha lido) dá a data correta da morte, mas o posto errado (tenente, ao invés de segundo-tenente), e não faz referência ao batalhão escocês de Tyneside. Não dá nenhum detalhe sobre a aparência e interesses (não há fotografia), e é claro que nada diz sobre Powis Street. O *Tyneside Irish Brigade* de Keating contém várias das informações dadas por Stockbridge na sessão. Mas é um livro pouco acessível, e não dá a data da morte, não faz referência ao

“Escocês de Tyneside” e não tem foto ou descrição de Stockbridge. Seu aspecto físico e sua ligação com o batalhão escocês não são mencionados em qualquer fonte disponível ao público. Não me parece que a hipótese de criptomnésia possa bastar para explicar as afirmações corretas feitas por Stockbridge.

Se, como argumentei, podemos eliminar a fraude e a criptomnésia como explicação para esse caso, parece crescer a possibilidade de alguma forma da hipótese da imortalidade e de alguma versão da super-PES. O caso Stockbridge parece forçar a hipótese da super-PES de algumas maneiras que indiquei anteriormente, neste capítulo, ao discutir um caso “esporádico” ideal. Stockbridge adianta que sua razão para se manifestar é ajudar um dos assistentes (ex-colegas de armas). Pode não ser uma razão especialmente forte, assim como nenhum dos assistentes tinha razão especial para escolher os fatos sobre ele como alvos para a super-PES. Se supusermos que a médium obteve informação sobre ele, por clarividência dos registros existentes, devemos enfrentar o fato de que ela deve ter localizado e sintetizado o conteúdo de pelo menos quatro fontes separadas, inclusive os arquivos da escola e a Biblioteca do Ministério da Guerra. Na época das comunicações poderia haver uma ou mais pessoas vivas que, se espionadas telepaticamente pela médium, tivessem fornecido todos os itens? É extremamente difícil dizer. Seus pais, naquela época, estavam mortos. Foi quase vinte anos depois que estabeleci contato com os irmãos vivos e, através deles, com um terceiro irmão e uma irmã. Só tinham vagas lembranças do irmão que morrera há mais de 50 anos, e ficou totalmente evidenciado que, como resultado do acompanhamento dos dados da sessão, eu sabia mais detalhes da vida dele que os próprios irmãos. Minha estimativa é que a situação não seria muito diferente no tempo das sessões. Mas neste campo escorregadio, uma estimativa não basta.

Parece, portanto, que até mesmo o curiosíssimo caso Stockbridge não se enquadra bem no caso ideal para o qual sugeri critérios, no começo do capítulo. Se tivesse sido investigado ainda em 1952, poderia ter dado certo. Há na literatura, entretanto, pelo menos um caso cuidadosamente investigado em que um comunicador “esporádico” fez uma série de afirmações certas, cuja totalidade não poderia ser obtida por clarividência de um só documento, obituário, etc., ou telepaticamente da mente de nenhuma pessoa viva. Refiro-me ao caso de Runolfur Runolfsson (“Runki”), para o qual o médium ainda foi Halsteinn Bjornsson (59a). Este caso é complexo e singular, mas infelizmente demasiado longo para ser apresentado aqui. Em linhas gerais, a história é a seguinte: Nos anos 1937-38, Hafsteinn estava servindo de médium para o que parece ter sido um “círculo domésti-

co” em Reykjavik. Neste período, um comunicador altamente excêntrico começou a se manifestar através do médium em transe. Mostrou desejos por rapé, café e álcool, recusou-se a dar o nome, e ficava insistindo que estava procurando por sua perna. Interpelado sobre onde estava sua perna, replicou: “no mar”. Em suma, pareceu um desses personagens cômicos que freqüentemente vem aliviar o clima dos procedimentos sombrios dos “círculos domésticos”.

Em janeiro de 1939, juntou-se ao círculo Ludvik Gudmundsson, dono de uma indústria de pesca na aldeia de Sandgerdi, a cerca de 36 milhas de Reykjavik. O comunicador desconhecido mostrou grande interesse por este novo assistente, e acabou dizendo que a perna dele estava na casa do assistente, em Sandgerdi. Depois de muita pressão por parte dos outros assistentes, ele disse (59a, p. 39):

Meu nome é Runolf Runolfsson, e tinha 52 anos quando morri. Vivi com minha mulher em Kolga, ou Klappakot, perto de Sandgerdi. Estava numa viagem de Keflavik (a cerca de 6 milhas de Sandgerdi) ao fim do dia, e estava bêbado. Parei na casa de Sveinbjorn Thordarson em Sandgerdi e aceitei tomar alguma coisa ali. Quando quis ir embora, o tempo estava tão ruim que não queriam me deixar sair, a menos que alguém me acompanhasse. Fiquei nervoso e disse que não iria, se não pudesse ir só. Minha casa estava a apenas 15 minutos de distância. Assim, saí sozinho, mas estava molhado e cansado. Caminhei sobre o *kambuin* (cascalho) e cheguei ao rochedo conhecido como Flankastadklettur, agora quase desaparecido. Ali fiquei sentado, peguei minha garrafa e bebi um pouco mais. Então caí no sono. A maré chegou, e me levou embora. Isto aconteceu em outubro de 1879. Só fui encontrado em janeiro de 1880. Fui trazido pela maré, mas os cães e corvos vieram e me fizeram em pedaços. Os restos (de meu corpo) foram encontrados e enterrados no cemitério de Utskalar (a umas 4 milhas de Sandgerdi). Mas um fêmur estava faltando. Foi de novo levado para o mar, mas depois, devolvido em Sandgerdi. Ali passou de mão em mão, e agora está na casa de Ludvik.

Em outra ocasião, o comunicador disse que tinha sido um homem muito alto. Para resumir uma longa história, o relato extraordinário de Runki depois foi constatado detalhadamente, muito embora não tivesse ficado claro que, de fato, ele havia parado na casa de Sveinbjorn Thordarson. Ludvik Gudmundsson nada sabia sobre qualquer fêmur em sua casa mas, depois de uma investigação entre os habitantes locais mais velhos, descobriu que, em alguma época perto da década de 1920, esse osso, trazido pelo mar, fora colocado numa parede interna. Foi recuperado, e descobriu-se ser um fêmur de um homem muito alto. Ninguém sabia de quem era o osso, e assim não havia registro que indicasse se faltava esse osso nos restos de Runki. Ficamos curiosos por saber porque, mesmo que o falecido Run-

ki fosse a fonte das comunicações, e mesmo que o fêmur fosse realmente dele, ele teria um conhecimento especial do assunto.

As afirmações restantes foram quase todas verificáveis por duas fontes manuscritas: os livros da igreja de Utskalar (no Arquivo Nacional, em Reykjavik) e nos *Anais de Sudurnes*, do ver. Sigidur Severtsen, que, na época da sessão, era inédito e pouco conhecido na Biblioteca Nacional, em Reykjavik. Que Runki fora alto foi confirmado por seu neto, que ele, porém, não conhecera, e não sabia do osso e de outros fatos importantes. Assim, não poderia ter sido a fonte, telepática ou por canais normais, de toda aquela informação. É possível que o ver. Jon Thorarensen, que em 1953 editou os *Anais de Sudurnes*, já em 1939 soubesse dos pontos principais da história, mas não soubesse sobre o osso. Nem se encontrara com Hafsteinn antes de 1940.

Haraldsson e Stevenson estudaram detalhadamente a possibilidade de que Hafsteinn pudesse ter obtido as informações por meios normais, destas e de outras fontes menos importantes – parece extremamente improvável que ele tivesse ouvido falar dos *Anais de Sudurnes* –, e sumariam as possibilidades como segue (59a, p. 57):

...para que o médium tenha adquirido todas as informações certas, não parece possível atribuir todas essas informações a qualquer pessoa ou fonte escrita isolada. E isto seria verdade, acreditamos, quer o médium tenha adquirido as informações normalmente ou por PES. Acharmos, portanto, que algum processo de integração de detalhes derivados de diferentes pessoas ou de fontes diversas deve ser suposto na interpretação do caso. Pode ser mais simples explicar esta integração como devida à sobrevivência de Runki após sua morte física, com a retenção de muitas memórias e sua subsequente comunicação através da mediunidade de Hafsteinn. Por outro lado, sabe-se que os sensitivos têm realizado feitos notáveis ao receber e integrar informações sem a participação de qualquer personalidade desencarnada.

A última observação leva-nos ao “x” do problema. Se os sensitivos, operando num contexto não-mediúnico, podem localizar e integrar informações detalhadas de fontes diferentes que, duplicadas na esfera mediúnica, permitiriam a elaboração de comunicadores como Runki, Harry Stockbridge, o filho do sr. Aitken, ou o tio Jerry de Lodge, então a hipótese da super-PES, por mais fantástica que pareça, será muito mais plausível. Voltarei a este assunto em capítulos posteriores. Em relação à hipótese da imortalidade, pode-se fazer a seguinte observação: Se a comunicação entre os vivos e os mortos for possível, e puder ser feita através de médiuns, devemos esperar comunicadores “esporádicos”, pois deve haver muitas pessoas mortas recentemente, que, sinceramente, desejam enviar mensagens de conforto e conselho aos seus enlutados. Se *não houvesse registro* de co-

municadores “esporádicos”, a posição da imortalidade estaria seriamente enfraquecida. Tal como é, ainda cabe aos defensores dessa tese o ônus de explicá-la, ou o de apresentar razões para negar o fato de que tais casos sejam relativamente raros. Já discuti brevemente este assunto no começo do capítulo.

6 Manifestações de Propósito

A “evidência da imortalidade” discutida nos três capítulos anteriores, na maior parte, é o que poderia ser chamada evidência da sobrevivência das lembranças. As pessoas mortas, comunicando-se ostensivamente por médiuns, apresentaram fatos sobre suas supostas vidas terrenas, não facilmente acessíveis a outros, que eles mesmos, se são as pessoas que dizem ser, deveriam lembrar-se. É razoável concentrar-se nesta espécie de evidência, pois, como apontei no Capítulo 5, nada – nem mesmo impressões digitais – diferencia uma pessoa da outra com maior certeza do que seu conjunto individual de lembranças. Mesmo assim, a mera sobrevivência de lembranças, por mais detalhadas e características que sejam, não constituiria a imortalidade de uma pessoa. Poder-se-ia imaginar, por exemplo, que as artes mágicas de Cagliostro, que chamou do além túmulo muitos dos sábios do Iluminismo, criou uma imagem viva do dr. Johnson. Suponhamos que essa imagem se sentasse à mesa de um café, exibindo a faixa de informações possuídas por Johnson, dando respostas certas sobre a vida de Johnson; tudo conferindo exatamente com a *Vida* de Boswell, as *Anedotas* da sra. Thrale, e outras fontes manuscritas ainda inéditas. Não obstante, essa imagem de Johnson nada fez senão sentar-se e impingir um fluxo incessante de reminiscências a seus ouvintes. Não exibiu nenhum dos objetivos, propósitos, habilidades intelectuais e personalidade de Johnson, na verdade, nenhum propósito ou característica de *qualquer* pessoa. Por exemplo, não empregou um argumento intelectual em nenhuma ocasião; não procurou energicamente sair vitorioso do debate, nem agrediu nenhum escocês presente; não censurou o relaxamento no uso da língua; não sustentou os princípios do partido Conservador ou da Igreja anglicana; sequer tentou fazer qualquer coisa, exceto tagarelar sem parar sobre sua história passada. Nestas circunstâncias, deveríamos dizer da criação de Cagliostro que aquilo não era o dr. Johnson ou, pelo menos, que era ele, sofrendo de alguma forma avançada e altamente seletiva de decadência mental, que destruiu muitas daquelas faculdades que o tornaram verdadeiramente um ser humano. Para usar uma metáfora moderna – um banco de memória não é uma pessoa.

É igualmente importante, no problema da imortalidade, procurar não apenas a evidência da sobrevivência da lembrança, mas também a evidência da sobrevivência de outras características individuais. Neste capítulo, considerarei algumas evidências de que algumas pessoas falecidas, depois de sua morte, continuaram a perseguir objetivos e propósitos que poderiam ser tidos como continuações naturais daqueles. (Quaisquer objetivos totalmente novos que pudessem desenvolver ajudariam a vê-los como pessoas, mas não constituiriam evidência da imortalidade.) No capítulo seguinte, exporei algumas evidências da sobrevivência de traços de personalidade, habilidades intelectuais, etc. Deve-se observar, porém, que nenhum destes tipos de evidência pode ser nitidamente separado um do outro.

Para ter peso como evidência da imortalidade, um caso de ostensiva manifestação de propósito *post-mortem* teria de entrar no contexto de evidência relacionada com a memória sobrevivente. Isto posto, porém, pode-se prontamente ver que tal caso pode reforçar a hipótese da super-PES sob dois aspectos:

1. Pessoas diferentes perseguem seus objetivos – mesmo um só objetivo – de maneiras diferentes. Butcher Cumberland, por exemplo, poderia ter uma idéia muito diferente de como silenciar um escocês, em relação à de Johnson. Um médium que quisesse imprimir o anseio por um propósito em sua caracterização (não estou falando aqui de fraude) teria de selecionar não só um propósito apropriado ao falecido, mas uma maneira apropriada de levá-lo a cabo. Isto levaria o médium (presumindo que não tivesse acesso a informações) a descobrir, por PES, um objetivo que o morto naturalmente seguiria, e vagar telepaticamente pelas lembranças daquelas pessoas que o conheceram bem; ou por clarividência, nos arquivos dos jornais que imprimiram sua necrologia, para *inferir* do material assim coligido de que modo ele mais gostaria de realizar seu propósito. A inferência precisaria então ser elaborada de forma dramática para apresentação na sessão. Creio que tudo isto, eu diria sem hesitação, é um tanto exagerado.

2. O propósito em questão pode ser tal que o médium não tem razão para apoiar; poderia mesmo se opor a seus desejos e interesses conscientes. Neste caso, o problema do motivo torna-se urgente. Por que o médium (representando uma pessoa morta) procuraria promover eventos que (quando em seu estado normal) não quereria que acontecessem? Poder-se-ia replicar que, inconscientemente ou parcialmente consciente, o médium tem um desejo tão grande de atingir fama em sua profissão que nenhuma outra razão poderá lhe atrapalhar. Esta é uma daquelas sugestões simples que, em prin-

cípio, não é possível refutar, e que avento no Capítulo 1, que deveríamos, sempre que possível, declinar acolher.

Casos em que um morto, através de um médium, aparentemente manifestou um propósito nítido e característico, são incomuns (v.131). Há uns poucos, bem dramáticos, em que o suicídio ou morte por inanição foram evitados por intervenção desencarnada através de um médium; mas estes casos não estão dentre os de melhores evidências. O caso a seguir, excepcionalmente estranho, foi relatado em detalhe por um membro correspondente russo da SPR, Alexander Aksakov, Conselheiro Imperial do Czar:

Em janeiro de 1885, a sra. A. von Wiesler (cunhada de Aksakov) e sua irmã Sophie começaram a fazer experiências com uma prancheta. A prancheta logo foi monopolizada por um comunicador excepcionalmente poderoso, que alegava ser “Schura” (Alexandrina) a filha falecida de uns parentes distantes. Schura, que adotara posições políticas revolucionárias, suicidara-se aos dezessete anos, em seguida à morte de um seu primo, que professava as mesmas idéias, quando fugia da prisão. Schura pediu, em tom não hesitante, que um outro primo, Nikolaus, fosse trazido a uma sessão. De acordo com Schura, Nikolaus corria o perigo de se comprometer politicamente. Sophie hesitou, por razões de conveniência social. Os pedidos de Schura tornaram-se cada vez mais veementes em sessões sucessivas, até que, a 26 de fevereiro de 1885, escreveu: “É tarde demais... esperem por sua prisão.” Os von Wieslers, então, contataram os pais de Nikolaus que, porém, estavam muito satisfeitos quanto a sua conduta.

Dois anos mais tarde, Nikolaus foi preso e exilado por causa de reuniões políticas a que comparecera em janeiro e fevereiro de 1885. “As notas que a sra. Von Wiesler tomou foram lidas muitas vezes pelas famílias tanto de ‘Schura’ quanto de Nikolaus. A identidade de ‘Schura’ em todas essas comunicações foi reconhecida incontestavelmente, em primeiro lugar, pelo fato central da relação com Nikolaus, por outros pormenores íntimos, e pela totalidade dos traços que caracterizavam sua personalidade.” (110a, II, p.181).

Este caso exhibe, em certo nível, tanto as características que assinalaí acima, como as dificuldades especiais para a super-PES: “Schura” seguia seu propósito característico da maneira direta e insistente que lhe tinha sido evidentemente típico em vida; e este propósito não tinha nada a ver com os operadores da prancheta, para quem o pensamento de contatar os membros da família Nikolaus causava considerável embaraço.

Dentre os propósitos freqüentemente professados e seguidos por comunicadores mediúnicos está o de provar sua imortalidade e assim trazer consolação a seus parentes enlutados. Este é um propósito que uma considerável percentagem de mortos poderia ter se é que, de fato, sobrevivem à morte. Que um comunicador em particular exhiba este propósito, dificilmente constituiria parte da evidência da imortalidade. Tem havido pessoas, porém, que quando vivas, exibiam um interesse intenso, apaixonado mesmo, pelo próprio problema da imortalidade, e pelos métodos pelos quais isso pode ser investigado. Devemos esperar que tais pessoas, se de alguma forma sobrevivem à dissolução de seus corpos, façam alguma outra tentativa especial, engenhosa, e sobretudo *planejada* para provar esse fato aos que ainda estiverem na terra. E isto me traz diretamente a uma discussão do que é, sem dúvida, a mais extensa, a mais complexa, e a mais desconcertante de todas as tentativas, por parte de pessoas mortas, de manifestar seu propósito e, ao fazê-lo, satisfazer seu obstinado intuito de provar sua imortalidade. Refiro-me às célebres “correspondências cruzadas”.

Correspondências Cruzadas

Uma “correspondência cruzada” ocorre quando o que é escrito ou falado, por ou através de um médium ou automatista, corresponde, numa proporção que não pode ser normalmente explicada, ao que é escrito ou falado por ou através de um outro médium ou automatista independente. As correspondências cruzadas são as extensas e complexamente interligadas séries que apareceram entre 1901 e 1932 na escrita automática (e por vezes na fala) de um grupo de automatistas associado à SPR britânica. Os automatistas eram todos mulheres, e as principais eram a sra. M. de G. Verrall, esposa do prof. A.W.Verrall, conhecido erudito clássico, e sua filha Helen (depois sra. W.H.Salter, único membro do grupo que conheci pessoalmente); a sra. “Wilett” (sra. Winifred Coombe-Tennant, de quem se falará mais no próximo capítulo); sra. “Holland” (sra. Fleming, irmã de Rudyard Kipling) e a sra. Piper, a única médium profissional dentre elas.

Os comunicadores responsáveis pela correspondência cruzada eram, inicialmente, três líderes da SPR, F. W. H. Myers (morto em 1901); Henry Sidgwick (morto em 1900) e Edmund Gurney (morto em 1888), os três, é claro, profundamente preocupados com o problema da imortalidade. Posteriormente outros falecidos apareceram como participantes. As correspondências cruzadas não foram instigadas ou pedidas pelos colegas ainda vivos dos comunicadores; simplesmente começaram a aparecer nos escritos, e nem foram notadas, por algum tempo. A idéia assim veio ostensivamente do “outro lado”. Os escritos e declarações foram principalmente estudados e coligidos “deste lado” por cinco membros importantes da

SPR: srta. Alice Johnson; J. G. Piddington; e G. W. Balfour (mais tarde, o segundo Conde Balfour), e em extensão menor, mas ainda assim importante, por *Sir* Oliver Lodge e a sra. E. M. Sidgwick. Sua tarefa mostrou-se extraordinariamente difícil. Em parte pela quantidade de material que precisavam examinar – havia muitos automatistas totalmente ocupados além e acima dos que citei. Em parte, também, pelo conteúdo dos escritos. Os da sra. Verrall e sua filha, ambas de consumada erudição clássica, continham muitas frases em grego e latim, e outras alusões literárias. Todos os escritos tendiam a ser fragmentários, alusivos e disjuntos, e operando a um nível simbólico, mais que diretamente explícito. Isto deve ter ocorrido talvez pelo fato de os automatismos se originarem de um nível inconsciente ou dissociado da mente (o “eu subliminar” ou “processo de pensamento primário”) que tende a funcionar em termos simbólicos. Mas, também, como logo veremos, fazia parte do plano dos supostos comunicadores que as mensagens fossem transmitidas de maneira obscura e disfarçada, de modo que seu real significado não fosse percebido logo de início. Tanto os comunicadores como aqueles que tentaram decifrar as comunicações eram pessoas excepcionalmente versadas e instruídas. O empreendimento em seu todo me recorda um velho programa de rádio, “Charada Transatlântica”, em que perguntas tortuosas e obscuras eram feitas a pessoas muito bem informadas, que tinham de se esforçar bastante para achar as respostas certas. No caso presente, o abismo entre as equipes parece ser muito maior que o Oceano Atlântico.

O material das correspondências cruzadas é notavelmente volumoso, e a publicação deles demarca uma espécie de época na história da SPR. Em sua pequena e valiosa introdução ao tema, H. F. Saltmarsh (140) enumera 52 trabalhos sobre elas (a maioria em forma de livro) nas *Atas* da SPR. Mesmo assim, uma quantidade substancial de material continua inédita. Obviamente não poderei fazer justiça, no pequeno espaço que me é reservado, aos pontos fortes e aos pontos fracos deste material como evidência para a imortalidade.

Saltmarsh distingue as correspondências como: “simples”; “complexas” e “ideais”. As simples são “as que aparecem nos escritos de dois ou mais automatistas (independentes) com uma mesma palavra ou frase, ou duas frases tão semelhantes que estejam claramente interconectadas”. Uma explicação óbvia das correspondências cruzadas simples é que um automatista ganha conhecimento extra-sensorial do que o outro está escrevendo, e ele mesmo escreve algo semelhante. As complexas “são casos onde o tópico ou tópicos não são mencionados diretamente, mas referidos de maneira indireta e alusiva.” Uma correspondência cruzada “ideal” seria uma em que dois automatistas independentes escrevessem mensagens aparentemen-

te sem sentido. “Ora, se um terceiro automatista (independentemente) apresentasse um escrito que, embora sem sentido se tomado por si só, agisse como ‘chave’ para os outros dois, de modo que a totalidade pudesse ser reunida em bloco, e mostrasse um só propósito e significado, teríamos boa evidência de que todos se originaram de uma só fonte.” Se estas condições fossem preenchidas, poderíamos propor o seguinte argumento: Chamemos os primeiros dois automatistas A e B, e o terceiro, que daria a chave que desvenda o todo, C. B não poderia descobrir o que deveria escrever paranormalmente, adivinhando o escrito de A ou a mente de A; nem C poderá descobrir a “chave” adivinhando paranormalmente os escritos ou as mentes de A e B; pois neste caso “ideal” (do qual talvez nenhum caso real tenha sido expressão) não há nada no escrito de A ou de B para indicar o que deve ser escrito para completar a correspondência cruzada.

Em minha opinião, não há dúvida que os escritos dos automatistas da SPR contêm numerosas correspondências cruzadas, para as quais não bastam quaisquer explicações ordinárias. Uma conspiração fraudulenta organizada pelos principais automatistas parece extraordinariamente improvável. Eram todas pessoas de excelente reputação, e nenhuma indicação de fraude jamais veio à luz; além do que, em períodos importantes, uma delas (a sra. Holland) estava na Índia, uma outra (a sra. Piper) nos Estados Unidos, ao passo que as demais estavam na Grã-Bretanha. Coincidência é outra explicação que, eu acho, pode ser de pronto excluída. É verdade que os escritos estão cheios de enigmas literários e outras alusões, tão cheios que seria de esperar ocasionais coincidências de tema e referência. Mas Piddington, que enumerou tais referências em grande escala, descobriu que as alusões pertencentes a uma dada correspondência cruzada não aumentavam e diminuam ao acaso, mas apareciam num determinado período, e então se desvaneciam outra vez (técnicas modernas de análise por computador teriam ajudado imensamente nesta tarefa). Ademais, várias tentativas para gerar correspondências cruzadas artificiais, coligindo pseudo-inscrições de estranhos, foram amplamente malsucedidas (134; 164b).

Teoricamente, pode-se facilmente imaginar que pelo menos algumas das correspondências poderiam ter ocorrido porque dois ou mais automatistas estiveram expostos ao mesmo estímulo externo, como um mesmo número do jornal. Isto parece ser especialmente plausível no caso da sra. Verral e de sua filha Helen, que, naquela época, viviam juntas, se bem que tivessem produzido seus escritos independentemente. Se ambas estas senhoras, numa dada manhã, tivessem lido uma citação da *Política* de Aristóteles no editorial do *Times*, ou tivessem encontrado um exemplar do Dicionário Clássico de Lemprière aberto num certo verbete, suas mentes, e depois suas escritas automáticas, segundo esta teoria, se destacariam por se-

guir a mesma linha. Porém, é só ler algumas linhas das correspondências para ver que este tipo de explicação não consegue ir muito longe. De qualquer modo, as correspondências realmente interessantes não são aquelas entre os escritos da sra. Verrall e sua filha, mas (digamos) entre os da sra. Verrall e os das distantes e muito diferentes sras. Holland ou Piper. Para explicar correspondências como estas, seríamos forçados a algumas hipóteses deveras muito estranhas.

Agora darei as linhas gerais de uma correspondência cruzada “complexa” não muito complexa. É o caso comumente chamado “Hope, Star e Browning” (120 b, pp. 59-77, 75 d, pp. 28-49). Pode-se avaliar como são complexos esses casos se evidenciarmos que o caso em apreço é uma correspondência dentro de outra. Ele é parte do caso conhecido como da “Mensagem em Latim”.

O caso Hope, Star e Browning teve início a 16 de janeiro de 1907, quando J. G. Piddington sugeriu a Myers, que estava se comunicando através da sra. Piper, que deveria indicar quando uma correspondência estava sendo tentada, por exemplo, traçando no escrito um círculo com um triângulo dentro.

Esta idéia foi aparentemente adotada por Myers, que influenciava a escrita automática da sra. Verrall. Ela escreveu a 23 de janeiro de 1907: “um anagrama seria melhor. Diga-lhe que – *rats, stars, tars, etc...*”^{*} (Em vida, Myers era um grande aficcionado por anagramas.)

O Myers da sra. Verrall brincou ainda com a idéia do anagrama em seus escritos de 28 de janeiro de 1907. Escreveu “Áster” (“estrela”, em grego) e “Teras” (“maravilha”, em grego). Então passou a associar os temas de maravilha e estrela, fornecendo um amontoado de citações de Robert Browning, junto com algumas frases em grego, correlatas:

The worl's wonder
And all a wonder and a wild desire –
The very wings of her
A WINGED DESIRE
Hupopteros eros [Greek for 'winged love']
Then there is Blake
And mocked my loss of liberty
But it is all the same – the winged desire
eros potheinos [Greek for 'passion']
The earth for the sky-Abt Vogler for earth
Too hard that found itself or lost itself – in the sky
That is what I want
On the earth the broken sounds threads

^{*} Em português: ratos, estrelas, marujos... que não formam anagramas. (N.T.)

*In the sky the perfect arc
The C major of this life
But your recollection is at fault*

[A maravilha do mundo
e toda a maravilha e um desejo selvagem
as próprias asas dela
um DESEJO ALADO
hupopteros eros (“amor alado”, em grego)
Então veio Blake
e zombou da perda de minha liberdade
Mas tudo é o mesmo - o desejo alado
Eros potheinos
 (“paixão”, em grego)
A terra para o céu – Abt Vogler para a terra
É difícil que ele tenha se encontrado ou perdido – no céu
É isso o que eu quero
Na terra os sons dispersos traçam
No céu um arco perfeito
O Dó maior desta vida
Mas tuas lembranças são confusas]

Seguia-se o desenho de um triângulo dentro de um círculo e um triângulo dentro de um semicírculo, clara resposta à proposta de Piddington ao comunicador da sra. Piper.

A 3 de fevereiro de 1907, a influência de Myers sobre Helen Verrall traçou um monograma, uma estrela e um crescente, e escreveu: “Um monograma, a lua crescente, lembre-se disso, e a estrela.” Isto mostra um conhecimento do que o Myers, que se comunicava com a sra. Verrall, escrevera, e talvez, na referência a um monograma, indica conhecimento da proposta original de Piddington ao Myers-Piper.

A 11 de fevereiro de 1907, o Myers da sra. Piper mostrou conhecimento indubitável do que o Myers da sra. Verrall recentemente escrevera. Ele escreveu: “A sra. Verrall teria recebido a palavra ‘evangélico’? (depois corrigida para *Evelyn Hope*, título e um poema de Browning). Referi-me também a Browning, de novo. Referi-me a Hope e Browning...também disse estrela (*star*)...procura por Hope, Star e Browning.”

A seguir, a influência de Myers sobre a escrita de Helen Verrall assimilou o tema de Browning. A 17 de fevereiro de 1907, desenhou uma estrela, e então escreveu: “Este é o sinal que ela vai entender quando ver... Não há arte disponível... e uma estrela por cima de tudo dá ratos por todo lugar na cidade de Hamelin” (referência ao poema de Browning sobre o Flautista de Hamelin).

Por fim, vieram três escritos do comunicador Myers da sra. Piper, o segundo dando a “chave” para o todo.

A 6 de março de 1907, o Myers de Piper disse a Piddington que dera à srta. Verrall um círculo e um triângulo, mas duvidava que este tivesse aparecido (mas de fato, aparecera).

A 13 de março de 1907, o Myers de Piper alegou ter desenhado um círculo e um triângulo para a sra. Verrall, e disse: “Mas isso sugeriu um poema em minha mente, daí BHS (isto é, “Browning, Hope, Star”). Myers oferece aqui uma explicação direta das referências obscuras que apareceram nos escritos das duas outras automatistas. Diz, com efeito, que a proposta original de Piddington sobre traçar um triângulo dentro de um círculo sugeria certos anagramas (*rats, star, etc.*) à sua mente, e estes, por sua vez, sugeriam certas passagens de Browning. Desenvolveu todos estes temas (triângulos, círculos, ratos, estrela, Browning, etc.) na escrita de duas outras automatistas, e então voltou à sra. Piper para dar uma explicação do que tinha feito.

A 8 de abril de 1907, o Myers de Piper disse que tinha traçado um círculo, e acrescentou que traçara uma estrela e também uma lua crescente.

À primeira vista, é tentador concluir que as correspondências cruzadas entre esses três conjuntos de escritas foram feitos por uma inteligência com vontade própria estranha às mentes conscientes das automatistas envolvidas. Se esta inteligência pertencia ao falecido F. W. H. Myers é questão que só seria determinada à luz de numerosas outras comunicações recebidas dele naquela época, através destes e outros automatistas. Porém, não é difícil pensar numa outra explicação. Pode-se supor, por exemplo, que as várias automatistas tinham consciência das identidades uma das outras e dos princípios de correspondência cruzada. Pode-se ainda supor que a sra. Verrall, figura central no caso Hope, Star e Browning procedeu um exame minucioso inconsciente e extra-sensorial dos escritos e processos mentais das outras automatistas. Por este meio, ela soube da sugestão de Piddington ao Myers de Piper, que deveria indicar uma correspondência cruzada desenhando um triângulo dentro de um círculo. Ela tomou a idéia de seus próprios escritos, introduziu a proposta alternativa de anagramas (sendo velha amiga de Myers, sabia o quanto gostava de anagramas), e, em seus subseqüentes escritos inconscientes, deu rédea livre a suas associações relativas a *rats, stars, etc.* O resultado foi uma série de citações de Browning, e começou a elaborar estes temas em seus próprio escritos. Depois de a bola rolar para cá e para lá por algumas semanas, a sra. Piper levou o jogo a uma artística conclusão, fazendo o “seu” Myers comunicar que as citações de Brwning e outros materiais representavam suas próprias associações à proposta original de Piddington.

A sra. Piper, porém, era uma senhora de educação limitada, e talvez não tivesse o conhecimento literário para tanto. Pode-se, ao invés, propor

que a sra. Verrall (ou sua mente inconsciente, ou seu eu subliminar) tenha exercido um papel mais ativo e, de algum modo, injetado suas associações e fantasias sobre Myers nas profundezas da mente da outra automatista. Daí, elas acharam um meio de se expressar nos escritos.

Esta é bem a posição inicial tomada por Frank Podmore em sua competente crítica inicial às correspondências (122e, pp. 225-276). Podmore não conseguia “ver nenhuma evidência para justificar, sequer provisoriamente, a suposição de uma inteligência dirigente que não a das automatistas envolvidas”. Ele tinha duas espécies de motivos para dizer isso. A primeira (que algumas pessoas refutariam) é que, muito embora Myers tenha sido o pretenso estimulador das correspondências, o Myers de Piper, que tinha papel preponderante em vários casos, nunca pode estabelecer inequivocamente a norma de procedimento das correspondências cruzadas.

A segunda linha de argumentação de Podmore é a seguinte: Há pelo menos um caso, o caso dos “Sete” (75b, pp. 222-258) em que parece provável que a sra. Verrall (ou alguma parte da mente da sra. Verrall) estava “por detrás” de uma correspondência cruzada complexa e absolutamente característica. Entre abril e julho de 1908, os escritos de vários automatistas, inclusive os da sra. Verrall, continham numerosas alusões ao número sete. Certas destas alusões eram, ademais, claras referências a passagens de Dante. Ocorreu que Piddington (que, como vimos, estava muito envolvido no estudo das correspondências cruzadas) depositara na SPR um pacote selado, cujo conteúdo esperava comunicar após sua morte. O pacote continha uma declaração referente à obsessão de sua vida com o número sete. A declaração não mencionava Dante. A sra. Verrall, porém, lera Dante, naqueles últimos tempos. Podmore explica a história assim: “O sr. Piddington, durante anos, estivera repetindo “Sete” para todo o mundo ouvir – quer dizer, todo o mundo no âmbito de sua influência telepática. A sua voz, porém, clama no deserto, até que a sra. Verrall vem a ler a *Divina comédia*, e a idéia de “Sete”, já latente em sua mente, é reforçada por uma série de imagens de Dante. A sra. Verrall, então...aumenta a corrente de influência telepática, e os efeitos, nos cinco automatistas remanescentes, sobem à superfície da consciência onírica.”

Há outras considerações que apontariam a sra. Verrall como fonte destas correspondências. Pistas e antecipações das correspondências aparecem em primeiro lugar em seus escritos; muitos dos casos individuais começaram aqui; ela possuía muito da cultura clássica e literária necessária. Nenhum outro membro do grupo de automatistas teria satisfeito e estes pré-requisitos. Apesar da teoria de Podmore, de acordo com a qual a mente inconsciente da sra. Verrall era, sem seu conhecimento consciente, uma transmissora de rádio de potência formidável, enviando, ademais,

sinais de cuja importância ela não costumava ter noção, defrontando-se com intoleráveis dificuldades.

Uma dificuldade inicial é óbvia que, como já aponte, não temos evidência muito clara da “transmissão” ou intrusão telepática nas mentes alheias que Podmore postula. Este ponto é importante, e mencionarei de novo quando falar das comunicações dos vivos. Podmore procura reforçar esta noção invocando o caso dos “Sete”, mas a versão que ele dá deste fato parece super-simplificada. Ele deixa de apontar que o Myers de Verrall alegava ter “lido” a mensagem de Piddington no momento em que era escrita, e ter difundido o seu tema para vários automatistas. O próprio Piddington confessou que ele mesmo não tinha sucesso como transmissor de mensagens telepáticas; por certo não conseguiu enviar nada quando serviu como agente para certas experiências na geração de pseudocorrespondências (139b).

Uma segunda dificuldade para a tese de Podmore é: a sra. Verrall esteve centralmente envolvida em várias correspondências cruzadas, em que o comunicador transmitia informação literária, que aparentemente nem a sra. Verrall nem qualquer outra automatista possuíam. Um exemplo que merece uma breve discussão é o incidente dos *autos ouranos akumon* (120b, pp. 107-172). Numa sessão com a sra. Piper, a 29 de janeiro de 1907, a sra. Verrall, que pensara muito sobre este teste, soletrou para o Myers de Piper (na presença de Piddington) a expressão grega *autos ouranos okumon* e sugeriu que ele a traduzisse, ou dissesse o que lhe vinha à lembrança. (Myers, é claro, era um erudito clássico, ao passo que a sra. Piper não sabia grego.) Estas palavras podem ser traduzidas como “o próprio céu, sem ondulação”. Vêm de uma passagem do filósofo neoplatônico Plotino, e fazem parte de uma descrição das condições necessárias para atingir o êxtase divino. Esta passagem afirma que a alma deve estar “livre de ilusão e de todo tipo de distração, e num estado de paz, e também a terra deve estar calma, o mar calmo, o ar parado, e o próprio céu, sem ondulação”. Deve-se observar que Myers usara as palavras *autos ouranos akumon* (não traduzidas) como lema de seu poema sobre Tennyson, e dá a expressão traduzida (sem o original grego) em seu *Human Personality* (110a, p. 291).

Durante as seis semanas seguintes, a escrita automática da sra. Verrall esteve cheia de referências a Tennyson, especialmente passagens sobre mar calmo, ar parado, e espaços calmos e serenos. O poema que brotava mais freqüentemente era *In Memoriam*, e haviam também algumas alusões insistentes a *Crossing the Bar*. As constantes referências a *In Memoriam* levaram a sra. Verrall a suspeitar de uma ligação especial entre este poema e as *Enéadas*, de Plotino (as semelhanças gerais de pensamento, é claro já

tinham, naturalmente, sido comentadas). Depois de algumas investigações, sra. Verrall descobriu certas analogias sobre as quais escreveu um artigo para a *Modern Language Review* de julho de 1907 (165).

Parece provável que F. W. H. Myers (o comunicador) soubesse dessas analogias. Ele mesmo tinha lido bastante Plotino; seu ensaio sobre “Tennyson como profeta” menciona a influência de Plotino sobre tennyson; e diz-nos, em outro lugar, que aprendeu isto em conversa com Tennyson, a quem conhecia bem.

Agora chegamos ao aspecto da correspondência cruzada da sra Piper. A 6 de março de 1907, o Myers de Piper escreveu: “Um céu sem nuvens além do horizonte.” No estágio de vigília de seu transe, a sra. Piper dissera: “gemendo na barra, quando zarpei para o mar” [citação de *Crossing the Bar – (Cruzando a barra)*]. Ela também mencionou Arthur Hallam (cuja morte precoce inspirou Tennyson a escrever *In memoriam*).

A 29 de abril de 1907, a sra. Verrall teve uma sessão com a sra. Piper. As palavras “Azul como o mar” foram soletradas. A sra. Verrall tomou-as como alusão aos dias em que o mar está especialmente calmo, que já lhe fora dito em sua própria escrita. Ao fim da sessão vieram algumas referências incoerentes a Swedenborg, São Paulo e Dante.

No dia seguinte, o Myers de Piper alegou ter respondido a pergunta sobre *autos ouranos akumon*, acrescentando que se lembrava de Sócrates e da *Ilíada*, de Homero. Nenhuma destas referências nem as precedentes fizeram sentido, na época.

A 1º de maio de 1907, os escritos da sra. Verrall continham as palavras: “Águia sobrevoando a tumba de Platão”, uma conhecida descrição de Plotino citada no *Human Personality*, de Myers (110a, p.261). Isto levou-a a estudar mais o livro de Myers. Descobri que o epílogo deste livro, em que ocorre uma passagem sobre a “visão de Plotino”, é antecedido por uma citação grega do *Crito* de Platão mencionando Sócrates e citando uma linha da *Ilíada*. Assim parece que Myers, em vida, associou Plotino a Sócrates e à *Ilíada*. Na página 261 do Tomo II há uma lista de pessoas que, como Plotino, passaram por momentos de êxtase místico ou união com divino. Esta lista inclui Plotino, Tennyson, Swedenborg, Dante e São Paulo. As referências do Myers de Piper de 29 de abril de 1907 podem ter refletido as associações de Myers.

Finalmente, a 6 de maio de 1907, quando a sra. Sidgwick estava em sessão com a sra. Piper, o Myers de Piper escreveu: “Diga à sra. Verrall, Plotino.” Ao que respondeu a sra. Sidgwick: “O que significa isso?” E o Myers replicou: “*Minha resposta a autos ouranos okumen* (sic)”.

Estava bem claro que J. G. Piddington, o principal assistente da sra. Piper, não conhecia o suficiente dos escritos da sra. Verrall nem de Plotino

e sua relação com Tennyson, para ter sido a fonte dos acertos da sra. Piper. Nem ela tinha educação suficiente para ter captado a linha das alusões nos escritos da sra. Verrall, mesmo que pudesse lê-los em detalhes por PES. A questão é: a sra. Verrall possuía o conhecimento necessário para ter engendrado tudo, sempre supondo que tivesse na sua mente inconsciente a capacidade um tanto desonesta de dirigir o curso dos automatismos da sra. Piper? Acho que podemos presumir que ela não tinha consciência dos elos *detalhados* entre Plotino e *In Memoriam* até que a inteligência da escrita (supostamente Myers) a levasse a elas. Mas poderia tê-las conhecido inconscientemente? É difícil saber o que fazer desta proposição. O que está sendo sugerido *não* é críptomnesia (a re-emergência de uma memória latente), possibilidade para a qual temos alguma evidência. O artigo da sra. Verrall sobre os elos entre Plotino e *In Memoriam* foi considerado suficientemente original para ser publicado, e não poderia ser baseado, suponho, na memória latente de um artigo prévio semelhante. A sra. Verrall não poderia ter notado as associações antes, por si mesma, e depois esquecido delas, pois certamente escreveria seu artigo assim que a idéia lhe ocorresse. A proposição, então, deve ser que tendo lido separadamente o *In Memoriam* de Tennyson e as *Enéidas* de Plotino e retendo memórias detalhadas, mas principalmente latentes de ambos, ela, inconscientemente, captou a conexão entre eles. Esta intuição inconsciente começou a surgir através de sua escrita automática e também através da sra. Piper, sobre a qual ela exercia uma contínua, mas inconsciente influência.

A sra. Verrall alegava também que não descobrira a importância das alusões a Sócrates, Homero, Dante, Swedenborg e São Paulo dadas pelo Myers de Piper até que seu próprio comunicador, Myers, deu a pista da “Águia sobrevoando a tumba de Platão”, que a fez voltar-se para o *Human Personality*, de Myers. Não podemos negar aqui que a sra. Verrall, que certamente lera este livro, tenha retido uma memória latente das alusões mais importantes. O problema é que as alusões não foram feitas através de sua própria escrita automática, mas pelo Myers de Piper. Em teoria, estamos considerando que a mente inconsciente da sra. Verrall deve ter assim raciocinado: “Lembro-me agora que o livro de Myers tem uma série de nomes próxima daquela frase sobre Plotino. Se eu fornecer estes nomes como o de Myers, parecerá que são associações de Myers, e não minhas, o que será muito surpreendente. Mas espere lá! Eu conhecia bem Myers, e todos sabem que li seu livro. Portanto, se eu mesma fornecer estes nomes, não causarei muita impressão. Suponhamos, porém, que eu as infiltre nos escritos da sra. Piper. Então vai parecer que realmente são associações de Myers. Ótimo! É o que vou fazer!”

Simplesmente não sei o que dizer quanto a estas hipóteses tortuosas e totalmente inverificáveis que parecem, como pode se notar, decorrer inevitavelmente da proposição de Podmore de que a sra. Verrall elaborou as correspondências cruzadas através de sua capacidade inconsciente de dirigir e infiltrar os escritos e outros automatistas sob nome falso. Não sei de nenhuma evidência independente que sugira tais possibilidades, e é difícil imaginar que haveria tanta evidência, pois os eventos postulados aconteceriam inconscientes e não-observáveis. A única razão para dotar a hipótese de Podmore é a implausibilidade da alternativa principal: a teoria da imortalidade. Implausibilidade à parte, dá uma explicação muito mais simples do caso que temos considerado. Mas a implausibilidade de uma teoria nunca é, por si só, razão satisfatória para adotar outra teoria; a outra pode ser igualmente implausível.

Há ainda outras razões para abandonar a hipótese de Podmore. De modo algum as correspondências cruzadas começaram com os escritos da sra. Verrall; em algumas, ela nem esteve envolvida, e um exemplo particularmente famoso – o caso do “Domingo de Ramos” (6) – que começou nos escritos dela, mas continuou por muitos anos após a sua morte. Às vezes diz-se que as correspondências cruzadas de qualquer modo declinaram depois da morte da sra. Verrall. Acho que é mais certo dizer que os escritos começaram a mudar de caráter após a sua morte, com as correspondências cruzadas exercendo papel menos proeminente. Parece claro que as correspondências cruzadas não podem, em seu total ou em grande parte, ser atribuídas à sra. Verrall. Já em 1911, Alice Johnson escrevia (75c, p.291):

... agora atingimos um ponto em que, na suposição de que todas as correspondências cruzadas são elaboradas exclusivamente pelos automatistas, precisaríamos presumir que vários deles, além da sra. Verrall, são capazes da tarefa. Ou então teríamos de presumir uma espécie de assembléia telepática dos egos subliminares dos automatistas, onde conspiram juntos e determinam o papel de cada um.

A idéia de uma assembléia telepática de egos subliminares é uma que encontraremos de novo no Capítulo 15. É essencialmente o que foi sugerido para explicar o fato de que os diferentes aspectos de uma aparição coletivamente percebida aparecem na perspectiva correta.

Não temos evidência independente de que a telepatia com tantos detalhes e complexidade jamais tenha ocorrido. Poder-se-ia acrescentar também que não temos evidências de conspirações idealizadas e coordenadas. É difícil imaginar o que poderia ser essa evidência.

Até mesmo Alice Johnson não acreditava em assembléias telepáticas de egos subliminares. Como os outros investigadores principais da correspondência cruzada, ela chegou a acreditar que Myers e os outros líderes falecidos da SPR estavam por detrás dela. Também acho difícil acreditar na tal assembléia telepática, nem posso negar que uma ou mais inteligências inspiraram as correspondências. Mas estaria a inteligência de F. W. H. Myers entre elas? Esta é toda uma outra questão. Para respondê-la, seria preciso levar em consideração o estilo e as características intelectuais e pessoais dos escritos de Myers, e qualquer informação correta dada sobre Myers que não poderia ser conhecida do automatista em questão. Houve poucas destas evidências (muitos dos mais importantes automatistas conheciam Myers muito bem), mas os pesquisadores, ao final, acharam-nas satisfatórias. Assim J. G. Piddington escreveu (120b, pp. 242-243):

Sobre o problema da identidade real desta mente dirigente – se era um espírito ou grupo de espíritos em cooperação, ou a subconsciência de um dos automatistas, ou a consciência e a inconsciência de uma pessoa viva – a única opinião que sustento com confiança é que: se não era a mente de Frederic Myers, era uma que, deliberada e artisticamente, imitava suas características mentais.

Nesta altura, não posso oferecer nenhum comentário útil à opinião de Piddington; mas, no capítulo seguinte, abordarei a questão quanto às manifestações de características pessoais sobreviventes e habilidades intelectuais, que podem constituir evidência da imortalidade.

7 Manifestações de Outras Características Pessoais

Não é incomum que pessoas que tenham tido sessões bem-sucedidas com médiuns mentais digam depois algo assim: “Aqui está uma transcrição da gravação (ou das notas estenográficas), com meus comentários. Houve muitos acertos excelentes. Mas apenas ler as anotações não pode lhes dar a idéia de quão convincente o comunicador foi. Muito da impressão que causou não foi pelo que ele disse, mas o modo como o disse, seu estilo, tom de voz, humor característico, maneirismos e gestos. Estavam tão completamente certos!”

Para que não pensem que exagerei, citarei os comentários uma assistente experimentada, Uma Lady Troubridge (161, pp. 362-363) sobre os “comunicadores” que “controlavam” a sra. Leonard (isto é, substituíam Feda como a personalidade que falava através do aparelho fonador da sra. Leonard):

...por outro lado, uma habilidade totalmente diferente é demonstrada (no controle pessoal), por vezes em um grau surpreendente, com a reprodução de vários tipos de entonações, maneirismos vocais e características gerais pertencentes a pessoas falecidas, que o médium nunca conheceu. É difícil transmitir uma impressão acurada destes controles pessoais a qualquer um que nunca testemunhou a produção, através de um bom médium, de fenômenos deste tipo. Qualquer afirmação sobre estas caracterizações naturalmente está aberta à suspeita de que a imaginação e a expectativa de uma testemunha possam ter peso quanto à impressão recebida... no entanto, segundo minha própria experiência, estas objeções foram refutadas em grande extensão pelo fato de que o controle pessoal com que estou mais familiarizada... na maioria dos casos, foi testemunhado por mim e pela srta. Radclyffe-Hall.

Nos registros de Piper e Leonard, que foram publicados (destaco estas médiuns por causa de sua filiação à SPR), descobrimos vários controles que atingiram notável verossimilhança de maneirismos, estilo de falar, etc. Deve-se citar como exemplo, o da sra. Piper, GP e Bennie Junot, e o da sra. Leonard, “AVB” (uma senhora morta a quem Lady Troubridge se refere na passagem citada), John e Etta Thomas e Ernest White (v. 167b). Em nenhum destes casos, os médiuns tiveram qualquer conhecimento dos co-

municadores em vida, como parecia indicar a exatidão das dramatizações. Mas como Lady Troubridge indica, é excepcionalmente difícil apontar esses “toques característicos” em termos que seriam convincentes para os ausentes. Limitar-me-ei, por hora, a indicar algo preliminar e óbvio quanto a esses casos, que além de se creditar ao médium os poderes de PES necessários para coletar fatos sobre maneirismos característicos, estilo de falar, tom de voz, etc., sobre a pessoa morta, temos também de atribuir ao médium a capacidade de incorporar este conjunto de fatos numa representação dramática convincente do assim chamado comunicador. E isso é creditar a ela uma outra espécie de dote inusitado.

Algo mais viável para uma avaliação independente são as alegações de que um dado comunicador ainda exiba uma capacidade particular e algo distintiva que tinha em vida. Suponhamos, por exemplo, que um certo morto (vamos chamá-lo professor Sharp) tenha sido, em vida, adepto do jogo de bridge. E agora supostamente controla um médium que nada sabe do jogo. O médium consegue jogar várias partidas de bridge com competência. Isto deve valer como evidência da sobrevivência de Sharp. Pois nem todos sabem jogar bridge, e só uns poucos sabem jogar bem, ao passo que o médium não, poderia:

- a) mostrar que a influência “Sharp” não pode ser a personalidade normal do médium, e
- b) estreitar as origens da influência de modo a incluir o falecido Sharp.

Outras facetas do controle Sharp poderão estreitar a faixa, talvez até o próprio Sharp. Se, por outro lado, a influência “Sharp” era totalmente ignorante quanto a bridge, ou jogou mal, nos daria uma boa dose para pensar que o controle não poderia ter sido o falecido professor Sharp.

Vamos presumir que seja absolutamente certo que o médium nada saiba de bridge. Então podemos perguntar qual seria a explicação de sua súbita habilidade no bridge senão a de que o médium foi controlado ou “incorporado” pelo falecido Sharp ou um de seus falecidos colegas de jogo? Poderia ser sugerido que o médium aprendeu clarividentemente as regras do jogo, lendo um livro de instruções, ou telepaticamente, lendo a mente de jogadores de bridge. Poderia consultar clarividentemente um livro sobre o assunto, ou visualizar telepaticamente um lista prática do que se deve e/ou não fazer da mente de um bom jogador. Mas todo este estudo extra-sensorial permitiria ao médium jogar uma partida competente, assim que fosse controlado pelo suposto professor Sharp? Por certo que não: há muito mais a aprender para jogar bem o bridge, do que só decorar as regras e vislumbrar uma lista de sugestões. O requisito fundamental é praticar,

por horas e horas, inteligente e atentamente, contra bons adversários. E ninguém vai sugerir que isso possa ser obtido por PES.

Parece-me, portanto, que mesmo que concordemos que as regras do bridge possam ser aprendidas por PES (e não sei de uma só partícula de evidência que uma PES de tamanho grau já tenha ocorrido), a teoria da super-PES ainda não daria qualquer explicação plausível da capacidade do controle Sharp para jogar uma partida de bridge.

O exemplo, é claro, é hipotético, mas tem grande aplicabilidade. Não nos parece provável que habilidade e competência intelectual ou física possam ser adquiridas por PES. Se um comunicador mediúnico inegavelmente exibe uma habilidade ou competência inusitadas que possuía em vida, e que se sabe que o médium não tem, o fato poderá ser de difícil digestão para a teoria da super-PES. É tempo de perguntar se qualquer caso real nos levará tão longe quanto nosso caso hipotético.

Não procurarei tratar de casos de manifestação *post-mortem* de habilidades como tocar piano ou pintura, porque em muitos casos é difícil saber se o médium não atingiu por si mesmo aquele nível de competência que exibe. Em alguns casos (v. p. ex., 41, pp. 431-438; 110a, II, pp. 231-234; 120a, pp.235-243), a caligrafia de um morto foi imitada; o problema, na maioria dos casos, é determinar com certeza se o médium não teria ocasionalmente visto a caligrafia daquela pessoa.

Enigmas Literários

Começarei certos casos que não se qualificariam exatamente como exemplos do exercício *post-mortem* de uma habilidade intelectual, mas que sem dúvida constituiriam exemplos de demonstração *post-mortem* de um alto nível de realização intelectual (e que fora característico do comunicador em vida). Refiro-me aos casos – interligados de perto com as correspondências cruzadas – geralmente conhecidos como “enigmas literários”. Nestes casos, foram feitas tentativas, pelos comunicadores, que em vida conheciam muito a literatura clássica, de manifestar seu conhecimento através de médiuns totalmente ignorantes das línguas e literaturas clássicas. Citarei brevemente dois destes casos – o caso “Lethe” e o caso da “Orelha de Dionísio” – e considerarei o ponto ao qual cada um deles pode se alinhar com a hipótese da super-PES.

No caso “Lethe” (120c, pp. 86-144), o principal médium foi a sra. Piper e o assistente foi o sr. G. B. Dorr, Vice-Presidente da ASPR. Dorr esteve em contato, através da sra. Piper, com um comunicador que alegava ser F. W. H. Myers. Myers, em vida, fora um profundo erudito clássico. Dorr abandonara o grego e o latim aos 18 anos, e mal lera qualquer coisa desde então, ao passo que “traduções dos clássicos, eu mal li alguma”. A

sra. Piper não conhecia nada de literatura clássica. Para testar a emória do comunicador Myers, Dorr começou a obter e fazer-lhe muitas perguntas sobre temas do classicismo. A 23 de março de 1908 ele perguntou: “O que a palavra LETHE lhe sugere?” Claramente esperava uma resposta referindo-se ao esquecimento e às águas do esquecimento. Ao invés disto:

Myers: (isto é, o comunicador da sra. Piper): Refere-se a um dos meus poemas, Lethe? (Esta resposta não é imprópria, pois Lethe é referido numa das traduções de Myers, dos versos de Virgílio.)

O comunicador Myers, pressionado por perguntas e observações de Dorr, escreveu algumas palavras desconexas, incluindo “Ventos”, “Grécia” e “Olimpo”, e continuou:

...Está tudo claro. Lembra-se da Caverna?

Gbd: Acho que você está confuso. Era água, e não vento, e era no Hades, onde estava o Estige e os Campos Elíseos. Lembra-se agora?

Myers: Lethe, Margens – claro que sim. Lethe Hades, lindo rio – Lethe, Subterrâneo.

Pouco depois Dorr encerrou a sessão. Quando a sra. Piper saiu do transe (“estado de vigília”), falou as seguintes palavras:

Pávia (depois conjecturalmente emendada por Piddington para *papavera* ou “papoulas”, em latim).

...

Lethe – delicado – triste – adorável – companheiro – Juntar tudo...

Amor entrelaçado – lindas margens...

Quente – Sol – amor.

Folha de lima – coração – espada – flecha.

Disparo uma flecha pelo ar

Ela cai, aonde não sei.

A sra. Piper descrevia, então, uma visão de alguém com um arco e flecha.

A 24 de março de 1908, Myers escreveu como segue (o falecido Richard Hodgson, aparentemente age como intermediário, e por vezes se refere a Myers como “ele”):

Escrevi em resposta à sua última pergunta da Caverna – Lethe

Gbd: Perguntei a ele (Myers) se a palavra Lethe lhe lembrava alguma coisa.

Myers: Ele respondeu Caverna – Margens – Praia... Ele deu a forma – uma imagem de Íris com um arco.

Gbd: Mas ele falou de palavras.

Myers: Sim, nuvens – flecha – Íris – Caverna – Mor MOR, sono em latim, *Morpheus* – *Caverna*. Fica sempre na minha mente, não pode me ajudar?

Gbd: Bom. Entendo o que você quer, agora. Mas não pode deixar mais claro o que havia de peculiar sobre as águas do Lethe?

Myers: Sim, suponho que você ache que estou afetado do mesmo modo, *mas* não estou.

Depois disto, algumas das palavras acima foram repetidas em conversa com Dorr, e as palavras “Nuvens” e “Campos Floridos” foram introduzidas. Quando a médium saiu do transe, de novo murmurou a palavra “pávia” (ou *papavera?*), e continuou:

O sr. Myers está escrevendo na parede... C (pausa) YX. Andei pelo jardim dos deuses – fiquei arrebatado às suas margens – e arrebatado eu a vi, por fim... Margens do Elíseo.

A 30 de março de 1908, depois de uma tradução errônea de CYX como “carro”, o Myers de Piper soletrou CYNX. E depois de algumas passagens confusas, escreveu:

Caminhamos juntos, nossos amores entrelaçados, ao longo das margens. Numa beleza além de comparação com o Lethe. Lamento que seja tudo tão fragmentário, mas acho que não consigo transmitir tudo.

A 7 de abril de 1908, as letras SCYX e CSYX foram escritas, e no estágio desperto, a sra. Piper disse: “O sr. Myers está dizendo: ‘As papoulas jamais cresceram às margens do Elíseo’.” (Parece-me um modo dissimulado de dizer que não há esquecimento na outra vida.)

Os registros destas sessões, que abreviei consideravelmente, foram cuidadosamente examinados, primeiro pela sra. Verrall, e depois por G. W. Balfour, ambos bons eruditos clássicos. Para nenhum deles, fizeram sentido. Foram enviados a J. G. Piddington, que eventualmente localizou uma passagem (previamente desconhecida dele) no 11º livro das *Metamorfoses* de Ovídio, que parece dar a chave da associação com “Lethe” de Myers. Conta a história de Ceyx e Alcione, e da qual dou o seguinte sumário, adaptado por Podmore (122e). A correspondência com os escritos são indicadas pelas maiúsculas:

CEYX, Rei da Trácia, morreu afogado no mar, e Juno enviou ÍRIS, deusa do arco-íris, a Somnus (SONO), para levar a notícia num sonho, a Alcione, AMADA Rainha de Ceyx, filha de Eolo, rei dos VENTOS. Íris aponta seu ARCO contra o céu e desliza à CAVERNA do Sono, cercado e oculto por espessas NUVENS. Do pé da rocha sai o rio LETHE, e às suas MARGENS há PAPOU-

LAS e inumeráveis FLORES de cujo suco a Noite distila o Sono. O Sono envia seu filho MORPHEUS para personificar num sonho o falecido Ceyx. Indo à PRAIA, Alcione encontra o corpo de Ceyx e, em desespero, lança-se ao mar. Os deuses se compadecem de sua TRISTEZA, e transformam-na num martim-pescador. Depois, seu AMADO Ceyx lhe é devolvido como seu COMPANHEIRO na forma de um peixe idêntico. Seu ninho flutua no mar; a cada inverno seu pai Eolo confina o VENTOS por sete dias para garantir uma superfície calma e segura para chocar seus ovos.

As correspondências, acho razoável dizer, são absolutamente indiscutíveis. Myers certamente lera Ovídio em detalhe (110b, p.10), ao passo que nenhum dos pesquisadores da SPR estudara as *Metamorfoses*, nem tampouco a sra. Piper. (Devo acrescentar que ler Ovídio no original não é empresa tão fácil que se possa esquecer facilmente!) Diante disso, portanto, as associações de Myers de “Lethe” na suposição de terem vindo mesmo da mente de Myers, não satisfazem à hipótese de telepatia com nenhum de seus colegas vivos. Mas é claro, a história de Ceyx e Alcione foi contada muitas vezes em língua inglesa. Talvez a sra. Piper, ou mesmo o sr. Dorr tenha lido uma versão inglesa. A despeito de muita pesquisa, Piddington só localizou duas obras populares que davam a história com o detalhe suficiente, *Age of Fable [No tempo das fábulas]* de Bulfinch, e *The Classic Myths in English Literature [Os mitos clássicos na literatura inglesa]*, de Gayley, baseado no livro de Bulfinch. A sra. Piper, sobre cuja honestidade nunca houve nenhuma dúvida séria, disse nunca ter lido tais livros, o que foi determinando por um interrogatório dela e suas filhas, e por um exame em suas estantes de livros. Dorr, quando menino, lera partes do livro de Bulfinch. Não se lembrava desta história, porém, reavivada em sua memória quando viu os escritos e a interpretação de Piddington. Sua própria associação de “Lethe” era a óbvia; as águas do esquecimento.

Parecem haver razões para negar que a sagacidade dos escritos refletia a versão de Bulfinch da história. Os escritos que se seguem imediatamente aos do “Lethe” fazem referências a outras passagens de Ovídio que não são parafraseadas em Bulfinch, e os escritos introduzem num certo ponto a palavra “Olimpo” que está no texto de Ovídio que Myers deve ter possuído, mas não aparece no livro de Bulfinch (120d).

Parece altamente improvável que a sra. Piper poderia ter obtido, telepaticamente, sua informação sobre a história de Ceyx e Alcione de alguém no círculo dos que a investigavam. Nem poderia tê-la lido numa biblioteca após a primeira sessão – logo de início, foi dada demasiada informação relevante.

A sra. Piper poderia ter obtido conhecimento da versão de Ovídio por PES, por exemplo, lendo por clarividência uma tradução, ou sondando

telepaticamente a cabeça de um erudito clássico? Mesmo se se admitisse tal grau de PES, ainda resta saber como o material teria sido localizado. Pois o que precisava ser localizado não era Ovídio, ou a história de Ceyx e Alcione, mas associações que Myers poderia ter dado ao nome “Lethe”. A sra. Piper inicialmente detectou a passagem em Ovídio por leitura clarividente (e *instantânea*) em algum livro de consulta? Piddington não conseguiu achar nenhum que mencionasse Ovídio sob o verbete *Lethe*. Ou será que, com a velocidade do raio, captou das mentes acessíveis a ela uma que fosse bem-dotada de conhecimento clássico (sem dúvida, algum professor de Harvard) e, perpassando rapidamente por seu subconsciente, como faria por uma enciclopédia, teria desenterrado a palavra “Lethe” e uma série de obscuras associações a ela? Estas sugestões são totalmente sem sentido, e mais adiante indicaremos exatamente o porquê. O “enigma literário” que vou delinear a seguir é um dos obtidos pela mediunidade da sra. “Willett” (sra. Coombe-Tennat). O outro enigma Willett é conhecido como o caso “Statius” (5a). A Sra. Willett na era uma médium profissional, mas uma dama da alta sociedade britânica, atuante na política nacional e na Liga das Nações. Começou com a escrita automática em 1908, mas em 1909 foi-lhe sugerido pelos falecidos Myers e Gurney (ela fora casada com Myers) que deveria, ao invés disto, captar idéias e imagens que se insinuassem em sua mente, e então registra-las pela voz ou pela escrita. O principal investigador dos casos “Statius” e “Orelha de Dionísio” foi G. W. Balfour, e os comunicadores foram dois eruditos clássicos recém-falecidos, A. W. Verrall (marido da sra. M. de G. Verrall) e S. H. Butcher. Tinham sido amigos íntimos. Butcher não conheceu em vida a sra. Willett, e Verrall, só superficialmente.

O caso da “Orelha de Dionísio” (5b) é longo e complicado, e de novo só posso dar suas linhas gerais. Num certo número dos escritos de Willett, a maioria datando de 1914, com G. W. Balfour como assistente, os seguintes tópicos são mencionados ou aludidos:

A Orelha de Dionísio. (Uma caverna de onde Dionísio, o Velho, Tirano de Siracusa, de 405 a 367 a.C. costumava ouvir possíveis conversas sediciosas entre os seus prisioneiros. Localizava-se em certas pedreiras da Sicília. Um escrito de Willett de 1910 referia-se a ela, e a sra. Verrall, em conseqüência, perguntara a seu marido a respeito dela.)

As pedreiras de Siracusa, na Sicília.

Enna, na Sicília.

O calcanhar na Itália.

Ulisses e Polifemo. (Polifemo, o gigante de um olho só, aprisionou Ulisses em sua caverna.)

Ácis e Galatéia. (Ácis, um pastor, amava a ninfa Galatéia, e foi morto pelo ciumento Polifemo.)

Ciúme.

Música.

Uma cítara.

A *Poética*, de Aristóteles

Sátira.

Estas referências não “resultavam” em nada, tanto quanto Balfour e a sra. Verrall podiam dizer. A chave foi dada pelo comunicador Butcher, num esrito de 2 de agosto de 1915, a sra. Verrall sendo a médium, onde foi escrito o seguinte:

A instrução Aural foi entendida como pertencente a “Orelha”, e agora ele pergunta se a *Sátira* FOI identificada...

O homem se enrolou na pele de um carneiro e passou em segurança, isso é simples (isto é, Ulisses escapando da caverna de Polifemo).

Junte-se a isso Citeréia e o homem da Orelha...

Há uma sátira.

Escreva Muros Ciclópicas; por que disse muros? Eu disse Fílox Ciclópicas. Ele trabalhava nas pedreiras e inspirou-se no autor mais antigo para sua sátira “Ciúme”.

A história está bem clara para mim, e acho que deveria ser identificado um instrumento musical que me vem com um bandolim...

Ele escreveu naquelas pedreiras que pertenciam ao tirano.

Este escrito reúne as prévias referências típicas. Filoxeno (ou “Fílox”) de Citeréia (436-380 a.C.) foi um obscuro poeta grego que viveu sob a proteção de Dionísio, o Velho, Tirano de Siracusa. Filoxeno caiu em desgraça perante Dionísio, e foi aprisionado nas pedreiras de Siracusa, por ter seduzido a amante do tirano, Galatéia. Depois de sua libertação (ou, de acordo com outros relatos, ainda enquanto n prisão) Filoxeno escreveu um poema satírico intitulado *Ciclope* ou *Galatéia*. Neste, representa a si como Ulisses, e a Dionísio, que era cego de um olho, como Polifemo. Era poesia do tipo usualmente recitada acompanhada de cítara. O *Ciclope* de Filoxeno é mencionado na *Poética* de Aristóles (II, 4), traduzida por Butcher.

Nem a sra. Willett nem o investigadores jamais ouviram falar de Filoxeno, de cujas obras só restam alguns fragmentos. O conhecimento clássico apresentado na construção deste enigma está muito além do que a sra. Willett possuía, ela não tinha nenhuma familiaridade com as línguas clássicas, e havia pouca ou nenhuma literatura clássica traduzida. Itens sobre Filoxeno em várias enciclopédias-padrão daquela época não continham to-

dos os pronomes dados nos escritos. Muitos (mas não todos) detalhes são encontrados num livro norte-americano mais ou menos obscuro, *Greek Melic Poets*. [*Poetas líricos gregos*], de H. W. Smyth, do qual o professor Verrall, o pretense comunicador, usou um volume que lhe fora ofertado, para a preparação de algumas conferências.

Não há dúvida de que, se a sra. Willett foi consciente e deliberadamente desonesta, poderíamos facilmente explicar o material que foi comunicado. Qualquer pessoa razoavelmente inteligente poderia ter montado um enigma como este depois de um período moderado de pesquisa numa grande biblioteca, ou depois de ter alguma sorte numa loja de livros usados (assim como achar o livro de Smyth e seguir as pistas contidas nele). Nenhuma frase-chave a que o comunicador teria de responder foi apresentada à sra. Willett logo de início; ela estava livre para introduzir qualquer assunto que primeiro lhe ocorresse. Porém, não há evidência de desonestidade da sra. Willett, neste ou qualquer outro caso, de modo que a hipótese não se baseia em um fato, mas, pelo contrário, é uma presunção baseada só na implausibilidade das alternativas. Como já disse, esta não é uma razão satisfatória para adotar uma teoria.

Se rejeitarmos a teoria de fraude por parte da sra. Willett, somos forçados a crer em alguma forma da teoria da PES; pois a criptomnesia concernente a pontos obscuros de erudição clássica dificilmente parece ser possível numa pessoa com os hábitos de leitura da sra. Willett. Poderíamos tentar supor que a sra. Willett, sondando clarivamente à volta do seu material, deparasse com a página do *Greek Melic Poets*, de Smyth, ou que em suas investigações telepáticas das mentes apropriadas desse com um erudito que lera e assimilara esta obra. Ela extraiu a essência de uma fonte escolhida, e (num nível puramente inconsciente) elaborou o “enigma literário”. Já aludimos a este ponto tantas vezes que se torna até cansativo. Não há evidência independente de tal “super-PES”. A clarividência pode ser excluída de imediato, porque o livro de Smyth, se bem que em relatos derivados deste caso tenha sido mencionado como contendo todos os fatos relevantes numa só página, de fato não os contém. A informação que dá a página 461 precisaria ser suplementada por um erudito bem informado antes que o enigma da “Orelha de Dionísio” pudesse construído a partir dela. Resta a possibilidade de que a informação tenha sido extraída por telepatia da mente de um erudito. Mas as inteligências comunicadoras não apresentaram apenas um “pacote” de fatos; a despeito das aparentes dificuldades de comunicação, desenvolveram os fatos inteligentemente à maneira de pessoas que dominavam o assunto – o extrato dado acima, da sessão de 2 de agosto de 1915, talvez transmita melhor o que quero dizer. Voltamos ao ponto fundamental que levantei antes – adquirir um conjun-

to de fatos sobre, ou relacionados com, um certo tópico o área, não é tornar-se mestre naquele assunto. O domínio é atingido pelo uso e pela prática inteligente, não engolindo e, depois, vomitando fatos.

Pouco depois da publicação do trabalho de G. W. Balfour sobre a “Orelha de Dionísio”, apareceu uma breve mas incisiva nota crítica de uma erudita clássica, srta. F. Melian Stawell (150). Ela assinalou que a sra. Willett, se bem que não fosse versada no classicismo, sem dúvida tinha *algum* conhecimento, relevante na cabeça. Provavelmente conhecia a história de Ulisses e Polifemo, e pode ter ouvido dizer que S. H. Butcher escrevera sobre a Poética de Aristóteles. Talvez este conhecimento latente pudesse ter sido primeiro estimulado e então aumentado pela influência externa (o que não é novo para nós!) da mente subconsciente da sra. Verrall. Provavelmente a sra. Verrall tivesse se deparado com toda a informação necessária. Há umas poucas referências esparsas a Filoxeno na literatura clássica, e os estudantes costumam pesquisar estas coisas, quando aparecem. A própria srta. Stawell se deparara com muito do material. No entanto, isso só lhe veio à mente quando ouviu falar do trabalho de Balfour. É razoável presumir que a sra. Verrall também tivesse se deparado com o material e o tivesse esquecido. É certamente, poderia ter visto de relance (e depois esquecido) o exemplar de *Greek melic Poets*, de Smyth. E o caso dos “Sete” (mencionado no capítulo anterior) mostra que o subconsciente da sra. Verrall era capaz de influenciar os escritos de outros automatistas.

A srta. Stawell acrescentou que o livro de Smyth agora fora adotado em Cambridge. Sua alegação é convincente, e a resposta de Balfour (5c) não parece eficaz. Mas precisamos ficar em guarda contra o argumento constante do ego subliminar da sra. Verrall como solução universal para se livrar de casos que poderiam pôr em perigo a hipótese da super-PES. Há pouca evidência clara de que ela (ou qualquer um) possuísse os poderes por cujo uso tanto foi acusada. Vejamos quais poderiam ser esses supostos poderes. A srta. Verrall poderia ter sido:

- a) Um imenso repositório de informação que ela não poderia lembrar conscientemente.
- b) Uma automatista bem-sucedida.
- c) Capaz de, telepática mas inconscientemente, controlar em algum detalhe os escritos de outros automatistas, inclusive da sra. Willett; ser na verdade um “comunicador vivo” operando por meio de telepatia “ativa”.
- d) Capaz de decidir, em nível inconsciente, que material poderia incorporar em seus escritos, e que material (assim como cultura clássica) seria mais convincente se transmitindo através de outros automatistas.

e) Capaz de agir como um comunicador vivo sob nomes falsos, sua real identidade e sua “presença” permanecendo desconhecidas dos automatistas que influenciava.

f) (Em alguns casos) capaz de, telepática ou clarividentemente, captar (de novo inconscientemente) o que era dito ao automatista à distância e induzir inconscientemente aquele automatista a uma resposta relevante, rápida o bastante, para conduzir uma conversação com o assistente daquele automatista.

Num capítulo posterior, direi um pouco sobre o importante tópico dos comunicadores vivos, mas não sei de nenhum caso de comunicação evidente de vivos que nos justificaria, por analogia, atribuir todos estes poderes extraordinários à sra. Verrall.

Xenoglossia

O interesse na exibição de habilidades características *post-mortem* em anos recentes focalizou-se especialmente em casos de xenoglossia, isto é, em que pessoas (usualmente médiuns ou sujeitos de casos de reencarnação) falaram uma língua real (não uma imaginária, como possuidores de glossolalia), de que ordinariamente não têm conhecimento (v. especialmente 153f). (Casos comparáveis, nos quais a linguagem é escrita, são chamados “xenografia”, mas não vou levar em conta esta distinção.) Tais casos são obviamente de crucial importância para a presente discussão. Imaginemos, por exemplo, que um comunicador mediúnico que tenha dado “provas de identidade” factuais proponha-se a falar através de um médium em sua língua nativa. E o faz fluentemente, mantendo conversações longas e gramaticalmente corretas, com entendimento detalhado de ambos os lados. Mas a língua é uma das que o médium, com certeza, não conhece. Podemos plausivelmente imaginar que o médium tenha adquirido sua capacidade lingüística por PES?

Várias décadas de pesquisa de laboratório razoavelmente intensa sobre PES não nos permitiram fixar quaisquer limites definidos ao seu possível raio de ação. Se há distâncias demasiado grandes para a PES transcender, ou “alvos” demasiado complexos para alcançar, ainda não descobrimos quais são. Há razão para supor que os fatos lingüísticos não estariam tanto ao seu alcance quanto outro tipo de fato. Ou, de qualquer maneira, estaríamos mal accessorados para negar a possibilidade, se a alternativa é uma hipótese tão difícil quanto a imortalidade. Há, de fato, alguns achados experimentais (128a), junto com uns poucos relatos, que sugerem que as pessoas podem captar por PES o significado de algumas palavras isoladas numa língua que lhes é desconhecida. E se os significados podem assim ser apreendidos, por que não as regras gramaticais?

Estamos agora de volta ao ponto que levantei ao discutir o exemplo imaginário do comunicador mediúnico cuja capacidade de jogar bridge não desapareceu com a morte. A capacidade de jogar bem bridge não é só uma questão de aprender (normalmente ou por PES) as regras (consideradas como um conjunto de fatos) juntamente com os preceitos dados e algum manual. Só pode ser adquirida praticando-se inteligentemente até que cada coisa esteja em seu lugar. O mesmo ocorre com o aprendizado de uma língua. Eu poderia estudar (digamos) um livro alemão, e aprender inúmeras palavras (assim como *Fehler*, que quer dizer “erro” e *Pfote*, que quer dizer “pata”), juntamente com toda espécie de complicada regra gramatical sobre a formação da voz passiva, a ordem sintática das orações subordinadas, etc., etc. Talvez eu até pudesse aprender estas coisas por PES dirigida ao livro ou sobre a mente de um professor alemão (não há evidência que ocorra PES deste grau, mas não é o que estamos examinando agora). Mas o conhecimento de *fatos* sobre o significado das palavras e regras gramaticais (conhecimento *que*), conquanto pudesse *ajudar* a me tornar um professor fluente do alemão, não me transformaria de imediato em uma pessoa com tal aptidão, nem por si só me daria a habilidade (conhecimento *como*) de falar alemão. Todo escolar, que teve de aprender a gramática e vocabulário de uma língua estrangeira de cor, bem sabe deste abismo – que só pode ser vencido pela prática inteligente, preferivelmente com pessoas que falem bem a língua em questão. O abismo existiria, quer o conhecimento factual dos elementos da língua fossem ou não adquiridos por PES. Assim, casos de xenoglossia fluente – se ocorressem – poderiam, nas circunstâncias certas, constituir forte evidência contra a hipótese da super-PES. Pois não temos evidência clara (tanto quanto seja de meu conhecimento), por exemplo, de casos espontâneos, para sugerir que habilidades complexas possam ser subitamente adquiridas por um processo de indução extra-sensorial de pessoas que já as possuam e, depois, subitamente desapareçam. Nunca ouvi falar, por exemplo, de qualquer viajante inglês na obscura Gales que, inesperadamente, fosse capaz de falar e entender gaélico, e então perdesse essa capacidade, ao cruzar o mar, de volta à Inglaterra.

Que evidência então temos para a xenoglossia num contexto mediúnico ou relacionado a este? A resposta não é grande coisa, nem muita coisa foi registrada e analisada. A evidência existente pode ser classificada sob quatro títulos, os primeiros três podendo ser tratados sumariamente:

1. Em alguns casos, um comunicador mediúnico, apesar de incapaz de falar uma língua estrangeira que conhecia em vida, mostrou alguma compreensão de palavras ou frases que lhe foram ditas naquela língua. Assim, o suposto controle francês da sra. Piper, o dr. Phinuit, vez ou outra,

entendeu um pouco de francês, muito embora ele ocasionalmente só falasse alguns clichês. Outro controle da sra. Piper conseguiu traduzir umas poucas primeiras palavras do Pai-nosso em grego (112, pp. 45-48), mas a semelhança das primeiras palavras (*pater hemon*) com as primeiras palavras do mais conhecido *Pater Noster* em latim poderia ter dado uma pista.

2. Num certo número de casos, um comunicador usou corretamente palavras isoladas ou frases muito curtas de uma língua desconhecida do médium. Por exemplo, algumas palavras italianas e havaianas foram ditas ocasionalmente através da sra. Piper (66b, pp. 416-418, 480-482), e em holandês (36) através da sra. Rosalie Thompson (nascida em 1868), médium britânica estudada por Myers e Piddington.

3. Temos alguns exemplos do que Ducasse (34b) chama “xenoglossia recitativa” num contexto mediúnico ou análogo. O sujeito repete, como que de cor, fragmentos de uma língua estranha que não entende necessariamente. Na maioria de tais casos a criptomnésia (ou memória latente) é difícil excluir (v., por exemplo, 130). Há na literatura um ou dois casos curiosos de pessoas adultas ou idosas em estado de doença ou delírio que repetem frases, sentenças ou passagens de línguas que conheceram ou ouviram enquanto crianças, mas subseqüentemente esqueceram (v., por exemplo, 43). Descreverei um caso de xenoglossia recitativa no Capítulo 12.

Onde as categorias de 1 a 3 não são devidas a criptomnésia, não parece impossível (muito embora possa ser implausível) estruturar uma explicação para eles em termos de PES. O entendimento de frases em língua estrangeira pode ser obtido telepática ou clarividemente, captando a intenção de quem fala a língua. Palavras isoladas, frases ou sentenças poderiam ser conhecidas por telepatia ou clarividência, com ou sem seus significados, ou, se a telepatia de “agente ativo” for possível, elas poderiam ser “injetadas” na mente do sensitivo pelos esforços de uma outra pessoa. É com casos da categoria remanescente que a espécie de dificuldades para a hipótese da super-PES que descrevi acima se intensifica.

4. Por fim, temos os casos do que Ducasse (34b) chama xenoglossia de resposta, em que o sujeito conversa inteligentemente na língua estrangeira. Alguns relatos destes casos são encontrados na literatura espírita, mas os padrões de registro e pesquisa raramente têm algum peso. Um caso aparentemente notável é o da automatista “Rosemary”, estudada por Wood e Hulme (70; 173a, 173b). A guia de Rosemary, “Nona”, alegava ter sido uma princesa babilônica que esposara o faraó Amenotep III (1410-1375 a.C.). Além de dar alguns relatos altamente circunstanciais de sua vida no Egito, e de seu relacionamento com “Vola”, encarnação anterior de Rosemary, Nona transmitiu, ao longo de vários anos, um grande número de frases corretas e sentenças curtas em egípcio antigo. Rosemary ouviu essas

frases por “clariaudiência”, e então as disse em voz alta. Elas foram anotadas foneticamente pelo dr. Wood, que as apresentou para estudo a um erudito interessado no antigo egípcio, A. J. Hulme. Wood depois estudou, ele mesmo, esta língua. O falecido prof. C. J. Ducasse, que submeteu o caso a uma rigorosa análise, conclui (34a, p. 256): “A xenoglossia... dá evidência forte de que a capacidade outrora possuída por uma pessoa de conversar demorada, objetiva, inteligente e inteligivelmente na língua egípcia de três mil anos atrás, ou numa língua relacionada de perto com ela, tenha sobrevivido por muitos séculos à morte do corpo daquela pessoa.” Acho, porém, que o veredito de Ducasse é prematuro, e que se deve suspender o julgamento concernente a este caso, até que seja independentemente examinado por uma autoridade reconhecida na língua egípcia. Pois não está bem clara a aceitabilidade das qualificações de Hume.

Muitos dos supostos casos de xenoglossia de resposta envolveram médiuns de “voz direta” e tiveram lugar na penumbra que os espíritos parecem achar essencial para manipular as cornetas acústicas e construir “caixas acústicas” de ectoplasma. Num volume (103) concernente à médium norte-americana de voz direta, sra. Etta Wriedt (citei no Capítulo 5 uma experiência de *Sir* William Barret com ela), conta-se que houve ocasiões em que amigos e parentes mortos de assistentes que falavam as línguas norueguesas, espanhola, croata, holandesa, italiana, alemã, francesa, hindustani, gaélica, sérvia e galesa, conversaram com eles sobre temas apropriados, em suas línguas. Muitos desses assistentes fizeram declarações assinadas e datadas.

Infelizmente não temos registros fonográficos ou estenográficos dessas conversas, e é extremamente difícil saber o que dizer delas. Uma semelhante diversidade de línguas foi ouvida nas sessões se um outro médium norte-americano de voz direta, George Valantine (15a; 156b, 68). Um assistente galês, sr. Caradoc Evans, falou numa sessão, a 27 de fevereiro de 1924, com o espírito de seu pai. Perguntado em galês sobre a localização da casa em que morrera, o pai do sr. Evans respondeu (15a, pp. 210-211): “*Uch bem yr avon. Mae steps – lawer iawn – rhwng y ty ar rheol. Pa bath yr ydych yn gofyn? Y chwi yn mynd I weled a ty bob tro yr rydych yn y dre*”, que significa: “Rio acima. Há degraus – muitos degraus – entre a casa e a estrada. Por que pergunta? Vai ver a casa todas as vezes que estiver na cidade.” Numa sessão de Valantine em Nova Iorque, um especialista em línguas orientais, dr. N. Whyment, conversou em chinês arcaico com um espírito que se dizia o próprio Confúcio, sobre alguns pontos de textos eruditos. Whyment editou (170) notas em inglês dessa voz em chinês.

Infelizmente nossa avaliação acerca dessas alegações extraordinárias é afetada pelo fato de que Valiantine foi várias vezes apanhado em fraudes das mais grosseiras (15c; 138c). Uma gravação dessa voz “chinesa” tinha a entonação certa, mas não pôde ser entendida por chineses, inclusive pelo dr. Whyment. Valiantine, sem dúvida, tinha o dom de captar a entonação e o ritmo de várias línguas estrangeiras, e também era seu hábito repetir a última frase que lhe era dita por seu interlocutor. A probabilidade parece ser a de que a expectativa dos assistentes os fazia ouvir muito mais do que era dito em língua estrangeira. Poucos percebem como o ouvido humano tende a ouvir palavras articuladas em todo tipo de murmúrio e sons aleatórios com uma certa periodicidade; tanto quanto o olho vê rostos em manchas de tinta. Este ponto é claramente expresso nas recentes investigações de David Ellis (39) sobre as “vozes Raudive” (vozes, supostamente de mortos, captadas por gravadores de fita sob certas condições). Num caso de “voz Raudive” que observei pessoalmente, os assistentes estavam interpretando como palavras sussurradas, porém compreensíveis, os sons feitos por seus próprios dedos atritando, inconscientemente, a caixa de um pequeno gravador (o microfone era embutido).

Até agora, os estudos mais detalhados sobre exemplos de xenoglossia de resposta são os do prof. Ian Stevenson, sobre os casos “Jensen”, “Gretchen” e “Sharada”. Todos estes estão num ambiente reencarnacionista, mais que mediúnico, mas em nenhum deles a personalidade comunicadora foi identificada como pessoa que de fato já tinha vivido. O mais notável é o de Sharada, que discutirei no Capítulo 11. Dos outros dois, o caso Jensen é o mais interessante (153f). “Jensen” é o nome a personalidade que se exprimia em sueco, que apareceu espontaneamente entre 1955 e 56, durante as experiências de regressão hipnótica com T. E., a esposa de 37 anos e de língua inglesa de um médico de Filadélfia. O hipnotizador era o seu marido, K. E. A língua falada por Jensen, e os detalhes que deu vida de sua vida eram coerentes com uma vida anterior na Suécia do século XVII. Três pessoas de língua sueca que conversaram com Jensen, e outras quatro, que depois ouviram as gravações, concordaram que ele conversava razoavelmente bem, com gramática correta e boa pronúncia sueca, muito embora em frases curtas. Uma análise de quatro sessões em fita mostrou que, eliminando palavras duvidosas e palavras semelhantes no inglês e no sueco, Jensen introduziu na conversação pelo menos 60 palavras suecas que não tinham sido usadas anteriormente em sua presença pelos entrevistadores.

Stevenson considera em pormenores a possibilidade de que a sra. T. E. possa ter adquirido algum conhecimento do sueco por meios normais. Suas conclusões são inteiramente negativas. Porém, alguns anos após as experiências de Jensen, T. E. desenvolveu um tipo mais convencional de me-

diunidade, com um controle e vários comunicadores. Durante esse período, surgiram evidências de que ela obtivera antecipadamente o material para algumas mensagens “científicas” que deu em suas sessões. Stevenson apresenta razões para supor que ela o fez num estado dissociado, em relação ao qual, depois ficou amnésica. Não havia nada para sugerir que ela entrara esses estados antes das experiências Jensen.

O sr. Ian Wilson argumentou recentemente (172, p. 113) que esse caso pode muito bem ser descartado. Cita parte das observações de Stevenson sobre a “confusão” da “mensagem científica”: “As identidades do médico e sua esposa chegaram ao meu conhecimento, e basta dizer que o caso não merece a séria consideração que Stevenson lhe dedicou.” É claro que não “basta” dizer. Não posso imaginar por que qualquer pessoa razoável deva dar mais peso à afirmação do sr. Wilson do que às 20 páginas que Stevenson dedica à questão, sobre se T. E. poderia ou não ter aprendido sueco por meios normais.

Um ponto curioso sobre a xenoglossia de resposta é o seguinte. Se estou certo ao propor que habilidades, lingüísticas ou outras, não podem ser adquiridas por PES, então, obviamente, não podem ser adquiridas por telepatia com pessoas falecidas (se é possível tal coisa). Daí, não devemos esperar um médium mental, cujos dons sejam essencialmente os de telepatia com os vivos ou os mortos, exibindo uma xenoglossia de resposta que seja fluente (em contraste com a habilidade de entender ou hesitantemente repetir a estranha frase ou palavra de uma língua estrangeira que lhe seja desconhecida). Isto pode ser considerado como algo que se ajusta ao fato de que a maioria dos casos aparentes de xenoglossia de resposta provém de médiuns de voz direta ou de pessoas supostamente reencarnadas.

Comecei este capítulo mencionando casos em que os comunicadores mediúnicos reproduziram exatamente os maneirismos, gestos, entonações, humor, etc. que foram características suas em vida, o que impressionou muitos amigos e parentes. Passei a descrever exemplos da manifestação *post-mortem* de habilidades características. E em capítulos anteriores descrevi com alguma extensão a evidência da sobrevivência da memória e propósitos característicos da pessoa. Mas (e este ponto é quase impossível de expor num espaço tão pequeno) em alguns casos surpreendentes – digamos, o caso GP ou o caso AVB, ou o comunicador Myers das correspondências cruzadas –, estes vários elementos, de acordo com os que estavam qualificados para julgar, estavam *reunidos* de maneira característica e reconhecível. Algo que é quase uma personalidade teria sido construído.

A capacidade de construir, dramatizar ou imitar toda uma personalidade a partir destes elementos é em si uma habilidade que não pode ser reduzida a mero conhecimento de fatos. Deixem-me ilustrar. Num certo

período de minha vida, passei muito tempo estudando correspondência, diários, papéis, etc., de Henry Sidwick e F. W. H. Myers. Apreendi muitos fatos sobre suas vidas particulares, seus amigos, seus hábitos e sua vida doméstica; muito mais fatos do que se possa supor que o maior dos sensitivos possa obter por PES. Mas nenhuma quantidade deste conhecimento factual (conhecimento *que*) de *per se* teria me capacitado a imitá-los (uma habilidade; conhecimento *como*), de maneira que seus amigos íntimos achassem que não fosse algo absurdo ou patético. Meu desempenho teria sido infinitamente menos impressionante que o da sra. Piper ou da sra. Leonard, em seus melhores dias – em verdade, em seus piores dias! Deve ser dito que não sou o tipo de pessoa que faz imitações em festas para obter aplausos. Não tenho talento para isso. Mas um imitador hábil, que vemos tanto no palco como na televisão, não se sairia muito melhor? Tal pessoa teria as habilidades próprias de sua profissão, e sem dúvida tentaria *algo*, se pressionada. Mas imitar, digamos, o sr. Edward Heath não deixa de ser uma *habilidade diferente* da de imitar *Sir* Harold Wilson. Alguns imitadores conseguiriam imitar um, mas não ao outro. E as habilidades de fazer uma imitação de Heath e outra de Wilson devem ser adquiridas separadamente, ouvindo gravações de som e vídeo, praticando, gravando as tentativas, praticando de novo, e assim por diante. Não surgem diretamente de saber *fatos* sobre as vidas de Heath e de Wilson, seus maneirismos, vozes, hábitos de pensamento, modos de falar, etc. Mesmo que concordemos (temerariamente) que médiuns como a sra. Piper e a sra. Leonard possam ter tido enormes poderes de PES, ainda resta um imenso problema: como traduziram o conhecimento factual que foram capazes de obter daquela forma em imitações convincentes de pessoas falecidas, bem conhecidas de seus assistentes.

8 O Controle dos Médiuns

Nos cinco capítulos precedentes, coloquei-me, por assim dizer, do lado dos anjos. Preocupei-me principalmente em apresentar casos de evidências da imortalidade, a partir dos fenômenos mediúnicos. Minhas conclusões, no todo, foram favoráveis a esta evidência, embora não tenha podido encontrar uma fórmula exata para explicar tudo. Agora chegou a hora de mudar de lado e assumir o papel de advogado do diabo. Neste capítulo, e nos Capítulos 10 e 13, apresentarei e avaliarei várias considerações que podem minar grandes áreas da evidência da imortalidade ou, mais diretamente, provar que a imortalidade é impossível. (Talvez “advogado do diabo” seja o termo errado, pois que o diabo pode ter suas próprias razões para apoiar a imortalidade da alma.)

O problema inicial é achar um ponto de partida. Muitos dos que investiram mais fortemente contra as opiniões imoralistas e as supostas evidências demonstraram uma presteza em rotular uma evidência como insuficiente, tal qual aquela que eles, tão profusamente (e às vezes tão corretamente), atribuem a seus oponentes (por exemplo, v. 44b, pp. 361-363). (Acho que não é de estranhar que um dos piores livros proparapsicologia dos últimos anos, e um dos piores livros antiparapsicologia, sejam ambos escritos pelo mesmo indivíduo.) A declaração mais sucinta e mais bem informada contra a imortalidade é ainda a do falecido prof. E. R. Dodds “Porque não acredito na imortalidade”, publicada nas *Atas da SPR*, há cerca de 50 anos (33). Basearei minha posição no trabalho de Dodds, sem fazer, porém, referências detalhadas a ele. Este capítulo e os subsequentes tentarão uma crítica e avaliação da evidência da imortalidade fornecida pelos fenômenos da mediunidade mental.

Como erudito clássico e historiador do neoplatonismo, Dodds estava muito impressionado com certas considerações históricas. Se os que partiram podem de fato se comunicar com os vivos por meio de médiuns mentais, por que mostraram tão poucos sinais dessa capacidade, antes do iní-

cio do movimento espírita moderno, em 1848? Não havia falta de mecanismos necessários, nem do necessário interesse por parte dos vivos:

...a evidência coligida do livro de Oesterreich sobre Possessão demonstra que o transe mediúnico foi um fenômeno razoavelmente constante em todas as eras e entre todos os povos; e curiosamente, sobre o estado dos mortos, deixou marcas semelhantes na literatura da Grécia, e de Roma, na idade Média, e da Renascença. Mas, há algo ainda mais singular. Os dois grupos de médiuns de antes do século XIX, sobre os quais temos mais informação, o *katochoi* do último período greco-romano, e as feiticeiras dos séculos XVI e XVII (ou melhor, as “vítimas” das feiticeiras), embora executando numerosos dos feitos dos médiuns modernos, perversamente lhes foram atribuídos, naqueles casos, a mediação de deuses ou demônios não-humanos, e, em outros, do diabo. De novo: por quê? (33, pp. 152-153).

Parece-me que, aqui, Dodds está exagerando um pouco. Suas observações são válidas, principalmente para a Europa ocidental, onde foram tomadas medidas repressivas atípicas; e até mesmo nessa parte do mundo houve notáveis exceções (quanto a um exemplo do século XVI, v. 45, pp. 23-27). Há razão para supor que em muitas culturas não-européias a comunicação mediúnica com os mortos foi praticada por século, nas formas abordadas no Capítulo 2. Ela parece ser e ter sido uma prática muito difundida. É verdade que “pouca evidência da imortalidade” nos veio dessas culturas. Mas isso bem poderia acontecer por motivos totalmente díspares, que nem os membros das ditas culturas, nem viajantes ou antropólogos tenham registrado.

Mesmo que a tese de Dodds não seja provada, há um ponto a isso relacionado que tem algum peso. Se a maioria das pessoas sobrevive à transição da morte com suas memórias, propósitos, afetos e habilidades intelectuais mais ou menos intactos, poderíamos esperar que elas, ou um número substancial delas, tentassem, o mais que pudessem, se comunicar com os entes queridos deixados para trás, se a comunicação fosse possível. Por que comunicadores esporádicos não estão todo o tempo insinuando mensagens para amigos e parentes através de quaisquer médiuns a seu alcance? Comunicadores esporádicos são aparentemente raros, e não sei de um só caso em que um esporádico tenha tentado passar a mesma mensagem através de dois médiuns diferentes. Certamente poderíamos esperar que alguns deles o tentassem. De fato, casos em que qualquer tipo de comunicador tenha se manifestado, convincentemente, através de mais de um médium, sem a presença do mesmo assistente, são bem incomuns, se bem que tenhamos alguns exemplos. Os comunicadores Myers e Gurney das correspondências cruzadas fizeram-no, mas eram personalidades bem conhecidas; o mesmo fez o controle GP da sra. Piper (se bem que nunca vi nenhuma análise com-

parativa útil das comunicações). Em suma: visite um bom médium e haverá uma chance razoável de que ouvirá falar da pessoa falecida com quem você deseja entrar em contato. Essa pessoa morta, porém, dificilmente lhe enviará uma mensagem inesperada. Em igualdade de condições, isto pode ser usado para sugerir que o que quer que esteja envolvido na comunicação mediúnic são os fatores deste mundo que são cruciais, mais que os do outro.

Uma resposta a este argumento poderia ser, por exemplo, explorar outras razões possíveis para a aparente raridade de comunicadores esporádicos (comparar com o capítulo 5), ou contrastar comunicadores mediúnicos com aparições dos mortos. As aparições dos mortos costumam surgir como intrusos indesejáveis à paz de espírito de pessoas totalmente estranhas, mas recusam-se a aparecer para aqueles que deliberadamente os procuram – especialmente se são parapsicólogos.

...quando os sombrios Pesquisadores vêm,
Os brutos dos fantasmas... vão!

Uma questão de maior importância, e que provocou grande polêmica, foi a das condições dos “controles” dos médiuns em transe. Os principais médiuns de transe, tais como a sra. Piper, a sra. Leonard, a sra. Soule e a sra. Garrett, forneceram o que deve ser a mais impressionante evidência mediúnic da imortalidade. Os médiuns de transe tendem a ter um ou uns poucos controles regulares (isto é, espíritos que aparentemente tomam o corpo do médium por períodos extensos, e comunicam-se através dele), dentre os quais o próprio “guia” do médium (espíritos que, como o Phinuit da sra. Piper ou a Feda da sra. Leonard, cuidam dos interesses dos médiuns e agem como entrevistadores ou mestres-de-cerimônias do “outro lado”). Já foi sugerido, várias vezes, que os controles dos médiuns de transe são simplesmente personalidades secundárias, comparadas com as diferentes fases dos vários casos bem conhecidos de personalidade múltipla histérica (sobre uma história esclarecedora sobre esta idéia, v.81). Esta tática poderia ser refutada por explicar um fenômeno de *status* duvidoso em função de outro; mas uma implicação fica bem clara: os psiquiatras modernos tendem a argumentar que os primeiros investigadores exageraram muito, e, por vezes, por suas próprias sondagens, ampliaram as diferenças entre as várias personalidades que se manifestam em tais casos. No fundo, só há uma personalidade, sofrendo súbitas e violentas mudanças (sem dúvida, de origem patológica). Se esta for a maneira correta de encarar os controles de médiuns em transe, estes controles – mesmo que possam exibir lampejos de conhecimento paranormal – não são entidades independentes do médium.

É possível empilhar argumentos de ambos os lados desta questão. Assim, em favor da teoria da personalidade múltipla, podemos dizer:

1. É possível construir uma série de casos intermediários que, por assim dizer, cruzam o abismo entre, digamos, os controles mais realistas da sra. Piper e da sra. Leonard, e os casos de indubitável personalidade dupla. (V., por exemplo, 110a, I, pp. 34-70; 298-368.)

2. Há óbvias semelhanças entre os guias um tanto infantis de certos médiuns (a Feda da sra. Leonard, por exemplo – v.161, pp. 348-359) e as personalidades maliciosas e caprichosas que apareceram em alguns casos de personalidade múltipla histórica.

3. Em pelo menos uma oportunidade (Doris Fischer – v.71b; 125a; 125d; 125f), o sujeito de um caso clássico de personalidade múltipla manifestou-se, posteriormente, como um médium versátil. (Porém deve-se acrescentar que isso aconteceu depois de ele ter sido aliviado dos sintomas histéricos, tornando-se, então, aparentemente, uma pessoa normal.)

Contra a teoria da personalidade múltipla, podemos aduzir as seguintes considerações:

1. O número de diferentes personalidades que podem controlar um médium em transe, no decurso de sua carreira, excede amplamente qualquer paralelo que possa ser oferecido pelos anais da personalidade múltipla; tampouco sei de um paralelo completo para as manifestações simultâneas e aparentemente completas de duas personalidades (uma pela mão, outra pela voz), comuns durante determinado período da mediunidade da sra. Piper.

2. Não parece haver nada de desordenado nas personalidades normais da sra. Piper, da sra. Leonard, e de outros dos principais médiuns de transe (No capítulo 5 fiz uma consideração similar sobre os xamãs e curandeiros que exercem papéis análogos em outras sociedades.)

3. As idas e vindas da maioria dos controles mediúnicos, diversamente as personalidades secundárias, são estritamente circunscritos.

Não consigo divisar muita esperança de obter uma decisão, com base nestas observações gerais. Foram feitas tentativas com a sra. Garret e com a sra. Leonard, e lançar luz sobre a matéria, administrando vários testes psicológicos ao médium em seu estado normal, e quando controlado por seu guia. Surgiram certas diferenças, mas o trabalho foi criticado, e não está claro como os resultados deveriam ser interpretados (22a; 22b; 22c; 23; 159a). Para ir mais longe, precisamos examinar estudos em profunda-

de da psicologia de médiuns de transe. Infelizmente, estes não são numerosos. O mais importante é a extensa investigação da sra. E. M. Sidgwick da fenomenologia da mediunidade da sra. Piper (145b; cf. 145a).

A sra. Sidgwick discute, bastante detalhadamente, o que os controles e comunicadores de Piper disseram sobre si mesmos, suas situações e processos de comunicação. Muito se alinha com a tradição do espiritismo ocidental. Todos representam a si mesmos como seres autônomos, totalmente separados do médium. Têm corpo de uma substância mais sutil que nossos corpos terrestres, de modo que podem mudar de tamanho e forma e se transportar a grandes distâncias muito rapidamente. Dizem que, para eles, o médium aparece como, ou rodeado por, uma bola de luz, para a qual são atraídos. Precisam “entrar na luz” para se comunicarem. A luz parece ser vista como uma espécie de energia ou força que torna possível a comunicação. Por vezes, é descrita como um éter luminífero, segundo o termo usado pela física daqueles tempos e, outras vezes, obtivemos sugestões absurdas, como a que diz que é feita de “ar, luz e hidrogênio” ou de *vacium (sic)*.

Quando um espírito entra na luz, ele pode, por meios que não ficaram bem esclarecidos, operar através do organismo do médium com maior ou menor eficácia, e tomar consciência do assistente e do ambiente do médium através dos órgãos sensoriais deste, especialmente dos ouvidos (os olhos casualmente estão fechados). Por vezes, porém, o controle fala como se pudesse ver diretamente a sala da sessão, ou outras e mais distantes cenas da Terra; e regularmente fala como se pudesse ver e ouvir, e assim transmitir mensagens de outros mortos no além.

Uma questão óbvia que surge neste ponto é o que acontece com a sra. Piper, ou com seu espírito, quando seu corpo está sendo operado por pessoas falecidas. A história contada por seus controles é que, à medida que um espírito entra em seu organismo, ela se desloca para fora, para o mundo dos espíritos. Frequentemente se diz que ela fica ligada ao corpo por um delgado cordão, talvez feito da misteriosa “luz” mencionada acima. Se este cordão fosse rompido, ela não poderia retornar ao corpo e morreria. O cordão por vezes é escrito como tendo também outras funções. Ocasionalmente representam-se os controles como se descessem por meio dele para entrar no organismo do médium, e também já foi dito mais de uma vez que o cordão funciona como uma linha telefônica, pela qual os controles não-comunicadores podem falar aos controles que ocupam o corpo.

A própria sra. Piper, ao acordar de seu transe, por vezes, por um momento, retinha uma aparente memória do que lhe acontecera no mundo dos espíritos, e parecia mesmo ter uma consciência residual desse mundo. Neste “estágio de vigília” ela por vezes repetiria (corretamente) os nomes que lhe foram dados no mundo dos espíritos, e em diversas ocasiões ela

foi capaz de identificar, em fotografias, as pessoas falecidas que encontrara lá.

Os controles da sra. Piper consideram-se entidades completamente separadas do médium e, para provar o que dizem, apresentam um quadro de suas próprias atividades, enquanto controlam e se comunicam. Podemos aceitar esta opinião que dão sobre si mesmos? A sra. Sidgwick diz que não. Há muitos pontos que lhes são contrários.

Para começar, há numerosos controles que são certamente fictícios. Phinuit é um deles. Chlorine é outro. Dentre outros, encontram-se um Julius Caesar (*sic*) e um Sir Walter Scott tão totalmente incompatíveis com os originais que mal se pode encará-los como imitações. O bando de controles “Imperator” também pertence a este grupo. Alegaram identidade com os controles de mesmos pseudônimos que se manifestaram através do famoso médium britânico, W. Stanton Moses (v.160). Nunca conseguiram estabelecer esta identidade, mas arriscaram todo tipo de palpites incorretos e contraditórios sobre seus nomes “reais”. Até mesmo os controles mais realistas, tais como GP, mostram sinais de serem imitações (não conscientes). Interrompem-se, no ponto exato em que o estoque de conhecimento da sra. Piper se esgota, assim como quando lhes é pedido que falem coerentemente de Ciência, Filosofia e Literatura (o que GP em vida poderia ter feito facilmente).

Os controles da sra. Piper, por vezes, desculpam suas limitações dizendo que chegar até a “luz” do médium produz um efeito de confusão neles, ou que não podem manipular o organismo dela de maneira com as quais ele não está acostumado. Estas desculpas, porém, não são adequadas. A confusão que oblitera o entendimento de Ciência e Filosofia do controle não os impede de gerar montes de bobagens sobre os tópicos religiosos e filosóficos, apresentando-os, por vezes, como as mais profundas verdades, em consequência das perguntas dos assistentes; assim, não devemos aceitar tais fatos como devidos a confusão, mas positivamente, como uma deslavada mentira, o que não era hábito dos pretensos comunicadores, quando em vida, ou da sra. Piper, em seu estado normal.

Tendências similares a falsidades são manifestadas na maneira com que os controles encobrem seus erros. Os controles, via de regra, não admitem seus erros. Justificam, explicam, fabricam qualquer desculpa, por mais tênue e infantil que seja. Todas as outras considerações parecem subordinadas a um impulso dominante para manter o drama fluindo sem pausas ou hesitações.

Que o drama do transe de comunicação com os mortos é realmente um desempenho teatral do médium (não deliberado – antes seria a encenação de um sonho) é fortemente sugerido pela seguinte consideração adi-

cional: alguns controles, como GP ou Bennie Junot, são muito semelhantes ao que eram em vida, e, de fato, convenceram muitas pessoas de sua autenticidade. Outros, porém, como Julius Caesar, Sir Walter Scott e George Eliot, que alegou ter encontrado Adam Bede no outro mundo, são tão implausíveis, deformados e estilizados em sua dicção e sentimentos que ninguém os veria como qualquer coisa que não fosse uma ficção. Mas os comunicadores mais plausíveis, garantirão, no tom mais firme, a autenticidade dos menos plausíveis, de modo que a autenticidade do primeiro fica inextricável e desvantajosamente amarrada à autenticidade do último, e torna-se abundantemente claro que a manutenção do drama é de fundamental importância e que todos os controles, de GP até Julius Caesar, são parte integrante da fantasia criativa do dramaturgo.

Se quisermos mais provas de que os controles e os comunicadores são simplesmente aspectos da própria sra. Piper, poderemos, talvez, encontrá-las na dicção e no palavreado das comunicações. Pode-se descobri-las, por exemplo, no uso rebuscado e rebarbativo de formas arcaicas de expressão pelo bando “Imperator”. Muito embora membros do bando aleguem ser (por detrás de seus pseudônimos) Homero e Ulisses, a sra. Piper (uma protestante da Nova Inglaterra) naturalmente esperaria que líderes religiosos usassem as formas de expressão encontradas no Antigo Testamento, e os erros cometidos ao manipular a dicção arcaica estariam de acordo com sua educação, um tanto limitada.

De novo havia evidência de que os diversos controles possuíam um estoque comum de associações, o que dificilmente seria o caso, se tivessem personalidades separadas. Assim o Imperator uma vez chamou Lodge de “Capitão”, que era o apelido que Phinuit lhe dava; mas Phinuit nunca se superpôs ao modo de ser do Imperator. Vários comunicadores mostraram um interesse um tanto marcado em roupas e chapéus, o que não poderia ser característica deles em vida, mas *era* característica da sra. Piper. De minha parte, não vejo como é possível discordar da sra. Sidgwick, que conclui que os controles de Piper eram todos, sem exceção, aspectos da personalidade da sra. Piper.

A sra. Piper foi, sem dúvida, uma das médiuns mentais mais notáveis e bem-sucedidas, e parece que, se as conclusões da sra. Sidgwick sobre as condições dos controles são corretas, as mesmas valerão para os controles de outros médiuns de transe. Infelizmente, não temos qualquer investigação das condições dos controles da sra. Leonard comparáveis em âmbito e detalhe com o estudo maciço da sra. Sidgwick sobre os controles de Piper. Numerosos trabalhos sobre o *modus operandi* da comunicação de transe através da sra. Leonard, juntamente com observações relevantes de outros trabalhos, são sumariados e discutidos num valioso capítulo de *Lectures on*

Psychical Research de C.D.Broad (1962). Os controles da sra. Leonard parecem ter sido em menor número que os da sra. Piper (Feda ateve-se a seu posto ao longo de toda a carreira da sra. Leonard), e tenho a impressão que tendiam menos a adivinhações, a encobrir erros, dando testemunho espúrio uns dos outros, e a todo o tipo de atividades que, exercidas pelos controles de Piper, levou a sra. Sidgwick a vê-los como personagens teatrais num drama criado pela médium. Os controles de Leonard também ofereceram uma explicação algo mais coerente do processo de comunicação, se bem que não consigo, de modo algum, conciliar os dois, ou as suas diversas afirmações sobre como controlam o organismo do médium. No entanto, há sugestões de que, na mediunidade da sra. Leonard, bem como na da sra. Piper, está sendo elaborado um teatro em torno de eventos que, qualquer que seja sua natureza real, não são como se apresentam. Por exemplo, Feda sempre fala como se pudesse ver e ouvir diretamente os comunicadores cujas mensagens retransmite. Mas há muito que demonstra não poderem estas alegações serem aceitas integralmente. Assim, a sra. W.H. Salter (138b, pp. 309, 312) diz, de uma série de declarações feitas por Feda sobre um comunicador, que depois se disse sua mãe (sra. Verrall): “Muitas destas declarações...são verdadeiras; contêm, porém, uma tal mistura de erros que dificilmente surgiriam se o conhecimento de Feda derivasse de qualquer imagem ou série de imagens claramente percebida. “ E de novo: “A conclusão final a que posso chegar...é que uma certa quantidade de informação verídica sobre minha mãe foi entretecida por Feda, numa figura imaginária de uma viúva velha, baseada em idéias preconcebidas do aspecto que tal quadro deveria apresentar.”

É claro, se deixarmos o topo da escala e descermos à base, encontraremos médiuns nos quais há grande carência de elementos de “informação verídica” e uma predominância da imaginação. Um desses médiuns foi “Hélène Smith”, de Genebra (Catherine Elise Muller), sobre quem o psicólogo suíço Theodore Flournoy escreveu um notável estudo *From India to Planet Mars [Da Índia ao Planeta Marte]*. A conclusão de Flournoy é que os controles de Hélène são construções de uma camada onírica um tanto infantil de sua personalidade, e, de fato, não estão separados de sua consciência “por uma barreira impenetrável, mas ocorrem trocas osmóticas de uma para outra”. Seria possível apresentar uma gradação de casos, desde não há elemento de verdade (digamos, os xamãs ou curandeiros que são controlados por animais ou deuses menores), passando por casos como Hélène Smith, onde há uma pequena mistura de verdade, até casos como os da sra. Piper e da sra. Leonard, onde há bastante veracidade, e alegar que não descontinuidade que marque uma mudança, desde médiuns que, em transe, exercitam seus dons dramáticos, tal-

vez ajudados pela PES, até aqueles que são “possuídos” por espíritos estranhos que operam seus corpos diretamente. Os processos psicológicos, em todos os casos, são basicamente os mesmos.

Parece, portanto, que teremos de abandonar a idéia que os controles dos médiuns de transe são espíritos de mortos, temporariamente controlando um corpo vivo. Seríamos, então, forçados a adotar alguma forma da hipótese da super-PES, para supor que a sra. Piper e a sra. Leonard eram capazes de injetar em suas representações dramáticas de vários mortos informação correta, obtida telepaticamente de pessoas vivas, ou clarividentemente de registros já existentes? A sra. Sidgwick não pensava assim. Ela concluiu que, por detrás da dramatização da sra. Piper, influenciando e dirigindo o seu desenrolar, poderia, algumas vezes, haver aquela mesma pessoa falecida que figurava como personagem do drama. O médium escreve muitas das falas e garante a continuidade da trama, mas algumas das linhas (talvez as mais importantes) são completadas por autores de fora. Vamos chamar esta teoria de teoria da “influência”. Parece ser para uma versão disto que se move William James ao fim de seu relatório sobre o controle Hodgson da sra. Piper (74, p.117)

Estranhas “vontades de comunicar” podem contribuir para os resultados, da mesma forma que uma “vontade de representar”; e os dois tipos de vontade podem ser entidades distintas, se bem que capazes de ajudar um ao outro. A vontade de comunicar, em nosso caso presente, à primeira vista seria a vontade do espírito de Hodgson, e uma maneira natural de representar o processo seria de supor que o espírito tivesse descoberto que, pressionando, por assim dizer, contra a “luz”, poderia fazer com que clarões e lampejos fragmentários do que quer dizer se misturassem com os detritos da fala do transe neste lado. As vontades, assim, podem estabelecer uma espécie de sociedade e reforçar-se mutuamente. Pode mesmo ser que a “vontade de representar” seja relativamente inerte, a menos que seja despertada para a atividade por outra vontade.

9 “Influência” e a Hipótese da Super-PES – Considerações Teóricas

Se aceitarmos, tal como tenho certeza, que fraude e coincidência não bastam para explicar o sucesso de médiuns como as sras. Piper e Leonard, e se concordarmos que a sra. Sidgwick está correta em considerar as “personalidades” que se comunicam através de médiuns como facetas do próprio médium, temos em mãos não uma teoria de “possessão” ou controle direto por pessoas mortas, a que se opõe alguma hipótese de super-PES, mas duas formas de teoria da PES, a super-PES e a teoria da “influência” de que falei brevemente. A “influência” quando ocorre, parecia envolver interação telepática entre o morto e o médium. Enquanto que os médiuns que são “influenciados” podem, ao contrário, ou em acréscimo, ter uma consciência “clarividente” ou “clariaudiente” de pessoas mortas, podemos precisar ampliar a teoria da influência para acomodar isto.

Como a PES é uma pedra de toque das posições pró e contra a imortalidade, começarei levantando a questão de como a PES deve ser concebida. Pode ser que a teoria da super-PES e da influência não se harmonizem com o conceito de PES rumo ao qual somos compelidos. Minhas observações, necessariamente, serão breves, no limite da inadequação total, mas é importante que eu levante certas questões, muito embora mal possa pretender resolvê-las. (Para uma discussão mais extensa deste tema e correlatos, v. 17 e 128b.)

Num recente discurso presidencial à Associação Parapsicológica, Palmer (118c) distingue dois “paradigmas” (modelos ou padrões de pensamento) que os parapsicólogos aplicaram aos fenômenos psi (PES e PK). O primeiro é o que chama de *paradigma da transmissão*: “presume que o psi envolve a transmissão de informação através de algum tipo de canal, de uma fonte para um receptor, pelo menos um dos quais é uma mente” (ou, de acordo com alguns obstinados, um cérebro). O segundo é o *paradigma da correspondência*, que ele acha mais difícil de definir: “De fato, seria justo dizer que é simplesmente uma negação do paradigma da transmissão. O melhor que posso fazer para defini-lo positivamente é dizer que postula algum princípio que faz os eventos naturais coincidirem, num grau superior ao aleatório, dadas certas condições anteriores.”

O Paradigma da Transmissão

Este paradigma positivamente encontra sua maior dificuldade quando se tenta ampliá-lo para incluir os fenômenos da clarividência (a precognição é um assunto muito vasto para que eu o trate a esta altura). Em termos do paradigma da transmissão, a clarividência deve envolver a recepção, por alguma espécie de percepção sensorial, de uma emanção distinta (de natureza desconhecida) do objeto que é clarividentemente percebido.

Parece-me que as implicações dessa teoria só precisam ser apresentadas para serem decisivamente rejeitadas. Precisaríamos supor que um objeto pode emitir uma espécie de emanção que passa à volta ou através de todos os obstáculos; que é emitida por toda sorte de objeto que tenha sido alvo de experiências bem-sucedidas de clarividência; que fornece informações sobre cor e forma, independentemente de os objetos-alvo estarem ao lado ou dentro de uma caixa escura; que não é confusa ou obliterada, mas que fornece indiferentemente a informação normalmente proporcionada pela visão, audição, etc; e que não origina experiência sensorial própria, mas é traduzida acuradamente nos termos de outro sentido. É impossível discordar do prof. C. D. Broad quando diz, num artigo clássico (186, pp. 27-67) sobre este tema, que tais teorias envolvem uma “retirada muito pesada no banco da possibilidade”.

De início, poder-se-ia pensar que a telepatia, freqüentemente concebida como o “rádio mental”, concordaria melhor com o paradigma da transmissão que a clarividência. Mas não é o caso. Consideremos os seguintes pontos:

1. Se virmos a “transmissão” como mediada por qualquer forma de energia física, deparamo-nos com o problema de que a energia parece passar através de todas as barreiras materiais. Mas deveria também passar pelo cérebro e não se deter, como, por exemplo, as ondas de rádio são detidas pelas antenas.

2. Se (de novo pensando em termos físicos) supusermos que o resultado final do suposto processo de transferência de energia é produzir no cérebro receptor um padrão de atividade das células cerebrais, similar ao que obtém no cérebro do emissor, nos confrontaremos com a seguinte dificuldade: Não há muita razão, como veremos no Capítulo 13, para supor que o mesmo padrão espaço-temporal de atividades de células cerebrais necessariamente originará a mesma experiência em duas pessoas diferentes, ou ainda na mesma pessoa, em duas ocasiões diferentes.

3. Vamos deixar de lado a objeção anterior e presumir que, depois de algum processo de transmissão, o receptor perceba o que o transmissor

está experimentando. Por exemplo, um amigo meu, certa noite, teve um sonho mau sobre seu pai (69). Sentiu que o pai estava para morrer, e ele mesmo sofreu a dor do ataque cardíaco do pai. Ninguém sabia que seu pai era cardíaco; mas o sonho revelou-se verídico (de fato, foi precognitivo, com a antecedência de 24 horas, ponto que aqui omitirei). Podemos imaginar que, por algum processo desconhecido de transmissão e indução, ele poderia ter sido levado a sentir uma dor cardíaca semelhante à do pai. Mas como ele sabia que a dor refletia *a de seu pai*, e não a de qualquer das numerosas pessoas que naquele momento deveriam estar sofrendo um ataque cardíaco? Ele não tinha tido experiência anterior das dores de seu pai. Para seu pai, claro, aquelas dores tinham algum significado. Significavam “Estou morrendo”. O filho, porém, não captou o significado que as dores tinham para seu pai. Ele não pensou: “Estou morrendo”. Ele pensou: “Meu pai está morrendo”. O que não era o que seu pai estava pensando. Assim, como o filho soube interpretar a dor? Sabia porque, de uma estranha maneira, identificou-se com o pai, quase tornou-se ele. Mas que sinais podiam ser transmitidos, capazes de induzir tal estado mental nele, e como pôde ele reconhecer tal estado, dado que não tinha (se bem que pudesse) experiência anterior a de como era ser o seu pai? Em suma, o *significado* das dores cardíacas é algo que não poderia ser transmitido.

4. A maioria dos casos de telepatia espontânea não é, porém, desse tipo; não são casos do receptor sofrendo uma experiência que espelhe a do emissor. Tomemos o seguinte exemplo de um “sonho recíproco” citado pela sra. Sidgwick (145d, pp. 415-417). Uma mãe com seu bebê doente no colo dorme e sonha que seu filho de 13 anos, na escola interna e com sarampo, queria apoiar a cabeça em seu ombro, mas não conseguia, por causa do bebê. Na mesma noite, o filho sonha que quer pôr a cabeça no ombro dela, mas encontra o bebê no caminho. A hipótese mínima aqui, sob o paradigma da transmissão, é que um dos sonhadores captou o sonho do outro, e teve um sonho correspondente. Mas considerem o que envolve esta hipótese, digamos, do ponto de vista do menino. A mãe, além de sonhar, deve ter transmitido a ele o seu sonho. Mas ele não sonhou o sonho dela; ela não sonhou que era a sua mãe, segurando um bebê, e tendo um menino se achegando a ela. Nem, pelas mesmas razões dadas no item acima, está claro como ele pode ter associado qualquer significado a “cópias” das sensações de sua mãe, se ele as sentisse. Talvez alguma parte do cérebro de sua mãe estivesse assistindo ao seu próprio sonho e transmitindo um relato codificado dele, cujo equivalente em palavras seria: “Eu, NN, em tal e tal endereço, e mãe de FN, estou sonhando que...” O menino, captando esta mensagem e decodificando-a, iniciou um sonho reciprocamente correspondente. Mas essa idéia não faz muito sentido. Qualquer código tele-

pático desses teria de ser o equivalente funcional de uma linguagem, quiçá universal; teria de ser tão flexível quanto uma língua, e como uma língua teria de crescer continuamente com o equipamento conceptual de seus usuários. Pois não parece haver qualquer limitação das mensagens telepáticas que podem ser enviadas e captadas, além das limitações conceptuais de emissor e receptor. No entanto, este código não é ensinado e é raramente usado pela maioria das pessoas.

Espero que estas poucas observações sirvam para sugerir que é difícil defender o paradigma da transmissão. Há, porém, uma variante deste paradigma que requer menção. Poderia ser chamado de “paradigma da sondagem”. Diz que o receptor não é um captador passivo da PES, mas ativa e continuamente “sonda” aquelas partes do ambiente que lhe são acessíveis por PES. Uma idéia assim parece essencial para explicar a clarividência, que não dá informações inúteis sobre uma seleção aleatória de negócios físicos, mas informações essenciais para os interesses do captador. A dra. Louise Rhine (129) acha que uma idéia semelhante se impõe em relação à telepatia, principalmente em casos de “chamado” (a mensagem telepática toma a forma de um “chamado” audível), quando o suposto transmissor não chamou e nem pensou no receptor. A telepatia, na opinião dela, é *leitura* do pensamento, e não *transferência* de pensamento. (Pode ser, porém, que a dra. Rhine, cuja coleção de casos consiste principalmente de cartas de receptores, subestime a possibilidade de um efeito do agente; cf. Gibson, 49 e Stevenson, 153c, pp. 25-26.)

A noção de sondagem seria aceita se envolvesse algum processo ativo de seleção entre informações conflitantes, onde as informações são concebidas segundo o paradigma da transmissão. Essa noção é legítima, mas naturalmente e desde que o paradigma da transmissão esteja errado. Mas há uma tendência semi-oculta para transformar a idéia de em algo bem diferente disto. A sondagem, por vezes, apreço ser implicitamente vista como (no caso da telepatia) um conhecimento direto e imediato dos estados mentais de outras pessoas, ou (no caso da clarividência) uma espécie de distensão da mente para captar (ou “apreender”) um assunto físico distante. É muito difícil que estas concepções façam sentido. Primeiro, tomemos essa visão da clarividência. Em termos da mesma, a mente clarividente se parece com uma ameba. Pode se deslocar em torno de obstáculos e agarrar alvos atrás deles. Pode captar as faces de objetos que estão inseridos nela, provavelmente fluindo através deles. Pode infiltrar-se em caixas lacradas ou casas fechadas. Diversamente de uma ameba, pode operar em qualquer escala; pode captar cartas de baralho, palavras impressas, e até (em algumas hipóteses) a condição de um circuito eletrônico ou de células nervo-

sas do cérebro; pode igualmente captar um retrato, a mobília, a fachada de uma casa, o panorama visto de um morro. Opera usualmente sobre a superfície dos objetos mas, sem dúvida, poderia operar igualmente bem em seu interior. Pode ser funcionalmente equivalente a qualquer sentido. Pode, enfim, fazer qualquer coisa. Daí a idéia de apreensão não ter nenhum valor explicativo.

A noção de “sondagem telepática”, um conhecimento direto e seletivo das mentes das outras pessoas, não fica em situação melhor. Não faz sentido falar em “consciência direta” das experiências alheias. A única consciência que se pode ter é das próprias experiências – o que é um fato lógico, mais que factual. Não se pode romper o círculo da própria consciência para entrar no de alguém mais; qualquer experiência que uma pessoa tenha é sua, e não de outra pessoa. E, de qualquer modo, fica óbvio, pelo que foi dito acima, que, na maioria dos casos de telepatia espontânea, a experiência do receptor não reflete diretamente a do transmissor.

Outra razão pela qual o conceito de “sondagem” em telepatia sub-repticiamente ganhou terreno é porque parece ser ingrediente essencial para a hipótese da super-PES. Pois esta hipótese precisa supor que o médium tenha acesso às memórias de pessoas distantes, mesmo quando estas memórias não estão ativadas, isto é, presumivelmente não estejam gerando sinais telepáticos. Como a idéia de que mesmo uma memória ativada pode ser sondada diretamente por telepatia não faz sentido, a idéia de que memórias inativadas e meramente armazenadas possam ser assim sondadas deve ser igualmente ininteligível. De fato, a proposta de que nossos bancos de memória contêm vastos números de imagens de memórias, através das quais os médiuns podem vagar telepaticamente, parece tão bizarra que a maioria dos teóricos supôs que os médiuns têm acesso clarividente às memórias armazenadas sob a forma de cargas neurais do cérebro. Esta sugestão não é mais útil que a anterior. Já sugeri que as teorias de transmissão e apreensão da clarividência são insustentáveis, e não são mais sustentáveis quando o alvo da clarividência é o estado do cérebro de alguém. Ademais, argumentarei no Capítulo 13 que a noção de um banco de memória, contendo representações codificadas de nossas experiências passadas é incoerente, qualquer que seja a forma sob a qual apareça, e não pode explicar nossa capacidade de lembrar. Se este argumento estiver correto, a tese de que médiuns podem “sondar” bancos de memória distantes necessariamente cai, quer a sondagem seja vista como telepática ou como clarividente, e com ela cai a formulação da hipótese da super-PES, enquanto rebento do paradigma da transmissão.

O Paradigma da Correspondência

Agora chegamos ao paradigma da correspondência da PES. Este paradigma dispensa as idéias da transmissão e propõe que, em certas circunstâncias, alguns eventos naturais passam a entrar em correspondência. A tendência para que isto ocorra seria um fato essencial da natureza do Universo. As principais teorias dessa categoria são o modelo da “conformidade” de Stanford (16; 35; 149a; 149b) e a teoria do “sincronismo” de Jung e Koestler (77, 82; não tenho certeza sobre como as teorias “observacionais” devem ser classificadas). Mas não creio que seria de bom proveito ater-me aqui a uma só versão, assim, oferecerei algumas observações gerais sobre o paradigma da correspondência. Limitar-me-ei a discuti-lo em relação à telepatia. A telepatia, para nossos fins imediatos, é mais importante que a clarividência; e acho muito difícil imaginar como a clarividência poderia ser tratada no âmbito do paradigma da correspondência.

No que concerne à telepatia, um enfoque de “correspondência” poderia ser mais ou menos o seguinte: sob certas condições, os processos mentais e também as ações de dois indivíduos podem, sem qualquer explicação ordinária, de tempos em tempo, entrar em correspondência, de tal modo que, se um deles desenvolver uma dor no joelho, o outro também sentirá esta dor; se um se sentir deprimido, o outro também se sentirá; se um tiver uma música que não lhe sai da cabeça, o outro vai assobiá-la, e assim por diante. As relações temporais entre os dois conjuntos de eventos podem não ser exatas, mas o intervalo não seria muito grande. Poder-se-ia supor que a ocorrência de tais correspondências é simplesmente característica de muitos sistemas muito complexos (assim como cérebros) e não é suscetível das ulteriores explicações (além do que, os sistemas aparentemente separados, de alguma maneira que não compreendemos, são partes de um sistema ou sistemas maiores e mais fortes). “As condições” supramencionadas podem incluir fatores como as mentes de um ou ambos estarem em estado relaxado (isto é, receptivas a pensamentos aleatórios); as duas pessoas já tendo muitas associações e hábitos de pensamentos em comum, e a presença de vínculos emocionais e fatores motivacionais.

Estou longe de ter certeza se posso extrair algum sentido destas idéias. Mas se vamos considerá-las, precisamos nos estender um pouco sobre elas, e suponho que as correspondências não serão apenas de conteúdo sensorial ou de estado emocional (de fato, não muito comuns), mas correspondências a nível proposicional ou conceptual. Parece que isto é o que é preciso para explicar os casos nada incomuns de telepatia por sonhos nos quais há mais semelhança de tema do que de detalhes do conteúdo do sonho (163); e também para explicar casos (assim como o do menino que queria reclinar-se no ombro da mãe, citado anteriormente), em que duas pes-

soas têm sonhos recíprocos ou complementares. Por exemplo, se Jack sonha estar beijando Jill, o sonho recíproco de Jill não será de que ela é Jack e está beijando um simulacro de si mesma. Ela estará em pessoa e será beijada por Jack. Aqui seria preciso dizer que as mentes de Jack e Jill correspondem (alguns diriam sobrepõem-se) sobre uma idéia ou conceito subjacente, que poderia ser expresso como “Jack-beijando-Jill” (ou em casos mais complexos, “Jack-beijando-Jill-na-colina-e-pro-diabo-o-balde-d’água), e que a consciência onírica de cada um elabora este tema individualmente. Porém, isto só poderia acontecer em termos do conhecimento e do equipamento conceptual que os sonhadores já tenham.

Muito mais poderia ser dito pró e contra estas noções. Mas, para fins imediatos, a questão importante é como a hipótese da super-PES poderia viver com os limites do paradigma da correspondência deste modo concebido? Não se deve excluir totalmente a hipótese – todo o tipo de correspondência estranha *poderia* ocorrer entre os pensamentos de quaisquer duas pessoas, mesmo separadas no espaço e no tempo. No entanto, apreço-me nada improvável que, dentro de do paradigma da correspondência, a teoria da super-PES sequer poderia decolar. Pois o paradigma da correspondência não é um paradigma cognitivo; não há dúvida quanto à possibilidade de uma pessoa sondar, ou ter consciência direta de eventos no cérebro ou na mente de outra; e a idéia que, acima de tudo, levou as pessoas a encararem seriamente a super-PES é a idéia de que um médium poderia “folhear” as memórias de outra pessoa, e fazer uma seleção de suas memórias. Pois se você pode vistoriar a memória de uma pessoa, porque não de outra, e mais outra, até que tenha a informação que deseja? As correspondências, porém, só podem existir entre eventos mentais (mesmo que sejam redutíveis a processos cerebrais); as correspondências poderiam apenas concebivelmente envolver eventos em fluxos dissociados da consciência ou subscientes, mas não poderia estar entre eventos na mente de uma pessoa e memórias inertes no banco de memória da outra. Pois, na ausência de sondagem, não haveria princípio pelo qual uma das inumeráveis memórias codificadas em A fosse selecionada para causar um efeito correspondente nos eventos correntes na mente de B. A única forma possível de seleção seria A ativar a memória. Mas, porque o evento na mente de B não se ajustaria a qualquer memória de A que representasse a informação que B *precisa*. A necessidade de B é que é o princípio de seleção. Sugerir isso é dotar a mente de B de um poder de discriminação seletiva das memórias de A, e que se já apenas um disfarce para a sondagem. Seria possível continuar debatendo estes assuntos mais ou menos de um modo ilimitado, mas não vejo a hipótese da super-PES tornar-se mais plausível no esquema do paradigma da correspondência.

Recapitulando: distingui dois tipos de teoria sobre como os médiuns mentais, especialmente os de transe, conseguem seus sucessos. Ambas envolviam atribuir-lhes PES. Uma teoria, a da super-PES, sugere que eles obtenham toda sua informação sondando telepaticamente os bancos de memória dos vivos, sondando arquivos por clarividência, etc. De acordo com a outra teoria, as pessoas desencarnadas, por vezes, podem influenciar o curso e o conteúdo das comunicações mediúnicas por um processo presumivelmente telepático, que batizei de “influência”. Depois delineei dois enfoques sobre como se concebe a questão da PES. Segundo Palmer, chamei de paradigma da “transmissão” e paradigma da “correspondência”. Argumentei que o paradigma da transmissão é incoerente, e que não faz sentido a super-PES com qualquer dos paradigmas. Resta-nos perguntar se a teoria do eclipse fica em melhor situação.

Influência

Parece-me que esta teoria poderia ter expressão inteligível tanto dentro do paradigma da transmissão quanto no da correspondência. Sua expressão mais direta seria em termos da transmissão. Precisaríamos supor um receptor grandemente passivo (o médium), cujo fluxo de pensamento e ação seja instável o bastante para ser dirigido e influenciado pelos esforços de um transmissor ativo (geralmente desencarnado). A relação entre eventos na mente do transmissor e na do receptor poderia (em casos favoráveis) ser bem direta, de modo que, quando o transmissor pensasse em determinada palavra ou pessoa, ou cena, a mesma viesse à mente do receptor. Não seria, porém, tão fácil explicar, dentro do paradigma da transmissão, como o desencarnado toma consciência e fica capacitado a responder ao que é dito e feito nas vizinhanças do médium.

Infelizmente, segundo minha argumentação, o paradigma da transmissão é insustentável em outras bases, e o da correspondência não dá explicação tão simples do suposto processo de “influência”. Em termos gerais, é claro, poderíamos supor que o fluxo de pensamento e ação de um médium é tão flexível e rápido para “corresponder” com o de outra pessoa, que uma influência desencarnada esperta pode explorar este fato para “dirigi-lo”. Mas surgem muitos problemas sem soluções simples. No começo do capítulo sugeri que em casos de, por exemplo, “sonhos recíprocos”, precisamos postular correspondência em relação a alguma idéia *geral*, que cada participante elabora à sua moda. A “influência”, porém, no todo, exigiria correspondências muito mais específicas. O que determina, num dado caso, o nível de generalidade ou especificidade das correspondências? O que determina também qual mente “influi” na outra? Deveríamos invocar motivação, concentração, atenção, necessidade, propósito, fatores de per-

sonalidade, desempenho de papel, etc.? Atualmente, não há respostas claras para isto.

Estas obscuridades são menos dificuldades para a hipótese de influência como tal do que sintomas do não-desenvolvido estado do paradigma da correspondência, que só recentemente entrou em consideração. Não creio que tornam imprestável a noção geral do eclipsamento. O principal problema que enfrenta a teoria do eclipse não é se ela é coerente, o que é, pelo menos até certo ponto, mas é coerente com os fatos empíricos da PES. Pois é básica a toda a teoria, a idéia de que o transmissor, ou o parceiro dominante na relação de “correspondência”, por alguma espécie de concentração ou esforço, pode influenciar diretamente o curso dos pensamentos do receptor ou médium, bem como suas ações. Alguns autores, assim como a dra. Louisa Rhine, tendem a negar que em casos de telepatia espontânea a concentração ou atividade do suposto transmissor tenha qualquer efeito; num substancial número de casos o suposto transmissor fica inconsciente de que transmitiu. Uma das poucas experiências, porém, sugerem que a concentração ou uma vontade forte por parte de um agente pode ter um efeito positivo (v.118a, pp. 96-102). O tema requer ulterior investigação, de cujos resultados dependerá a teoria do eclipsamento. As experiências bem poderiam ser sobre “comunicações mediúnicas pelos vivos”, tópico que mencionarei, de novo, sumariamente. (Por analogia com os casos de mediunidade de transe, poder-se-ia supor que tal “comunicação” seria facilitada se o sujeito se imaginasse como sendo o “transmissor” e falasse representando este papel.)

10 “Influência” e a Hipótese da Super-PES – Os Dados

Minha sensação, pois – e propositalmente falo de “sensação” mais que de “julgamento” por causa das obscuridades e incertezas com que nos defrontamos, em qualquer direção – é que a teoria da influência pode ser expressa dentro de um dos dois principais modelos ou paradigmas da PES, ao passo que a hipótese de super-PES não faz sentido em nenhum deles. Mas seria errôneo deixar uma decisão entre a hipótese da super-PES e a teoria da influência depender amplamente da questão abstrata de sua concordância com algum esquema especulativo de pensamento. O quanto se adequam aos fatos? Esta é uma questão decisiva – ou seria, se pudéssemos tornar as teorias definidas o bastante para que a pergunta tivesse resposta!

A super-PES é uma teoria peculiarmente indefinível, e tenho consciência de que até aqui a invoquei e a ataquei sem qualquer tentativa de expô-la sistematicamente. O problema é que ela não é tanto uma teoria, mas uma atitude mental – atitude que simplesmente se recusa a admitir que há ou que *poderia haver* qualquer evidência de imortalidade que não possa ser explicada em termos das faculdades psi, especialmente PES, entre receptores vivos e médiuns. O alcance postulado para a PES é progressivamente estendido para cobrir qualquer nova evidência, na verdade, qualquer evidência possível, que possa surgir. Uma justificativa deste modo de pensar elástico é usualmente dada apelando-se ao princípio de simplicidade ou parcimônia. Sabemos que a PES ocorre, diz o argumento, mas não temos evidência independente dos espíritos dos mortos; portanto, é mais simples dar nossas explicações apenas em termos da primeira. Assim fazendo, evitamos postular uma nova classe de entidades.

Considerações de parcimônia, porém, devem ser pesadas contra a adequação dos fatos. Uma teoria que não cumpra o seu fim não poderá ser parcimoniosa, pois logo cairá num emaranhado de suposições suplementares. O ponto de apoio da hipótese da super-PES deve ser que a PES do grau requerido (isto é, para explicar os dados mediúnicos mais surpreendentes) ocorra, e quer consideremos a literatura da PES experimental ou espontânea, nela encontramos muito pouco que sugira que a PES possa ocorrer. O material experimental é muito difícil de se correlacionar com a questão.

No que é, creio, a melhor pesquisa recente, John Palmer (118a) conclui não haver evidência de que a PES é limitada pelo espaço, pelo tempo ou características físicas do alvo. Mas os alvos usados nas experiências modernas de PES (cartões Zener, saídas de geradores de números aleatórios, etc.) são totalmente diferentes e muitos mais simples que os alvos dos médiuns (traços de memórias em cérebros distantes, notas de obituário, etc.). Ademais, mesmo os sujeitos mais bem-sucedidos nas experiências de PES de laboratório não atingem graus de sucesso que sugiram que se possa “comunicar” mensagens para eles. Um acertador notável pode adivinhar corretamente 350 cartões em 1.000, em testes em que se esperaria o acerto de 250, como obra do acaso. Parece-me que se compararmos os mais bem-sucedidos médiuns mentais de um lado, com os sujeitos de laboratório mais bem-sucedidos ou receptores de casos espontâneos do outro, veremos que os primeiros superam em muito os segundos, pelo menos nos seguintes aspectos, dos quais dei exemplos nos capítulos precedentes:

1. O rápido e ocasionalmente incessante fluxo de conhecimento paranormal por vezes exibido – nos melhores casos um fluxo de conhecimento comparável ao que poderia ocorrer numa conversação normal.

2. O conhecimento detalhado mostrado pelos comunicadores (nos casos mais favoráveis)

3. A fragmentação de informação que, se obtida telepaticamente de pessoas vivas (como deve ter acontecido, segundo a hipótese da super-PES), só poderia ter vindo de pessoas distantes, cuja existência era desconhecida do médium, e que quase certamente não estava pensando conscientemente sobre os fatos em um determinado momento recente ou importante.

4. A informação fragmentada que, se obtida por PES que não envolve pessoas mortas, deve ter sido reunida de diversas fontes, inclusive aquelas do caso 3, acima. O problema de como o médium localizaria tais fontes, segundo a hipótese da super-PES, é muito importante (como apontei nos Capítulos 4 e 5).

5. A exibição de habilidades intelectuais que não eram características do médium, mas, em tempos passados, da pessoa morta, habilidades que, pela hipótese da super-PES, devem ter sido captadas temporariamente das pessoas vivas por alguma espécie de contágio telepático.

6. A delineação realista, por vezes envolvendo dramatização de uma personalidade, modo de pensar e falar, tom de voz, gestos, etc., de uma pessoa morta; a capacidade de personificar um indivíduo sendo uma habilidade que não poderia ser captada telepaticamente de pessoas vivas (argumentei sobre isto no Capítulo 7).

7. A coordenação da PES de vários sensitivos, de modo que, embora as produções de cada um não façam sentido isoladamente, quando tomadas como um todo, constituem um padrão significativo (cf. Capítulo 6).

Acrescentemos a estas considerações o fato de que os médiuns que estão em contato com os mortos, ou transmitindo mensagens deles, exibem essa PES sem paralelo e não costumam se destacar em testes de PES. E aqui teríamos um argumento formidável contra a hipótese da super-PES, aplicada ao melhor material mediúnic. Nada do que aprendemos sobre PES até agora nos autoriza alegar que a PES faça o que a hipótese da super-PES dela requer.

A Evidência da Super-PES

Assim, podemos rejeitar decisivamente as hipóteses de super-PES? Infelizmente, nada na parapsicologia é nítido ou definitivo. Deixei de mencionar mais dois fatores relevantes para a questão. O primeiro é o desempenho de certos sensitivos que poderiam ser genericamente descritos como “letores da sorte”. As investigações mais frequentemente citadas são as de um médico francês, E. Osty, diretor do Institut Métapsychique de Paris de 1926 a 1938 (116). Os sensitivos de Osty, alega-se, exibiam poderes extra-sensoriais que poderiam muito bem ser chamados “super-PES”, e sem qualquer sugestão de que a informação se originava de espíritos, Daí ser argüido por Dodds e outros, temos inegável evidência de que certas pessoas, e fato, possuem uma super-PES. Ademais, estas pessoas não podem, como uma classe, serem nitidamente diferenciadas da classe dos médiuns mentais. Os médiuns “clarividentes” falam muito como os letores da sorte, fazem previsões sobre o futuro dos assistentes, diagnosticam suas doenças, etc. De fato, os guias de médiuns de transe geralmente agem da mesma maneira, em relação aos assistentes e também a seus supostos colegas do outro mundo. Segue-se que a diferença entre letores da sorte e médiuns mentais não é que estes tenham uma fonte de informação que os outros não têm: as pessoas mortas, mas que os segundos dramatizam o que vêm a saber pela sua super-PES, como se fossem mensagens dos que partiram. (Argumentos similares foram apresentados, por exemplo, por Andrew Lang (87b), em relação aos feitos de adivinhos de bola de cristal ou cristalomantes, mas vou omitir isto, pois os casos parecem quase iguais.)

Como era, então, o desempenho dos sensitivos de Osty? Parece que ele descobriu várias pessoas – a França tem uma longa tradição quanto a isso – e passou a arranjar sessões para conhecidos seus, e tomava notas, ou dava ao sensitivo um objeto que fora vestido ou carregado pela pessoa sobre quem se desejava informação (a sra. Piper, como muitos médiuns, por

vezes recorria a tais “prendas” ou “objetos psicométricos”). Os objetos pareciam de algum modo ligar o sensitivo à pessoa ausente, mas seu uso não era essencial – normalmente bastava que Osty pensasse na “pessoa-alvo” ou entregasse ao médium uma fotografia. Citarei textualmente o perfil feito por um sensitivo a respeito de uma certa Mme. F., sobre quem Osty não sabia quase nada, mas em quem estava pensando (as omissões, representadas pelas reticências, são do próprio Osty):

É uma mulher de cabelos castanhos, bonita, positivamente bonita. Acho que é franca e sincera, mas sabe agir de maneira diferente, ocasionalmente. Ela é alegre, amável, simpática, às vezes entre em depressão, e, em seguida, fica exuberante... tem tendência a estes altos e baixos, como se houvesse duas naturezas nela.

Ela tem muita força de vontade... muito embora nervosa, pode controlar a si mesma. Ela sabe para onde vai.

Gosta de música, alegria, mas também de trabalhar. Seu passado é nebuloso, há coisas nele que não estão claras... Acho que ela foi filha ilegítima, houve algum segredo sobre seu nascimento... há uma pessoa envolvida... poderia ser o pai dela? Seu pai parece ter sido uma personalidade conhecida, uma pessoa importante.

Há uma viúva... sua mãe era uma viúva quando a filha nasceu. Foi atendida por pouquíssimas pessoas. Foi um nascimento difícil; havia um médico e um padre. Sua mãe teve outros dois filhos. Ela era uma mulher leviana, tinha amantes... não valia muito... ainda é coquete e não se importa em ver sua filha.

A pobre criança vivia longe da mãe. Quantas mudanças e viagens. Vejo-a com uma mulher má. Ela deve ter ido ao estrangeiro quando ainda jovem... Há uma mulher perto dela que esteve na prisão. Oh! Roubos e prisões – que lugar é esse? Ela foi surrada e tratada brutalmente. Não se podia encontrar piores pessoas do que essas com quem cresceu; seriam capazes de qualquer coisa, teriam feito dela uma perdida. Felizmente, a criança era de natureza honesta. Chorou muito. Muitas mudanças de uma cidade para outra.

Sua mãe voltou para ela. Escreveram cartas e encontraram-se, por causa de seu casamento. A mãe vai fazer uma pequena revelação, quando morrer. A jovem está casada agora, e muito feliz. Seu marido é bom e inteligente... parece ser o chefe de outros... usa um uniforme e fica muito no mar – viajou muito, e vai viajar mais (116, pp. 92-93).

Para resumir essa longa história, grande parte da informação dada foi confirmada por dois amigos íntimos de Mme. F. Mas quase nada disto era conhecido do assistente, Osty. Portanto, temos aqui um caso em que um sensitivo dá informação detalhada, copiosa e correta sobre uma pessoa distante, sem que ninguém que possua esta informação esteja presente. Em um ou dois dos casos de Osty, além do mais, foi dada informação correta que provavelmente não era conhecida de nenhuma pessoa distante, nem estava contida em qualquer registro escrito ou documento que fosse acessível à clarividência. O conhecimento extra-sensorial tão extenso quanto o

dos bons médiuns é apresentado num contexto não mediúnico. A hipótese da super-PES, que parecia em má situação há alguns parágrafos, agora começa a tornar uma cor mais saudável – ou a tomaria, se o trabalho de Osty estivesse acima de qualquer crítica.

Infelizmente, os critérios de evidência e apresentação de Osty (os dois são dificilmente separáveis) deixam muito a desejar. Está claro, por exemplo, que os casos que ele realmente apresenta são apenas uma seleção muito limitada de uma quantidade indefinidamente maior de material, muito do qual representava os erros e confabulações de seus sensitivos. Até mesmo seus relatórios de casos individuais são mutilados e fortemente abreviados, e não temos como saber o que foi deixado de lado. Suas verificações das declarações de seus sensitivos são freqüentemente inadequadas – no caso que citei, por exemplo, que é típico, a verificação foi de segunda mão. A dama a quem as declarações se referem não foi consultada. Acho quase certo que, se todo o material de Osty fosse colocado à nossa frente, os casos que ele cita pareceriam menos impressionantes. Posso entender a posição de alguém que diz que deveríamos rejeitar totalmente as descobertas de Osty.

No entanto, eu não posso descartá-la assim. Seria preciso uma quantidade enorme de material inexato para sobrepujar os casos mais notáveis de Osty, e muito registro malfeito e más verificações para miná-los. Recebem algum apoio de descobertas comparáveis por parte de outros (por exemplo Pagenstecher, 117; Prince, 125c, 125e). E têm algumas características curiosas e fascinantes. Consideremos, por exemplo, o caso que acabo de mencionar. Podemos atribuir os sucessos à telepatia? O sensitivo deu um resumo da vida do sujeito (como é comum acontecer). Dificilmente se pode conceber que o sujeito estava revolvendo esse resumo em sua mente e irradiando-o para o mundo. Nem se pode plausivelmente supor que o sensitivo rapidamente sondou a memória de seu sujeito à distância e extraiu dela, imediatamente, a série de fatos gerais requeridos – especialmente se se acrescentar que em muitos casos este tipo de resumo continuava para o futuro. A clarividência não é uma explicação possível – não se diz que os principais fatos da vida do sujeito estavam registrados fisicamente em qualquer lugar. Parece-me que o que temos aqui não sugere um conhecimento telepático da memória do sujeito; sugere a aquisição direta (o que quer que isto signifique) de conhecimento proposicional sobre o sujeito. Se entendi as observações um tanto vagas de Osty, esta é a espécie de conclusão a que ele também é levado. Ele assinala que as visões e imagens que passam pelas mentes de seus sensitivos não podem ser encaradas como percepções de pessoas distantes, cenas, etc. São freqüentemente simbólicas; e a mesma informação pode se apresentar ao mesmo sensitivo sob numerosos disfarces

diferentes. É como se o que o sensitivo capta estivesse num nível conceptual, nível de conhecimento proposicional ou factual, que o sensitivo então traduz na linguagem das imagens sensoriais (cf. 162b; também 44d e 44e, pp. 617-618). Não tenho certeza se esta espécie de aquisição de conhecimento se adequa às categorias convencionais de PES. O conhecimento, deve-se salientar, se refere principalmente a pessoas, notadamente diferente do conhecimento que, por exemplo, os sujeitos das experiências de adivinhação de cartas apresentarão.

Voltando a meu tema principal: se (e é um “se” bem considerável) aceitarmos uma percentagem apreciável das descobertas de Osty, não pode restar muita dúvida de que a hipótese da super-PES deve, no que concerne ao material mediúnico, parecer muito mais plausível. O abismo entre o que os médiuns podem fazer e a PES (chamo a isto PES na falta de melhor nome) foi apreciavelmente estreitado. O quanto foi estreitado tentarei agora determinar.

Devo enfatizar aqui que *não* creio que as descobertas de Osty tornam a hipótese da super-PES mais plausível, pelo menos no que concerne aos casos de aparições, discutidos nos capítulos finais deste livro, ou aos casos de reencarnação, que serão discutidos no Capítulo 12. Os sensitivos de Osty eram claramente pessoas com habilidades muito inusitadas; ao passo que há muito a sugerir que os percipientes de aparições verídicas e as personalidades “reencarnadas”, nos casos mais notáveis, não são especialmente dotadas de tais dons.

Disse, há algumas páginas, que deixei de lado dois fatores de minha avaliação preliminar da super-PES. O primeiro foi o desempenho dos sensitivos, como aqueles estudados por Osty. Agora, passo ao segundo, que é a evidência de que médiuns de fato incorporam, em suas representações de pessoas falecidas, a informação obtida por PES dirigida sobre pessoas ou eventos deste mundo. Citei anteriormente alguns casos em que a sra. Piper, aparentemente, tinha feito isto, e houve acontecimentos semelhantes com a sra. Leonard. Por exemplo, numa noite, a sra. Salter ouviu, numa conversa, uma história sobre um homem que usava vários pares de calça, uns sobre outros. No dia seguinte, seu pai, o falecido prof. A. W. Verrall, comunicou-se através da sra. Leonard, e erroneamente afirmou que *ele*, certa feita, vestira dois pares de calça (138b, p. 320). (Deve-se fazer alguma concessão na avaliação de tais exemplos, ao acaso; em quantas ocasiões os assistentes ouvem, antes das sessões, histórias estranhas que *não* foram repetidas na sessão seguinte?) O falecido dr. S. G. Soal alegou ter impingido um comunicador fictício de sua própria invenção à sra. Blache Cooper, famosa médium londrina. Soal inventou “fatos” sobre este controle,

“John Ferguson”, antes de uma sessão; e estes fatos foram-lhe repetidamente comunicados, sem ambigüidades (147, pp. 523-548).

Assim, temos:

a) evidência aparente de que pessoas, apresentando-se como médiuns, de diversas maneiras, podem exercer poderes de PES tão notáveis que poderiam ser chamados super-PES sem haver a menor sugestão de que a informação é fornecida por espíritos, e

b) evidência de que médiuns podem incorporar em suas representações de falecidos informação adquirida por telepatia com os vivos ou por clarividência do mundo físico.

Juntando a) e b), temos a possibilidade de que os médiuns utilizem a super-PES em suas representações de comunicações com os mortos. E, de fato, há um caso em que isto parece ter acontecido.

Este caso, o “caso Gordon Davis”, foi registrado por Soal durante suas sessões com a sra. Blanche Cooper (147, pp. 560-593). Em linhas gerais, é o seguinte: a 4 de janeiro de 1922, um comunicador que dizia chamar-se “Gordon Davis” começou a falar em voz alta e clara (a sra. Cooper era uma médium de voz direta). Gordon Davis era um colega de escola que Soal acreditava ter sido morto na I Guerra Mundial. O comunicador não afirmou ter sido morto, mas disse: “Minha pobre esposa é agora minha única preocupação – e o bebê.” Referiu-se corretamente a assuntos relativos à sua antiga amizade, e usou termos característicos do verdadeiro Gordon Davis. Em duas sessões subseqüentes, Nada, um controle regular da sra. Cooper, descreveu em considerável detalhe certas características externas da casa de Gordon Davis, e fez algumas referências específicas à mobília, quadros e enfeites dela. Em 1925, Soal soube que Gordon Davis ainda vivia, e foi visitá-lo. Descobriu eu muito do que Nada dissera sobre a casa e seu conteúdo estava certo; mas Davis, sua esposa e o “bebê” só tinham se mudado para lá um ano depois das sessões. O diário de Davis mostrou que, na época das sessões, estivera entrevistando clientes (era corretor imobiliário).

Parece que aqui temos a construção de um comunicador mediúnico por meio de telepatia com o assistente, mais telepatia *precognitiva* ou clarividência relativa a pessoa distante. “Super-PES” parece um termo adequado para descrever o que aconteceu; e, se pode ocorrer neste caso, por que não em outros que foram apresentados como evidência da imortalidade? Pois os casos de Osty e outros semelhantes mostram que muitas pessoas além da sra. Cooper podem exercer uma super-PES.

As considerações apresentadas bastam para tornar a super-PES de novo plausível, e tornar a teoria da influência, com suas implicações de imortalidade, desnecessária? Acho que não, pelas seguintes razões:

1. Deve ser concedido algum peso às críticas a Osty que detalhei anteriormente.
2. Os desempenhos, até mesmo dos melhores sensitivos de Osty, não se comparam aos feitos dos médiuns mais notáveis em rapidez do fluxo de informações e a nível de detalhe. As sessões Piper-Sutton, com sua quantidade de detalhes de identificação, inclusive nomes, mostram algo do que quero dizer (v. Capítulo 3). Ou ainda: o controle Hodgson da sra. Piper lembrou a um assistente o Hodgson vivo que, uma vez, usara as *mesmas palavras* ao lhe contar uma história.
3. Considerações análogas aplicam-se em relação ao delineamento detalhado de características pessoais, voz, gesticulação, maneirismos, frases, etc., e a apresentação deste conjunto, no que alguns médiuns atingiram, como apontei no Capítulo 7, uma surpreendente verossimilhança, que para ser atingida é uma habilidade que não se consegue a partir da mera coleta de informações (quer por PES ou meios mais ordinários) sobre a pessoa em questão.
4. Mais genericamente, os sensitivos de Osty não deram sinal da aquisição de capacidades paranormais (v. Capítulos 7, 11 e 12); os sensitivos têm suas próprias capacidades especializadas (clarividência médica, representação de estados mentais, etc.) que determinam o tipo de material que podem obter com mais sucesso.
5. Tampouco, os sensitivos de Osty em geral coordenam suas informações individuais referentes a uma pessoa ou a um assunto em particular que, isoladamente, nada signifiquem, mas sim dentro de um todo. Mas, dizer isto não quer dizer que eles não poderiam fazê-los; pois, positivamente, suas atividades se deram num contexto no qual não se faziam necessárias tais “correspondências cruzadas”.
6. O caso Gordon Davis não basta para solapar alguns dos casos mediúnicos mais destacados. Pois nestes o médium deveria, pela hipótese da super-PES, ter reunido a informação sondando telepaticamente várias fontes diferentes, nenhuma das quais fosse o suposto comunicador. No caso Gordon Davis, a principal fonte deve ter sido o próprio Davis (o comunicador).
7. É difícil evitar alguma suspeita de que Soal possa ter “aperfeiçoado” o caso Gordon Davis. Agora, não há dúvida de que ele manipulou os resultados de suas famosas experiências de adivinhação de cartas (99). O caso Gordon Davis permaneceu por mais de 50 anos sem um paralelo real,

e certas de suas características levantam dúvidas – assim como a alegação de Soal de que pode registrar as afirmações do médium em detalhe, no escuro, usando só sua mão esquerda, e o fato de seu irmão ter assinado uma declaração de que lera as comunicações, que aconteceram em fevereiro de 1922, nas férias de natal de 1921.

Num balanço, então, parece-me que a super-PES não pode ser justificadamente ampliada para englobar todos os dados que apareceram nos capítulos de 3 a 7. Enquanto a teoria da influência parece ser, até agora, a alternativa mais viável em relação à super-PES, a primeira pode ser reforçada ou pelo menos revigorada pelas deficiências da segunda. Porém, como enfatizei várias vezes, uma teoria não pode ser adequadamente estabelecida apenas enfraquecendo a sua aparente rival. Seus prós e contras, tanto quanto possível, devem ser esmiuçados separadamente.

O Processo da Influência

Será melhor abordar os prós e os contras da teoria da influência em duas partes. Primeiro, a questão de suas implicações de imortalidade. Se a teoria for correta, por vezes por detrás do transe e outras declarações de certos médiuns deve estar a pessoa morta que se comunica. Que evidência encontramos a favor desta idéia, e qual a que é contra? Segundo, a questão da natureza da “influência”, que deve ser uma forma de interação telepática. Temos alguma evidência de que ocorra esta interação telepática? Primeiro voltar-me-ei para as implicações de imortalidade.

A teoria da influência pode enfrentar facilmente uma objeção-padrão à interpretação segundo a imortalidade, dos fenômenos de mediunidade mental. Refiro-me à queixa tão freqüente que o falecido fulano (homem de mente incisiva e estilo de prosa distinto) não poderia ser responsável pelas resmas das monótonas bobagens que, alegadamente, escreveu (ou falou) por intermédio de um tal médium ou automatista. A resposta óbvia é que as asneiras vêm do médium; os lampejos de conhecimento e inteligência (se houver) vêm do comunicador. Em geral, esperaríamos, segundo a teoria da influência, que o conteúdo da escrita automática, frases ditas em transe, etc. limitar-se-iam a assuntos ao alcance do médium. Pois, de acordo com aquela teoria, é a inteligência do médium, não a da suposta entidade influenciadora, que se comunica diretamente com os assistentes. Seria de esperar que as idéias fora do equipamento conceptual do médium só seriam captadas de maneira indireta e circunloquial. Disto temos um ou dois exemplos aparentes (v. 5d; 18c, pp. 308-314).

As outras objeções-padrão à interpretação segundo a imortalidade são de natureza mais geral e serão discutidas no Capítulo 13.

O que então pode ser dito em favor da teoria da influência uma vez que ela implica a imortalidade? Que indicações positivas podemos entrever de que a “influência” é produzida por pessoas mortas escondidas de nossas vista, mas se manifestando através de suas influências na vida onírica de um médium e suas tendências à dramatização?

É preciso andar com cuidado, aqui. A tentação imediata é responder a esta questão citando casos em que os comunicadores mediúnicos repetiram informação copiosa e correta sobre suas vidas na Terra, informação que o médium não poderia ter sabido por meios ordinários. Será que esses casos não sugerem fortemente que os mortos estão por trás, dirigindo e influenciando as comunicações? O problema com essa linha de argumentação é o seguinte: o processo da suposta influência, se bem que sua natureza permaneça obscura, deve se envolver ou possibilitar uma forma de interação telepática. Tanto quanto ocorra uma influência, estamos invocando uma forma de PES. E quando os comunicadores são fluentes e bem-sucedidos, estamos invocando uma PES fluente e bem-sucedida. Mas tão logo façamos isto, a teoria corre o risco de perder quaisquer vantagens que possa ter sobre a hipótese da super-PES. Pois se vamos postular uma PES fluente e bem-sucedida, por que não concordar que seja uma PES envolvendo só pessoas vivas (as que têm a informação que confirma as declarações do médium)?

Assim, não é tanto a quantidade e o detalhe do material repetido pelos comunicadores mediúnicos que nos farão procurar indicações de uma influência por um agente desencarnado, mas o modo pelo qual o material é modelado e desenvolvido. A questão da modelagem e desenvolvimento do material, com efeito, figurou proeminentemente entre os tópicos que sugeri e que a super-PES não pode explicar. É justamente nessas conclusões que se fundamenta a teoria da influência. A teoria da super-PES apresenta dificuldades nos casos em que deve presumir que o médium integrou em sua encarnação de comunicador informação obtida por PES dirigida sobre um certo número de diferentes fontes vivas ou contemporâneas (que, além do mais, devem ser localizadas); a teoria da influência, é claro, simplesmente diz que, pelo fato de o agente influenciador já possuir toda a informação, a necessidade de integração não surge. A hipótese da super-PES fica em dificuldades quando os comunicadores exibem capacidades intelectuais que não são do médium, pois a aquisição de tais capacidades não consiste simplesmente em aprender listas de fatos do tipo que a PES daria acesso: a teoria da influência diz que o agente morto está usando sua capacidade ainda sobrevivente para dirigir as atividades do médium (se bem que se a habilidade envolve algo físico, como falar uma língua, isto torna o problema ainda mais complexo). A super-PES teve problemas com casos em que a encarnação por parte de um médium, de um certo falecido, foi particular-

mente semelhante a ele em vida, e convincente, pois há um abismo entre acumular conhecimento factual sobre um falecido e desenvolver a habilidade de fazer uma imitação realista dele; a teoria da influência sustenta que o morto está por trás da “dramatização” do médium. A hipótese da super-PES tem grande dificuldade em explicar casos tais como as “correspondências cruzadas”, onde partes diferentes e separadamente sem sentido, de uma só comunicação significativa, aparecem nos escritos de médiuns diferentes ou sensitivos diferentes; a teoria da influência pode propor que um mesmo agente inteligente influencie todos eles.

Já discuti estes assuntos com alguns detalhes no começo deste livro, e não faria sentido elaborá-los mais ainda. A idéia geral é: em certos casos, nos quais a super-PES perde impulso e começa a afundar, podemos detectar a operação dos agentes “influenciadores” impondo características, padrões reconhecíveis e apropriados sobre as fantasias e dramatizações sonhadas pelo médium e alimentadas pelos poderes da PES. Os padrões estão além de qualquer coisa que possa ser atribuída à PES do médium, mesmo que ele tenha grandes dons dramáticos. Portanto, parece que temos uma evidência positiva em favor da teoria da influência.

Há mais dois outros grupo de casos, difíceis de definir, e que não mencionei até agora, que me parecem dar mais evidência da mesma espécie. O primeiro deles é aquele no qual os comunicadores mediúnicos apresentam aos assistentes fatos desconhecidos das pessoas presentes ou fora do conhecimento de quem quer que seja, mas os que poderiam ser chamados de visões de episódios de suas vidas terrenas, que, uma vez recebidas, podem ser tidas como válidas, mas que não tinham sido imaginadas antes, nem muito menos registradas por ninguém, e que o médium, por tais razões, não poderia ter obtido por PES. Consideremos as seguintes observações feitas por Walter Franklin Prince (1863-1934), de longe o mais capaz e judicioso pesquisador psíquico norte-americano de seu tempo, sobre algumas sessões que ele e sua filha adotiva, Theodosia, tiveram com a sra. “Chenoweth” depois da morte de sua esposa.

...Foi o caráter peculiarmente seletivo dos detalhes supostamente vindos de minha esposa e relativos às suas últimas semanas na Terra o que mais me impressionou, quando percebi... nas alegadas comunicações, não há sugestão das características do caso que para nós se destacavam tão proeminentemente e, de fato, ela nunca soube qual era realmente a sua doença, nunca percebeu que tinha uma ferida aberta, e esperava, até seus últimos cinco minutos, melhorar e voltar para casa. Ao contrário, o que descobrimos foi uma multidão de detalhes pequenos e verdadeiros, de suas costas sendo esfregadas, sua cabeça sendo esfregada de uma maneira especial, o problema com seu pé e joelho, as continuadas sensações de fome, a sensibilidade de sua cabeça, quando seu cabelo era lavado e penteado, a sensação de que iria melhorar, o problema com suas cos-

tas, já no fim, não lhe sendo permitido deitar de lado, a canja de galinha que Theodosia lhe trouxe, o problema que representava seu dente “ruim”, uma sensação de plenitude no peito, e a dor do abdome, que parou de repente (por causa do narcótico), as visões reconfortantes de seus parentes, o sentimento de rebelião perante a morte, etc. Ocorreu-me, ao examinar esta lista que eram detalhes e outros como eles que se avolumavam na mente angustiada de minha esposa... eu, Theodosia, ou nós dois, sabíamos desses detalhes, mas alguns eram imagens fracas e quase esquecidas, muito anuviadas pelas lembranças que mencionei e por outras. (2, pp. 202-203)

A “visão”, nesse caso, é o que poderia ser descrito como o ponto de vista da falecida sra. Prince nas suas últimas semanas de vida. Os *fatos* eram conhecidos de Prince e sua filha, e provavelmente só por eles, mas o *ponto de vista* , não. Era como se a seleção e a apresentação dos fatos (*talvez* acessível a ela por PES) tivessem sido formadas e dirigidas por uma presença influenciadora externa. Prince continua:

Nada do que sabemos ou pensamos que sabemos sobre telepatia nos levaria a supor que ela age diferentemente do que, à semelhança de uma força mecânica, proporciona meios para supor que ela dramatiza, adota inteligentemente o ponto de vista de uma terceira pessoa e seleciona de modo a adequar-se às características daquela pessoa. Parece que havia a marca da mente da srs. Prince nos detalhes referidos no texto e relacionados com ela.

O segundo grupo de casos é ainda mais difícil de definir que o primeiro, mas contém casos que podem, tanto individual quanto coletivamente, ser muito impressionantes. “Casos” talvez seja a palavra errada. O que tenho em mente são os numerosos pequenos incidentes que ocorrem nas sessões bem-sucedidas, em que a “comunicação” parece encontrar um bloqueio que a inteligência comunicante tenta evitar, usando vários estratagemas. Eis um exemplo de um interessante trabalho por W. F. Prince (em que ele pesa considerações pró e contra a hipótese da super-PES).

A mãe de Theodosia Prince, controlando a sra. “Chenoweth” estava tentando recordar à sua filha uma visita a um vizinho para ver um bezero (coloquialmente, um “Bossy”). O que veio a seguir (em linhas gerais) foi: “Fomos a um vizinho para ver uma Coelhoinha* de estimação – pausa – de estimação, *Bunny* – B – B – *Bunny* – pausa – Não, era um *Bunny* de estimação – B – B – *Bunny* – B – pausa longa – (a médium geme) Leite – uma vaquinha, Bossy.” Como Prince observa:

Quem poderia duvidar que alguém ou alguma coisa queria dizer “Bossy”... desde o começo? Ou por que o comunicador parou em *Bunny* todas as vezes e re-

* Em inglês “Bunny” (N.T.).

começava, exprimia insatisfação, parava como que ponderando qual era o problema ou, para remediar, experimentava emoção com gemidos extraídos da médium, e por fim disse “vaquinha”, para evitar a palavra começando por B? Se duas mentes estavam engajadas no processo, a segunda recebendo da primeira, podemos ver como esta segunda, vamos chamá-la de “controle” ou o subconsciente da médium, quando se chegou a ‘B de estimação’, poderia conceber a imagem de um coelho e aderir a isto por preferência, por algum tempo, a despeito dos esforços da primeira mente de desalojá-la. (125d, pp. 108-109.)

Para explicar tais incidentes em termos da super-PES precisaríamos postular que a médium, em algum nível, tinha consciência todo o tempo do que queria comunicar, e se expressou desta maneira oblíqua para destacar a impressão de que uma inteligência externa de fato estava presente e ativa. Mas isto é não só atribuir super-PES à médium, mas também uma habilidade e sutileza fantásticas como atriz, hipótese extra que claramente deveríamos evitar. Não há dúvida, como Prince observa, que uma interpretação em termos da hipótese da influência é muito mais direta e natural.

* * *

Agora voltar-me-ei para o aspecto “influenciador” da teoria da influência. O suposto processo da influência, qualquer que seja sua verdadeira essência, enquadra-se no título geral da telepatia; e é um tipo de telepatia em que os *esforços ativos* da pessoa influenciadora devem exercer papel decisivo na determinação dos processos mentais da pessoa influenciada. Sem dúvida, dificuldades consideráveis confrontam-se com essas idéias.

A mais óbvia é, como apontei antes, que só temos pouca evidência experimental para sustentar a idéia de que a “transmissão” ativa de um agente telepático torna a recepção da mensagem algo mais verossímil. Claro que não foram feitas muitas experiências relevantes; mas também deve ser lembrado que os estudos da dra. Louisa Rhine dos casos espontâneos levaram-na a uma conclusão semelhante (se bem que discutível).

Comunicações dos Vivos

De importância neste contexto são os vários casos supostos de comunicação mediúmica dos vivos. É, para mim, um tópico potencialmente de grande interesse e importância e que foi muito negligenciado pelos parapsicólogos ingleses e norte-americanos. Vários casos de tais comunicações estão espalhados pela literatura, mas só algumas tentativas foram feitas para colecioná-los e analisá-los (ver 14; 27). Por exemplo, *Sir Lawrence Jones* nos diz (76, p. 34) que sua filha mais jovem, de 9 anos, viva mas adormecida, várias vezes conseguiu se comunicar à distância pela escrita automática

da srta. Kate Wingfield. Na primeira ocasião, foi-lhe perguntado: “Que tal o vestido de marinheiro?” Os presentes sabiam que havia o plano de comprar-lhe um, mas nada do resultado. A resposta veio: “Fomos a uma loja, Mamãe disse: “Pegue aquelas coisas ali. Esta é a altura dela’. E pegaram o vestido, e não precisou fazer nada, nenhum corte. Só mandaram para casa. Foi assim que aconteceu.” O que resultou ser correto.

O problema com este caso, assim como com muitos outros, é que se houve uma tentativa deliberada do agente de enviar ou “influenciar” não sabemos – ela estava dormindo. Ademais, uma explicação clarividente não pode ser excluída.

O caso de comunicação dos vivos mais próximo aos casos de influência que conseguimos é, talvez, o relatado no *Jornal da SPR* de 1923 por um membro holandês da Sociedade, o dr. J. V. Suringar (155). Neste caso, um menino holandês de 15 anos, que queria assistir a uma sessão espírita numa casa vizinha (o que não lhe foi permitido), aparentemente soletrou, pela prancha ouija operada no círculo, partes substanciais de um poemeto em inglês que passara o tempo lendo. Enquanto o poema estava sendo realmente comunicado, ela estava cochilando. A comunicação não representa uma “influência” consciente, mas os pensamentos do menino estavam muito orientados para os assistentes e a sessão.

Em proporção substancial, mas não em todos os casos, o comunicador estava adormecido, num estado de dissociação, em coma, ou morrendo (v., por exemplo, 157b, pp. 130-131). (Em pelo menos um caso muito curioso o comunicador era uma velha senhora, em estado adiantado de demência senil, o que usualmente envolve extensa degeneração das células cerebrais. As “comunicações”, embora desconexas, eram racionais (142).) Alguns, como Bozzano, viram neste fato uma indicação de que alguma parte da personalidade do comunicador “projeta-se”, como na “viagem astral”, e influencia o médium diretamente. Seja como for, o triste fato é que nenhum destes comunicadores pôde, mais tarde, dar um depoimento de suas tentativas e experiências; de modo que temos pouca informação sobre a questão de estarem ou não deliberadamente tentando influenciar os médiuns. E, como disse antes, resta a alternativa de que o médium obteve a informação por sua própria PES ativa, isto é, lendo pensamentos ou por clarividência.

Considerando tudo, no momento, há pouca evidência em favor da influência ou telepatia de agente ativo, mas isto pode ser devido à pequena quantidade de trabalho feito e à dificuldade de projetar experiências concludentes. Parece-me que valeria a pena empreender estudos de comunicação tentada por parte dos vivos, e se combinaria bem o recente interesse pe-

las experiências de desdobramento. Os resultados positivos dariam plausibilidade à teoria da influência, os negativos a enfraqueceriam, ao passo que outros tantos resultados minariam a interpretação da imortalidade, nos fenômenos mediúnicos – por exemplo, se um médium se mostrasse capaz de construir um comunicador fictício a partir de fragmentos, cada um na mente de uma diferente pessoa viva. Tais resultados também se refletiriam na questão levantada nos Capítulos 6 e 7, do possível papel da sra. Verrall em provocar algumas correspondências cruzadas e enigmas literários.

Uma segunda dificuldade perante a noção da influência (enquanto forma de interação telepática) é: nos casos mais impressionantes de mediunidade de transe, comunicações verídicas dos comunicadores influenciadores podem vir com considerável fluência e podem passar informação verídica e detalhada. A “fluência” e o detalhe têm poucos paralelos (se os houver) na literatura de PES espontânea e experimental. A telepatia em foco não tem todas as características de super-PES mas, ainda assim, é bem poderosa. Parece inevitável que teríamos de acrescentar à teoria do eclipse um postulado que diga que depois da morte a capacidade de transmitir ou influir telepaticamente, e também receber por PES as mensagens que chamaríamos de “retorno”, são grandemente aumentadas. Os casos mais notáveis de mediunidade de transe ilustram o que pode acontecer quando um agente telepático, com seus poderes assim emancipados, trabalha sobre um sensitivo, digamos, pelo menos tão bom quanto um de Osty – que acrescente a estes dons essenciais alguma especialidade (por exemplo, uma tendência à dissociação ou capacidade de afundar em onirismo não-estruturado), o que o tornaria altamente sensível a sugestões transmitidas ou implícitas nas influências telepáticas que receberia. A proposição de que a morte pode desencadear um poder latente de “influir” pode parecer totalmente fantástica. Mas parece-me que uma interpretação da mediunidade de transe, segundo a imortalidade, envolveria suposições sobre o efeito liberador que a morte pode ter sobre a PES do morto:

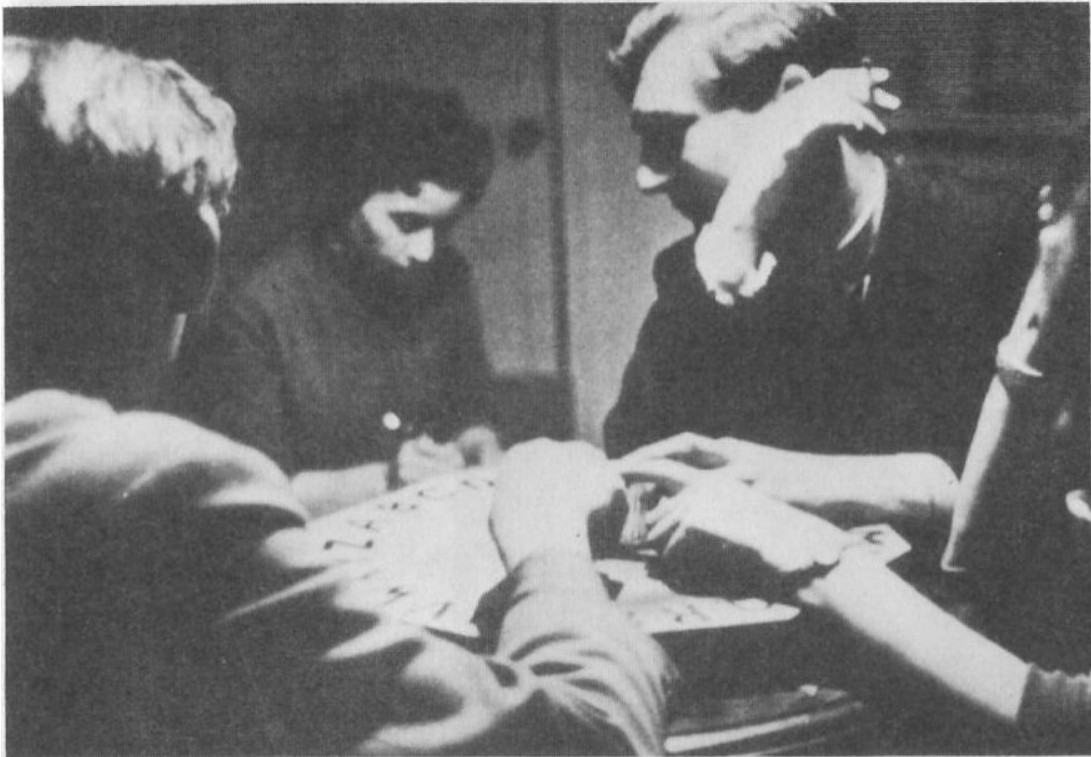
a) pessoas que em vida não mostraram dons especiais de telepatia (quer como transmissor, quer como receptor) parecem ter dado, depois da morte, excelentes controles ou comunicadores mediúnicos.

b) se há alguma forma de sobrevivência após a morte corporal, podemos dizer, com certeza, que não mais possuiremos nossos órgãos sensoriais. Se nosso estado pós-morte não for um de total isolamento, perdidos na prisão de nossos sonhos e memórias, se por vezes pudermos nos comunicar com amigos e parentes na Terra, ou com pessoas mortas, esta comunicação, por definição, virá sob o título de PES.

Em suma: no Capítulo 8 coloquei a questão sobre se os controles de médiuns de transe podem ou não ser pessoas mortas com quem alegam

identidade, possuindo e operando o sistema nervoso do médium assim como o médium faz consigo mesmo. A evidência, conclui, sugere que não podem ser vistos sob esta luz. São mais provavelmente fases ou aspectos da personalidade do médium. Porém, é possível que estas fases da vida mental do médium, além de favorecer o exercício da PES “comum”, podem, por vezes, ser dirigidas ou “influenciadas” pelos mortos que dizem representar. Há características de casos aos quais seria muito fácil atribuir esta interpretação. Certamente a teoria da super-PES, de que em todos os casos os médiuns simplesmente dão o *show* por meio de seus dons dramáticos e de poderes de PES, pelas razões que detalhei, parece altamente implausível. Por outro lado, não consegui achar muita evidência para o tipo de telepatia de agente ativo que poderia estar envolvido no processo de influência, de modo que, no todo, me senti muito mais convencido das limitações da hipótese da super-PES que da sustentabilidade da teoria da influência.

Se ulteriores investigações deixarem de dar evidência para uma telepatia de agente ativo, poderíamos, ao contrário, explorar a possibilidade de que um morto por vezes ganhe algum grau de controle direto sobre o aparelho neuromuscular do médium, que influencia continuamente a saída conjugada. Uma teoria deste tipo foi enunciada pelos controles da sra. Leonard (18c, pp. 261-286; 157c; 157i). Entretanto, no momento, não a acho plausível; pois, por que a influência do médium tão freqüentemente interviria e sobrepujaria a do controle, justamente quando este vai exibir informação literária e filosófica que excede em muito a do médium? E por que interferiria para forçar o controle e dar a bênção e certificado de genuidade a controles perfeitamente gratuitos que nada mais são que ficções sonhadas pelo médium? Não tentarei dar respostas a estas perguntas, mas elas nos levam convenientemente ao tópico do capítulo seguinte, a saber, exemplos aparentes de obsessões e possessões.



Uma sessão com prancha ouija. O ponteiro soletra palavras, sem intervenção consciente dos assistentes. (Cortesia A. D. Cornell.)



Sra. Leonora Piper (1857-1950) – a primeira médium mental que proporcionou evidência substancial de faculdades paranormais.



**William James
(1842-1910) – o grande
psicólogo norte-americano;
foi a primeira pessoa a
investigar a mediunidade
da sra. Piper.**



**Oliver Lodge
(1851-1940) – um dos
assistentes da sra. Piper;
deu-lhe um relógio que
pertenceu a um tio morto
e recebeu comunicações
pertinentes.**

**Richard Hodgson
(1855-1905) – saiu da
Inglaterra e foi a Boston
para investigar a
mediunidade da sra. Piper e,
depois de sua própria morte,
tornou-se um dos seus
controles.**



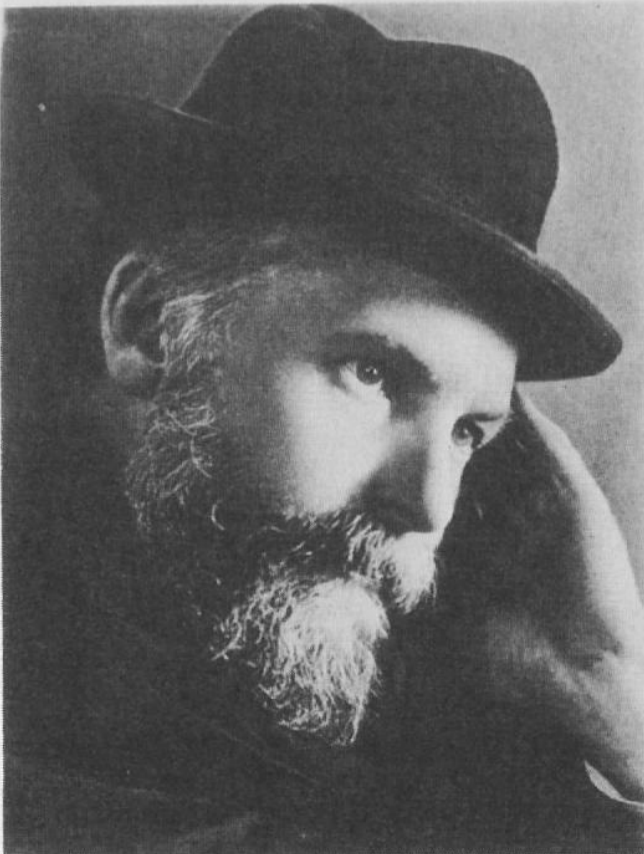
**Sra. Gladys Osborne
Leonard (1882-1968) –
transmitiu informações
através de sinais em livros
e de sessões por
procuração, informações
essas que não podiam ser
do conhecimento dos
assistentes.**



Sra. M. de G. Verrall e, abaixo, sua filha Helen, depois sra. Salter. Ambas automatistas, nas correspondências cruzadas. A sra. Salter também analisou parte das comunicações da sra. Piper e da sra. Leonard. (Cortesia da Mary Evans Picture Library e da SPR.)



**“Sra. Willett” (sra.
Coombe-Tennant) –
supostamente recebeu
mensagens ditadas do
Dr. Verrall e de Myers,
após suas mortes.
(Cortesia de John
H. Cutten.)**



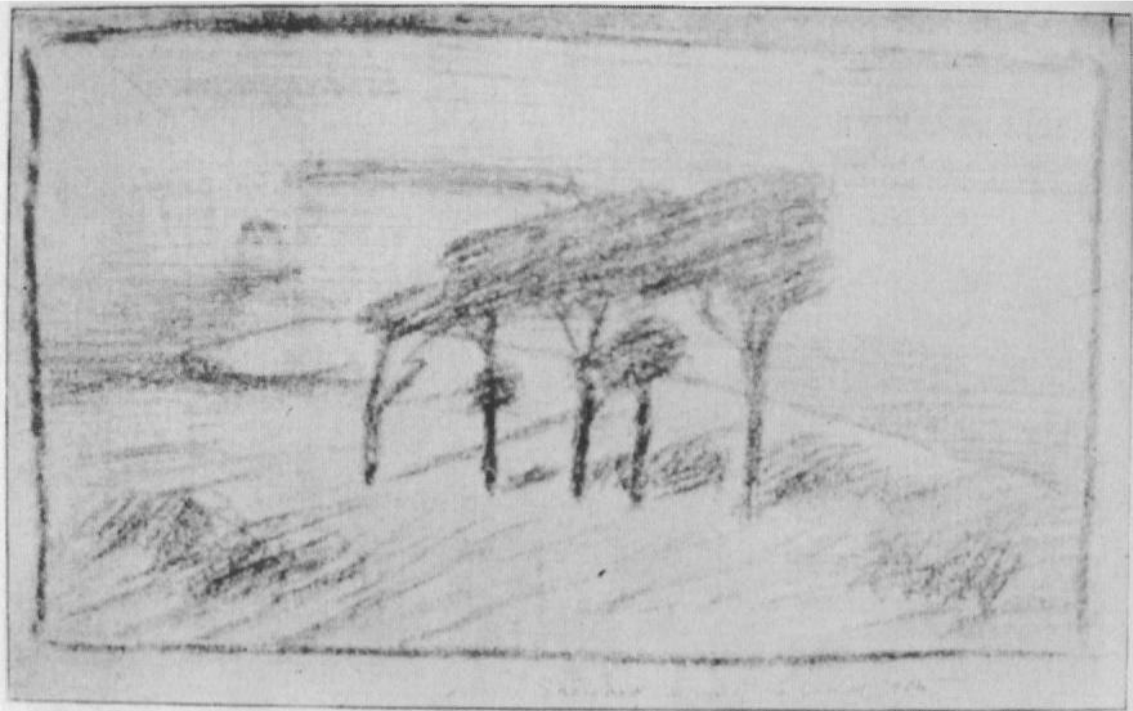
**F. W. H. Myers
(1843-1901) – um dos
fundadores da Society
for Psychical Research
(Sociedade de Pesquisa
Psíquica). Propôs uma
teoria de aparições, e
aparentemente foi um dos
mortos responsáveis pelas
correspondências cruzadas.**

Unpelt the call of the sun (I)
in the myers & used in part of
Say this bell lodge this word
Myers Myers get the
words will spell it
W.E.L.T
For
W
W Myers & the word
W.E.L.T

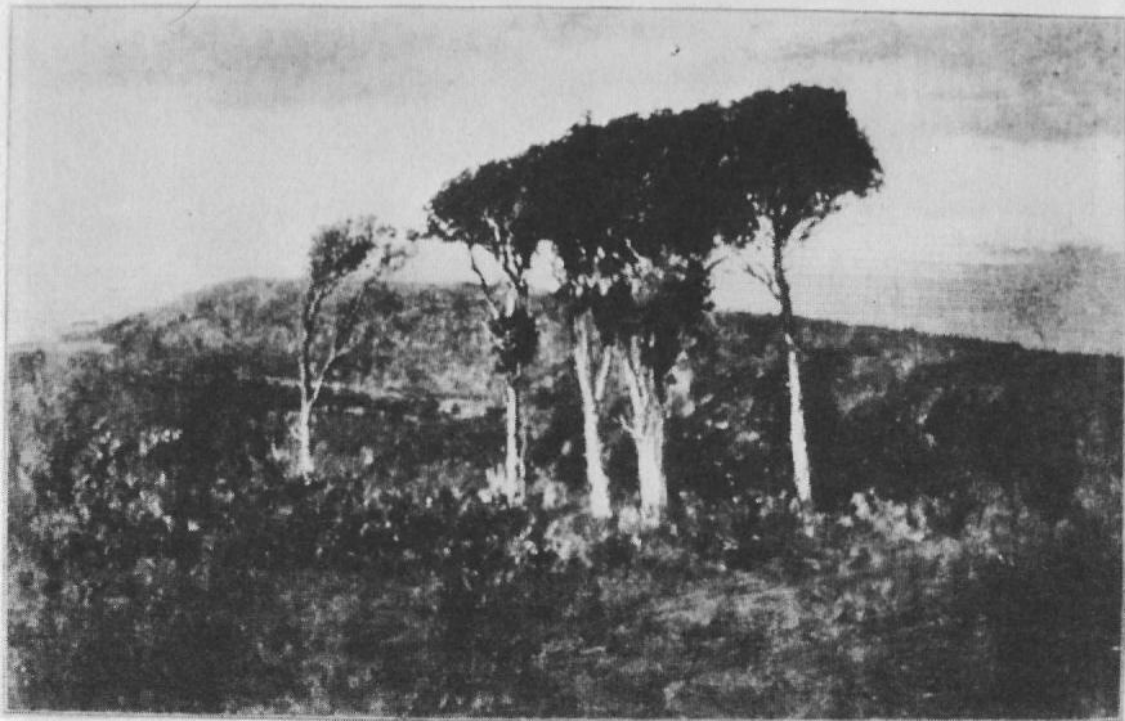
Escrita automática de autoria da sra. Willett, supostamente proveniente de Myers.



Sra. Eleanor Sidgwick (1845-1936) – analisou o material das correspondências cruzadas e foi ela mesma Presidenta da Society for Psychical Research de 1908 a 1909.



Esboço por Frederic L. Thompson, deixado com o Prof. Hyslop e traçado quando se sentiu influenciado pela personalidade do artista Robert Swain Gifford (v. Capítulo 11).



Pintura de autoria de Gifford (1840-1905) que mostra uma paisagem com árvores retorcidas pelo vento.

11 Obsessão e Possessão

Argumentei, no Capítulo 8, que as alegações tão freqüentemente feitas pelos controles dos médiuns, de que operam diretamente o aparelho neuromuscular do médium, o que este, de ordinário, faz por si só, ao menos na grande maioria dos casos, não podem ser aceitas sem crítica. Os médiuns como que brincam de serem possuídos. Não quero dizer que não são honestos ou que são trapaceiros conscientes. Só quero dizer que todo o drama da comunicação e do controle, muito embora, às vezes, sirva como veículo de informação adquirida paranormalmente, é uma ficção entrelaçada, sabe-se lá com que fios, nas profundezas do ego. Será que há uma realidade que corresponde àquela que o transe mediúnico meramente simula, uma possessão que não é apenas uma representação?

Em anos recentes, a possessão, quer considerada como uma variedade de doença mental, ou como uma ação diabólica, sofreu uma reinterpretação curiosa – que, se eles pudessem tomar conhecimento dela, entristeceria e abismaria os agnósticos vitorianos progressistas. Até mesmo temos, uma vez mais, religiosos, especialistas em exorcismo. A forma de possessão que eles têm de combater acima de tudo, ou antes, a forma que mais freqüentemente é noticiada, é a diabólica, mas também aparecem casos de aparente possessão por seres humanos falecidos. Afortunadamente, para nossos propósitos, só esta é que precisamos considerar.

Relacionados de perto com os casos de possessão, e na prática, difícil de discernir entre eles, estão os casos de obsessão. Nos casos de possessão, a suposta entidade intrusa desloca total ou parcialmente a vítima de seu corpo, e obtém controle direto sobre ele – presumivelmente, a mesma espécie de controle que a vítima tinha. (Entender-se-á que falarei aqui da exterioridade do fenômeno, sem especular sobre sua causa subjacente.) Em casos de obsessão, a vítima permanece no controle imediato de seu corpo, mas a entidade intrusa influencia sua mente. Estabelece uma relação parasítica com sua mente, pela qual, até certo ponto, pode ver o que ela vê, sentir o que ela sente, desfrutar de tudo tal qual a vítima. E também pode mudar o curso de seus pensamentos e ações para ajustá-los aos seus próprios desejos. O processo é comum, mas vagamente visto como telepatia re-

cíproca. A vítima pode ter a sensação de estar sendo “influenciada” por outra personalidade, e alguns autores viram na obsessão a explicação de vários distúrbios mentais, inclusive fobias, desejos mórbidos, perversão sexual, súbitas mudanças de caráter, ilusões paranóides, explosões agressivas e alucinações.

Casos de possessão e obsessão surgem de tempos em tempos, nos anais, tanto do espiritismo quanto da pesquisa psíquica. Foi particularmente popular entre os espíritas a série de casos detalhados pelo dr. Carl Wickland, de Chicago, em seu conhecido livro, *Thirty Years Among the Dead [Trinta anos entre os mortos]* (1924). Wickland acreditava que muitos casos de doença mental eram devidos à obsessão por espíritos de mortos apegados à Terra. Seu método de enfrentar estes casos era induzir os espíritos obsessores, se necessário com choques elétricos, a deixar o corpo da vítima, entrar no corpo de um médium (a saber: a sra. Wickland) e então desalojá-lo por persuasão, peroração e ajuda de guias espirituais. O dr. Wickland tinha uma personalidade forte, uma voz de comando e uma máquina de eletrochoque de dimensões assustadoras. Seu tratamento parece ter sido altamente eficaz. Infelizmente, não demonstrou interesse suficiente quanto à sua obrigação terrena em verificar as declarações do comunicador sobre si mesmo. Na grande maioria dos casos, ele simplesmente presumiu que como o tratamento funcionava, seu raciocínio estava basicamente correto – o erro clássico do psicoterapeuta. Seus copiosos registros fornecem pouca evidência sólida para sustentar suas teorias.

Entretanto, aqui e ali, encontramos casos de obsessão que são de algum interesse parapsicológico. Por exemplo, alguns casos curiosos foram relatados no primeiro Congresso Internacional de Pesquisa Psíquica em Copenhagem, em 1921, pelo dr. E. Magnin, de Genebra (96). Magnin cita, dentre outros, o caso de Madame M., 52 anos, que tinha tendência a sofrer quedas violentas e espasmódicas. Seu mal resistia aos esforços de quatro médicos. Aconteceu que uma tarde, na sala de espera de Magnin, esta senhora encontrou um médium clarividente que ela nunca vira antes. A clarividente contou depois a Magnin que ela vira perto da Madame M. um homem autoritário, brutal e maldoso. Magnin deixou as duas senhoras juntas, e a médium, em transe, foi controlada pelo espírito do homem que acabara de ver. Alegou ser o pai de Madame M., chamou-a de “Louise”, falou de uma briga imediatamente antes de sua morte (briga causada por sua recusa em vestir um casaco antes de sair). O pai mencionou “Maurice” (seu genro), e “René” (seu neto). Por fim, foi levado a um estado mental de arrependimento e concordou em deixar sua filha. Os nomes e fatos dados, muito embora desconhecidos para Magnin, estavam corretos. Quando a médium acordou, ela deu uma descrição acurada do velho e do casaco que precipi-

tara a briga (e daí a morte do velho), e deu a data da morte dele como 17 de dezembro de 1913. A data real foi 19 de dezembro de 1913. E os sintomas de Madame M. desapareceram.

O Caso Thompson-Gifford

O caso de obsessão mais volumosamente documentado, e provavelmente o mais extraordinário de todos que foram sujeitos a investigação, é geralmente conhecido como caso Thompson-Gifford. O principal investigador, prof. J. H. Hyslop (1854-1920), antigo professor de Lógica e Ética na Universidade de Colúmbia, foi secretário e chefe executivo da ASPR, que, de fato, refundara em 1907. Um dedicado crente na imortalidade, ele era, sem dúvida, um defensor obstinado do registro e da publicação de todos os detalhes das sessões, investigações, etc., e seu relatório sobre o caso Thompson-Gifford ocupa 469 páginas das *Atas* da ASPR do ano de 1909 (71a; cf. 71c, pp. 203-230), como resultado de suas investigações, ele se convenceu de que certos sintomas de aparente distúrbio mental podem, por vezes, ser devidos à influência de espíritos obsessores. Encontrou, depois, mais outros casos que achou que sustentavam esta opinião, e investigou-os pelos métodos que tentara no caso Thompson-Gifford. Estes métodos envolviam consultar vários médiuns diferentes, com e sem a presença da pessoa obsedada. Cada um dos médiuns deveria “ver”, por clarividência, as entidades obsessoras, serem eles mesmos controlados por elas, etc. Se as afirmações feitas por ou através dos vários médiuns concordassem umas com as outras, e com os sintomas dos pacientes, Hyslop diagnosticaria uma obsessão verdadeira, e poderia aconselhar uma cura, sob essa hipótese.

Depois da morte de Hyslop, seus experimentos foram assumidos por um colega, o dr. Titus Bull, neurologista praticante em Nova Iorque (86a; 86b). Parece que Bull, eventualmente, deu o passo suplementar de dispensar qualquer contato direto entre paciente e médium (134). Ele agia como um assistente-procurador em benefício da pessoa obsedada. Ora, se sob estas condições:

a) as entidades obsessoras se comunicaram e deram informação corretas sobre si mesmas;

b) sem que o paciente soubesse, estas entidades foram convencidas ou forçadas a sair;

e

c) o paciente se recuperou,

teríamos um caso apresentando severas e óbvias dificuldades para a hipótese da super-PES.

Não sei se algum dos casos de Bull satisfaz a esses critérios. Os registros que foram publicados relacionaram-se principalmente ao período inicial. Ele parece ter tido, como Wickland, uma boa taxa de sucesso. Infeliz-

mente, e também como Wickland, ele tinha uma tendência a aceitar o mero fato da cura como sustentando sua teoria. Não se desviou do caminho para verificar as declarações dos comunicadores sobre si mesmos.

Mas, voltando ao caso Thompson-Gifford: a pessoa “obsedada” aqui era Frederic L. Thompson, com 36 anos no início dos eventos. Thompson tinha a profissão de ourives, e ocasionalmente mostrara algum talento para o desenho. Durante o verão e o outono de 1905, foi muitas vezes tomado por impulsos de desenhar e pintar a óleo. Enquanto pintava, sentia e observava para sua mulher (o que ela confirmou) que ele era um artista chamado Robert Swain Gifford (1804-1905), que encontrara brevemente umas poucas vezes, mas de cujo trabalho ele nada conhecia.

Em janeiro de 1906, ele foi a uma exposição das obras de Gifford, e ali soube, pela primeira vez, que Gifford morrerá há um ano. Enquanto olhava um dos quadros, uma voz disse: “Você está vendo o que fiz. Não conseguiria assumir e terminar meu trabalho?” Depois desse episódio, a urgência para pintar ficou mais forte, e ele começou a ter freqüentes alucinações visuais e auditivas. Pintou algumas destas visões, e vendeu dois ou três dos quadros resultantes (sua semelhança com o trabalho de Gifford foi comentada). As visões eram principalmente de paisagens com árvores retorcidas pelo vento; e uma em particular – com carvalhos torcidos sobre um promontório junto a um mar raivoso – continuamente o assombrava. Fez vários esboços disto, e uma pintura, que intitulou “A Batalha dos Elementos”.

As pinturas eram feitas em estados mentais que variavam de ligeira dissociação a automatismo mais ou menos completo. Thompson sempre fora sonhador e tendente a divagações. Agora ficara incapaz de trabalhar direito, e sua posição financeira deteriorou. Começou a recear que estivesse ficando louco e, a 16 de janeiro de 1907, chamou Hyslop, recomendado por uma amizade comum.

Hyslop estava, de início, inclinado a considerá-lo mentalmente perturbado, mas decidiu que poderia ser interessante verificar a relação com Gifford, levando-o a um médium. Assim, a 18 de janeiro, levou-o a uma médium clarividente não-profissional, sra. “Rathbun”. A sra. Rathbun falou de um homem em termos que não era compatíveis com Gifford. Thompson disse-lhe que estava tentando descobrir uma certa cena com carvalhos perto do mar. Ela descreveu um grupo de carvalhos com ramos caídos, e disse que era um lugar perto do mar, onde se devia ir de barco.

Thompson foi encorajado, por esta sessão, a acreditar que não estava louco, e continuou a desenhar e pintar suas visões. Entrementes, Hyslop levou-a vários outros médiuns (sempre incógnito). A sessão mais interessante deste período foi uma com a médium de transe sra. “Chenoweth”

(sra. Soule), a 16 de março de 1907, Foram feitos registros esteneográficos completos do que seu controle disse (ela também escrevia, ocasionalmente). Muita coisa apareceu, nessa sessão, para identificar Gifford. Suas roupas e maneirismos, seu gosto por tapetes, seu amor pelas colinas e pelo oceano, folhas secas, os impermeáveis que vestia ao viajar de barco e ao pintar, seu gosto por cenas nebulosas e as telas inacabadas em seu estúdio. Foi feita referência a tudo isto. Muitas das declarações foram confirmadas pela sra. Gifford. Gifford disse: “Vou ajudá-lo, porque quero alguém que possa captar a inspiração dessas coisas como eu, para continuar minha obra.”

Thompson, logo depois, decidiu que tentaria localizar as cenas de suas visões, mantendo um diário de suas tentativas. A 2 de julho de 1907, antes de partir, deu a Hyslop alguns esboços que fizera sob a influência “Gifford”, no verão e outono de 1905. Foi primeiro a Nonquitt, Massachusetts, onde Gifford tivera sua casa de verão, esperando localizar as cenas naquelas vizinhanças. Foi ali que soube (a sra. Gifford deixou-o ver o estúdio de seu falecido marido) que muitas daquelas paisagens eram das Ilhas Elizabeth, ao largo da Baía Buzzard, Massachusetts, e especialmente da Ilha Naushon, onde Gifford nascera. Portanto, zarpou para essas ilhas. O resultado de sua viagem pode ser assim sumariado:

1. Thompson descobriu, sobre um cavalete no estúdio de Gifford, uma pintura que correspondia em detalhes inconfundíveis com um esboço seu, feito a partir de uma visão, que estava entre os que deixara com Hyslop. Hyslop apresenta fotos de ambos em seu artigo, com uma carta da sra. Thompson que deixa claro que Thompson não poderia ter visto aquela pintura em nenhuma ocasião anterior. Depois Thompson achou a cena original na Ilha Nashawena, e pintou-a ele mesmo.

Também no estúdio de Gifford estavam dois outros quadros que Hyslop descreve como “idênticos” a esboço anteriormente feitos por Thompson; esboços, porém, que não estavam dentre os depositados com Hyslop. As fotografias dos quadros de Gifford, reproduzidas como figura XIX de Hyslop, são tão pequenas e más que não podem garantir por si sós a semelhança.

2. Thompson descobriu os cenários reais correspondentes a vários dos esboços que deixara com Hyslop. Ele fotografou os cenários. As fotografias (tais como reproduzidas por Hyslop) não são de boa qualidade, e alguns perfis foram retocados. Num caso – de um grupo de árvores perto de Nonquitt – a semelhança entre a conformação das árvores no esboço e na fotografia é excepcionalmente boa. Em outros casos, porém, a semelhança é muito menor, e eu hesitaria em confiar nela; mas deve ser dito que, por

tudo que pode ser comparado entre desenho e panorama, que aparecem numa foto branco e preto, a semelhança pode impressionar.

3. Thompson também localizou, ou acreditou ter localizado, outros panoramas de suas visões. Achava que era guiado até eles. Enquanto estava examinando e esboçando uma determinada cena, um grupo de árvores na Ilha Naushon, ouviu uma voz dizer-lhe para procurar do outro lado das árvores. Achou as iniciais de Gifford esculpidas ali, com o ano 1902. Hyslop depois examinou a inscrição (não era recente) e fotografou-a.

4. Na mesma ilha, Thompson localizou e pintou o grupo de carvalhos retorcidos num promontório junto ao mar, o grupo de seus primeiros quadros intitulado “A Batalha dos Elementos”. Um antigo esboço disto fora deixado com Hyslop. A pintura da visão e a pintura da realidade assemelhavam-se bem de perto. Thompson voltou à ilha com Hyslop e, depois de muita dificuldade, relocalizaram o ponto. Hyslop tirou algumas fotografias que mostram claramente detalhes dos ramos torcidos e caídos. Infelizmente, não tirou fotos mostrando todo aquele lado do promontório representado nas pinturas, mas gastou o restante do filme tirando fotos de perto dos carvalhos de um outro ângulo. Assim, as correspondências entre o panorama e os esboços das visões precisam ser elaborados mentalmente, ao invés de se evidenciarem de imediato pela visão.

Deve ser mencionado agora que, enquanto rapaz, Thompson vivera uns dois anos em New Bedford, à pequena distância das Ilhas Elizabeth. Ele afirmou (e nunca houve razão séria para questionar sua veracidade sobre este ou qualquer outro aspecto do caso) que jamais visitara as ilhas; e a verdade de sua afirmativa foi confirmada por sua mãe, sua irmã e sua esposa.

Hyslop decidiu que, à luz dessas novas e extremamente curiosas circunstâncias, ele e Thompson (este incógnito, como de hábito) deveriam ir a outras sessões, e, em abril de 1908, de novo começou a fazer a ronda dos médiuns. Desgraçadamente, nada obtiveram de interessante antes do meio de maio, ponto em que versões confusas das histórias vazaram para a imprensa, e poderiam ser recolhidas e representadas pelos médiuns. Mas, muito material, que dificilmente poderia ser resultado de pesquisas clandestinas, veio à tona. Nas sessões de junho, os controles da sra. Chenoweth deram muitos detalhes certos sobre Gifford. Foi mencionado seu hábito de segurar algo “como um cigarro” (uma varetinha) na boca, enquanto pintava; o fato de ter ilustrado poesia; seus dois estúdios, na cidade e no campo (foram dados detalhes identificadores deste último); sua mobília velha e cadeiras de palhinha; uma escrivaninha com as pernas abertas para fora; seu hábito de guardar grandes quantidades de pincéis velhos para pintar pedras

e coisas ásperas; uma cena que pintou perto da casa; um farol branco com uma luz constante (isto é, não-giratória); e o fato de ter perdido um filho e tentado expressar seu pesar em seus quadros.

Na sessão de 5 de junho de 1908, o próprio Gifford propôs controlar a sra. Chenoweth, e perguntou se Thompson se lembrava de um incidente, quando ele estava numa ponte e, olhando para a água, viu nela imagens como reflexos, que o inspiraram com um grande desejo de pintar. Thompson, de fato, tivera uma tal experiência quando esteve numa ponte da Ilha Naushon. Gifford de novo assumiu ostensivamente controle e mostrou conhecimento das alucinações de Thompson, numa sessão de 9 de dezembro de 1908, com outra médium de transe, sra. “Smead”, Gifford escreveu: “oceano, sim, sim, sim”, desenhou o que parecia uma pilha de pedras encimada por uma cruz, e então escreveu: “meu nome está nela, meu nome está nela”. Mais de um mês antes da sessão, Thompson achara esta cruz junto ao mar – era parte dos destroços de um navio naufragado – e vira nela as iniciais de Gifford, R. S. G. Quando se aproximou do navio, as iniciais se apagaram. Ele, porém, ficou tão impressionado que pintou a cena, e descreveu o incidente numa carta a sua mulher, carta esta que chegou às mãos de Hyslop *antes* da sessão de 9 de dezembro. Nenhuma das médiuns, aliás, deu o nome inteiro de Gifford, mas a sra. Smead escreveu suas iniciais, primeiro como R. G. S e depois como R. S. G.

Não me parece que a teoria da fraude ou do acaso possam ser aplicadas satisfatoriamente ao caso de Thompson-Gifford, quer pensemos só nas visões de Thompson, ou em todo o complexo de outros fenômenos (as pinturas, as sessões mediúnicas, etc.) associadas a elas. Duas explicações das visões de Thompson poderiam ser dadas do ponto de vista da hipótese da super-PES. A primeira exigiria que supuséssemos que, por um bom tempo antes da morte de Gifford, Thompson tivesse estado bem próximo e freqüente contato extra-sensorial com ele (deve-se lembrar que tinham se encontrado), e tivesse armazenado, para uso subsequente, as múltiplas imagens assim obtidas. Há algo que sugere, em certos casos de PES espontânea, poder haver um retardamento de algumas horas entre a recepção de uma impressão extra-sensorial e sua emergência no consciente. Mas não sei de nenhum caso com tanto retardamento e número de impressões como os que podemos encontrar no caso Thompson-Gifford. Acho, portanto, que se deve rejeitar esta versão da super-PES.

A segunda versão possível da super-PES seria mais ortodoxa, postulando que Thompson adquiriu conhecimento clarividente das telas, ainda no estúdio de Gifford, tomou ciência, telepaticamente (talvez a sra. Gifford), dos lugares preferidos de Gifford, investigou-os clarividentemente e selecionou deles, como temas de visões recorrentes, o tipo de local que

agradaria a um pintor. A única coisa que posso dizer em favor desta hipótese fantástica (para o que os anais da PES não oferecem paralelo) é que pode parecer menos fantástica que sua principal competidora, a teoria da imortalidade. E isto não me parece razão suficiente para aceitá-la.

Assim que passarmos a considerar outros aspectos do caso, ambas as formas da hipótese as super-PES encontram ais obstáculos. Há, primeiro, o problema do estilo e da técnica das pinturas. Talvez seja o menos sério dos problemas. A semelhança de tema entre as pinturas de Thompson e de Gifford era óbvia para todos. Quanto a haver ou não uma semelhança subjacente de estilo e técnica, as opiniões especializadas diferiam, e talvez seja mais seguro dizer que poucos especialistas acreditavam que as pinturas de Thompson eram as de um homem que começara a pintar havia pouco tempo, e que não teve nenhuma educação artística. Mas não havia dúvida de que assim era. Era sabido, entretanto, que Thompson sempre teve talento para desenhar, e dificilmente podemos definir os limites do possível em relação a um súbito florescimento artístico.

Um problema mais sério é o da motivação. As finanças de Thompson sofreram severamente por causa de seu insopitável impulso de desenhar e pintar, e era um homem casado. Nenhum impulso assim incontrollável cruzara antes sua mente. Poderíamos dizer que estava fermentando em seu inconsciente durante anos antes da morte de Gifford, e que sua morte (da qual Thompson não tomou conhecimento por um ano) foi captada e inconscientemente utilizada como desculpa para extravasá-lo. Mas estas proposições sobre acontecimentos no inconsciente são tão inverificáveis quanto histórias sobre o outro lado de nenhures, parecendo-me o tipo de especulação estéril com que, como argumentei no Capítulo 1, deveríamos evitar nos enredar.

A complexidade se desdobra se levarmos em consideração as afirmações feitas pelas várias médiuns. Muito embora várias das sessões fossem tediosas e mal-sucedidas, certamente parece-me que em outras foi passada informação correta sobre Gifford, informação nem sempre conhecida dos assistentes. Foi também demonstrado conhecimento das visões de Thompson. As médiuns devem ter catado telepaticamente o pensamento de Gifford a partir da mente de Thompson, e então deveriam ter localizado por telepatia e por clarividência outras fontes de informação sobre ele.

Não há dúvida de que a hipótese da super-PES, aplicada a esse caso (como a outros), é *canhestra*, e não só por causa da complexidade. Se a teoria da imortalidade fosse aceita, simplificaria imensamente as coisas. O problema com a teoria da imortalidade não é exatamente sua canhestrice, mas o conflito com outras áreas de nosso conhecimento, e uma indefinição subjacente em certos tópicos cruciais.

Suponhamos que, simplesmente para efeito de argumentação, aceitássemos uma interpretação do caso Thompson-Gifford em função da imortalidade da alma. A questão óbvia seria: que tipo de relacionamento seria de se esperar entre a entidade obsessora (o falecido Gifford) e sua vítima voluntária, Thompson? O estado mental de Thompson, enquanto sob a influência de Gifford, variava de sonolência e leve dissociação (ao que, de qualquer modo, ele sempre estava sujeito), até um automatismo razoavelmente completo com (provavelmente) uma boa dose de amnésia, sem todavia resultar num transe. Vi não poucos médiuns em estados que eu diria do mesmo tipo. Poderia ser proposto, pelas razões mencionadas em capítulos anteriores, que influências extra-sensoriais emergem prontamente no consciente ou transformam-se em ação quando o sujeito está num estado mental onírico ou dissociado, e pode também ser proposto (muito embora seja altamente discutível) que, em algumas pessoas, tal estado pode ser acompanhado por uma resposta mais elevada à sugestão. Combinemos estas noções coma telepatia recíproca entre o médium e a entidade desencarnada – e poderíamos supor que o médium simplesmente capta o que a entidade desencarnada imagina, ou poder-se-ia designar a esta um papel mais ativo de injetar material no sonho do outro – e de novo chagamos a ver o processo de comunicação como a teoria da influência, que esbocei nos capítulos anteriores. E é fácil ver como esta teoria seria aplicável no caso Thompson-Gifford – desde que sempre possamos chegar a uma conceituação apropriada de telepatia (que pode ser um grande “se”). A única diferença entre o caso Thompson-Gifford e muitos casos de mediunidade mental seria, primeiro, que Thompson foi influenciado por apenas uma entidade desencarnada e, segundo, que a influência manifestou-se tanto como alucinação sensorial como em automatismo motor. Se considerarmos o caso Thompson-Gifford nestes termos, não há questão sobre ser um verdadeiro caso de possessão – o controle direto do sistema neuromuscular de uma pessoa viva por uma pessoa desencarnada.

Possessão

Haverá casos que sugiram uma possessão “verdadeira”? Um caso que costuma ser citado é o de Lurancy Vennum, a “Maravilha de Watsseka”. Este caso é descrito num panfleto raro, de autoria de E. W. Stevens (152), o médico que esteve encarregado desta moça. O panfleto foi resumido e selecionado por F. W. H. Myers, que também acrescentou detalhes obtidos por Richard Hodgson, de entrevistas com alguns dos principais participantes (110a, I, pp. 360-370). Vou me referir a este sumário em minha narrativa do caso.

Lurancy Vennum nasceu a 16 de abril de 1864, num lugar a cerca de 7 milhas de Watseka, Illinois. Sua família mudara-se para Watseka a 1º de abril de 1871. Mudaram-se para uma casa a cerca de 200 metros da do. Sr. A.B. Roff e família. As duas famílias mantiveram uma amizade formal e distanciada. Perto do outono de 1871, a família Vennum mudou-se das vizinhanças dos Roffs, e nunca mais viveu perto deles senão “nos limites do extremo oposto da cidade”.

Em julho de 1877, Lurancy começou a ter ataques ou transes. Pensava-se que ela tivesse enlouquecido. O sr. Roff, cuja filha falecida, Mary Roff, tivera períodos de desequilíbrio, persuadiu o sr. Vennum a deixar que trouxesse o dr. E. W. Stevens para vê-la. O dr. Stevens e o sr. Roff visitaram Lurancy a 31 de janeiro de 1878.

Parece que várias pessoas mortas controlavam Lurancy e falavam através dela. Depois de ser hipnotizada pelo dr. Stevens, ela disse que uma tal Mary Roff queria vir. Ao que disse o sr. Roff: “Sim, deixe-a vir, gostaremos que ela venha.” Na manhã seguinte, a moça começou a dizer que era Mary Roff, que morrera aos dezoito anos, em julho de 1865, quando Lurancy tinha só um ano:

Cerca de uma semana depois, a sra. A.B. Roff e sua filha, sra. Minerva Alter, irmã de Mary, ouvindo falar daquela extraordinária mudança, foram ver a moça. Chegando lá, ao avistá-la... Mary (isto é, Lurancy “controlada” por Mary Roff), olhando pela janela, exclamou, exultante: “Ali vêm mamãe e minha irmã Nerviel” – nome pela qual Mary costumava chamar a sra. Alter na juventude. Ao chegarem à casa, ela abraçou-as, chorou e gritou de alegria, e parecia felicíssima por encontra-las. Daqui por diante, sentiu mais saudades de casa do que nunca. Por vezes, parecia desvairada de vontade de ir para sua casa.

No dia 11 de fevereiro de 1878, enviaram a moça à casa do sr. Roff, onde ela foi encontrar “o pai e a mãe”, e cada membro da família, com as maiores expressões de amor e afeição. ...Interrogada sobre quanto tempo ficaria, respondeu: “Os anjos me deixarão ficar até algum dia de maio”, e ficou em sua casa até o dia 21 de maio, três meses e dez dias, como uma irmã e filha feliz, num corpo emprestado.

A garota, agora em sua casa, parecia perfeitamente feliz e contente, conhecendo cada pessoa e cada coisa que Mary conhecera em seu corpo original,... reconhecendo e chamando pelo nome os amigos e vizinhos da família de 1852 a 1865... chamando a atenção para dúzias, sim, centenas de incidentes que transpiraram durante sua vida natural. Durante toda a sua permanência na casa do sr. Roff, ela não se lembrou nem reconheceu ninguém da família do sr. Vennum.

Numa noite, no fim de maio, o sr. Roff estava sentado na sala, esperando pelo chá e lendo o jornal, enquanto “Mary” estava no quintal. Ela perguntou à sra. Roff se podia achar um chapéu de veludo que Mary costumava usar no último ano antes de morrer. Se achasse, que o colocasse na prateleira, para ver se Mary o reconheceria. A garota entrou e imediatamente exclamou, ao se aproximar da chapeleira: “Oh, ali está o chapéu que eu usava quando meu ca-

belo era curto!” E então perguntou: “Mãe, onde está minha caixa de cartas? Ainda as tem?” Ao que replicou a sra. Roff: “Sim, Mary, tenho algumas delas”. Ela, de imediato, pegou a caixa, com muitas cartas dentro. Quando Mary começou a examiná-las, disse: “Mãe, aqui está um colarinho que eu fiz! Mãe, por que a senhora não me mostrou antes minhas cartas e coisas?” O colarinho fora preservado entre as lembranças da pranteada criança como uma das coisas bonitas que seus dedos fizeram, antes de Lurancy nascer; e assim Mary reconhecia continuamente cada coisinha e lembrava cada pequeno incidente de sua infância.

...O sr. Roff perguntou a Mary se ela lembrava de ter se mudado para o Texas (em 1857) ou alguma coisa assim. “Sim, pai, e me lembro de ter cruzado o Rio Vermelho e ter visto muitos índios e lembro das meninas da sra. Reeder, que estavam em nossa companhia.” E assim ela, de tempos em tempos, mencionava pela primeira vez coisas que aconteceram de 13 a 25 anos antes...

Depois de umas poucas e breves reparações, a personalidade de Lurancy retornou completamente a 21 de maio de 1878 e passou a ficar no controle, à parte breves intervenções de Mary, quando Lurancy visitava os Roffs. A saúde de Lurancy continuou boa, e não voltaram os ataques.

A explicação mais simples deste caso curiosíssimo é a dramatização, deliberada ou histérica. Lurancy, poder-se-ia supor, apesar de não viver perto dos Roffs, pode ter ouvido algum mexerico sobre eles. Depois de ter ido viver com eles, teve toda a oportunidade de captar elementos triviais de informação. Não temos relatórios literais de seus diálogos com os Roffs, relatos em que as sugestões, perguntas esclarecedoras, etc., que provavelmente a ajudariam, poderiam ser detectadas e de onde numerosos erros que ela pode ter cometido poderiam ser conhecidos, ao invés de serem deixados enterrados e esquecidos. Tudo isto é verdade e perfeitamente discutível, mas não acho convincente. Quando Hodgson visitou Watseka em abril de 1890, obteve das testemunhas (neste caso, a irmã de Mary, Minerva), detalhes como os seguintes:

Lurancy, como Mary Roff, ficou na casa da sra. Alter por algum tempo, e a quase cada hora do dia, algum pequeno incidente da vida de Mary Roff era lembrado por Lurancy. Numa manhã, ela disse: “Ali nas groselheiras foi onde a prima Allie pôs graxa no olho da galinha.” Allie era prima de Mary Roff, e vivia em Peoria, Illinois. Ela visitou os Roffs quando Mary vivia, e com ela brincava. Esse incidente aconteceu muitos anos da morte de Mary Roff. A sra. Aleter lembrava-se bem dele, e lembrou que levaram a galinha para dentro da casa, para trata-la.

Esse não parece ser o tipo de fato que seria esclarecido por uma pergunta indireta, ou captada num mexerico casual, e seriam precisos muitos erros esquecidos para contrabalançá-lo.

Se o caso não foi de dramatização, como podemos encará-lo (ainda discutindo o ponto de vista da imortalidade)? Teria sido um caso de influência inusitada, basicamente como em outros casos de mediunidade ou obsessão, ou um verdadeiro caso de “possessão”? É bem diferente da maioria dos casos de mediunidade, quanto ao tempo que o controle aparentemente durou, a abrangência do controle sobre todos os aspectos das funções físicas e mentais, e na manifestação contínua do que aparentemente era uma personalidade completa e reconhecida. Mas há indicações – transe iniciais, e controle por outras pessoas falecidas – de que Lurancy era basicamente um tipo mediúnico. Talvez tivesse tendências a uma personalidade dupla (se é que isto é coisa diferente do que estamos falando). Uma combinação dessas duas idéias poderia bastar para explicar o caso, sem recorrer a ulteriores hipóteses de possessão.

É claro que se nos voltarmos para a hipótese da super-PES, as usuais dificuldades aparecem: a extensão da PES envolvida e a rapidez com que se supõe que funcione, junto com o tempo que devia ter sido continuamente sustentado, e a motivação para a charada. Mas antes de se rejeitar esta hipótese como extrapolando qualquer coisa que saibamos sobre PES, é preciso lembrar o ponto óbvio que citei várias vezes antes, que a própria hipótese de influência postula uma forma de telepatia – entre o influenciador e o influenciado – que teria *algumas* destas características criticáveis.

Algumas pessoas se veriam tentadas a dizer que o caso de Lurancy Vennum aconteceu há muito tempo; talvez nem sequer tenha acontecido, ou, de qualquer forma, é como se nem tivesse acontecido. No entanto, há um outro, muito mais recente, e até mais notável, que apresenta características análogas, e que foi estudado por pessoas que consideram totalmente os padrões de evidência que devem ser aplicados na investigação de tais casos. Refiro-me ao caso de Uttara Huddar, relatado por Stevenson e Pasricha no *Jornal da ASPR* de julho de 1980 (154b; cf. 154a). Uttara é uma senhora solteira, nascida em 1941, e que mora em Nagpur, Maharashtra, Índia. É professora em meio período do curso de pós-graduação de Administração Pública, da Universidade de Nagpur. No começo de 1974, a personalidade normal de Uttara foi repentinamente substituída por uma bem diferente, que chamava a si mesma Sharada. Sharada ficou no controle por várias semanas, e desde então reapareceu pelo menos 30 vezes, por períodos de um dia a sete semanas.

Sharada parecia ignorar não só a família de Uttara e seu ambiente, mas todas as características da vida moderna depois da Revolução Industrial. Ela se vestia, agia e falava como uma mulher casada bengali, e passava

a maior parte de seu tempo em exercícios religiosos. Alegava ser filha de um certo Brajanath Chattopadhaya, deu muitos nomes e outros detalhes de seus parentes e mostrou conhecimento de muitas aldeias e templos obscuros em Bengala. Uttara afirma, e seus parentes confirmam, que ela nunca visitou Bangala.

A maioria dos lugares mencionados por Sharada estão no que hoje é Bengala Ocidental, a 800 quilômetros de Nagpur. Uma cidade chamada Bansberia (norte de Calcutá) aparecia com destaque nas declarações de Sharada. Transpirou que uma família de nome Chattopadhaya ainda vive lá. O chefe desta família tem uma genealogia do período de 1810 a 1830, no qual, segundo algumas indicações, Sharada viveu. Esta genealogia inclui os nomes de cinco homens citados por Sharada, e no grau de parentesco que ela disse ter, como filha de Brajanat Chattopadhaya. Infelizmente, só são citados nomes de homens, de modo que não pode confirmar ou negar diretamente a existência de Sharada. A parte relevante da genealogia foi publicada em 1907 numa revista bengali que circulava na área de Bansberia.

Sharada alega ter “desmaiado” depois de ter sido picada por uma cobra aos 22 anos, e não teve consciência de nada até ter “acordado” em sua atual existência intermitente.

O aspecto mais estranho do caso ainda está para ser contado. Sharada, de início, não mostrou nenhum conhecimento de marata, a língua nativa de Uttara (desde então, aprendeu algumas frases), mas falava bengali fluentemente, língua da qual Uttara nega qualquer conhecimento. Absolutamente não há questão sobre a fluência de Sharada em bengali. Seis pessoas, de língua bengali, bem-educadas que conversavam conversaram com ela, por vezes por longos períodos, testemunharam isto. Pasricha fez uma gravação de Sharada, e os autores também possuem outra fita com uma transcrição parcial.

Já comentei sobre a importância de casos de xenoglossia de resposta e sobre as dificuldades que apresentam para a hipótese da super-PES. Concomitantemente, é de primacial importância inquirir até que ponto pode ser provada a alegação de Uttara de não ter tido nenhum conhecimento prévio de bengali. Na escola, teve algumas aulas sobre leitura em outras línguas que não marata, e que incluíam o bengali. Mas ela foi ensinada a pronunciar as letras dos escritos com sons do marata, ao invés do bengali. Seu pai tinha alguns amigos da comunidade bengali em Nagpur, mas nenhum deles falava bengali com ele, que não conhecia a língua. Os pais de Uttara e duas de suas irmãs negaram que ela tenha tido qualquer oportunidade de aprender bengali. Um irmão que vivera em Orissa, e aprendera um pouco de bengali, afirmou nunca ter falado nesta língua em sua presença.

Stevenson e Pasricha passaram muito tempo perguntando e entrevistando pessoas de língua bengali que poderiam ter comunicado a ela algum conhecimento. Não tiveram sucesso.

A título de conclusão, não poderia fazer nada melhor senão citar as conclusões de Stevenson e Pasricha:

As notáveis alterações de personalidade, neste caso, têm alguma semelhança com os transe mediúnicos, mas as diferenças são maiores que as semelhanças. Os transe mediúnicos são quase sempre induzidos voluntariamente, ao passo que a personalidade (de Uttara) sofreu mudança totalmente involuntária. Os transe mediúnicos usualmente duram uma hora ou duas, no máximo; Sharada permaneceu “no controle” por dias, às vezes, por semanas.

O caso também tem alguma semelhança com os casos de personalidade dupla, mas a personalidade secundária comum alega ser mais ou menos contemporânea e conhecida da primária, ao passo que Sharada descreveu uma vida em outra parte de seu país, e cerca de 150 anos antes. Ademais, a personalidade secundária comum não tem poderes paranormais, muito embora tenha havido raras exceções. A capacidade de Sharada de falar fluentemente o bengali constitui, em nossa opinião, uma habilidade adquirida paranormalmente.

O caso também se assemelha, em alguns aspectos, a casos de reencarnação, mas em tais casos, usualmente, o sujeito começa a falar sobre a vida anterior que alega lembrar-se, entre as idades de 2 e 5 anos. Ademais, a personalidade comum de uma tal criança raramente é suprimida completamente (como aconteceu com a de Uttara) durante a narrativa de suas memórias (154a, p. 1592).

A isto só posso acrescentar o seguinte: se de fato é verdade (como proposto no capítulo 7) que as habilidades lingüísticas requeridas para uma xenoglossia fluente de resposta não possam ser transmitidas por telepatia, esse caso (isto, é claro, se aceitarmos seus aspectos paranormais) pareceria deixar-nos com uma só escolha entre possessão “real” e reencarnação; pois tanto a teoria da super-PES como a da influência (que também envolve telepatia) seriam excluídas.

12 Reencarnação

Não pode haver assunto que mais efetivamente separe otimistas de pessimistas que o da reencarnação. O mundo futuro será tal que um homem racional desejaria renascer nele? Devo confessar ser um pessimista. Ao passo que posso tolerar com fortaleza e mesmo curiosidade a idéia que eu possa ter-me reencarnado várias vezes no passado, a perspectiva de encarnações futuras me perturba profundamente. Estou inclinado a aplicar à reencarnação em particular uma observação feita pelo falecido prof. C. D. Droad (18d, p. 57) concernente à imortalidade, em geral : “Tendo tido a sorte... de tirar uma enguia de um saco cheio de cobras d’água, não quero arriscar a pôr a mão no saco de novo.” Enguias, ao que me parece, já são raras hoje, e no futuro deverão ser uma espécie em extinção.

Meu pessimismo não tem importância para a atual discussão, exceto que meus leitores precisam ser advertidos contra ele. Parece, de fato, que não é amplamente compartilhado. Nas décadas recentes, um crescimento no interesse sobre o pensamento oriental trouxe uma maior consciência das filosofias reencarnacionistas. Pesquisas de opinião sugerem que, na Europa e na América, a crença na reencarnação está crescendo. Uma pesquisa Gallup publicada no *The Daily Telegraph* de 20 de abril de 1981 descobriu que a percentagem de britânicos que confessam crença na reencarnação cresceu de 18% para 28% desde 1969 (cf. 24, p. 10).

O que nos ocupa de momento, porém, não é a extensão da crença na reencarnação, mas se a crença pode ser sustentada apelando para fatos empíricos. Pois, se a reencarnação é uma forma de imortalidade, evidência de reencarnação é evidência de imortalidade. Em seu *Human Personality and its Survival of Bodily Death* [*Personalidade humana e sua sobrevivência à morte corporal*], uma pesquisa maciça dos materiais coligidos pela SPR em seus primeiros 20 nos, F. W. H. Myers escreveu (110a, II, pp. 134-135): “... para a reencarnação, atualmente não há evidência válida; e é meu dever mostrar como afirmá-la numa dada circunstância... constitui, por si só, um forte argumento em favor da auto-sugestão...” Myers continua comentando a forma reencarnacionista do espiritismo que, do meio do século XIX em diante, propagou-se na França e no Brasil através da influência de

“Allan Kardec” (sobre Kardec, v. 104). Kardec, diz Myers (110a, p. 135), “assumiu princípios reencarnacionistas, reforçou-os (como há razão para crer) por forte sugestão da mente de vários automatistas, e difundiu-os em obras dogmáticas que tiveram muita influência, principalmente entre nações latinas, por sua clareza, simetria e verossimilhança intrínseca. Mas os dados coligidos foram absolutamente insuficientes...”

A avaliação da evidência da reencarnação feita por Myers, tal como foi feita em sua época, parece-me amplamente correta. Nem houve qualquer reviravolta nas evidências na primeira metade do século XX (porém, v. 29; 114; 137). O espiritismo anglo-americano permaneceu, de um modo geral, oposto à idéia, e recebeu pouca atenção da SPR e da ASPR antes da publicação de *A Critical Examination of the Belief in Life After Death* [Um exame crítico da crença numa vida após a morte] do prof. C. J. Ducasse (1961) e das investigações de alguns casos pelo prof. Ian Stevenson, que discutirei abreviadamente. (Quanto a algumas comunicações reencarnacionistas através da sra. Leonard, v. 157h.) Hoje, o quadro é muito diferente. Temos muita evidência aparente da reencarnação, algumas atingindo um padrão que requer a sua inclusão em alguma pesquisa geral da evidência da sobrevivência.

A evidência de reencarnação pode ser dividida em duas categorias amplas. Primeiro, declarações feitas por sensitivos de uma certa espécie, concernentes às supostas vidas passadas de seus clientes – sendo as “leituras de vidas” de Edgar Cayce os exemplos mais famosos. Segundo, temos numerosos casos de pessoas que alegam ter lembranças, mais ou menos detalhadas, de suas encarnações anteriores. Não discutirei evidência da primeira categoria, não porque creia que os sensitivos envolvidos nunca dêem indicações de ter faculdades paranormais, mas porque pesquisar e avaliar estas indicações requereria muito mais esforço e produziria um resultado não compensador.

Evidência da última categoria – as alegadas lembranças de vidas anteriores – pode, para nossos propósitos, ser ainda subdividida em três classes: evidência a partir de regressão hipnótica nas vidas passadas, lembranças de adultos (não-hipnotizados) de suas encarnações anteriores e lembranças de crianças sobre encarnações anteriores.

Regressão Hipnótica

A mais bem conhecida dessas classes é, sem dúvida, a das regressões hipnóticas em vidas passadas. Não sei quem primeiro pensou em fazer tais experiências. Elas são um desenvolvimento quase óbvio de algumas das demonstrações – fazer com que pacientes hipnotizados sejam Napoleão, ajam como uma criança de cinco anos, etc., – que se tornaram parte do re-

pertório-padrão de “magnetizadores” itinerantes e “eletrobiologistas” de meados do século XIX. Esse truque pode ser feito com sujeitos hipnóticos moderadamente bons. Espíritas da escola de Kardec certamente já haviam tentado regressão hipnótica às vidas passadas antes do ano de 1890 e, em 1911, a prática recebeu algum impulso pela publicação do coronel A. de Rochas, *Lês Viés Successives* [*As Vidas Sucessivas*]. O coronel de Rochas projetou seus sujeitos pra a frente, em encarnações futuras, bem como para as passadas, mas não ouvi dizer de ninguém que, ao ler *Les Vies Successives*, tenha encontrado a história de sua vida presente, ali. Talvez por isso o livro seja raro.

A moda moderna – quase fanatismo – de regressão hipnótica data da publicação, em 1956, de *The Search for Bridey Murphy* [*A busca de Bridey Murphy*], de M. Bernstein. Desde então, e especialmente durante os últimos anos, fomos assaltados por numerosos livros, artigos de jornal e programas de rádio e TV sobre o assunto. Muitos continham relatórios sobre novos casos. Uma escola de hipnoterapia marginal está crescendo; enfoca perturbações do comportamento nesta vida buscando suas causas numa vida anterior. Os praticantes deste pensamento parecem aceitar uma cura como validação suficiente da história do paciente e, indiretamente, de sua estrutura teórica. Aqui temos o erro clássico do psicoterapeuta sob outro disfarce.

Deve ficar logo claro que tenho as mais fortes reservas sobre o material de regressões hipnóticas. No mínimo, deve-se admitir que os sujeitos destas experiências, por vezes, contam uma boa história, melhor do que se suporia que ordinariamente pudessem inventar. O procedimento de indução hipnótica parece liberar neles poderes de imaginação criativa, que não sabiam possuir. Talvez isto ajude a explicar os aparentes sucessos das hipnoterapias reencarnacionistas que mencionei há pouco. Mas também incluem certas armadilhas para o investigador. As histórias, por vezes, são tão dramáticas, tão cheias de interesse humano, que só se pode desejar que sejam verdadeiras. E então pode-se ser levado a aceitar como evidência algo que não suportaria um minucioso exame crítico. Por exemplo, um caso que tornou-se amplamente conhecido (72) relaciona-se ao suposto massacre, em 1190, de uma família judia que se refugiara na cripta de uma igreja identificada como a de Santa Maria, em Castlegate, York. Na data da regressão hipnótica, não se sabia que essa igreja tinha uma cripta. Depois, ela foi desenterrada, e subitamente a história “pareceu mais provável. Toda a regressão agora era um relato crível do que poderia ter acontecido em York, em 1190” (p. 53). A única evidência apresentada de que a cripta realmente existiu é uma declaração de segunda mão de que um operário des-

conhecido descobriu o que poderia ser uma cripta, abaixo do coro. Foi imediatamente bloqueada antes de poder ser adequadamente examinada.

Criptomnesia

No entanto, a criação de uma história comovente sobre uma vida anterior, fictícia ou não, requer alguma quantidade de informação histórica acurada ou, de qualquer modo, convincente. Em alguns casos, muitos fatos históricos intrincados foram incorporados à história por um sujeito em regressão hipnótica. De onde vêm estes fatos? A explicação mais popular não reencarnacionista envolve a criptomnesia. (Sobre criptomnesia em geral v. 153j, pp. 345-349 e 153.) Essa teoria propõe que em nossa mente estão enterradas todas as espécies de lembranças não ordinariamente acessíveis à consciência desperta. Dentre elas, lembranças que o sujeito não recorda da fonte onde as adquiriu e as considera dele mesmo. Podem ser lembranças de livro de história da escola, de filmes históricos, peças e programas de TV, novelas históricas e histórias seriadas em revistas femininas, assim por diante. Isto pode resultar numa grande quantidade de informações. Atualmente, os cineastas se esforçam muito para apresentar o ambiente exato em filmes históricos, e os romancistas históricos acrescentam bibliografias a seus livros. Todas estas memórias enterradas podem, em certas circunstâncias, se manifestar. Podem aparecer no estado normal de consciência desperta, sem se ter lembrança de sua fonte (vários casos de plágio literário quase certamente se originaram desta forma); podem emergir por escrita automática, ou em sonhos, ou em estados induzidos por drogas; e podem ser lembrados e embelezados sob hipnose.

Essa é a teoria, e para alguns ela parece tão obviamente correta que, dado que a criptomnesia ocorre, não há necessidade de se preocupar mais com a explicação de casos de regressão hipnótica em que detalhes históricos verificados foram obtidos. Mas esta atitude é, no máximo, uma supersimplificação, por duas razões:

A primeira é que, muito embora, sem dúvida, exista alguma evidência de criptomnesia, esta evidência é pequena em relação ao peso de outros elementos que são usados para apoiá-la. Muitos pesquisadores modernos no campo do hipnotismo simplesmente negariam que a hipnose facilita a lembrança; experiências apropriadamente projetadas não revelam tal efeito. Isto, porém, não é uma negação de que a criptomnesia possa ocasionalmente ser exibida, mas só uma negação de que a hipnose conduza especificamente à emergência de memórias cuja fonte normal o sujeito tenha esquecido. O exemplo mais citado de criptomnesia comprovada, o caso “Blanche Poynings” (30), ocorreu durante hipnose. “Blanche Poynings” foi o nome dado por um espírito contatado sob hipnose por uma moça identi-

ficada apenas por “srta. C”. Blanche deu muitos detalhes excepcionalmente intrincados sobre sua genealogia e vida no tempo de Ricardo II e Henrique IV. Subseqüentemente foi descoberto, através de uma prancheta de escrita automática, que a srta. C operava em estado consciente, e que quase todos estes detalhes vieram de uma novela que lhe foi lida na infância, a *Countess Maud* [*Condessa Maud*], de Emily S. Holt. O conteúdo da novela, em que Blanche Poynings é apenas um personagem secundário, fora substancialmente rearranjado, não sem criatividade. Pode-se ver agora, que, em diferentes circunstâncias, esse material poderia ter emergido como uma fantasia reencarnacionista. Um psicólogo finlandês, R. Kampman (79:80), obteve resultados comparáveis de uma série de experiências com crianças que fez regredir hipnoticamente a vidas passadas. Pela simples técnica de, sob hipnose, levar crianças até a ocasião em que elas obtiveram a informação sobre a qual estavam baseadas suas fantasias reencarnacionistas, ele era capaz de descobrir a origem dessas fantasias em livros e revistas. Mas esta técnica não é universalmente garantida – outros hipnotizadores que tentaram o mesmo estratagema se defrontaram com negativas sobre tais fontes.

A segunda razão pela qual deve-se hesitar antes de aceitar uma simples teoria de criptomnesia é que a própria teoria reencarnacionista envolve criptomnesia, só que as “memórias enterradas” recuperadas são memórias de uma vida anterior e não desta vida. Quaisquer condições que favorecem um tipo de criptomnesia, presumivelmente também favorecem o outro. Assim, não podemos argumentar que, pelo fato de o sujeito estar num estado (hipnose) que alguns crêem favorecer a criptomnesia em relação a livros lidos, filmes vistos, etc., nesta vida, seja esta a explicação para os dados históricos corretos que ele está dando. A menos que descartemos a teoria reencarnacionista (e outros tipos de evidência que a sustentam), totalmente *a priori*, precisamos encontrar evidência para a teoria da criptomnesia (isto é, dirigida sobre eventos desta vida) a partir de características dos casos reais de regressão que se quer explicar. Esta conclusão é reforçada pelo fato recém-apontado que a evidência da criptomnesia não é tão forte que nos leve a considerá-la como ocorrência freqüente.

O apoio mais forte para a teoria da criptomnesia seria dado por uma demonstração de que, num determinado caso:

a) toda a informação transmitida fosse encontrada numa só fonte (livro, artigo, filme, etc.);

b) o sujeito deveria ter tido acesso a esta fonte; e

c) ele efetivamente tivesse consultado essa fonte.

Destes fatores, a) e b) podem não ser difíceis de estabelecer – há vários índices facilmente acessíveis sobre novelas históricas – e qualquer caso que escape a estes dois critérios deve ser colocado de lado como evidência

de reencarnação, com o argumento de que ali existe uma possível base para criptomnesia. O estabelecimento de c) seria primacial para estabelecer a hipótese de criptomnesia para o caso em questão, e isto não tem sido conseguido. Em alguns casos, o sujeito foi levado, por hipnose ou algum outro artifício (caso Kampman-hipnose; caso Blanche Poynings, prancheta), a lembrar, por si mesmo, da fonte da informação. Outra possibilidade – por óbvias razões raramente constatadas – é que a fonte de informação contenha um erro que o sujeito repita. Um bom exemplo disto foi trazido à luz recentemente pelo sr. Ian Wilson num caso em que o hipnotizador foi Joe Keeton, expoente britânico da regressão (105, pp. 7-9; 172, pp. 196-207). Um dos sujeitos de Keeton, uma moça, deu, sob hipnose, copiosos e coerentes detalhes de um julgamento onde ela, enquanto Joan Waterhouse, fora acusada de bruxaria. O julgamento teve lugar em Chelmsford em 1566. O sujeito de Keeton datou-o como 1556 – data por erro colocada numa impressão vitoriana de um panfleto original raro descrevendo o julgamento. O erro foi copiado por alguns escritores subsequentes.

Provas diretas desta espécie da hipótese de criptomnesia são relativamente incomuns, e são pouco frequentes, não justificando se ampliar a teoria para incluir todos os casos de regressão em que foi dada informação comprovada. Porém, há um grupo substancial de casos que, embora não exista qualquer evidência de criptomnesia em relação a eles, não podem ser aceitos como fornecedores de evidências adequadas da reencarnação. Devem ficar naquele monte de “não-provados”, ao qual, talvez, a maioria dos casos pertence. Tenho em mente, especificamente, duas espécies desses casos. O primeiro deles – não tão frequente como seria de se supor – é aquele em que um sujeito alega ter sido algum vulto histórico famoso, por exemplo, Nell Gwynn, Marie Antoniette ou Bonnie Prince Charlie. Quando a suposta encarnação anterior é, como estas, uma pessoa sobre quem muito se escreveu, exceto nas circunstâncias mais improváveis, será impossível provar que o sujeito não teve cesso a livro, artigo de revista, filme, documentário de TV, programa de rádio, ou *Seleções do Reader's Digest* contendo a informação pertinente. Assim, seria, com certeza, quase impossível rejeitar a criptomnesia.

Considerações muito semelhantes aplicam-se ao segundo tipo, os casos que são considerados comprovados (ou quase!) pelo fornecimento de incontáveis detalhes ambientais corretos, a despeito do fato que as pessoas centrais dos dramas (as supostas encarnações anteriores dos sujeitos) não puderem ter a sua existência provada. Informação sobre lugares interessantes em períodos interessantes de sua história disseminam-se em novelas, teatro, museus, televisão, jornais locais, etc., e fica extremamente difícil assegurar que o sujeito de uma experiência de regressão nunca se deparou

com nada disto. Uma proporção altamente significativa dos casos publicados (inclusive o célebre caso de Bridey Murphy) está incluída nessa categoria.

Tomemos, por exemplo, outro dos casos de Joe Keeton (105, pp. 42-74). A fascinante história contada sob hipnose por Ann Dowling, dona-de-casa da classe operária, com 47 anos, de Huyton (Liverpool), sobre sua encarnação anterior, no período de 1830-1850, como Sarah Williams, mendiga sem lar de Everton (Liverpool). Sarah Williams mostrou algum conhecimento da geografia da Liverpool do século XIX; referiu-se sem erro à visita de Jenny Lind a Liverpool em 1850; deu o nome de uma drogaria na Bryom Street; referiu-se à conferência do príncipe Alberto com um juiz em Liverpool, em 1846; interrogada sobre o nome do navio de Alberto e Vitória, ela respondeu *The Fairy*, que era o nome *não* do iate real, mas da lancha em que o casal real fazia suas inspeções; mencionou uma demonstração de luz elétrica feita em Liverpool em 1852; e referiu-se a Kitty Wilkinson, reformadora social da época, que advogou o estabelecimento de albergues para os pobres. Todos esses detalhes históricos verdadeiros foram fornecidos no contexto de uma narrativa vívida de uma personalidade e das dificuldades da pobreza numa cidade do século XIX. Mas de Sarah mesmo não se achou nenhum vestígio, não obstante o fato de sua morte, ocorrida talvez por volta de 1850, devesse ter sido anotada no Registro de Óbitos. Uma certidão de óbito ou um obscuro parágrafo de jornal registrando seu assassinato, de logo teria diminuído em muito a hipótese de criptomnesia. Muitos dos fatos relatados poderiam muito bem ter sido encontrados em livros de história regional, livros e artigos, novelas, programas de TV, com os quais uma moradora daquela cidade, como a sra. Dowling, poderia deparar-se facilmente. Detectar todas as fontes possíveis e compara-las com as afirmações feitas por Sarah Williams, seria impraticável, talvez impossível. O caso deve ser relegado à categoria dos “não-provados” – tanto do ponto de vista da reencarnação quanto da criptomnesia. Quanto à força dramática da personalidade de Sarah Williams – uma das personalidades mais convincentes e dramaticamente efetivas a emergir nas experiências de regressão, sem dúvida foi totalmente fictícia. Este é pelo menos um fato de grande interesse psicológico, e que merece ulterior estudo.

Quando todos os sacrifícios necessários foram feitos à teoria da criptomnesia, restam, porém, um ou dois casos que ela não consegue “engolir”. Estes casos, na sua maioria, têm uma ou todas as seguintes características:

- a) a existência da personalidade anterior foi confirmada;
- b) a personalidade era obscura, com pouca possibilidade de ter sido mencionada em novelas, filmes, etc;

c) a história é sustentada por detalhes comprovados de ambientação, do tipo que estivemos considerando; e

d) não parece haver nenhuma fonte isolada de onde toda a informação pertinente possa ter vindo.

Um caso que à primeira vista satisfaz estes requisitos é descrito em *The Second Life of Susan Ganier* [A segunda vida de Susan Garnier] de Jess Searn. Joanne Maclver, garota que vivia em Orilia, Ontário, foi regredida hipnoticamente por seu pai num número de supostas vidas anteriores. Uma destas era uma certa Susan Ganier, nascida cerca de 1835, em St. Vincent, Ontário, cerca de 150 quilômetros do local onde os maclvers viviam. Em 1849 (disse Susan), ela casou-se com Thomas Merrow, lavrador, e viveu com ele na cidade de Massie, em Ontário. Thomas foi morto num acidente em 1863, mas Susan viveu até 1903.

Susan Ganier nasceu antes da introdução do registro de nascimentos, e não se descobriu registro de sua morte. No entanto, ela deu minuciosos dados geográficos sobre o distrito onde vivia, e alguns detalhes obscuros mas corretos da vida daqueles tempos. Ela deu o nome de várias pessoas em Massie, cuja existência foi confirmada, a partir do registro público. E um ancião, o sr. Arthur Eagles, lembrava-se de Susan Merrow, de sua família e de alguns de seus vizinhos, e sabia da morte de seu marido.

O problema com este caso é que *A segunda vida de Susan Ganier* foi escrito como uma novela, e de modo algum fica claro que oportunidades o sujeito teve para aprender fatos por meios normais. Só poderíamos dizer de tais casos que, se houvesse mais deles, e se fossem melhor registrados e investigados do que geralmente o são, eles nos forneceriam a rejeitar a hipótese da criptomnesia como totalmente inadequada. Se nos forçassem a aceitar uma teoria reencarnacionista, em vez de alguma versão de hipótese da super-PES, é outra questão. Minha própria estimativa é que outros casos satisfazendo estes critérios viriam à luz; mas seriam um resíduo sólido tão pequeno de uma enxurrada de um palavreado divertido, mas inconclusivo, que seria desaconselhável desperdiçar um existência em sua apreciação.

Lembranças Não-hipnóticas

Chegamos à minha segunda classe de suposta evidência de reencarnação por presumíveis lembranças de vidas passadas, isto é, pretensas recordações de adultos (não-hipnotizados) de suas supostas encarnações anteriores. Esta classe inclui uma grande variedade de experiências espontâneas, de simples “paramnésias” – sensações de que já se “esteve aqui antes” – até (em casos raros) a emergência de conjuntos complexos de “memórias” relativas a uma suposta experiência passada num período e lugar bem-definido. Só os casos no extremo da escala nos ocupariam aqui. Mas não dese-

jo me alongar muito sobre eles. As memórias do sr. E. W. Ryall, de sua vida no século XVII em Somerset, colocadas numa novela (135) têm a curiosa característica, cuja frequência já comentei, de que muitos dos pormenores de ambiente estão certos, ao passo que todos os personagens centrais parecem ser fictícios. Sobre as lembranças do dr. Arthur Guirdham de sua encarnação como cátaro na França do século XIII, junto com as lembranças correlatas de vidas passadas de vários de seus pacientes e amigos (anônimos), todos agora reencarnados como um “grupo” (53a; 53b), não posso oferecer comentários úteis. Ninguém, senão um especialista sobre a história daquele período, poderia avaliar adequadamente a quantidade de detalhes que foi recordada – incluem nomes verídicos e relações familiares, detalhes da vestimenta cátara, práticas, símbolos, etc., e eventos da história dos cátaros –, mas tal avaliação só seria proveitosa se baseada mais nos registros originais do dr. Guirdham do que na história tal como ele a conta em seus livros, onde parece mais preocupado em compartilhar suas convicções com pessoas que anteriormente concordavam com ele, do que em atingir, por declarações assinadas e cuidadosa documentação, descrença dos menos romanticamente inclinados.

Crianças “Reencarnadas”

Minha terceira e final classe de alegadas memórias de vidas passadas é a das supostas lembranças de crianças pequenas. Exemplos ocasionais destas histórias acabaram na imprensa ocidental, na primeira metade deste século. Mas, de longe, o caso mais impressionante de investigações nesta área, de fato, em qualquer área de pesquisa em reencarnação, foram as conduzidas desde 190 pelo prof. Ian Stevenson, da Universidade de Virgínia. Para executar suas investigações no local, Stevenson empenhou-se em freqüentes e extensas viagens. O resultado foi uma série de quatro volumes substanciais (a série ainda continua) contendo ao todo relatos sobre 52 casos (153g; 153h; 153i; 153j) e várias outras descrições mais curtas de casos individuais. Stevenson tem de quinze a vinte vezes mais casos arquivados.

A maior parte do trabalho de Stevenson parece ser sua justa apreciação dos cânones da evidência contra a qual tais casos devem ser postos à prova, apreciação que ele sempre conserva à sua frente, e na frente de seus leitores. Isto não quer dizer que todos ou mesmo muitos dos seus casos satisfaçam inteiramente a estes cânones, nem ele alega que o fazem. O fato é que ele expõe aos seus leitores, tão completa e sinceramente quanto pode, os elementos de eu eles precisam para formar suas opiniões. Ele mesmo forneceu deliberadamente o máximo da munição que seus críticos usaram contra ele. E ele exigiu réplicas independentes de sua pesquisa.

Os métodos de investigação de Stevenson, como o esboço de seus relatórios (a que estão de perto associados), foram desenvolvidos num estágio inicial de sua pesquisa, e naturalmente refletem os assuntos sobre os quais é vital ter informação ao avaliar um caso dessa espécie. Os fatos que aparentemente associam uma criancinha (que vamos chamar “personalidade atual”) a uma pessoa morta definitivamente identificável (que vamos chamar “personalidade anterior”) podem ser de três naturezas. Há declarações feitas pela personalidade atual sobre as memórias de sua vida enquanto personalidade anterior; há comportamentos, práticas, atitudes, habilidades, e assim por diante, mostrados pela personalidade atual, que concordam com os da personalidade anterior; e há lembranças da personalidade atual sobre os amigos, parentes, pertences, casa, da personalidade anterior – e quando os pais da criança descobrem que aquela personalidade anterior realmente existiu, quase sempre cedem à curiosidade e aos pedidos da criança, e arranjam uma visita à família da personalidade anterior. Obviamente, a primeira coisa que precisamos saber é que declarações a criança fez, que comportamentos notáveis exibiu, e em que idade isso começou. É especialmente importante saber que coisas relevantes a criança disse e fez, antes de conhecer a família da personalidade anterior. Depois do primeiro encontro, pode haver “contaminação” das memórias da personalidade atual, especialmente se, como não é raro, ela se torna um visitante regular da casa da personalidade anterior. Só em alguns casos (Stevenson – 153h, p. 144n – dá uma lista de uma dúzia) um investigador ou uma pessoa independente conseguiu fazer uma lista das declarações da personalidade atual antes do primeiro encontro. Na falta de uma tal lista, a melhor tática do investigador é obviamente entrevistar em pormenor, primeiro, é claro, a criança, e depois, o máximo de pessoas que a viram antes do primeiro encontro, ouviram o que disse, observaram seu comportamento, etc. A entrevista separada de uma multiplicidade de testemunhas pode ajudar a focalizar ou resolver erros de testemunhas, exageros retrospectivos e tendências a pensar que a criança fez, antes do primeiro encontro, afirmações que de fato só disse depois.

Outra questão crucial é como foi o primeiro encontro entre a família da personalidade atual e a da personalidade anterior. O reconhecimento foi mesmo espontâneo? Que pistas teriam sido dadas pelas pessoas presentes? Que enganos podem ter sido descuidados na excitação do momento? E assim por diante. Aqui, de novo, só temos uns poucos casos em que um investigador de fora, alerta quanto a estas possibilidades, esteve presente como cronista daquele dia. De novo temos geralmente de confiar em entrevistas detalhadas com testemunhas oculares, e aferição cruzada de suas declarações.

A questão seguinte é o quanto o que a criança diz e faz concorda com o que é conhecido da vida da personalidade anterior, da morte e das características. Para determinar isso é obviamente necessário entrevistar (o máximo possível) membros da família da personalidade anterior, visitar sua casa e cercanias, consultar registros públicos e arquivos de jornais, etc. Estes procedimentos podem ajudar a esclarecer a questão remanescente: se a criança pode ter aprendido fatos relevantes sobre a personalidade anterior por meios normais. Com crianças tão pequenas, a lembrança criptomnésica de uma necrologia de jornal parece altamente improvável. A possibilidade de que a criança tenha captado informação ouvindo a conversa dos adultos precisa ser exaustivamente explorada. Em alguns casos, a criança é, *a priori*, tida pelos pais como reencarnação de outro membro da família, e então o perigo é bem real. Mas, em muitos casos, os pais negam saber qualquer coisa sobre a personalidade anterior antes das revelações da criança. Suas negativas, porém, precisam ser verificadas à luz das situações geográficas das duas casas, e de quaisquer linhas ordinárias de comunicação que possam ser descobertas entre elas. A tarefa do investigador aqui é muito semelhante à do detetive. E, de fato, ele precisa, é claro, estar sempre em guarda contra sinais de fraude e de exploração financeira do caso.

Dado este pano de fundo de problemas complexos e inter-relacionados, pode-se logo ver por que Stevenson apresenta seus relatórios daquela maneira. Usualmente, começa com um sumário do caso, indicando como ouviu falar dele pela primeira vez, quando visitou pela primeira as famílias envolvidas, quem participou da investigação com ele, e assim por diante; dá a lista das pessoas que entrevistou, com ou sem necessidade de intérprete; estabelece fatores geográficos relevantes e considera possíveis linhas normais de comunicação; apresenta sua informação sobre a vida e a morte da personalidade anterior; tabula as principais declarações e reconhecimentos; diz se são acertos ou não, e, se são acertos, explica por quê; discute outros assuntos relacionados; considera os aspectos comportamentais do caso (padrões de comportamento, habilidades e atitudes que a personalidade atual parece compartilhar com a prévia); comenta os aspectos paranormais do caso e, por fim, menciona o desenvolvimento do caso, visitas de acompanhamento, etc. – é sua prática geral e prudente acompanhar um caso por um período de anos para ver o que pode vir à tona.

Agora voltar-me-ei para algumas características gerais ou estatísticas, da casuística de Stevenson. Será conveniente menciona-las sob dois títulos, a saber: características ocorrentes em casos de todas as culturas estudadas e características associadas à cultura.

Características ocorrentes em todas as culturas estudadas

1. A maioria dos sujeitos está entre 2 e 4 anos de idade, quando começam a falar de suas vidas anteriores; isto é, assim que começam a falar.
2. Estas memórias vêm, na maioria, no estado de vigília.
3. Usualmente, cerca de 90% das afirmações do sujeito sobre sua vida anterior estão certas.
4. Na maioria dos casos, os sujeitos param de falar sobre suas vidas anteriores entre as idades de 5 a 8 anos; as memórias deles usualmente não sobrevivem até a idade adulta, muito embora haja exceções.
5. Numa elevada percentagem de casos, a personalidade anterior teve morte violenta e, freqüentemente, precoce.
6. Os eventos relacionados, ou procedentes à morte da personalidade anterior, tendem a ser proeminentes entre as memórias do sujeito.
7. A personalidade presente provavelmente renasce a poucos quilômetros da casa da personalidade anterior, e fala a mesma língua. Há muitas exceções à primeira parte desta regra, mas as exceções diminuem, à medida que a distância aumenta. É preciso, claro, ter em mente que a verificação da existência da personalidade anterior pode ficar mais difícil com a maior separação das famílias envolvidas.

Características ocorrentes relacionadas à cultura

1. Os casos relatados são mais comuns nas regiões onde existe uma ampla crença na reencarnação, por exemplo, Índia e Sri Lanka, sudeste asiático, ou entre os *drusos* e os *alevis* da Ásia ocidental, e entre os *tingits* do Alaska. Isto, é claro, poderia ser explicado de diversas maneiras.
2. Muito embora em todas as culturas haja uma alta incidência de mortes violentas entre as personalidades anteriores (mais alta que a média do país em questão), a proporção varia de 38% em Sri Lanka para mais de 78% entre casos *drusos* da Síria e Líbano.
3. Vidas anteriores, como membros do sexo oposto, são muito mais freqüentemente alegadas em algumas culturas que em outras. Não constam entre os *tingits*, *drusos* e *alevis*; ocorrem em 13% dos casos da Tailândia, 28% dos casos birmaneses, e até 50% dos casos entre os *kutchin* do noroeste do Canadá. Tais casos ocorrem mais freqüentemente em culturas que acreditam nesta possibilidade, e mais raramente em culturas em que tal mudança é tida como impossível.
4. Casos de reencarnação dentro da mesma família são muito comuns na Birmânia e entre os *tingits* e *esquimós*, e raros em outras culturas.
5. O aparente intervalo entre a morte da personalidade anterior e o nascimento da atual varia bastante de cultura para cultura, sendo as variações de novo associadas a crenças culturalmente determinadas sobre o as-

sunto. O intervalo médio entre os *haidas* do Alaska e da Colúmbia Britânica é de 4 meses; entre os *drusos*, de 6 meses; entre os *alevis*, de 9 meses; em Sri Lanka e Índia, 18 meses, e entre os *tingits*, de 48 meses. Parece haver, mais uma vez, um elo (não muito claro) com as crenças culturalmente definidas sobre o assunto.

Em um ou dois casos a personalidade anterior não morreu senão *após* o nascimento da personalidade atual. O mais notável desses casos ocorreu na Índia, com um menino chamado Jasbir (153g, pp. 34-52). Na idade de três anos e meio, Jasbir ficou tão doente com varíola que pensou-se que morreria. Porém, gradualmente, reviveu e alegou ser Sobha Ram, um rapaz recentemente falecido em uma aldeia a vinte milhas de distância. O caso tem algumas afinidades com o de Lurancy Vennum, descrito no capítulo anterior, mas, diversamente da personalidade de Lurancy Vennum, a personalidade de Jasbir nunca mais voltou.

6. “Sonhos anunciadores”, sonhos em que a futura mãe recebe informação sobre a identidade da criança que vai nascer, são comuns na maioria das culturas, mas são mais comuns entre os birmaneses, entre os nativos do noroeste da América do Norte, e entre os *alevis*, no centro-sul da Turquia.

7. Também conhecidas na maioria das culturas até agora estudadas são as marcas de nascimento correspondentes às da personalidade anterior, ou às feridas que causaram a morte. As correspondências em alguns casos são extremas, e foram verificadas por registros médicos ou relatórios de autópsia da personalidade anterior. Tais casos são mais comuns entre os *esquimós*, os *tingits*, os birmaneses e os *alevis*.

Tendo descrito sumariamente os métodos de investigação de Stevenson e tocado em algumas características gerais dos casos de sua coleção, agora passarei a um nível mais concreto, dando o sumário de um caso típico. Para tanto, estudei o caso de Swarnlata (153g, pp. 67-91). Este caso é inusitado pois o sujeito alega lembrar-se de duas encarnações anteriores. Tratarei da mais antiga e mais importante. Swarnlata nasceu a 2 de março de 1948, filha de M. L. Mishra, assistente de um inspetor distrital escolar, e viveu, no período a que nos referimos, em várias cidades de Madhya Pradesh, Índia. A partir da idade de três anos e meio, exibiu memórias de uma vida anterior como Biya, filha de uma família chamada Pathak, de Katni, Madhya Pradesh, e (soube-se depois) esposa de Sri Chintamini Pandey, de Maihar, cidade ao norte de Katni. Deve-se notar que a família Mishra nunca viveu a menos de 160 quilômetros de Katni.

Swarnlata confiou fragmentos de suas memórias, principalmente a seus irmãos e irmãs, mas até certo ponto, também a seus pais. Ela ainda retinha suas memórias em 1958, quando conheceu Srimati Agnihotri, senhora de Katni, que alegou reconhecer a sua vida anterior. Isto levou M. L. Mishra, seu pai, a escrever algumas das declarações dela, o que fez em setembro de 1958.

Em março de 1959, H. N. Banerjee, parapsicólogo hindu, passou dois dias com a família Mishra investigando o caso. Anotou nove declarações feitas por Swarnlata sobre a residência dos Pathak. Visitou Katni, e guiado pelas declarações de Swarnlata conseguiu achar corretamente a casa da família Pathak. Foi o primeiro a estabelecer as correspondências entre as memórias de Swarnlata, de uma vida passada, e a vida de Biya, a filha dos Pathak, que morrera em 1939.

No verão de 1959, membros da família Pathak e da família do marido de Biya viajaram até a casa de Swarnlata. Tomaram muito cuidado para não dar pistas para Swarnlata, e fizeram várias tentativas para enganá-la. No entanto, ela conseguiu reconhecê-los, e não se enganou. Pouco depois, Swarnlata foi levada a Katni e Maihar, onde Biya vivera. Ela reconheceu mais lugares e pessoas, e comentou várias mudanças que tinham ocorrido desde a morte de Biya. Seu pai, M. L. Mishra, tomou notas escritas de alguns dos reconhecimentos logo depois que ocorreram. Swarnlata parece que, depois, foi aceita como Biya pelos Pathak e Pandey, e estabeleceu relações afetuosas com os “irmãos” e “filhos” da vida anterior.

Stevenson ficou quatro dias investigando o caso, no verão de 1961. Entrevistou quinze pessoas das três famílias envolvidas, incluindo a própria Swarnlata. Os intérpretes não foram necessários, na maioria dos casos. Também teve à sua disposição documentos e notas sobre o caso preparados por H. N. Banerjee (v. acima) e notas feitas pelo prof. Pal durante seu estudo do caso em 1963. Depois de ir-se, manteve correspondência com Swarnlata e seu pai, e encontrou Swarnlata de novo, em novembro de 1971, quando ela já obtivera o bacharelado e o mestrado em botânica, com distinção. Disse que não tinha perdido suas memórias da vida anterior. Isto talvez por causa da tolerância da família Mishra.

Agora apresentarei uma lista sumária, da tabela de Stevenson, das várias declarações feitas por Swarnlata, antes de conhecer qualquer membro de sua família anterior. A maioria delas foi anotada por seu pai. Foram os itens 6, 13 e 14 que permitiram que H. N. Banerjee encontrasse a casa dos Pathak sem ajuda, quando foi a Katni, em março de 1959.

<i>Item</i>	<i>Informante</i>	<i>Confirmado por</i>
1. Pertencia a uma família chamada Pathak, em Katni	M. L. Mishra, pai de Swarnlata	Rajendra Prasad Pathak, irmão de Biya
2. Tinha dois filhos, Krishna Datta e Shiva Datta.	M. L. Mishra	Murli Pandey, filho de Biya. (Biya teve dois filhos: o outro chamava-se Naresh. Os nomes dados, porém, são nomes de outras pessoas da família.)
3. Seu nome fora Kamlesh	M. L. Mishra	Incorreto. (Isto refere-se à outra vida passada de Swarnlata.)
4. Seu nome fora Biya.	Krishna Chandra, irmão de Swarnlata	Rajendra Prasad Pathak
5. O chefe da família era Hira Lal Pathak	M. L. Mishra	Incorreto. (Um nome analógico, contendo alguns elementos corretos.)
6-14. A casa dos Pathak era branca, tinha quatro quartos com reboco, mas os outros aposentos eram menos bem acabados; as portas eram pretas; tinham barras de ferro; o chão da frente da casa era de lajes de pedra; a família tinha um carro; havia uma escola de moças atrás da casa; uma linha de trem podia ser vista da casa, da mesma forma que alguns fornos de cal.	M. L. Mishra	Rajendra Prasad Pathak. I. Stevenson (observação pessoal). Todos os itens corretos.
15. Sua família vivia no distrito de Zhurkutia	M. L. Mishra	M. L. Mishra; Murli Pandey, filho de Swarnlata. (O nome deveria ser Zharratikuria.)
16. Tinha dores na garganta, e morreu de uma doença na garganta	M. L. Mishra	Rajendra Prasad Pathak. Incorreto. (Ela tivera um problema na garganta, mas morreu do coração.)
17. Foi tratada pelo dr. S. C. Bharat, de Jabalpur	M. L. Mishra	Murli Pandey; (o nome deveria ser S. E. Barat).

<i>Item</i>	<i>Informante</i>	<i>Confirmado por</i>
18. Foi uma vez a um casamento na aldeia de Tilora com Srimati Agnihotri e tiveram dificuldade em encontrar uma latrina	M. L. Mishra Krishna Chandra	M. L. Mishra; Krishna Chandra. (Srimati Agnihotri era a senhora de Katni que primeiro confirmou algumas das memórias da vida passada de Swarnlata; v. página anterior.)

Os itens seguintes, de 19 a 23, ocorreram quando as famílias Pathak e Pandey primeiro visitaram os Mishras no verão de 1959 (v. página anterior.)

19. Reconhecimento de Hari Prasad, irmão de Biya.	M. L. Mishra Hari Prasad Pathak	(Hari Prasad Pathak chegou sem ser anunciado e não deu seu nome. Swarnlata, de início, chamou-o Hari Lal Pathak, mas reconheceu-o como o irmão mais jovem (de Biya) e chamou-o “babu”, o nome pelo qual Biya o conhecia.)
20 e 21. Reconhecimento de Chintamini Pandey, marido de Biya e de Murli Pandey, seu filho	M. L. Mishra Murli Pandey	(Os dois visitantes anônimos, junto com nove outros homens, alguns que ela conhecia, outros não. Foi-lhe pedido que desse o nome de todos. Disse a Chintamini Pandey que o conheceu em Katni e Maihar, e ficou acanhada como as esposas hindus na presença de seus maridos. Ela identificou Murli, não obstante ele sustentasse, por quase 24 horas, que não era Murli, mas outra pessoa.)
22. Não-reconhecimento de estranho, desconhecido de Biya	Murli Pandey	(Murli estava tentando fazer impingir um amigo que trouxera com ele, como se fosse seu irmão Naresh.)
23. Chintamini Pandey tirou 1.200 rúpias de uma caixa onde ela (Biya) guardava dinheiro.	Murli Pandey	Murli Pandey. (Isto foi contado a Murli Pandey por Chintamini Pandey. Ninguém exceto ele e Biya souberam disto.)

Os itens de 24 a 49 (a maioria dos quais omiti) tiveram lugar nas visitas de Swarnlata às famílias Pathak e Pandey (v. acima). Os itens que omiti relacionam-se com o reconhecimento de parentes e servos conhecidos de Biya, ou reconhecimento de lugares, salas e características de casas alteradas desde a morte de Biya. Swarnlata costumava especificar o grau de parentesco e dar outros detalhes.

<i>Item</i>	<i>Informante</i>	<i>Confirmado por</i>
29. Reconhecimento de um vaqueiro da família	Brji Kishore Pathak, quarto irmão de Biya; Krishna Chandra	(Apresentado a Swarnlata como um teste especialmente difícil. Brji Kishore Pathak também tentou persuadir Swarnlata que o vaqueiro morreria.)
32. Perguntou sobre a árvore que existia antes no terreno da casa dos Pathak	Rajendra Prasad Pathak	Rajendra Prasad Pathak
33. Perguntou sobre um parapeito nos fundos da casa dos Pathak	Rajendra Prasad Pathak	Rajendra Prasad Pathak
34. Não aceitou a sugestão de que Biya perdera seus dentes, e afirmou que tinha incrustações de ouro em seus dentes da frente	Rajendra Prasad Pathak; M. L. Mishra	Rajendra Prasad Pathak; M. L. Mishra (Brji Kishore pathak tentou enganar Swarnlata dizendo que Biya perdera seus dentes. Swarnlata negou e insistiu que tinha incrustações de ouro nos seus dentes da frente. Os irmãos Pathak são conseguiram se lembrar disto, e consultaram suas mulheres, que comprovaram a afirmação de Swarnlata.)

Além dos reconhecimentos e das declarações corretas de Swarnlata, certos aspectos de seu comportamento precisam ser mencionados. Com a família Mishra ela se comportava como uma criança (um tanto séria); mas quando com os Pathaks, ela se comportava como a irmã mais velha de seus “irmãos”, que de fato tinham quarenta anos ou mais do que ela. Estes aceitaram-na completamente, e a ligação emocional entre eles tornou-se muito forte, se bem que não interferiu em sua afeição por sua família natural. Quando a sós com as “crianças” de sua vida anterior (homens muito mais velhos que ela) ela relaxava completamente e tratava-os como uma mãe faria. Nem Rajendra Prasad Pathak (o segundo irmão de Biya) nem Murli Padey (seu filho) acreditavam em reencarnação antes de conhecerem Swarnlata/Biya.

A diferença de quase dez anos entre a morte de Biya e o nascimento de Swarnlata é incomumente grande, pelos padrões de tais casos. Swarnlata, de fato, tinha algumas memórias fragmentárias de uma vida intermediária em Sylhet, em Bangladesh (na época, Assam). Ela deu seu nome como

Kamlesh, e mostrou saber alguma coisa da geografia do distrito. Uma investigação adequada não foi possível. Swarnlata reteve algumas memórias de música e dança que aprendeu em sua encarnação de Sylhet. As letras das músicas estavam em bengali (Swarnlata só falava hindi). O prof. P. Pal, nativo de Bengala, transcreveu as canções e traduziu-as em inglês. Duas em cada três claramente derivavam de poemas de Rabindranath Tagore. As danças de acompanhamento eram em estilo apropriado.

Temos aqui um exemplo de xenoglossia recitativa (v. capítulo 7). A questão que naturalmente surge é se Swarnlata poderia ter aprendido as canções, por meios ordinários, antes dos 5 anos, quando começou a cantá-las. Stevenson considera em detalhe a possibilidade de que ela possa tê-las visto num filme (um filme numa língua que não fosse a dela), ouviu-as no rádio, ou presenciou uma apresentação delas. Ele acha muito improvável que poderia tê-las aprendido normalmente; mas não tenho espaço para detalhar a argumentação.

Agora, de maneira preliminar, apresentei as peças do quebra-cabeça, e precisa-se, então, ver como as peças possam ser dispostas, ou em outras palavras, que explicação pode ser dada, para os fatores aparentemente paranormais do caso. Ao abordar esta questão, tentarei, tanto quanto possível, passar ao largo do caso Swarnlata e fazer comentários gerais sobre as descobertas de Stevenson, mas o volume de seu trabalho é tão grande que quaisquer observações minhas seriam inadequadas.

O ponto de partida óbvio está naqueles enfoques que tentam normalizar o paranormal, e demonstrar que, a despeito de todas as aparências em contrário, não há nada nestes casos que não possa ser explicado em termos comuns. Os cacetes com que os defensores deste enfoque querem bater em seus oponentes são, em ordem crescente de poder destrutivo: erros de memória combinados com exagero retrospectivo, memória genética, fraude e criptomnesia.

Os dois primeiros podem ser prontamente descartados, tanto pela publicação de Stevenson dos casos em geral, quanto pelo de Swarnlata em particular. Sem dúvida, o testemunho contém um salpico de erros sobre o que o sujeito disse ou não disse, antes de suas primeiras reuniões com as famílias das personalidades anteriores e, sem dúvida, haveria a tentação de enriquecer as supostas afirmações do sujeito com fatos aprendidos após a primeira reunião. Mas não creio que ninguém que estude seriamente os relatórios de Stevenson conclua que isto seja mais que um pequeno fator para apoiar as declarações e reconhecimentos corretos que os sujeitos teriam feito. Certamente não pode ser um fator importante no caso de Swarnlata, em que um número substancial de afirmações foi anotado e passado a um estranho antes do primeiro encontro das duas famílias.

O sr. Ian Wilson (172, pp. 56-57) parece pensar que possa haver uma fraqueza subjacente em algumas evidências coligidas por Stevenson, porque duas pessoas que o assistiram num certo número de investigações na Índia e em Sri Lanka eram crentes ardorosos da reencarnação. Devo imaginar que outros dos ajudantes de Stevenson possam ser incluídos nessa categoria, e que o próprio Stevenson tenha o seu interesse em filosofias reencarnacionistas, porém, o criticismo me parece ilegítimo. Nem o trabalho prático de uma pessoa nem seus argumentos podem ser minados apontando as esperanças, por mais fortes que sejam, que possam tê-los inspirado, como base de inferência psicológica. O trabalho prático só pode ser demolido pela detecção de falhas no projeto, no método, no mecanismo, na técnica, etc; os argumentos só podem ser demolidos pela assinalação de hipóteses falsas ou lógica incompleta. Qualquer alegação contrária deve ser basicamente invalidada por si mesma.

Quanto à memória genética, tanto quanto eu saiba, não há evidência aceitável; e na maioria dos casos de Stevenson, a personalidade atual não descendia, biologicamente falando, da anterior.

As possibilidades de fraude são muito mais difíceis de determinar. Na maior parte, é preciso avaliar essas possibilidades para cada caso em particular. No caso de Swarnlata, a fraude parece excepcionalmente improvável. Não houve evidência de que Swarnlata ou seu pai tenham se beneficiado financeiramente. Seu pai recebeu alguma publicidade com o caso, que para alguns já parece motivo suficiente para fraude. Mas, mesmo assim, resta o problema de como ele, sem atrair atenção, obteve tanta informação detalhada e altamente pessoal sobre a vida particular dos Pathak, e teve tanto sucesso em introduzir Swarnlata na casa deles. Nada que Stevenson pôde descobrir sobre ele, por parte de pessoas que o conheciam, ofereceu qualquer base para suspeitar que ele agira de má-fé, e deve-se lembrar que Stevenson permaneceu em contato com o pai e a irmã por muitos anos.

Parece haver, além disso, algumas razões gerais pelas quais a fraude não pode ser vista como explicação provável dos elementos aparentemente paranormais em casos desta espécie. Uma é que casos em regiões muito diferentes do mundo exibem características bem semelhantes (listadas anteriormente), características que, na maior parte, faltam naqueles poucos casos em que se detectou fraude.

Criptomnesia é uma explicação que deve ser avaliada caso por caso. No caso de Swarnlata, parece-me quase inconcebível que a criptomnesia fosse a resposta. As famílias Mishra e Pathak negaram qualquer conhecimento prévio, e nunca viveram a menos de 150 quilômetros uma da outra. A principal possibilidade de uma linha de comunicação era que a mãe de Swarnlata provinha de uma região onde a família Pathak tinha

interesses comerciais. Seu nome de solteira era Pathak, muito embora não tivesse qualquer vínculo com os Pathak de que Biya fora filha. Um dos irmãos de Biya conhecia superficialmente um primo da mãe de Swarnlata. Os Mishra também passaram por Katni de tempos em tempos. No entanto, mesmo se Swarnlata ou seus pais ouvissem algo sobre os Pathak de Katni, e então esquecessem (e não há nada que sugira isto), certamente isto não incluiria detalhes íntimos dos quais Swarnlata mostrou conhecimento, nem poderia explicar seu reconhecimento de muitos parentes e servos de sua suposta vida anterior.

Em outros dos casos de Stevenson (não em grande número), a probabilidade de criptomnesia parece maior – as duas famílias envolvidas moravam perto uma da outra ou os pais da personalidade atual, sem dúvida sabiam algo da vida e da morte da personalidade anterior. Mas Stevenson, muito razoavelmente, aponta que:

a) muitos de seus sujeitos tinham 3 anos ou menos quando exibiram suas primeiras memórias aparentes de uma vida anterior;

b) diversamente dos sujeitos em muitos dos casos clássicos de criptomnesia demonstrados, neste caso, eles não estavam hipnotizados, mas no estado de vigília normal; e

c) até agora, nenhum destes casos forneceu evidência clara de criptomnesia – não houve nada que associasse indubitavelmente as declarações do sujeito com alguma fonte de informação à qual ele sem dúvida teve acesso.

Parece-me muito improvável que fraude ou criptomnesia tenham sido fatores mais que marginais para produzir as declarações certas e reconhecimentos tão freqüentemente encontrados nas páginas dos relatórios de Stevenson. As tentativas de normalizar o paranormal nesta área não se mostraram convincentes. Portanto, precisamos passar a considerar as explicações que envolvem fatores ou processos paranormais. Os fatores ou processos mais comumente invocados são PES, obsessão pelo espírito de alguma pessoa morta e a reencarnação propriamente dita.

A teoria da telepatia sofre várias limitações óbvias. Na grande maioria dos casos, a pessoa pretensamente reencarnada não dá sinal de ter qualquer capacidade especial de PES (Swarnlata, porém, foi percipiente de um caso não muito impressionante de PES espontânea); algumas das personalidades reencarnadas exibiram habilidades características da persona-

lidade anterior, e já argumentei que habilidades não podem ser adquiridas por PES; em alguns casos, a informação adquirida telepaticamente teria de vir de mais de uma fonte; e nuns poucos casos a informação não parece ter sido adquirida, mas ter sido *organizada* num padrão apropriado à mente da personalidade anterior.

Os últimos dois pontos deixaram claro que, de novo, nos confrontamos com o que só pode ser chamado de uma versão da hipótese da super-PES. Vale a pena citar a exposição que Stevenson faz destes dois pontos com relação ao caso de Swarnlata (153g, pp. 347-348):

Os irmãos Pathak sabiam das mudanças na casa dos Pathak em Katni e de quase todos os outros fatos lembrados por Swarnlata sobre os acontecimentos em Katni, muito embora não se lembrassem das incrustações de ouro nos dentes de sua irmã Biya. Mas é extremamente improvável que soubessem algo do episódio da latrina, que Swarnlata contou a Srimati Agnihotri, e é igualmente improvável que soubessem algo do dinheiro tomado de Biya por seu marido. Ele não contara isto a ninguém, por razões óbvias. Ora, é possível que Swarnlata extraísse itens diferentes de informação de diferentes pessoas, Ada uma como agente de alguns itens, e não de outros... mas o que se torna digno de nota é o *padrão* da informação que Swarnlata assim extraiu. Nada não conhecido de Biya, ou que aconteceu depois da morte de Biya, foi afirmado por Swarnlata durante essas declarações. Precisamos, de algum modo, explicar não só a transferência de informação para Swarnlata, mas a organização da informação em sua mente num padrão análogo ao de Biya. A percepção extra-sensorial pode explicar a passagem de informação, mas não creio que por si só possa explicar a seleção e disposição da informação num padrão característico de Biya. Pois se Swarnlata ganhou sua informação por percepção extra-sensorial, por que não deu os nomes das pessoas desconhecidas de Biya, quando as encontrou pela primeira vez? A percepção extra-sensorial da magnitude aqui proposta não deveria discriminar entre alvos guiados por algum princípio organizador dando um padrão especial às pessoas ou objetos reconhecidos. Parece-me que devemos supor que a personalidade de Biya, de algum modo, conferiu o padrão de sua mente ao conteúdo da mente de Swarnlata.

Estou totalmente de acordo com Stevenson quanto às suas dúvidas sobre a PES (ou a super-PES), mas como já me demorei demais sobre a aridez desta teoria, passarei adiante para discutir as possíveis interpretações, a teoria da obsessão, tem sido o recurso favorito daqueles espíritas, hostis à idéia da reencarnação. Sua opinião é que o espírito de alguma pessoa morta apegado à Terra liga-se de algum modo a uma pessoa que ainda está viva. Por um processo de telepatia recíproca (o suposto processo que em outros capítulos chamei de “influência”), este parasita psíquico pode influenciar os pensamentos e o comportamento de sua vítima (usualmente para pior).

É muito difícil saber o que dizer dessa teoria. Não podemos dar a lista das características num número de casos autênticos de obsessão, e então ver até que ponto as características de nossos casos de reencarnação são compatíveis com eles. Muitos parapsicólogos negariam peremptoriamente que haja *qualquer* caso comprovado de obsessão. Talvez o melhor que tenhamos a fazer aqui é argumentar como se segue. *Se* há, de fato, casos reais de obsessão, o caso Thompson-Gifford, que descrevi no último capítulo, tem boa razão para ser um deles, como qualquer outro caso. Comparemos as experiências do Gifford obsedado ou com o de um típico sujeito infantil dos casos de reencarnação de Stevenson. Se os dois forem muito diferentes, então a teoria da obsessão não terá conseguido decolar, e podemos deixá-la no chão até que eventuais novas descobertas lhe dêem força.

É, de imediato, óbvio que as experiências de Thompson diferiam das de um sujeito típico de reencarnação, pelo menos sob os seguintes aspectos:

- a) tinha a sensação freqüente de uma presença externa “influenciando-o”;
- b) suas pinturas (exibição da habilidade típica de Gifford) eram feitas costumeiramente num estado de dissociação, com algum grau de subsequente amnésia;
- c) as cenas das pinturas eram-lhe apresentadas como sendo de uma fonte externa, em visões;
- d) a presença influenciadora parecia comunicar-se com ele, como se do exterior, por alucinações auditivas;
- e) as cenas que vinham a ele não vinham como cenas de seu próprio passado;
- f) as médiuns, a cuja presença Thompson foi levado, captaram a presença da entidade “Gifford” obsessora (tanto quanto eu saiba, experiências comparáveis não foram tentadas com os sujeitos de Stevenson); e
- g) Thompson não identificou-se com Gifford no sentido de ver a família e pertences de Gifford como sendo dele mesmo, etc.

Mais genericamente, pode-se observar que as crianças dos casos de reencarnação de Stevenson, no todo, não apresentam sinais de elaborar e manter um romance subconsciente, o que levou a sra. Sidgwick para a teoria da influência em relação aos controles e comunicadores da sra. Piper.

Parece haver base para dizer que, pelo menos num caso, as experiências de uma pessoa supostamente obsedada seriam muito diferentes dos sujeitos dos casos de Stevenson, de aparente reencarnação. Isto parece-me razão suficiente para consignar a teoria da obsessão não ao esquecimento, mas indefinidamente à prateleira. Pois, como a obsessão é um estado mental e comportamental influenciado do exterior, a evidência fundamental só pode ser psicológica.

Está começando a parecer que, tendo, de início, expressado o meu considerável desagrado pela idéia da reencarnação, agora, eliminando todas as alternativas óbvias, coloquei-me numa posição tal que posso aceitá-la, ou começar a fazer uma tentativa séria de explicá-la. Podemos obter alguma explicação desta ou qualquer outra forma da teoria da imortalidade? Se, após minha morte, alguma criança nascida há pouco tempo começar a exibir memórias correspondentes às minhas, habilidades correspondendo às minhas, e assim por diante, seguir-se-ia que eu teria voltado? São as perguntas que teremos de discutir nos capítulos conclusivos.

Pesando os resultados desta discussão, devo admitir que não acho fácil discordar da opinião bem moderada que Stevenson expressa ao fim de seu estudo mais recente (153j, pp. 369-370):

As pessoas que favorecem as certezas das tradições religiosas, sobre as incertezas das investigações empíricas, podem preferir ficar com as primeiras até que tenhamos aperfeiçoado as segundas. Mas outras pessoas podem dar as boas-vindas a um crescente corpo de evidências que permita uma crença racional na reencarnação, mesmo que a evidência não consiga ser decisiva. E, quanto ao futuro, há a possibilidade de que ulteriores e aperfeiçoadas investigações deste tipo possam desenvolver uma evidência mais forte, de uma qualidade que permitirá uma conclusão mais firme para a mais importante de todas as questões que o homem pode fazer a si mesmo: se a personalidade humana sobrevive à morte.

13 Memória e Cérebro

Minhas conclusões, até agora, têm sido no todo favoráveis a alguma forma da hipótese da imortalidade. Certas comunicações mediúnicas e certas personalidades supostamente reencarnadas apresentam tantas e detalhadas memórias de uma existência anterior que a PES, por intermédio de um médium ou de uma pessoa reencarnada, dificilmente parece ser uma explicação possível a menos que postulemos a PES numa extensão e complexidade para a qual não temos suporte independente. Mesmo se postulássemos uma tal “super-PES”, ainda assim não poderíamos explicar outros aspectos da “evidência da imortalidade”, como a manifestação de habilidades, os traços de personalidade, os propósitos, e todo um ponto de vista característico da pessoa outrora viva. A hipótese da super-PES sofre de uma falha de credibilidade.

Para muitos, a falha de credibilidade da super-PES e as disputas entre os defensores daquela teoria, os da imortalidade, podem parecer questões absolutamente inconseqüentes, como argumentos entre escolas rivais de astrólogos. As descobertas da moderna ciência biológica sugerem fortemente (alega-se) que tais fenômenos “mentais”, como a memória, o pensamento, o planejamento, o uso da linguagem, e todas as expressões da “personalidade” humana dependem dos (e no fundo são) aspectos do funcionamento do cérebro. Não pode haver dúvida, pois, de que a personalidade humana sobrevive à dissolução do cérebro, e nenhuma pessoa educada racional e cientificamente perderia tempo estudando a suposta “evidência” da imortalidade. A evidência em favor da PES pode ser marginalmente mais digna de crédito, mas a margem é tão pequena que pouca diferença faz.

Chegamos aqui a questões de imensa dificuldade e complexidade. O que está em questão é a natureza da relação entre a mente e o cérebro, e a opinião amplamente defendida, em nossos dias, quase ortodoxa, que a mente é o cérebro em ação. Ora, estas questões são muito amplas e obscuras para serem adequadamente tratadas aqui, quiçá em qualquer lugar, mas não podem ser totalmente evitadas, pois, como acabo de observar, uma poderosa corrente de opinião sustenta que só uma espécie de resposta é

possível, e é a resposta que torna a evidência da imortalidade a que este livro se refere totalmente infundada.

Defrontado com a assustadora necessidade de dizer algo, por mais inadequado que seja sobre este tópico crucial, decidi adotar a seguinte tática: discutirei principalmente a questão da memória ser ou não função totalmente do cérebro. Pois, para colocar as coisas de maneira simples, se as memórias devem ser igualadas a aspectos da estrutura e funcionamento do cérebro, o poder de recordar não sobreviveria à destruição e à dispersão do próprio cérebro. E como evidência da sobrevivência da memória é parte central – de fato, a parte central – da “evidência da imortalidade”, toda evidência de memória sobrevivente teria de ser rejeitada ou radicalmente reinterpretada. Ademais, é provável que o que vale para a memória vale também para outras facetas da personalidade humana de que nos ocupamos, de modo que, investigando os aspectos relacionados com a memória, podemos atingir conclusões de aplicabilidade geral.

A Natureza da Memória

Uma opinião respeitável sobre a natureza da memória, uma opinião que remonta aos tempos clássicos, é a seguinte: os estímulos que recaem sobre nossos órgãos sensoriais produzem perturbações em nosso cérebro, que fazem com que “percebamos” esses estímulos. As perturbações em nosso cérebro deixam para trás “pegadas”, mudanças mínimas na estrutura do cérebro. Como resultado dessas mudanças, a atividade cerebral torna-se mais tendente a seguir novamente esses mesmos caminhos, capacitando-nos a reviver as experiências perceptuais em forma diluída (“imagens de memória”), mesmo na ausência dos estímulos que originalmente as produziram. Tal revivescência da experiência original é especialmente passível de ser desencadeada por estímulos, cujas pegadas estejam misturadas ou “associadas” com as do primeiro estímulo.

Hoje em dia, esta respeitável teoria é formulada nos termos da moderna neurociência e da moderna psicologia cognitiva. Sabemos que o cérebro contém bilhões de células nervosas diferenciadas (neurônios), cada uma enviando filamentos que fazem conexões (sinapses) com muitas outras células. Por meio destes filamentos, regiões móveis de perturbações eletroquímicas (impulsos nervosos) são transmitidas de uma célula nervosa para outra. Num cérebro ativo, padrões imensamente complexos de impulsos nervosos estão continuamente se deslocando, mudando e restabelecendo a si mesmos.

Alguns impulsos nervosos e seus padrões parecem originar-se espontaneamente dentro do cérebro. Outros são postos em movimento quando estímulos externos atingem os órgãos sensoriais. Saraivadas de impulsos

nervosos correm pelos nervos sensoriais que passam do órgão sensorial ao sistema nervoso “central” e ao cérebro. Tais padrões de impulsos nervosos incidentes *representam* o estímulo externo (objeto ou evento) que os originou.

Em contraposição a essa teoria, uma explicação da memória é comumente desenvolvida ao longo das seguintes linhas: os impulsos nervosos que chegam e “codificam” o evento exterior devem eles mesmos, de algum modo, mudar as propriedades de outros neurônios, de tal modo que as mudanças também possam “representar” ou “codificar” os estímulos externos, mas de maneira diferente. Estas mudanças – que constituem o processo de *armazenamento de memória* – são consideradas como envolvendo alterações nas ligações entre as células nervosas à medida que facilitam a revivificação parcial ou total do padrão “armazenado” dos impulsos nervosos. O suposto processo pelo qual o padrão armazenado é revivido à vontade, e talvez recirculado, é conhecido como *recuperação (retrivial)*. É esta “recuperação” que origina a experiência de recordar-se.

O Modelo de Codificação – Armazenamento – Recuperação

Podemos chamar esse aspecto da memória, endossado pelo saber convencional da atual Psicologia e da ciência do cérebro, de padrão de *codificação-armazenamento-recuperação*. Curioso (e talvez este seja um ponto significativo) que esse padrão tenha sido aceito por anos, de fato, décadas, antes que houvesse qualquer evidência séria em seu favor. De fato, foi aceito a despeito do que alguns consideraram evidência de peso contra ele. A evidência contrária era a seguinte: se as memórias são armazenadas no cérebro, é natural perguntar onde, no cérebro, este armazenamento poderia localizar-se. Sabia-se, havia muito, que a deterioração natural do cérebro – especialmente a deterioração envolvendo atrofia das células nervosas no córtex cerebral (a camada de “massa cinzenta” no exterior do cérebro) – leva a uma perda das capacidades intelectuais, inclusive a memória. Mas numerosas tentativas para mostrar, por experiências com animais, que determinadas memórias estavam “armazenadas” em regiões específicas do córtex, foram amplamente malsucedidas. As memórias fixadas podiam sobreviver à remoção de quantidades consideráveis de tecido cortical; e quando ocorreram falhas, estavam mais obviamente relacionadas com a quantidade de tecido removido do que com sua localização. Havia pouco para sugerir a existência de um armazenamento de memórias ou, de fato, de qualquer coisa que se assemelhasse a “pegadas” de memória, como era usualmente concebido – fato que encorajou grandemente os crentes na imortalidade. O padrão de codificação-armazenamento-recuperação da memória ainda era, em grande parte, uma questão de crença.

Entretanto, nas duas últimas décadas, aproximadamente, foram feitas várias descobertas que, embora não possam equivaler ao descobrimento de um banco de memórias ou de sinais de memória nitidamente localizado, estão, de qualquer modo, em consonância com o modelo de memória codificação-armazenamento-recuperação.

1. O estímulo elétrico do cérebro (especialmente dos lobos temporais, as regiões junto das orelhas, um pouco à frente), por meio de um pequeno eletrodo, por vezes produz o aparente reviver de uma experiência passada com vividez alucinatória. Alguns pesquisadores acreditam que os eletrodos podem ativar um mecanismo de “recuperação” (mas essa interpretação das descobertas é criticada).

2. Danos extensos à parte frontal dos lobos temporais produzem uma grande lacuna de memória, se ocorrerem de ambos os lados do cérebro. A vítima fica incapaz de reter por mais de um ou dois minutos uma memória de qualquer evento novo, nova pessoa conhecida, novo lugar visitado, etc., depois da data do acidente. Nem conseguirá acompanhar o enredo de um filme, ou peça de teatro! Isso foi interpretado diversamente como incapacidade de armazenar material novo, ou capacidade de codificar material novo.

3. O cérebro pode, para nossos propósitos, ser visto como consistindo de duas porções principais: o tronco, que é como se fosse uma extensão para cima e para a frente da medula espinal, e os grandes hemisférios duplos, sobre o tronco do cérebro, ocultando-o. Os hemisférios são conectados por um grande feixe de fibras nervosas, o *corpus callosum*, e se este for cortado (produzindo o chamado “cérebro dividido”) os dois hemisférios podem, até certo ponto, agir independentemente. Nas experiências com animais, foi mostrado que cada hemisfério pode assimilar coisas diferentes, e pode aprender a responder diversamente a um mesmo estímulo. É como se as pegadas diferentes de memória fossem depositadas difusamente e armazenadas separadamente nos hemisférios direito e esquerdo. Descobertas análogas foram obtidas em pacientes humanos cujos cérebros foram “divididos” para aliviar a epilepsia.

4. Já se alegou muitas vezes que a injeção de certas substâncias no cérebro – por exemplo, as que auxiliam ou inibem a elaboração de proteínas nas células cerebrais – podem ter efeito benéfico ou maléfico na capacidade de aprender e reter material novo. Alguns pesquisadores acham que estamos excitando as bases moleculares do armazenamento de memórias, mas a interpretação adequada de tais descobertas tem sido muito contestada.

Em face disto, parece que temos evidência de um modelo de memória no qual codificação-armazenamento-recuperação são todas atividades

do cérebro. Se este enfoque da memória for correto, está claro que as nossas memórias não podem sobreviver à dissolução do cérebro.

É irônico o fato de que as décadas que viram as primeiras evidências fisiológicas sólidas de um padrão de codificação-armazenamento-recuperação de memórias também testemunharam o começo de um forte, e talvez inesperado, ataque às pressuposições desse padrão. Esse ataque veio, principalmente, de uma direção inesperada: isto é, de certos filósofos interessados na filosofia da mente (17; 20; 62a; 62b; 98a; 98b). As questões são extremamente complexas e difíceis, e aqui só posso dar o perfil mais sumário delas; mas são de importância tão óbvia para os problemas centrais deste livro que é impossível passar ao largo delas. Os leitores que preferirem não embarcar no que para eles é um “mar tenebroso”, acharão um resumo intermediário entre as páginas 206-207 e um sumário conclusivo às páginas 215-216.

Antes de atacarmos estas questões esquivas, é necessário tocar em duas distinções comumente feitas que serão relevantes para a discussão:

1. A distinção entre o que chamarei memória “pessoal” e o que chamarei de memória “factual”. Por memória “pessoal” quero dizer a capacidade de alguém lembrar eventos, ações, pessoas, lugares, etc., que se observou pessoalmente. Por memória “factual” quero dizer a capacidade de trazer à mente itens de conhecimento factual ou proposicional, assim como o fato de que platina se dissolve em chumbo fundido, ou o fato de que o Rei John morreu de indigestão de pêssegos com cerveja. Deve-se notar que a memória factual não envolve necessariamente a memória pessoal; pode-se lembrar de um fato sem se lembrar da ocasião em que foi aprendido. Por outro lado, as memórias pessoais são sempre, até certo ponto, memórias factuais. Assim, se alguém se lembra da cúpula da catedral de São Pedro, *e o ipso* se lembra que a catedral de São Pedro é uma catedral dotada de cúpula.

2. A distinção entre fenômenos que possuem ou exibem “intencionalidade” e aqueles que não a possuem. “Intencionalidade”, nesse sentido técnico, nada tem a ver especialmente com intenção. É a propriedade que muitos estados ou eventos mentais têm de ser “a respeito” ou “dirigidos sobre” objetos ou situações exteriores. Assim, uma esperança é sempre uma esperança *por* algo, ou *de que* algo venha a acontecer; uma crença é sempre uma crença *de que* algo seja assim e assim; uma memória é sempre o recordar *de* algo ou *de que* tais fatos aconteceram de um certo modo. Uma especificação completa de um tal estado mental requer a especificação do estado das coisas que é o “objeto” daquele estado mental; mas estes “objetos intencionais”, é claro, não precisam existir ou ter existido,

no mundo exterior – posso acreditar ardentemente em coisas que não existem, pareço lembrar de coisas que nunca aconteceram ou esperar por um evento que nunca aflorará. Há uma ampla e altamente literatura técnica sobre a intencionalidade, mas para os propósitos atuais só precisamos notar que a memória (pelo menos os tipos de memória de que aqui nos ocupamos) é essencialmente um fenômeno “intencional”.

Podemos, então, considerar algumas das objeções mais óbvias ao modelo de memória de codificação-armazenamento-recuperação. Vou abordá-lo sob dois títulos.

1. Objeções à idéia de que nosso poder de lembrar é devido a ter-se no cérebro “representações” codificadas ou símbolos codificados dos eventos externos.

2. Problemas que se originam da recuperação ou excitação dessas representações armazenadas.

Objeções à Idéia de Representações Inferiores

O problema central que se apresenta a explicações da memória que postulam “representações armazenadas” de eventos externos é o de explicar o que, nesse contexto, poderia ser uma “representação”. No sentido ordinário, “representação” (tal como se pode dizer que um mapa é uma representação de uma faixa de terreno, ou um conjunto de arames e bolas de “ping-pong” é a representação de uma molécula complexa), uma coisa pode ser a representação de outra se alguém cria ou escolhe tal coisa para aquele propósito, ou decide, acredita, alega, etc., que assim o é. Criar, decidir, adorar, crer, etc., são todos estados mentais “intencionais” ou eventos mentais “intencionais” (isto é, são “sobre”, ou “dirigidos sobre” estados de coisas concebidos ou imaginados exteriormente a si mesmos). Está claro que a existência de tais representações requer, e não pode ser usada para explicar, a memória e outros fenômenos “intencionais”.

Aqueles que explicam a memória (“factual” e “pessoal”) em termos de “representações” interiores, e presumem que tais representações estão incorporados ao cérebro, parecem estar desenvolvendo seu próprio conceito especial ou técnico de representação. As características essenciais desse conceito são que os estímulos incidentes (“entradas”) produzem alterações no cérebro (poder-se-ia usar o antigo termo “pegadas” para elas). As pegadas de alguma maneira (desconhecida) correspondem regularmente, ou são paralelas, ou “representam” alguns aspectos das entradas que as originaram.

É só dizer especificadamente o que está envolvido ou implicado por este conceito de representação para ver que ele não pode nos ajudar a entender os fenômenos da memória. O conceito foi desenvolvido de duas maneiras.

A mais simples dessas duas maneiras foi amplamente adotada no passado, e explica tanto a memória “factual” como “pessoal”. Propõe, em essência, que quando um episódio de lembrança ocorrer, uma “pegada” da memória (ou representação armazenada) é “recuperada”, ou reativada. O efeito desta recuperação é como se a entrada que originalmente deu surgimento à “pegada” fosse de novo recebida, e fosse processada pelo sistema até o ponto em que sua natureza e caráter foram decifrados. A experiência perceptual original está, como era, parcialmente revivida na forma de uma imagem; ou pode ser que uma série de entradas tenham sido comparadas a uma só pegada ou representação, caso em que a recuperação originará uma imagem geral ou composta, mais adequada para transmitir memórias “factuais” do que “pessoais”. As supostas representações interiores são usualmente consideradas como “visuais” ou “verbais”. São em suma aquelas que, quando “recuperadas”, fornecem uma imagem visual de alguma pessoa, evento, ou estado de coisas, ou imagem auditiva de certas palavras ditas apropriadamente.

Ultimamente, essa versão da teoria da representação tem encontrado muitos críticos, mesmo dentre os psicólogos. Em primeiro lugar, dificilmente parece possível, exceto no caso-limite de certas memórias altamente “pessoais”, supor que o conhecimento memorizado de alguém sobre qualquer assunto factual ou pessoal consista ou seja baseado na capacidade ou tendência de evocar ou manter uma imagem específica, ou alguma imagem ou imagens de um determinado conjunto, semelhante as que representações interiores visuais ou verbais supostamente gerariam. Tomemos como exemplo a minha lembrança de que o Rei John morreu de uma indigestão de pêssegos e cerveja. Acho que posso trazer à mente os fatos sobre a morte do Rei John, através de imagens como a de uma certa página de um livro de história; de um verbete no *Dicionário Biográfico Nacional*; pela voz de um antigo professor de história (com quem, de fato, nunca estudei este período em especial); de uma figura coroada rolando pela grama; de um cesto de piquenique contendo pêssegos e garrafas de cerveja; de fortes rumores intestinais; de um *cartoon* do livro *História humorística*; do número 1216 sobre um prato de pêssegos em lata; e assim por diante. Várias dessas imagens são absurdamente impróprias, mas todas parecem “funcionar”, e qualquer uma delas pode vir à mente ou ser deliberadamente invocada em certas circunstâncias. É óbvio que meu conhecimento de que o Rei John morreu de uma indigestão de pêssegos e cerveja não deriva de qual-

quer capacidade de ativar ou recuperar uma representação interior particular, ou uma ou mais representações de um conjunto delimitado. Posso criar *quaisquer* imagens visuais ou verbais tidas na época como sendo *expressões* apropriadas da memória-conhecimento subjacente. A memória-conhecimento subjacente transcende qualquer conjunto limitado de imagens visuais ou verbais que a recuperação de representações interiores, espelhando episódios de lições antigas de história, etc., poderia supostamente originar.

Também parece haver possíveis episódios de “recordação” em que as representações recuperadas não precisam figurar de modo algum. Se, por exemplo, declino de uma refeição de pêssegos e cerveja com uma referência bem-humorada ao Rei John, não significa que tenha, antes, me vindo à mente uma das imagens da lista acima, ou de fato qualquer imagem. Minha ação é, em si mesma, tanto expressão do conhecimento memorizado quanto qualquer imagem visual ou verbal.

Mesmo pondo de lado estas dificuldades, muitas outras ainda permanecem. O restabelecimento ou o reviver parcial de uma experiência passada (tal como *ex hypothesis*, resultaria da recuperação de uma representação interior), por si só, não poderia constituir um ato de recordação. Uma imagem representando alguma cena que testemunhei no passado poderia ocorrer-me a intervalos regulares sem que eu jamais percebesse que passei por aquela experiência antes. E, analogamente, poderia encontrar-me freqüentemente acolhendo em minha mente uma imagem de um vulto coroadado dobrado sobre seu estômago junto a uma mesa com pêssegos em lata e cerveja em garrafas, sem uma vez só associar isto á morte do Rei John. As ocorrências das imagens poderiam ser, de fato, devidas a modificações em meu cérebro causadas por “entradas” do passado; mas sua ocorrência não constituiria uma *recordação*. Um ato completo de recordação teria, ademais, de envolver o que poderia talvez ser chamado de “afirmação” de que os “objetos intencionais” das imagens (os eventos ou estados de coisas, estranhos a si mesmos, que são “de”, “sobre”, ou “apontam para”) realmente tiveram lugar, existiram, foram ou são o caso, etc. Mas este elemento de “afirmação”, de dizer consigo mesmo, “foi assim que aconteceu (ou é)” claramente aquele aspecto de todo o episódio em que a memória-conhecimento é efetivamente desenvolvida. E, obviamente, nenhuma explicação da memória-conhecimento apresentada em “afirmação” pode ser dada em termos só de “representações” revividas ou recuperadas; pois, como acabei de dizer, uma representação não produz uma memória-conhecimento até que uma afirmação tenha sido feita. A teoria das representações visuais e verbais perde a essência do que está envolvido no lembrar-se.

Uma questão relacionada de perto é: se trago á mente uma imagem visual de uma figura coroadada, agarrando seu estômago, e talvez com a le-

genda: “John: 1216”, ou se tenho uma imagem verbal das palavras: “o Rei John morreu de uma indigestão de pêssegos e cerveja”, ainda assim eu não extrairia qualquer sentido destas imagens, nada poderia “afirmar” sobre elas, se já não *soubesse* que o Rei John morreu em 1216, e que estas imagens se referiam àquele conhecimento. De fato, a menos que já me tivesse sido dada muita informação complementar, à luz da qual as imagens visuais e verbais “fizessem sentido”, eu não poderia interpreta-las de modo algum. Eu precisaria saber, por exemplo, o que é um rei, que houve um rei chamado John, o que são pêssegos e cerveja, o que é comer, e que comer demais ou comer comida estragada pode causar distúrbios estomacais, etc. Todos estes itens essenciais de informações de base, sem os quais as imagens não seriam interpretadas ou entendidas, envolvem em si mesmo ou constituem memória-conhecimento, de modo que não podemos evitar postular que, neste ato de lembrança entre, sub-repticiamente, um tipo de memória-conhecimento que *não* precisa estar corporificado ou representado na forma de imagens visuais ou palavras exatas, levaram muitos psicólogos cognitivos a desenvolver a idéia do que chamamos representações “abstratas” ou “proposicionais” (explicações gerais úteis podem ser encontradas, por exemplo, no item 3, Capítulo 4; 78; 84).

Há alguns parágrafos, disse que a tentativa de explicar a memória em termos de representações internas tomou uma de duas formas gerais. A primeira foi a que discutimos e rejeitamos, que supõe que as representações internas sejam predominantemente visuais ou verbais. Objeções como as que esbocei, com o fato de que as pessoas acham mais fácil lembrar a “essência” ou o “significado” de um filme, digamos, ou de uma passagem em prosa, do que os detalhes visuais ou palavras exatas, levaram muitos psicólogos cognitivos a desenvolver a idéia do que chamamos representações “abstratas” ou “proposicionais” (explicações gerais úteis podem ser encontradas, por exemplo, no item 3, Capítulo 4; 78; 84).

Representações Proposicionais

São assim chamadas porque incorporam conhecimento abstrato ou proposicional (conhecimento *que* foi assim, ou é assim) em vez da informação quase-perceptual derivada dos órgãos sensoriais incorporados em representações visuais e verbais. Supostamente, incorpora não só memórias individuais ou elementos de conhecimento de memória, mas toda a estrutura de nosso conhecimento proposicional em áreas específicas, incluindo tanto conhecimento conceitual (“baleias são mamíferos”) quanto conhecimento factual (“as baleias nadam nos mares árticos”). Eles devem ser vistos como estruturados, apesar de a natureza de sua corporificação neural, como muitas outras coisas, permanecer obscura. Supõe-se que a estrutura proposicional subjacente possa gerar grande variedade de expressões “superficiais” diferentes, como sentenças diferentes, ações diferentes, imagens diferentes, e

que inversamente seja intermediária de nossa compreensão de muitas afirmações diferentes que caem, por assim dizer, numa determinada área do conhecimento. A geração das expressões superficiais a partir das representações subjacentes é dita legítima. As representações proposicionais visam a explicar principalmente a memória “factual”; mas algumas autoridades (com as quais estou propenso a concordar) acham que mesmo memórias “pessoais” sejam “factuais” ou proposicionais (isto é, são lembranças *que* tal e tal evento de uma certa espécie aconteceu a uma pessoa, etc.). (V. por exemplo 126.)

Os psicólogos do conhecimento e psicolingüistas comumente caracterizam representações proposicionais, ou redes interligadas de tais representações, de um modo técnico, por meio de simbolismos derivados da matemática e da lógica formal. Uma “sensação” destas caracterizações poderia ser adquirida da seguinte maneira: imagine algo como um dicionário enciclopédico em que os verbetes têm muitas referências cruzadas. Assim os verbetes de “baleia”, “nadar”, “mamífero”, “ártico” e “mar” terão remissões cruzadas de tal modo a indicar que (por definição) as baleias são mamíferos, e que (de fato) baleias nadam nos mares árticos. Analogamente, os verbetes para “gordura de baleia”, “baleia”, “gordura”, “pele”, etc., terão remissões cruzadas, de tal modo que indicam que a gordura da baleia serve como proteção térmica sob a pele das baleias, e assim por diante, quase indefinidamente. A seguir, imagine que todas estas remissões cruzadas, ao invés de serem escritas nos vários verbetes do dicionário, sejam escritas numa grande folha de papel como termos-chave, ou conceitos como pequenos círculos, e suas relações de significado e factuais indicadas por retas de ligação de cores diferentes, traçadas diferentes, linhas tracejadas, etc. Isso dá uma vaga idéia, embora suficiente, de como as representações proposicionais têm sido caracterizadas.

Em algum lugar do cérebro, presume-se, deve haver sistemas anatômicos ou fisiológicos (representações proposicionais) cujas estruturas e operações, de algum modo, sejam mapeadas pelos diagramas ou sistemas de símbolos cuja impressão geral tenho tentado transmitir. Se uma afirmação ou proposição incidente se harmoniza com algum aspecto dessa rede subjacente e fisiologicamente incorporada, ela será entendida e aceita. Inversamente, a rede gerará ou permitirá apenas a geração das proposições que se encaixem nas interseções da rede. As versões atuais deste enfoque dedicam-se, principalmente, a afirmações e à maneira como são produzidas e entendidas, mas seus proponentes esperam amplia-las para cobrir a geração de pensamentos, julgamentos, imagens, etc.; em suma, todos os fenômenos da memória “factual”.

Acho que alguns dos escritores que adotaram este enfoque do problema da memória (e do conhecimento em geral) podem ver seus esboços da “estrutura” das “representações proposicionais” não como especulações sobre supostos mecanismos interiores, mas como um meio (e uma notação apropriada) para mapear a “estrutura” de nosso conhecimento proposicional (especialmente nossa memória-conhecimento) ou de apresentar as maneiras como nosso conceito de “gordura de baleia” está associado a nossos conceitos de “mamífero”, “mar”, “gordura”, e assim por diante. Quanto a este empreendimento, muito embora eu duvide de seus objetivos e perspectivas a longo prazo, não tenho objeção. Outros parecem ver-se como trabalhando na planta do mecanismo interior, por meio do qual entendemos o que nos é dito e se passa à nossa volta, e por meio do qual sabemos, lembramos, formulamos proposições, etc. falando genericamente, esse cometimento poderia assumir uma de duas formas, ambas me parecendo totalmente ininteligíveis:

a) Poder-se-ia supor que as representações proposicionais, uma vez elaboradas, sejam simplesmente armazenadas e consultadas só quando necessário. Esta idéia é regressiva, pois implica um outro sistema que faz as consultas e entende o seu resultado, e este segundo sistema precisaria possuir conceitos, inteligência e memória. (A despeito da desvantagem óbvia, os neuropsicólogos tendem a falar como se achassem que certas lesões cerebrais, que interferem com a compreensão semântica da vítima e suas relações conceituais, podem danificar um armazenamento dessa espécie.)

b) uma posição que parece ser comumente sustentada, embora implicitamente, é que as “representações proposicionais” são, elas mesmas, os mecanismos cerebrais da compreensão e produção de fala e pensamento proposicional (inclusive pensamentos e afirmações que manifestariam memória factual e talvez também pessoal). Os diagramas e sistemas de símbolos, por meio dos quais as representações proposicionais foram caracterizadas, são então vistos como diagramas desses mecanismos subjacentes, muito embora diagramas muito esquemáticos e genéricos.

É possível, e, como observei há pouco tempo, quase legítimo, ver os diagramas de representações proposicionais como um modo de resumir o que seria a “competência intelectual” de um ser humano em particular, ou de seres humanos de certas coletividades. Tais diagramas mapeiam o conhecimento de uma pessoa, sua compreensão das inter-relações dos conceitos incorporados na fala comum de sua sociedade, etc. Observar tais mapas da competência intelectual de alguém não como especificações parciais do que se supõe um mecanismo subjacente teria de fazer, mas como especificações do mecanismo em si, pode ser uma grande confusão. É como se fa-

zer o desenho esquemático de um carro acabado, pelo projeto da linha de produção que produziu o carro.

Algumas pessoas, penso, podem ter sido enganadas ao supor diversamente, pelas seguintes razões: quando o “produto acabado” mapeado ou delineado é a competência para executar alguma atividade governada por regras, assim como jogar dama ou o jogo-da-velha, ou construir sentenças gramaticalmente corretas, é relativamente fácil traduzir o mapa num programa de computador. O computador pode, além disso, fazer movimentos que representam um paralelo das ações de um ser humano que seja “competente” na atividade governada por regras. O mesmo vale quando a competência delineada é do tipo mapeado pelos diagramas favorecidos pelos crentes nas “representações proposicionais”. É tentador supor que, quando programamos um computador para “jogar”, para emitir sentenças gramaticais, para enunciar as relações entre proposições comumente aceitas numa certa área, etc., com efeito, criamos máquinas que funcionam segundo os mesmos princípios que estariam nos cérebros dos seres humanos que possuem tais competências. Estes computadores devem conter estruturas mecânicas de “representações proposicionais”. Deveríamos, na verdade, supor que o cérebro humano contenha algo semelhante?

O engano aqui consiste em esquecer o que foi programado no computador é ainda, por assim dizer, apenas um “mapa” ou diagrama da competência em questão, e não a competência em si mesma. O computador sofre determinadas alterações, de acordo com seu “mapa”, e imprime certos sinais; estes sinais podem ser *interpretados* por um usuário inteligente do computador como movimentos de um jogo-da-velha ou de damas, ou como sentenças que seguem as regras da gramática inglesa, ou seja lá o que for. Mas tudo o que o computador está fazendo aqui é como se estivesse compondo, *bit por bit*, para benefício do seu usuário, um diagrama detalhado da espécie de competência que uma pessoa que pudesse, real e verdadeiramente, jogar este jogo apresentaria. Desenvolve muitos detalhes (“Computa-os” à medida que percorre os componentes já incorporados nele. No entanto, não se pode dizer dele que “tenha” a competência, assim como não se pode dizer que “saiba o caminho” de um lugar para outro, se puder dar mapas de estradas com as distâncias, calcular o caminho mais curto de Land’s End para John o’Groats, etc. Pois “competência” em jogos, e em atividades dirigidas, não consiste em ir cegamente através de movimentos pelos quais pessoas inteligentes (e “competentes”) podem “ler” os movimentos dos jogos. Consiste em fazer os movimentos certos (ou o que acha serem os movimentos certos) a partir da *compreensão* de que isto é um jogo, que tem regras, que tais e tais são os movimentos *permitidos*

em tal situação, e que, dos movimentos permitidos, alguns são, numa condição do jogo, “melhores” ou mais *lógicos* que outros.

Conclui dizendo que os advogados das “representações proposicionais” até agora só nos deram *mapas* ou *diagramas* (parciais) da competência intelectual apresentada por pessoas que possuem conhecimento factual ou proposicional. Ainda não começaram a se aproximar da questão do que poderia ser o *mecanismo* subjacente desta competência. A possibilidade de se aproximar desta questão é, por ora, apenas uma santa esperança. Certamente não será possível aproximar-se dela invocando “representações” interiores da “estrutura” da competência intelectual específica.

Problemas da “Recuperação”

Se uma representação armazenada, proposicional ou de outra espécie, pode originar um episódio de recordação, deve, em termos do modelo de codificação-armazenamento-recuperação, ser “recuperada”, e como se fosse reativada e parcialmente recirculada através do sistema. Se essa representação pode ser recuperada a partir de um banco de dados, deve primeiro ser localizada, e isto requer que seja, de algum modo, rotulada ou codificada (como nas “memórias” de computador). De outro modo, o mecanismo não conseguiria recuperar ou exigir a representação certa do bando de dados. E o mecanismo de recuperação deve possuir ou “conhecer” os vários rótulos ou terminais. Mas (como os rótulos não podem ser congênicos), isto significa que o mecanismo deve, ele mesmo, ter uma memória. E esta memória não pode, sem darmos um passo atrás, ser explicada segundo o padrão de codificação-armazenamento-recuperação. Daí, este modelo nunca nos pode dar uma explicação adequada da memória.

Pode-se argumentar que os sistemas de armazenamento de “conteúdo endereçável” podem contornar esta dificuldade. São sistemas em que as representações são recuperadas porque algum elemento da entrada (estímulo externo) contém o rótulo, ou “endereço” da representação apropriada. A resposta mais imediata é que as circunstâncias externas em que uma pessoa inteligente pode achar apropriado recuperar um fato dado são infinitamente numerosas, e podem aumentar ainda mais em número, com a passagem do tempo. Nenhum sistema de conteúdo endereçável poderia aqui processar a faixa de possibilidades.

Estes problemas surgem, qualquer que seja o tipo de representação em causa. Próprio de representações proposicionais é um outro conjunto de problemas da seguinte espécie: as representações proposicionais são supostas estruturas, interiores ou “profundas”, que geram uma variedade de diferentes expressões “superficiais” possíveis. De acordo com a teoria, deve haver regras que determinam qual das possíveis expressões superficiais é

gerada em qualquer ocasião específica. Mas o que podem ser estas regras? Tomemos como exemplo minha memória do interessante fato de que a platina (ponto de fusão: 1.770°C) se dissolve em chumbo derretido a uma temperatura muito inferior. Tanto quanto saiba dizer, esta memória, em meu caso, não leva à geração de qualquer imagem (ou imagens) especial ou “preferida”; entretanto, em algumas circunstâncias posso invocar várias imagens mais ou menos apropriadas, assim como alguém mexendo um líquido borbulhante e acinzentado, ou as palavras impressas: “ponto de fusão: 1.770°C”, ou de uma voz dizendo: Não vai derreter, mas vai dissolver”. Em que ações meu conhecimento memorizado deste fato achará expressão? Provavelmente em nenhuma; ou talvez me faça abanar a cabeça fortemente quando leio *Dr. Thorndyke Intervenes* [*As intervenções do Dr. Thorndyke*] de R. Austin Freeman, uma história de detetive em que a solubilidade da platina no chumbo exerce um papel importante. Mas em que ações este conhecimento *poderia* encontrar expressão? Bem, eu poderia fazer uma observação numa conversa ao desjejum, ou escrever algo a respeito num exame escolar, ou fazer um comentário à minha esposa ao olhar para sua aliança; poderia tomar notas para um tratado sobre as estranhezas da filosofia natural; eu poderia, em algumas circunstâncias remotamente concebíveis, arquitetar uma fuga engenhosa num disco voador feito de platina. E assim por diante, indefinidamente.

Quais então poderiam ser as regras “transformacionais que relacionam a representação proposicional subjacente, que incorpora a informação acerca da solubilidade da platina no chumbo, com as várias expressões superficiais possíveis que ela é capaz de gerar? O problema é que é absolutamente impossível estabelecer limites ao número de expressões superficiais possíveis, que a representação proposicional de um fato como o que consideramos poderia ter. Pode-se criar imagens relevantes á vontade, e na variedade que a ocasião requerer. Dentro dos limites da capacidade de cada um, pode-se falar o que quiser ou encetar as ações que qualquer pessoa inteligente que conheça o fato em questão *deveria* dizer ou fazer nas circunstâncias que predominarem (quaisquer que possam ser). E é este, creio, o problema. Não há, e não pode haver conjunto finito de regras relacionando representações proposicionais às suas expressões superficiais. Na teoria, em vez de regras, deve ser introduzida sub-repticiamente uma *inteligência* (uma inteligência criativa, devo acrescentar) cuja função é entender e interpretar as representações proposicionais e dirigir pensamentos, enunciados e ações à luz delas. E esta inteligência, mal preciso dizer, vai requerer sua própria intencionalidade, sua memória com seu sistema de recuperação e sua própria inteligência para operar este sistema de recuperação, e assim por diante, até o infinito.

Em suma: um enfoque amplamente adotado para a explicação dos fenômenos da memória consiste em supor que há em nossos cérebros “pegadas” codificadas ou “representações” de eventos ou circunstâncias passados. Um ato de recordação ocorre quando uma destas representações codificadas é “recuperada”, e, por assim dizer, recolocada em circulação. Chamei a esse padrão de memória de “codificação-armazenamento-recuperação”. Isto é de importância no presente contexto, porque, se nossas memórias consistem de “pegadas” marcadas em nossos cérebros, então, claramente, nossas memórias não podem sobreviver à dissolução de nossos cérebros, e uma grande parte da “evidência” da imortalidade – a que envolve evidência de sobrevivência das memórias – tem de ser abandonada, ou radicalmente reinterpretada. Argumentei, entretanto, que o padrão de memória de codificação-armazenamento-recuperação, sob qualquer aspecto até agora revelado (e gostaria de acrescentar, sob qualquer aspecto que poderia ser revelado), é totalmente incoerente.

Em essência, o ponto fundamental de minhas objeções é este: de acordo com este padrão de memória (que é também um padrão do pensamento, em geral), ajustamos nosso pensamento e comportamento atuais às lições do passado, recuperando e reprocessando ou examinando representações armazenadas de eventos passados (também podemos usar estes recursos para representar para nós mesmos eventos e situações atuais). Mas as representações interiores armazenadas, sobre as quais podemos nos basear para nos assistir em negócios com o mundo exterior, elas mesmas, constituiriam um “mundo” à parte. Teríamos de aprender a nos relacionar com esse mundo, e aprender a interpretar e manipular seu conteúdo, do mesmo modo como precisamos conhecer o mundo exterior. Para fazer uso destas representações internas, precisaríamos, em poucas palavras, já ter desenvolvido conhecimento de memória, daí não podermos explicar a memória em termos de recuperação de “representações interiores”.

Não posso negar que experiências passadas possam deixar para trás, no cérebro, sinais ou representações que, ao serem reativados (fornecendo talvez uma “imagem de memória”), podem causar ou nos induzir a recordações. Tais representações teriam apenas a condição de “lembretes”, e não preciso dizer que um lembrete pressupõe, mas não é, uma memória operacional. Devo dizer, porém, que a idéia de representações interiores podem até ter este papel limitado, está longe de ser plausível. Pois um lembrete é normalmente algo que deixo no bolso para consultar quando for necessário. Então terei um segundo lembrete em minha cabeça que posso consultar à vontade? Nunca estou disposto a consultá-lo. Em que ocasiões desisto de meu modo normal de lembrança (qualquer que possa ser) e inconscientemente me volto para o lembrete interior? É quando hesito por

um momento e *então* me lembro? Em que código ou linguagem o lembrete é escrito? Será que, com o passar dos anos, desenvolvo códigos diferentes para fins diferentes, correspondendo às diversas espécies de simbolismos (matemático, técnico, gráfico, lingüístico), nos quais o conhecimento de áreas diferentes costuma ser acumulado? Ou haverá um código ou linguagem interna universal? Se assim é, será congênito (“construído” dentro do cérebro), ou adquirido? Estas questões, e muitas outras, igualmente vãs, surgem dos óbices da teoria representacional, no momento em que se começa a levar a sério a proposta do “lembrete”, qual série infinita de mistérios incitando à investigação.

Implicações da Imortalidade

Devo enfatizar que até agora anda disse diretamente com o propósito de desafiar a suposição de que a memória depende inteiramente do funcionamento do cérebro, para o que há muito suporte empírico. Tudo o que fiz foi desafiar uma teoria (ou melhor, estrutura teórica) amplamente aceita sobre a relação entre a memória e o cérebro. As objeções a esta teoria, a das representações internas (ou padrão da codificação-armazenamento-recuperação), relacionam-se indiretamente com o problema da imortalidade de duas maneiras.

A primeira é a seguinte: a hipótese da super-PES, a principal alternativa à hipótese de imortalidade, parece inevitavelmente condenada a uma visão “representacional” da memória. Pois, de acordo com a super-PES, os médiuns bem-sucedidos devem obter muito de sua informação sobre os mortos folheando os bancos de memória dos vivos, “lendo” seu conteúdo. Mas se não há representações, não há bancos de memória e nada “dentro” dos bancos que os médiuns possam telepaticamente examinar. A hipótese da super-PES parece estar condenada junto com a teoria da memória de codificação-armazenamento-recuperação. É tanto mais condenada, se supusermos que o “armazenamento” ocorra no cérebro, ou (como alguns pensaram) fora dele, num “éter de imagens” localizado, num banco de memórias cósmico, os “registros akásicos” dos teosofistas, ou a mente de Deus. As objeções às teorias de codificação-armazenamento-recuperação da memória, em todos os casos, seriam análogos.

A segunda maneira, pela qual o colapso do padrão de memória de codificação-armazenamento-recuperação indiretamente afetaria as perspectivas da imortalidade, é: se as memórias são simplesmente marcas ou representações no cérebro, não podem sobreviver à destruição do cérebro. A sobrevivência corporal da morte está, portanto, absolutamente excluída (isto é, se deixarmos de lado a idéia da ressurreição do corpo, o que importará na negação da reversão da morte, ao invés da sobrevivência a ela, e não é

uma explicação possível para os tipos de fenômenos que estamos considerando). Se, por outro lado, a capacidade de lembrar, qualquer que seja a sua natureza, *não* for baseada em sinais cerebrais ou representações interiores, ficamos, por assim dizer, autorizados a especular ao longo de outras linhas menos em voga, algumas *podendo*, ao passo que outras não, tornar a teoria da imortalidade de novo uma opção concebível para explicar certos fenômenos mediúnicos (e outros). Ao longo do restante deste capítulo, explorarei brevemente a questão de como poderão ser as principais características deste enfoque alternativo dos problemas da memória.

Outros Enfoques da Memória

Qualquer enfoque alternativo, acho, deve começar enfatizando um ponto que não é tanto negado quanto subestimado por muitos proponentes das teorias representacionais; que a memória humana – pelo menos do tipo que aqui nos concerne e que as teorias representacionais visam a explicar – é essencialmente, e antes de mais nada, uma manifestação das capacidades conceituais humanas. Grosseiramente, poderíamos dizer que possuir conceitos envolve a capacidade de agrupar objetos no pensamento e pensar em membros individuais dos grupos *como* membros do grupo. Em sua forma mais simples, essa capacidade pode simplesmente envolver o agrupamento de uma coleção multifária de objetos que se encontra num determinado lugar – como quando dizemos para nós mesmos: “Preciso pôr em ordem tudo isso!” Mais comumente, agrupamos as coisas, não em virtude de sua localização espacial, mas porque todas possuem uma certa característica ou conjunto de características. Agrupamos, digamos, todas as “laranjas” no pensamento porque têm em comum, peso, cor, textura, são comestíveis, úmidas, adocicadas, etc., e quando se encontra uma espécime individual com estas características, dizemos: “Ah, sim. Uma *daquelas!*” Pode-se dividir a classe das laranjas em outros subgrupos: Sevilha, Jaffa, tangerinas, laranja-da-baía, etc., com base em características mais específicas, ou integrá-las em um grupo maior: “fruta” – restringindo-se a um pequeno número de características mais gerais.

Ora, se podemos dizer de um objeto individual, que se encontra (uma laranja): “Ah, sim! Uma *daquelas!*” (laranjas enquanto classe), em certo sentido, estamos transcendendo o aqui e agora; em pensamento, estamos integrando o espécime presente, por conta de certas características que possui, a um grupo de outros objetos que atualmente não está à nossa frente. Pode-se ir adiante, e pensar no grupo de objetos, ou em algum objeto individual considerado membro do grupo, na ausência total de qualquer grupo ou espécime. Pode-se assim “conceber” a todos, não só em sua ausência, mas mesmo que não existem e nunca tenham existido (assim como

quando imaginamos uma classe de diminutas criaturas humanas com asas de borboleta e poderes mágicos).

É, de imediato, óbvio que só um ser que exhibe estas capacidades “conceituais”, cuja natureza acabo de tentar mostrar, poderia realmente ter memórias, quer “pessoais” quer “factuais”. Se eu digo que me lembro que o Rei John morreu de uma indigestão de pêssegos e cerveja, devo ter conceitos tais como os de: rei, pêssegos, cerveja, doença; etc. Devo ser capaz de vincular, em pensamento, certos objetos (aqueles que causaram a morte do rei) a uma classe de coisas (pêssegos) assinaladas por certas características (tamanho, gosto, cor, crescer em árvores, etc.) Se eu não pudesse pensar nestes objetos como pertencentes àquela classe, não poderia pensar neles como *pêssegos* e, concomitantemente, não poderia lembrar do fato que o Rei John morreu de uma indigestão de pêssegos e cerveja. Mesmo que estas palavras me viessem à mente, eu não entenderia o seu significado, e elas não constituiriam uma lembrança verdadeira do fato em questão.

É óbvio que uma questão análoga poderia ser estabelecida em conexão com todos os outros termos da proposição (rei, morte, cerveja – o próprio nome “John” exigiria um tratamento especial), e também é óbvio que os mesmos problemas surgem em conexão com memórias “pessoais”. Lembro-me, por exemplo, da ocasião em que – feito herói, pela primeira e até agora última vez em minha vida – desafiei o melhor jogador de críquete para uma partida amistosa. Não poderia em nenhum sentido real ter esta memória, a menos que possuísse conceitos como os de taco, bola, jogo, etc. Nossa capacidade de recordar é parte integrante de nossa capacidade conceitual.

Agora chegamos à nossa questão central, de como a capacidade de memória e a capacidade conceitual, em geral, podem ser associadas ao funcionamento do cérebro. Está em moda entre os psicólogos e psicofisiologistas enfocar a memória “de baixo para cima”. Procuraram, em outras palavras, explicar os fenômenos da memória postulando que a experiência causa alterações dentro de ou entre elementos funcionais (células nervosas, moléculas de proteína, etc.) no cérebro. Como o padrão geral de relacionamento entre esses elementos (a “estrutura”) é tido como determinante de todos os níveis de funcionamento mental e comportamental, as mudanças produzirão outras alterações correspondentes, que constituirão a memória do passado. Acho que há razões (que não posso enumerar aqui) para supor que qualquer teoria que procure derivar os fenômenos da memória inteiramente das interações dos elementos de um sistema será apenas uma modalidade de teoria representacional (ou de codificação-armazenamento-recuperação). Pois, dentro deste sistema (do qual um exemplo central seria um computador digital apropriadamente programada), o funcionamento

passado (relações de entrada-saída) influenciará sistematicamente as futuras relações de entrada-saída, o que só pode ocorrer por causa das alterações nas relações entre os elementos do sistema, que sistematicamente refletem sua história passada de entrada-saída. Tais alterações, quase com certeza, se qualificariam como “representações” interiores de eventos passados. Se, portanto, as dúvidas que expressei sobre teorias representacionais da memória se justificam, não só estas teorias, mas todas que partem de supostos elementos e supostas leis de sua interação devem ser abandonadas. Precisamos agora tentar as teorias “de cima para baixo”, de acordo com as quais os elementos de um sistema, por vezes, agem de conformidade com leis que caracterizam o funcionamento do sistema como um todo, e não podem ser derivadas das leis que governam as interações dos elementos com seus similares. Podemos chamar estas leis ou princípios de “supervenientes”, porque predominam sobre as leis de comportamento dos elementos. (Um corolário disto seria que deve haver alguma indeterminação ou aleatoriedade no comportamento dos elementos.)

No caso que estamos considerando, as leis ou princípios supervenientes são do nível “conceitual” (ou simplesmente “mental”) de funcionamento, que incluem, claro, as “leis” da memória; as leis sobre as quais predominam são as leis químicas e fisiológicas, corriqueiras e habitualmente aceitas que governam o comportamento das células cerebrais. Precisaríamos supor que, quando do desenvolvimento do indivíduo, ou na evolução da espécie, os padrões espaço-temporais da atividade cerebral atingem e ultrapassam um certo nível de complexidade, as leis supervenientes aparecem, e começam a dirigir parcialmente os padrões de atividade, sendo o resultado, entre outras coisas, alterações no comportamento do organismo. As alterações de comportamento, no entanto, modificar-se-ão de um organismo individual da espécie pra outro, pois indivíduos diferentes, com diferentes históricos, desenvolverão capacidades conceituais diferentes e diferentes conjuntos de memórias, e as “leis” ou “princípios” supervenientes diferirão, da mesma forma, de um indivíduo para o seguinte. Assim, do ponto de vista, por assim dizer, ao nível de células cerebrais e sua soma de atividades individuais e relacionamentos, a memória (junto com outras manifestações de capacidades conceituais) envolverá princípios supervenientes de funcionamento, diferindo um pouco, em detalhes, de um indivíduo para outro, e não deriváveis de qualquer quantidade de informação concernente a mudanças estruturais dentro das células cerebrais, ou entre elas.

Os princípios supervenientes que, de acordo com a hipótese que estamos analisando, emergem e se desenvolvem, quando o padrão espaço-tem-

poral global da atividade do cérebro atinge um tipo e grau de complexidade, podem ser admitidos como sendo:

1. inerentes ao universo de uma maneira que a ciência física contemporânea mal começou a entrever, e são “liberados” quando os padrões do tipo e complexidade certos são gerados;
2. criados, ou que venham a ser, por padrões complexos de atividade cerebral;
3. resultantes da interação entre alguma influência fora do cérebro, e de atividade cerebral de tipo bastante complexo (poder-se-ia dizer que quando um cérebro ativo é soprado pelo vento cósmico, ou sobrenada num mar de variáveis ocultas, fenômenos estranhos e imprevisíveis podem ocorrer);
4. vindos de fora do cérebro e tendo *expressão permitida* quando um cérebro exhibe um certo tipo de padrão de atividade altamente complexo.

Não creio que, para os presentes propósitos, importe muito qual das posições acima adotemos, pois sem aderir especificadamente a qualquer uma delas, podemos fazer algumas sugestões plausíveis sobre como o nível superveniente poderia relacionar-se aos padrões de atividade das células cerebrais. Estas sugestões são seis:

1. Parece razoavelmente claro que, dentro de limites modestos, não há ligação necessária ou intrínseca entre os casos de funcionamento superveniente (pensamentos particulares, memórias, etc.) e a ativação de certos conjuntos de células cerebrais. Uma vez ultrapassado o nível crítico de complexidade da atividade cerebral, um pensamento em particular deve ser compatível com a ativação de qualquer um de um número muito grande de possíveis subconjuntos de células cerebrais, e vice-versa. Há várias razões para se dizer isto. Um tipo de razão é empírico: há muitos exemplos em que o poder do pensamento conceitual foi gravemente prejudicado depois da perda considerável de tecido cerebral, e depois restabelecida em maior ou menor grau. Houve também muitos casos de perda de tecido cerebral (até todo um hemisfério cerebral), ou de anormalidades congênitas que levaram a um resultado similar, em que o funcionamento conceitual desenvolveu-se nos limites normais. Em ambos os casos, parece inevitável dizer que este ou aquele conjunto de células cerebrais com o qual não estava antes associado, ou estaria, se as circunstâncias anteriores tivessem sido diferentes.

Um outro tipo de explicação é lógico. De acordo com esta nossa hipótese (à qual fomos levado pelo fracasso do padrão de memória de codificação-armazenamento-recuperação), o nível superveniente de funcionamento recai sobre os eventos neurais que o acompanham e dirigem. O nível superveniente não poderia ter este tipo de autonomia, e não poderia agir como princípio ordenador dos eventos neurais, se cada evento ou estado superveniente (mental, conceitual) se relacionasse unicamente à ativação de um, e um só, conjunto de células cerebrais. Pois, se o nível superveniente for considerado como causador de mudanças no padrão de eventos neurais em vez de simplesmente acompanhar tais mudanças, ele precisará primeiro mudar, e depois realinhar os eventos neurais.

Não quero partir para o extremo oposto e sugerir que a ativação de qualquer subconjunto suficientemente complexo de células cerebrais seja compatível com a aparição de algum funcionamento superveniente. O tipo específico de funcionamento superior que apareça será reprimido, embora não dirigido em detalhes, por aspectos ou feição do padrão espaço-temporal global da atividade do cérebro, e não é impossível que tais restrições fiquem mais severas com o envelhecimento do organismo. Assim, os sonhos ocorrem quando o cérebro exibe certos padrões de atividade elétrica (talvez associados a processos regenerativos das células cerebrais); a atividade cerebral pode constringer a atividade mental de um certo modo (sonhar), sem determinar, em qualquer pormenor, o conteúdo do sonho. Outros padrões (talvez se superpondo parcialmente) da atividade cerebral podem levar a modos de pensar racionais, verbais, musicais, depressivos, ou dirigidos para a ação. O modo como se dá a seqüência de estados mentais pode ser determinado pelo nível mais “elevado” de funcionamento que constringe o “inferior”, ou vice-versa, ou ainda uma mistura de ambos.

2. Parece provável que os padrões mais complexos da atividade cerebral permitirão o aparecimento de funcionamento superveniente mais complexo (não seria fácil dar uma boa definição de “complexidade”, aqui). Isto é questão, acho, de fato observado (se bem que se poderiam achar razões para considerá-lo, *a priori*, provável). Como um ser humano cresce para a maturidade mental, assim também as interconexões entre suas células cerebrais se desenvolvem de uma forma incomensuravelmente mais complicada. Assim, aumenta a complexidade e a variedade dos padrões espaço-temporais. A multiplicação das ligações entre as células cerebrais é geralmente vista como devida ao aprendizado, ou antes como constituindo o aprendizado. Mas eu me inclinaria a supor que muito desta multiplicação representa a base para um aumento geral do número e da complexidade dos possíveis padrões de atividade das células nervosas, e, conseqüentemente, dos possíveis modos de funcionamento (mental) superveni-

ente, e não a base para a canalização da atividade mental para determinados canais.

3. Se, como acabo de sugerir, pode ocorrer alguma associação, embora não restrita entre diversas características gerais do padrão global da atividade do cérebro e certos modos supervenientes (sonho, pensamento racional, musical, etc.), surge a seguinte questão: o que acontece quando as circunstâncias requerem a produção simultânea de mais de um destes modos supervenientes, assim como o musical e o verbal? Suponhamos que o modo superveniente relaciona-se (como parece inevitável) ao padrão de atividade de *todo* ou de *muito* do cérebro. Ora, o *cérebro inteiro* não pode exibir simultaneamente dois padrões diferentes de atividade. Mas talvez um cérebro tão grande e intrincado como o dos seres humanos possa apresentar dois padrões, um no hemisfério direito, e outro no esquerdo, permitindo a emergência simultânea do funcionamento verbal e do musical. Então seria possível cantar o Hino Nacional de duas maneiras, caso se escolha cantarolar apenas a melodia, ou cantar a letra? Não necessariamente, mas isto poderia acontecer se os padrões de atividade nas duas regiões cerebrais ficassem numa relação espaço-temporal (ainda desconhecida) e em relação a padrões de atividade do resto do cérebro que os tornasse subpadrões, sobre os quais este funcionamento novo e mais “elevado” predominaria.

É claro que este exemplo é super-simplificado, mas, como se sabe, há muita evidência da “localização” de funções psicológicas específicas “dentro” de partes específicas do cérebro. Danos a estas partes do cérebro levam à diminuição das funções psicológicas. O “desligamento” de duas destas partes (como a destruição dos caminhos nervosos que as interligam) prejudicará o desempenho de qualquer tarefa que requeira a integração das duas funções psicológicas referidas. (O pensamento convencional sobre este assunto supõe que as “representações” codificadas não podem mais ser derivadas para outro circuito, como seria devido.) O enfoque que estamos explorando nos levaria a uma visão diferente dos efeitos dos danos cerebrais sobre as funções psicológicas. Se (para retornar a meu exemplo super-simplificado) aquela região do cérebro em que o padrão “musical” estivesse estabelecido fosse destruída, a função “musical” não mais predominaria, pelo menos até que aquele padrão se restabelecesse em algum outro lugar, ou a função ficasse associada a algum padrão diferente. Se a região “verbal” ficasse “desligada” da região “musical”, os dois padrões ficariam de tal modo desengrenados que a função superveniente ficaria, ao menos temporariamente, incoerente, e as tentativas de cantar o Hino Nacional fracassariam.

As sugestões que até agora explorei sobre a possível relação entre o nível “superveniente” e os padrões de atividade cerebral visaram principal-

mente às funções conceituais. Minhas sugestões finais têm mais a ver com a memória:

4. Naturalmente não estou sugerindo que, uma vez o nível “superior” de funcionamento tendo predominado, a memória (como um aspecto deste nível superior) fique ileso ou não seja afetada pelas atividades e alterações ao nível celular. Poderíamos fazer algumas suposições plausíveis sobre as relações entre os dois níveis de funcionamento. Por exemplo, suponhamos que quando, pela primeira vez, apreendi aquele interessante tópico sobre a solubilidade da platina no chumbo derretido, meu cérebro estivesse exibindo um certo padrão de atividade espaço-temporal – padrão de uma faixa limitada, mas ainda extensa, de padrões possíveis –, qualquer um que permitisse ou marcasse meu momento de compreensão. Posteriormente, duas tendências entram em jogo:

a) quando eu pensar de novo, lembrar-me, exercitar minha compreensão de platina e chumbo (atividade de nível superior ou superveniente), aquele padrão de atividade cerebral será mais provável que outros da mesma faixa (isto pode subjazer ao fato de que uma ação, quando executada pela primeira vez, seja cuidadosamente pensada, mas com a repetição, torna-se automática);

b) a recorrência daquele padrão de atividade cerebral tenderá a levar-me a pensar mais uma vez sobre a platina e sua solubilidade no chumbo (a combinação dessa tendência com a precedente poderia facilitar a reafirmação de meu conhecimento da solubilidade da platina no chumbo, assim que meu pensamento começasse a se voltar na direção certa).

Estas duas alterações podem muito bem envolver alterações nas sinapses (junções entre as células nervosas), dando a alguns dos padrões possíveis vantagens sobre os outros.

5. Acho que também deveremos supor algum tipo de lei da inércia em relação à formação das memórias. Nem todo novo elemento de informação que encontramos provoca uma mudança em nosso equipamento conceitual, ou nos princípios supervenientes de funcionamento de que falei. De fato, nem seria desejável ter uma memória perfeita. Deve haver uma tendência dos princípios supervenientes a permanecerem como eram, ou voltar a seu estado anterior, a menos que haja alguma característica positiva da situação que permita ou promova a alteração. Deve-se lembrar que a relação entre níveis “inferiores” e “superiores” de funcionamento é em dois sentidos. Os eventos do nível inferior constroem os do superior, e vice-versa. Se as condições do nível inferior (padrão de eventos eletroquímicos nas células cerebrais) não estiverem corretas, as alterações nos princípios supervenientes não ocorrerão, ou o sistema rapidamente voltará

ao *status quo*. O efeito de um ataque epiléptico, um choque elétrico no cérebro, ou um golpe na cabeça pode apenas precipitar esta volta ao *status quo*, levando à completa amnésia (perda de memória) dos eventos imediatamente anteriores ao acontecimento traumático. Talvez uma influência menos devastadora da mesma espécie – digamos um bombardeio difuso e continuado dos hemisférios por impulsos nervosos originários do tronco cerebral – esteja sempre acontecendo e precisa ser inibido ou modulado de alguma maneira desconhecida, antes que qualquer alteração permanente nos princípios supervenientes possa ser desencadeada. A remoção da influência moduladora levaria a um grave dano na capacidade de aprender material novo, efeito, é claro, produzido por algumas lesões cerebrais.

6. A memória será prejudicada (junto com outras manifestações de capacidades conceituais) por qualquer fator que interfira com os padrões complexos de atividade cerebral sobre o qual o nível “superior” predomine. Por exemplo, as demências senil e pré-senil, que envolvem uma deterioração geral de todas as faculdades intelectuais, são marcadas por uma extensa degeneração das células nervosas corticais, degeneração que, sem dúvida, interromperia e acabaria abolindo os intrincados padrões espaço-temporais da atividade cerebral, necessários à emergência do nível “superior” de funcionamento.

Resumo

Esta breve excursão sobre a memória e o cérebro deve ser tomada com um pouco de imaginação. Seu propósito é mais ilustrativo do que expositivo. Argumentei, na primeira parte do capítulo, que o padrão de memória de codificação-armazenamento-recuperação, com sua pressuposição de que memórias são traços (“pegadas”) ou representações no cérebro, e sua conseqüente incompatibilidade com as teorias de imortalidade sobre os fenômenos que estivemos discutindo neste livro, é incoerente e deve ser abandonado. O que tenho tentado ilustrar nas últimas partes do capítulo é que não é difícil imaginar outras explicações, totalmente diferentes, de como a memória pode se relacionar com o funcionamento do cérebro, explicações que podem acomodar os fatos básicos sobre a memória, e assim por diante, sem maior grau de implausibilidade que atenda às explicações (longe de convincentes) dos mesmos fatos, dadas pelos proponentes do padrão de codificação-armazenamento-recuperação.

Minha explicação, como disse, pretendeu ser meramente ilustrativa. Mas tem pelo menos uma característica que (parece-me) qualquer explicação mais extensa e séria deveria ter. Coloca os fenômenos da memória em meio a uma classe de fenômenos psicológicos que não podem ser explica-

dos em termos dos padrões eletroquímicos do cérebro, mas se superpõe a eles – pelo menos como se concebe pela ciência contemporânea. Do ponto de vista das atividades das células cerebrais, as memórias representam princípios supervenientes de ordenação que, em parte, dirigem e constroem estas atividades. E como as minhas memórias pessoais e muitas das factuais são diferentes das suas, poder-se-ia dizer que, em certo sentido, cada cérebro tem *seu próprio* conjunto de princípios supervenientes de ordenação.

Ora, se as memórias não são “inscrites” no cérebro, mas envolvem um nível emergente ou superveniente de função que constitui, em relação às atividades das células nervosas no cérebro, um ou mais princípios de ordenação não deriváveis da estrutura neurofisiológica convencional, as possibilidades quanto à imortalidade da alma ficam em aberto. Os princípios de ordenação que predominam sobre o “nível inferior” do cérebro de cada pessoa têm, por hipótese, algum grau de autonomia em relação aos eventos neurais que eles “constroem”; e certamente as memórias “perdidas” depois de um choque ou lesão cerebral pode, por vezes, se restabelecer de modos que sugerem que elas agora são sustentadas ou confirmadas pela atividade de elementos neurais diversos dos que originalmente as sustentaram. Poderia esta autonomia estender-se até o restabelecimento, em condições totalmente diferentes? Tentei mostrar que esta possibilidade não pode, no momento, ser excluída com base nos campos neuropsicológico ou neurofisiológico. Pode-se também exigir fortes evidências antes de aceitar que esta possibilidade possa de fato se concretizar. Mas acho que se pode dizer, razoavelmente, que algumas das evidências apresentadas neste livro – que são apenas pequena parte da evidência total – são, no mínimo, extraordinariamente curiosas.

14 Experiências Fora do Corpo e Aparições

Sugeri no capítulo anterior que a memória e os fenômenos envolvendo o conceito possuem devem ser considerados como manifestações em um nível funcional que se superpõem às ocorrências eletroquímicas dentro de e entre as células cerebrais, e que não podem ser explicadas como tais, do modo como essas ocorrências são entendidas. Sugeri, ademais, que, do ponto de vista das atividades das células no cérebro de um indivíduo, suas memórias pessoais, memória-conhecimento e capacidades conceituais em geral devem constituir princípios supervenientes do funcionamento específico do indivíduo. Sua sobrevivência à morte do cérebro envolveria, dentre outras coisas, a continuidade do funcionamento desses princípios em algum outro ambiente que não o cérebro, com o qual originalmente estavam associados. E a evidência da imortalidade, assim como estivemos discutindo neste livro, poderia constituir evidência desse prosseguimento de funcionamento – pois o “nível de funcionamento superveniente” da memória não exclui esta possibilidade do modo pelo qual o enfoque da “representação interior” o faz.

Se quisermos levar a sério a teoria da imortalidade, duas questões ulteriores imediatamente se apresentam. A primeira é: a sobrevivência dos princípios supervenientes de funcionamento, outros associados ao cérebro de uma pessoa em particular, envolveria ou equivaleria ou requereria a sobrevivência daquela pessoa como indivíduo consciente? Este é um problema difícil, para o qual não tenho resposta. No caso de comunicadores mediúnicos, seria possível desenvolver um argumento nas seguintes linhas: se encontramos e nos comunicamos com uma inteligência que tenha um propósito e que exiba um fluxo aparentemente coerente de memórias, então *devemos* aceitar que estamos tratando com um indivíduo consciente. Pois não temos outros critérios, na verdade qualquer outro critério, para justificar a presença de um tal indivíduo. A presença, por exemplo, de um corpo em movimento e respirando não seria um critério suficiente (alguns argumentariam – erroneamente, em minha opinião – que esse critério é necessário). A questão, portanto, que temos de decidir, confrontados com as memórias, propósitos, etc., aparentemente sobreviventes de alguma pes-

soa agora morta, não é se elas indicam a presença de um indivíduo consciente, mas se o indivíduo consciente, cuja presença indicam, é algum ser humano vivo e corpóreo, como um médium em estado de dissociação exercitando seus poderes de super-PES. Se estamos dispostos a excluir a hipótese da super-PES, haverá alguma outra hipótese remanescente que não a da imortalidade, e que faça algum sentido?

As únicas alternativas que posso conceber são do tipo mais nebuloso. A mais freqüentemente esboçada tem sido a teoria do “fator psíquico”, desenvolvida, mas não necessariamente endossada, pelo falecido prof. C. D. Broad (18a, pp. 536-551; 18c, pp. 419-430). De acordo com essa teoria, quando uma pessoa morre, algo sobrevive, mas isso representa muito menos que uma pessoa completa. Em si e por si, não é racional nem tem vontade própria, mas é um veículo para traços de memória e talvez com outras aptidões. É capaz, sob certas circunstâncias, de estar em relacionamento com o sistema nervoso de um vivo, o que permite a este (médium ou sensitivo) desenvolver um fluxo transitório e quiçá dissociado de consciência, que exibirá algumas das memórias, propósitos, etc. outrora característicos da pessoa morta em questão. Broad parece encarar os “fatores psíquicos” como entidades espacialmente localizadas, mas sem dúvida seria possível desenvolver versões da teoria que tornasse os “fatores psíquicos” em algo semelhante a hologramas, isto é, não-localizados por si, mas capazes de manifestações localizadas.

A teoria do fator psíquico encontraria consideráveis dificuldades se a crítica das teorias de traços de memória, que apresentei no último capítulo, forem corretas. Pois o fator psíquico irracional teria de ser o detentor não só de um banco de “pegadas” inertes de memória, que um médium de algum modo deveria ser capaz de “ler”, mas também de um conjunto complexo e inter-relacionado de capacidades conceituais, que (segundo argumentei) não devem ser baseadas em marcas ou representações interiores sobre qualquer substância, mas, ao contrário, constituem princípios, de acordo com os quais todo o sistema se comporta. Entretanto, não consigo formar uma idéia suficientemente clara do que poderia constituir um “fator psíquico” para criticar pormenorizadamente a questão.

Casos de aparente reencarnação levantam questões análogas, se bem que, de certo modo, as questões sejam mais simples. Ao passo que em casos de mediunidade mental há duas questões em foco:

a) se nas comunicações há ou não, em atividade, um fluxo de consciência diverso daquele (ou daqueles) do médium com que nos defrontamos; e

b) nos casos de reencarnação, só precisamos saber se a consciência da pessoa viva com que nos deparamos é contínua (no mesmo sentido) àquela anteriormente associada a outro corpo, em outra época.

Algumas pessoas argumentariam que (como questão de lógica, mais que de fato) só podemos reidentificar algo como a mesma coisa que previamente encontramos se puder ser demonstrado ou aceito ter havido uma história que continuou no espaço e no tempo, no intervalo. Daí, nos casos de reencarnação, não podemos identificar a atual personalidade com a anterior por mais acuradas que sejam as lembranças desta em relação aos eventos da vida da outra. (Argumentos análogos são usados para mostrar que a sobrevivência “desincorporada” é sem sentido; não poderíamos estabelecer critérios para decidir se uma entidade sem corpo teve um histórico espaço-temporal contínuo ou distinto de outras tais entidades; daí uma entidade desincorporada não pode ser identificada com o antigo ocupante de um corpo vivo.) Não concordo com estes argumentos, mas a literatura a respeito é considerável (v., por exemplo, 31; 40; 46; 92; 119) e não posso fazer esta digressão aqui.

A teoria do “fator psíquico” poderia ser posta a prova em casos de reencarnação. Envolveria dizer que alguma parte, ou elemento, ou aspecto da encarnação anterior sobrevive e, vindo de algum modo, a influenciar o sistema nervoso da personalidade atual, faz com que tenha experiências assim como lembrar-se de eventos que de fato pertenceram à vida da personalidade passada. Entretanto, as mesmas obscuridades cerceiam aqui a teoria do fator psíquico bem como em relação a controles e comunicadores mediúnicos. Além de várias outras pressuposições que precisariam ser encaixadas, pelo fato de a personalidade atual estar pronta para afirmar que as experiências da “vida passada” das quais se lembra eram *dela*, e pelo fato de que (em contraste com médiuns), os sujeitos de casos de reencarnação só são influenciados por um fator psíquico ou, de qualquer modo, por não mais de um fator psíquico, de um dado período do passado.

Além do que, há uma arbitrariedade nada racional sobre as tentativas de aplicar a hipótese do fator psíquico aos melhores casos de reencarnação. Pois propõe-se que algo (uma entidade anteriormente encarnada de um certo tipo) outrora foi consciente e tinha certas capacidades conceituais, memórias, etc., e que algo (uma entidade atualmente encarnada) seja consciente e possua capacidades conceituais muito semelhantes, memórias, etc. (e inclusive alegue continuidade de consciência com a entidade previamente encarnada), mas que não há, de fato, continuidade de consciência entre as duas; a continuidade aparente sendo efetuada pela intervenção casual de um fator psíquico irracional, cuja natureza é desconhecida.

A segunda das outras duas questões que se apresentam, se elevarmos a sério a hipótese da imortalidade, é igualmente difícil. É a seguinte: falei das memórias de cada pessoa, e suas capacidades conceituais em geral, como conjuntos de princípios que funcionam predominando e restringindo, e que não são redutíveis aos padrões das atividades eletroquímicas exibidos pelos conjuntos de células cerebrais. Se a personalidade humana, sob qualquer significação, sobrevive à morte, são estes princípios (diferentes conjuntos de princípios para diferentes pessoas) que precisam sobreviver e se manifestar de novo. Mas “princípios de funcionamento” não podem existir no vazio. Devem ser princípios de funcionamento *de algo*. E se podem sobreviver à destruição do cérebro ao qual originalmente estavam associados, não podem ter sido princípios de operação *daquele cérebro* primariamente, mas de maneira derivada e, ao contrário, devem ter sido princípios de operação de algo que *operou através* daquele cérebro. O que poderia ter sido isto? Uma “mente” ou uma “alma” tais como concebidas pelo pensamento teológico e filosófico do ocidente? Um dos “fatores psíquicos” de Broad? Uma porção da mente divina ou alma do mundo? Alguma espécie de emanção física ou campo, cuja natureza íntima no momento não conseguimos vislumbrar? Um aspecto do “holomovimento”? De onde veio isto? Foi criado pelas atividades do cérebro quando estas ultrapassam um certo grau de complexidade? Resultaria da interação da atividade cerebral com alguma influência externa ao cérebro? Existiu por si só e simplesmente se manifestou através do cérebro, quando as atividades deste atingiram um grau de complexidade que permitiram isto? Perante todas estas perguntas, e muitas outras, confesso-me aturdido, à cata de respostas. Muitos, na verdade, acharam as próprias perguntas ridículas ou ininteligíveis. Talvez sejam. Só posso responder, que, tanto quanto posso dizer, é mais por causa de fatos e argumentos do que por tendências preexistentes, as quais sou levado a questionar.

Discuti estas duas interessantes questões abstratamente, mas é claro que há fenômenos que as fundamentariam. Alguns diriam que os “controles” dos médiuns muitas vezes nos disseram tudo o que podemos ou precisamos saber sobre estes assuntos. Todos estes controles (pelo que sei) alegam que eles, e outros mortos, são indivíduos totalmente conscientes tal como eram antes da morte; de fato, muito mais. E vários controles nos favoreceram com muitas supostas informações, muitas vezes de caráter científico ou pseudocientífico, sobre o que é e como é sobreviver à morte do corpo. Uma sugestão comumente feita é que temos um segundo corpo (por vezes, mais de um) de uma natureza tênue e sutil, feito, como é às vezes dito, de uma matéria em um nível mais alto de “vibração” do que a matéria de nossos corpos atuais. Este segundo corpo (ou “alma”) é a verdadeira re-

sidência, ou veículo, daquela centelha divina (o “espírito”) que constitui nossa inteligência animadora, tanto aqui como no além.

Ora, se um controle mediúnico, de início, nos dá uma convincente “evidência de identidade”, e então passa a nos brindar com copiosos ensinamentos sobre o mundo do além e seus habitantes, deveríamos achar que o que ele tem a dizer, contendo assim informação em primeira mão, vale a pena ser escutado. A falácia, infelizmente, está nas considerações que adiantei no Capítulo 8. Há razões para supor que, qualquer que seja a fonte última das declarações “evidenciais” feitas pelos controles de médiuns de transe, estes mesmos controles são dramatizações de algum nível da mente do próprio médium. Daí, ser inteiramente possível que quaisquer ensinamentos que os controles possam transmitir, ou as afirmações supostamente científicas que façam, emanem do médium, neste mundo, ao invés do controle, no outro mundo. Não se deveria rejeitar estas afirmações só por causa desta possibilidade, mas seria desejável testá-las da mesma maneira que se testariam quaisquer outras afirmações de fundo científico – por observação e experiência. Desgraçadamente, ainda não ouvi nenhuma dessas afirmações que tenha sido suficientemente explícita e, de acordo com as tendências da ciência moderna, que as tornem verificáveis.

Entretanto, há certos fenômenos – bastante comuns, e adequadamente registrados – que parecem lançar alguma luz sobre as duas questões que estivemos discutindo. Tais fenômenos são os que ocorrem nas experiências “além do corpo” (EFCs) e as aparições. Os casos que se englobam sob esses títulos foram coligidos e publicados em escala considerável por membros da SPR e da ASPR. Uma revista abrangente dessa ampla literatura não está no âmbito do presente volume. Os leitores desejosos de embarcar num estudo mais extenso poderão consultar outros dois livros desta série, *Fantasma e Aparições**, por Andrew MacKenzie, e *Experiências fora do corpo**, por Susan Blackmore ou algumas das numerosas outras obras sobre os mesmos assuntos (por exemplo, 8; 51; 52; 115; 162c). Só direi o suficiente sobre estes casos, para indicar sua possível influência sobre as questões que aqui nos ocupam, e sobre o problema da imortalidade, em geral.

EFCs

Experiências fora do corpo (EFCs) são aquelas usualmente breves e curiosas experiências em que uma pessoa parece deixar seu corpo e observar o mundo de um ponto de vista diverso do que teria se ainda estivesse em seu corpo. Em alguns casos, as pessoas alegam ter “visto” e “ouvido” coisas (objetos que estavam realmente ali, eventos e conversações que real-

* Ambos publicados pela Ed. Pensamento, São Paulo, 1986.

mente ocorreram), que não poderiam ter visto ou ouvido das posições reais de seus corpos. As EFCs são surpreendentemente comuns; pesquisas diferentes deram resultados um tanto diferentes, mas, no total, penso que não estaríamos errados ao dizer que uma pessoa em cada dez ou uma em cada vinte teve uma experiência assim, pelo menos uma vez (para uma análise das pesquisas, v. 13, pp. 82-93).

As EFCs são mais frequentes durante o sono, na inconsciência posterior a anestesia, por golpe na cabeça e sob tensão nervosa. Mas podem ocorrer durante quase todo tipo de atividade. Green (53, pp. 63-64) cita alguns casos em que motociclistas em velocidade, subitamente encontraram-se flutuando acima de suas máquinas, olhando para baixo, para seus próprios corpos, enquanto dirigiam. Mas não ocorreram acidentes. Fui informado por uma autoridade em medicina aeronáutica, de que pilotos de aviões a grandes altitudes (talvez afetados pela ausência de vibrações, e uniformidade de estímulo sensorial) analogamente encontraram-se fora de seus aviões, esforçando-se para entrar de novo. Sob tais circunstâncias, pode-se compreender a luta para voltar.

Nem todas as EFCs ocorrem espontaneamente. Algumas pessoas, por várias técnicas, cultivaram a faculdade de induzi-las mais ou menos à vontade, e várias delas escreveram relatos detalhados de suas experiências. Estes relatos nem sempre coincidem com os das pessoas que sofreram EFCs espontâneas. Por exemplo, a grande maioria dos “viajantes astrais” voluntários afirma que eles se encontram ainda incorporados, mas num corpo cuja forma, características externas e localização espacial são facilmente alteráveis à vontade, e muitos referem-se a um “cordão de prata” elástico que une seu novo corpo ao antigo. Uma percentagem menor dos que sofrem EFC espontânea menciona ter outro corpo, e alguns dizem especificamente que se encontram sem corpo. O “cordão de prata” é raramente mencionado. É difícil não suspeitar que muitas características das EFCs auto-induzidas sejam determinadas por leituras e expectativas anteriores do sujeito.

As EFCs, especialmente as espontâneas, costumam ser muito vívidas, a assemelham-se às experiências de vigília do cotidiano mais do que a sonhos, e podem causar considerável impressão nos que as sofrem. Tais pessoas podem achar difícil de acreditar que não deixaram seus corpos, e podem tirar a conclusão de que têm uma alma separável, talvez associada a um segundo corpo, que sobreviverá num estado de consciência total, se não de consciência ampliada, após a morte. A morte seria uma EFC da qual não se volta ao corpo.

Tais conclusões apresentam-se mais fortemente às mentes dos que sofreram a EFC conhecida como “experiência próxima da morte” ou EPM.

Não é raro que as pessoas que estiveram à morte e foram salvas – digamos, um colapso cardíaco ou ferimentos graves num acidente –, relatem uma experiência (comumente muito vívida e impressionante) de terem deixado seus corpos, terem viajado (frequentemente num corpo duplo) ao limiar de um mundo novo e maravilhoso. No limiar, são detidos por uma “presença” ou por um amigo ou parente morto, e enviados de volta, porque, como lhes é informado, sua hora ainda não chegou. Despertam para se encontrarem de volta em seus corpos.

Ultimamente, EPM, mais que as EFCs, tem cativado a imaginação do público, especialmente nos Estados Unidos (v., por exemplo, 13, pp. 142-152; 102a, 102b; 132), e pesquisas recentes de pacientes que chegaram perto da morte sugerem que EPMs são muito mais comuns do que se pensara antes. Sofrer uma EPM pode mudar toda a visão religiosa e filosófica de um paciente. Parece-lhes aprender, pela experiência, como é morrer.

Cresceu uma escola de pensamento dentro da Parapsicologia, e à sua volta, que leva estas idéias muito a sério. Podemos nos referir a esta escola como “animista”, “animismo” sendo a opinião de que toda mente humana, antes ou após a morte, “está essencial e inseparavelmente associada a algum tipo de veículo quase-físico que não é normalmente perceptível aos sentidos dos seres humanos em sua vida atual” (18c, p. 339). Um argumento que se ouve amiúde dos membros da escola animista é o seguinte: as EFCs e as EPMs são, pelo que sabemos, universais. Foram registradas em diferentes partes do mundo e em muitas eras históricas. As experiências das pessoas envolvidas *devem* refletir características genuínas da constituição humana, pois não podemos supor que elas derivem de uma corrente comum de tradição religiosa ou crença popular – as sociedades onde foram observadas são muito separadas no espaço e no tempo para que assim fosse.

O tópico mais forte do repertório animista ainda não foi mencionado. Há alguns casos, e não poucos, em que a pessoa que está sendo submetida a uma EFC encontra-se num lugar, ou “projeta-se” para ele, distante de seu corpo físico, sendo vista naquele lugar por uma pessoa ali presente. Tais casos são conhecidos como “recíprocos”, e passarei a dar um exemplo. A seguir, um extrato de depoimento enviado à ASPR, em maio de 1957, pela srta. “Martha Johnson”, mulher de 26 anos, de Plains, Illinois. Ela descreve um sonho que teve na madrugada de 27 de janeiro de 1957. Sonhou que estava viajando, a pé ou flutuando para a casa de sua mãe, no norte de Minnesota, a 1.500 quilômetros de distância:

Depois de pouco tempo, parecia estar só, atravessando uma grande escuridão. Então, de repente, debaixo de mim, como se eu estivesse a uma grande altura, pude ver um pequeno oásis de luz no vasto mar de escuridão. Comecei a me in-

clinar para ele, pois sabia que era a casinha ao lado da escola, onde mora minha mãe... Depois que entrei, inclinei-me contra um armário de pratos com os braços cruzados, pose em que sempre fico. Olhei para minha mãe, que estava inclinada sobre uma coisa branca e fazendo algo com as mãos. Não parecia ver-me, de início, mas por fim ergueu a cabeça. Tive uma sensação de alegria e então, depois de ficar mais um segundo, voltei-me e andei uns quatro passos.

Ela despertou de seu sonho às 2:10 (1:10 hora de Minnesota). A mãe relata suas experiências em duas cartas à sua filha, datadas de 29 de janeiro de 1957 e 7 de fevereiro de 1957, de onde extraí o seguinte:

Creio que era noite de sábado, 1:10, 26 de janeiro ou talvez 27. Deveria ser duas e dez, no seu fuso. Estava passando a ferro uma blusa aqui na cozinha... Levantei os olhos e vi você junto ao armário, de pé, apenas olhando para mim e sorrindo. Eu ia começar a falar, e você desapareceu. Esqueci por um minuto onde estava. Acho que os cães a viram também. Ficaram excitados e quiseram sair – pensaram que você estaria junto à porta – farejaram e ficaram inquietos. Seu cabelo estava bem penteado – num rabo-de-cavalo com aquele cacho bonito na frente. Sua blusa estava bonita e leve – parecia quase branca. (A srta. Johnson confirmou na correspondência que tinha “viajado” vestida desta maneira.)

Nesse caso, a “viajante” percebeu detalhes corretos da cena que visitou, de modo que sua experiência dificilmente pode ter sido uma alucinação; e o corpo em que acreditava estar correspondia, quanto ao penteado e roupa, ao que sua mãe viu de pé junto ao armário. Por certo, não podemos duvidar que algo (um corpo duplo?) saiu da srta. Johnson, agindo como veículo de sua consciência ou, em parte, como produto dela, e, ao fim de sua viagem, foi de fato vista por sua mãe, e teria sido vista por qualquer pessoa com a sensibilidade certa e que estivesse no local; não é igualmente óbvio que se o corpo físico da srta. Johnson fosse destruído durante sua “ausência”, ela seria deixada consciente, uma pessoa completa, e ainda ocupando algum tipo de corpo sutil, ou rarefeito?

Assim o animista, começando por seu estudo de EFCs e EPMs, vem com respostas às duas questões que coloquei no começo do capítulo. Ele alega evidência de que após a morte:

- a) continuamos a ser os indivíduos conscientes que sempre fomos;
- b) o “veículo” de nossas memórias e disposições psicológicas é um segundo corpo, cujas propriedades (outras, talvez, além de ser maleáveis pelo pensamento) são, ele admite, amplamente desconhecidas.

Além de tomar EFCs e EPMs como evidências da imortalidade, o animista oferece o seguinte argumento para considerar outra classe de fenômenos como evidência: há, na literatura das aparições (tópico que logo

abordarei), uma amostra substancial de casos de aparições de mortos, alguns vistos por testemunhas que não conheciam o falecido em vida. Uma extensa pesquisa estatística pelo falecido prof. Hornell Hart (60a) sugere que aparições dos mortos e fantasmas de “projetores” vivos em casos recíprocos, como classes, são indiscerníveis uns dos outros no que se chamaria de “características externas” – tais como, se o vulto era sólido, se usava roupas comuns, se foi visto por mais de uma pessoa, se falava, se se ajustava a seu ambiente físico, etc. Ora, sabemos que em casos recíprocos, o fantasma do projetor, de algum modo, é o centro ou o veículo da consciência (a do projetor). Como as aparições dos mortos e de projetores vivos manifestamente pertencem à mesma classe de objetos, ou eventos, podemos inferir que se as aparições dos vivos são veículos para a consciência da pessoa em questão, isso deve valer também para as aparições dos mortos. Daí, a consciência dos mortos sobreviver e possuir ou se utilizar de um corpo.

Aparições

Agora quero abordar o mesmo assunto a partir de um ponto algo diferente, isto é, a partir dos fenômenos de aparições a que aludi brevemente. Histórias de aparições (“fantasmas”) têm sido relatadas em todas as sociedades, das quase temos suficientes registros. As pesquisas modernas sugerem que na sociedade ocidental, talvez uma pessoa em cada vez (em estado sadio, sóbrio e desperto) tenha visto um vulto humano ou ouviu uma voz humana que não correspondia a nenhuma pessoa presente. (Por vezes o vulto visto também é ouvido; só raramente é percebido pelo tato.) A explicação mais comum é uma versão ou outra da hipótese animista, que acabo de discutir. Essa teoria é rejeitada pela maioria dos modernos parapsicólogos, muitos dos quais vêem as aparições como alucinações, criações da mente sem realidade exterior. Suas principais razões (162c, pp. 53-60) são as seguintes: muito embora as aparições, com umas poucas exceções, tendem a se parecer e se comportar como pessoas comuns, têm o hábito de desaparecer subitamente em pleno ar, sem deixar sinal; podem fazer coisas que sujeitos físicos não poderiam fazer, assim como atravessar portas e paredes; são capazes de se moverem instantaneamente de um lugar para outro. Por vezes são acompanhadas por atributos fantasmagóricos e simbólicos, tais como carros fúnebres ou esquifes. Se são vistas abrindo uma porta ou movendo um objeto, este será descoberto depois como se não tivesse sido movido, e a porta ainda trancada. As portas se abrindo e os movimentos dos objetos eram parte, não tanto de uma alucinação, mas de toda uma cena alucinatória.

A teoria da alucinação, nas aparições, tem muito em seu favor. Mas também se confronta com certas dificuldades. A mais óbvia é o fato de

que, num número não pequeno de aparições, as alucinações podem ser descritas como “verídicas”. Mas isto não significa que elas correspondem, de maneiras para as quais não podemos oferecer explicação comum, a algum evento exterior a elas, ou com as experiências de outro ou outros percipientes. As principais classes de alucinações verídicas são:

1. *Aparições de Crise*: constituem a maior classe de alucinações verídicas. O percipiente vê (ou ouve – mas por simplicidade, confinar-me-ei aos casos visuais) uma pessoa conhecida, que então desaparece de maneira inexplicável. Depois, descobre-se que a pessoa vista morreu, ou sofreu alguma crise desagradável, na hora, ou perto da hora da aparição. (Por convenção, uma aparição de “crise” deve ocorrer dentro de 12 horas antes ou depois da crise.)

2. *Aparições Coletivamente Percebidas*: duas ou mais pessoas simultaneamente vêem o mesmo vulto fantasmagórico no mesmo lugar (alucinações de todas as outras classes podem, ademais, ser coletivamente percebidas).

3. *Aparições de Pessoas Mortas*: (por convenção, uma aparição só é classificada como *post-mortem* se a pessoa que ela representa esteve morta pelo menos doze horas). Tais aparições podem ser classificadas como “verídicas” se:

a) o percipiente não sabia que a pessoa que viu havia morrido;

b) a aparição, apesar de não ser conhecida do percipiente, foi depois identificada por ele (por exemplo, por uma fotografia) como sendo a pessoa morta anteriormente associada ao local em questão;

c) o vulto transmitiu alguma informação outrora conhecida do morto, mas antes desconhecida do percipiente;

d) o vulto manifestou algum propósito característico ou apropriado ao morto, mas desconhecido ou não característico do percipiente.

4. *Aparições de Assombrações*: o mesmo vulto é visto no mesmo local numa série de ocasiões diferentes pelos mesmos (ou, melhor ainda) ou por diferentes percipientes. Tais aparições são usualmente tomadas como sendo de pessoas mortas, mas falta evidência de sua identidade.

5. *Aparições de Pessoas Vivas*: tais aparições podem ser chamadas verídicas se, por exemplo, o vulto visto é de pessoa viva que anteriormente freqüentava aquele lugar, ou de pessoa viva que deverá chegar ali (de preferência, inesperadamente).

De cada uma dessas classes há casos bem comprovados. Mais adiante, darei alguns exemplos, mas não de todas estas classes. Os leitores podem se dar ao trabalho de consultar algumas referências dadas anteriormente, e es-

tudar alguns testemunhos por si mesmos. Se aceitamos que ocorrem casos dessas cinco categorias, como a teoria da alucinação se acomoda a elas? A resposta é até óbvia. A teoria da alucinação deve ser suplementada pela introdução da PES. O percipiente acrescenta à sua alucinação, como se a recheasse, informação obtida por PES. É onde aparece a “veracidade”. A forma de PES envolvida, exceto na primeira categoria, é a telepatia. Em alguns casos (aparições dos mortos e assombrações) poderíamos invocar telepatia com os vivos ou com os mortos. Por hora, ater-me-ei à versão que postula telepatia com os vivos.

Quando a teoria da alucinação é suplementada pela introdução da PES, temos uma variedade de possíveis explicações das várias categorias de alucinação verídica. Nas aparições de crise, o percipiente tem conhecimento por PES da morte ou morte iminente da pessoa em questão. A informação é recebida por algum nível ou subliminar da personalidade, e tem alguma dificuldade em emergir na consciência ordinária. Consegue romper a barreira sob a forma de um “automatismo sensorial” (v. Capítulo 2). Nas aparições percebidas coletivamente, um percipiente toma consciência telepática da alucinação do outro, e constrói, ele mesmo, uma alucinação correspondente; ou talvez ambos, telepaticamente, contatem uma fonte exterior. Em casos de assombrações e aparições dos mortos, a testemunha faz contato telepático com alguma pessoa viva que se lembre do morto que faleceu naquele lugar, ou talvez veja, por clarividência, um álbum de fotografias que contenha uma foto daquela pessoa, e assim por diante. Tudo pode soar muito plausível (se não analisarmos tudo muito cuidadosamente).

Quando os proponentes da teoria da alucinação, para sua grande alegria, expulsaram os membros da escola animista de seu território, acabaram conseguindo um efeito contrário. Em outras palavras, tentaram desenvolver uma teoria alucinatória de EFCs, EPMs e casos recíprocos. Argumentam nas seguintes linhas: pode ser verdade que EFCs e EPMs ocorram em todo o mundo, e que não podemos atribuir a propensão universal de sofrer tais experiências à influência de uma tradição cultural comum. Mas não se segue daqui que estas experiências reflitam algum fato básico da constituição humana (por exemplo, que somos compostos de corpo, alma e espírito). Antes refletem o fato que, fundamentalmente, as mentes das pessoas funcionam da mesma maneira em culturas diferentes. A teoria da alma na constituição humana é óbvia, dado alguns eventos notáveis, mas não incomum (sonhos, alucinações, PES, perda dos entes queridos). Que a teoria da alma surja e se adapte às experiências das pessoas em todos os cantos do globo é um fato não mais surpreendente que certos temas recorrentes nas lendas de culturas amplamente separadas. E as experiências (como te-

mas mitológicos) tendem a emergir em certas situações (sonhos, drogas, alucinação) e em resposta a certas solicitações externas (preocupação, anestesia, falta de oxigênio no cérebro depois de um ataque cardíaco), usualmente tensões que a pessoa não pode fazer nada para aliviar. As EFCs, as EPMs e certas alucinações correlatas, de acordo com esta opinião, são geradas como meio de enfrentar pressões psicológicas que seriam, de outra forma, intoleráveis.

De fato, ao se examinar numerosos relatórios de EFCs e EPMs, pode-se ver claramente que os temas básicos são fortemente influenciados por fatores culturais, o que dificilmente seria o caso, se as experiências fossem visões da natureza da alma e do mundo do além. As EFCs auto-induzidas de xamãs e curandeiros são bem diferentes das dos nossos viajantes astrais domésticos (v. 37, *passim*). Os que sofrem EPM em nossa sociedade tendem a se ver em deslocamento para um reino pacífico e harmonioso de indescritível beleza; as EPMs medievais contêm visões horríveis do inferno, bem como visões de um céu que nem todos apreciariam (21, II, pp. 197-202; 225-233); um *quaker* do século XVIII vê aproximar-se um reino ressonante de “canções de louvor ao Senhor Deus e ao Cordeiro” (166), e assim por diante.

E aqueles casos em que uma pessoa que esteve “fora do corpo” trouxe informação que não poderia ter obtido se tivesse permanecido onde estava seu corpo físico? Como já argumentamos que fatos adquiridos por PES podem ser incorporados em vários tipos de alucinações, a proposta que tais visões possam ser incorporadas em outro tipo bizarro de alucinação não criaria dificuldade adicional. Quanto aos casos recíprocos: as coisas ficam, claro, um pouco mais complicadas; mas sem muita dificuldade podemos desenvolver uma explicação: o “projeccionista” adquire, por PES, informação sobre objetos e eventos num local distante, e constrói, a partir disso, uma alucinação representando aquela cena, de um certo ponto de vista. O “percipiente” naquela cena aprende, telepaticamente, que o projeccionista está tendo uma alucinação de estar naquele local. Ele incorpora esta informação numa sua representação alucinatória.

Assim, demos conta dos casos recíprocos também. E, de fato, a teoria animista, que em tais casos diz que o projeccionista sai investido num segundo corpo mais sutil, é obviamente sem sentido. Consideremos o seguinte caso recíproco, coligido por Nils Jacobson, psiquiatra sueco muito inte-

ressado em experiências insólitas. As duas pessoas envolvidas concordaram com a experiência. Eis um extrato de seus depoimentos (73, p. 112):

Jakob: ... Um dia depois de nossa decisão, levei minha irmã de carro a seu emprego, eram 18:00 horas. De repente, lembrei-me de meu acordo com Eva. Então, transportei-me astralmente até sua casa e achei-a sentada no sofá, lendo alguma coisa. Fiz com que ela notasse chamando seu nome e mostrando-lhe que estava guiando meu carro. Ela levantou a cabeça e me viu. Depois eu a deixei, estava de volta ao carro, que estivera guiado o tempo todo, sem me aperceber...

Eva: Eu estava sozinha, sentada na sala, reclinada num divã... De repente vi Jakob sentado à minha frente no carro, e vi metade do carro, como se eu estivesse lá com ele. Estava sentado ao volante: Só vi a parte superior do seu corpo. Também vi o relógio do carro; acho que faltavam alguns minutos para as seis. O carro não se dirigia para nossa casa, mas numa outra direção...

Mesmo que se pudesse manipular a teoria animista (o que duvido) de modo a dar uma explicação plausível de como corpos “duplos” formam suas partes exteriores, como roupas, dificilmente se poderia estender a suposição para incluir a transformação deles na metade de um carro, completa, com um relógio dando a hora certa.

A esta altura, um defensor da teoria da alucinação, sem dúvida, acharia ter varrido completamente os animistas para fora do campo, até mesmo em seu território favorito – o das EFCs, EPMS e casos recíprocos. Quanto a mim, acho difícil discordar. Pelo menos – no momento, não tenho por que discordar, com base em EFCs e EPMS, da teoria da alucinação, se bem não ficaria surpreso se aqui se descobrissem motivos para uma discordância. Por exemplo, foram feitos alguns estudos bem exaustivos nos estados unidos (principalmente por Osis, Morris e Roll – v. 13, pp. 220-224) sobre pessoas que alegavam poder viajar à vontade “fora do corpo”. Foram feitas tentativas para determinar:

a) se tais pessoas “acertam a pontaria” e identificam corretamente objetos-alvo colocados em locais especialmente protegidos;

b) se, quando acertam, podem influenciar “detetores” – humanos, animais ou instrumentais – colocados à volta destes alvos;

c) se o sucesso em a) correlaciona-se significativamente com o sucesso em b). os resultados até hoje foram equívocos e um tanto frustrantes. Acho que seria razoável dizer que, enquanto os sucessos ocasionais foram relatados sob os três títulos, os sucessos não foram consistentes ou notáveis para aceitá-los ou rejeitá-los com confiança. A menos que experiências futuras produzam resultados inegavelmente positivos, devemos continuar a recusar a hipótese animista.

Resumo

Comecei este capítulo discutindo duas questões:

- a) poderia a sobrevivência das memórias de uma pessoa, bem como outras capacidades conceituais, envolver ou equivaler à sobrevivência daquela pessoa como indivíduo consciente;
- b) qual poderia ser a natureza daquilo que sobrevive, o presumido “veículo” das memórias e sobreviventes a tudo mais?

Depois de discutir brevemente estas questões, voltei-me para as respostas dadas a elas pela escola dos “animistas”, que se interessaram especialmente por EFCs, EPMs e casos recíprocos. Não pude aceitar essas respostas. Assim, estamos de volta ao começo do capítulo. Toda esta digressão teria sido uma perda de tempo? Espero que não, pois em primeiro lugar os fenômenos que tratei breve e incompletamente (EFC, EPM, casos recíprocos, aparições) são freqüentemente introduzidos na discussão do problema da sobrevivência, de modo que é desejável que tivessem sido ao menos mencionados; em segundo lugar, proponho usar o que disse neste capítulo como trampolim para uma ulterior exposição da teoria da alucinação aplicada às aparições e sua possível influência no problema da imortalidade da alma.

15 Aparições dos Mortos

No capítulo anterior, expliquei por que a maioria dos parapsicólogos não via nenhuma realidade objetiva nas aparições, como alucinações construídas pela mente do vidente. As razões para esta opinião são tão fortes que, quando se depararam com casos em que o vulto forneceu ao percipiente informação que ele não conhecia previamente, os parapsicólogos, relutando admitir que algum ser exterior ao percipiente pudesse ter estado ali, sugeriram que o percipiente obteve a informação por sua própria PES, e por obscuras razões psicológicas, revestiram-na perante sua própria mente com uma alucinação. Adotei o ponto de vista da alucinação para lançar dúvidas sobre sua principal rival, a teoria animista. E com uma perversidade deplorável, agora lançarei dúvidas sobre a teoria da alucinação.

As dúvidas que levantei dizem respeito, principalmente, às aplicações dessa teoria a certas aparições *post-mortem*. (Podem ser ou não que dúvidas análogas sejam levantadas sobre outros tipos de casos.) As aparições *post-mortem* pertencem àquela espécie que se julga ser de evidências da imortalidade – a aparição foi reconhecida ou subseqüentemente identificada como pertencente a alguma pessoa morta, tendo, de um modo ou de outro, fornecido informações que a pessoa morta deveria possuir, mas não o percipiente; tendo propósitos característicos do morto, mas não necessariamente do percipiente vivo; e assim por diante. Assim, não perdendo totalmente de vista as questões levantadas no capítulo anterior, quando explorei a teoria da alucinação, apresentarei outros tipos de evidência da imortalidade.

A teoria da alucinação foi suplementada com propostas de que, em numerosos casos, a ocorrência de alucinação é suprida pela própria PES do percipiente. Sem esta pressuposição, a teoria não poderia explicar as “alucinações verídicas” que listei no capítulo anterior; a menos que se achem bases para dizer que elas jamais ocorrem, o que me parece indefensável, pelas razões que esbocei no Capítulo 1. O resultado, como espero em breve ilustrar, é que a teoria da alucinação é forçada a postular a ocorrência de uma PES de extraordinária complexidade. De fato, nada mais é

que nossa velha amiga (ou inimiga), a teoria da super-PES, sob um novo disfarce. A seguir, usarei os termos “teoria da alucinação” ou “hipótese da super-PES” como mais ou menos equivalentes.

O que se pode chamar a forma “forte da hipótese da super-PES – a forma contra a qual dirigi muitos de meus argumentos em partes anteriores deste livro – invoca a clarividência ou telepatia com pessoas vivas. Isto envolveria dizer, no atual contexto, que os percipientes das aparições verídicas obtêm todas as suas informações por clarividência ou por telepatia com os vivos. Também é possível enfocar uma forma “fraca” da super-PES, que admite a possibilidade de telepatia com os que se foram. A teoria do “eclipsamento”, que discuti nos capítulos 9 e 10, de fato foi uma teoria desta espécie. Aplicada a alucinações verídicas, a forma fraca da super-PES nos permitiria dizer que a informação que os percipientes incorporam às suas alucinações pode, por vezes, vir por telepatia com os mortos.

Argumentarei, com especial referência a três classes de aparição, que as formas forte e fraca da super-PES são igualmente insustentáveis. As três classes de aparições são:

1. certos casos de aparições *post-mortem* com propósito;
2. aparições percebidas coletivamente (com especial referência a um exemplo *post-mortem*);
3. assombrações (de novo com especial referência a um exemplo *post-mortem*).

Aparições *Post-Mortem* Exibindo Propósito

A primeira classe de casos que discutirei consiste de aparições *post-mortem* que fornecem informação antes desconhecida do percipiente, e a transmite, talvez de maneira característica, visando um objetivo preferido pelo morto, mas não acolhido conscientemente pelo percipiente. Tais casos forçariam a forma “forte” da super-PES-com-alucinação, pois sugerem que o conteúdo da experiência, de algum modo, foi imposto ao percipiente por um agente exterior. Tentemos a forma forte da super-PES sobre a seguinte série de casos resumidos:

a) Um rapaz é proprietário de uma balsa, com a qual ajuda a sustentar sua família. O motor sempre quebra. O rapaz passa uma noite em claro, cheio de preocupação. Seu recém-falecido pai chega através da porta fechada do quarto. Conversam sobre o motor, e o pai aconselha-o corretamente sobre o concerto (129, pp. 155-156).

Aqui, se poderia simplesmente supor que, “no fundo”, o rapaz já sabia a resposta e, por obscuras razões psicológicas, ele achou um caminho para a consciência na forma de uma alucinação.

b) Um homem (que tivera outras visões) vê um espírito elevado ou angelical (de identidade desconhecida) que lhe diz que sua irmã está passando necessidades, e que ele deverá enviar-lhe uma certa soma em dinheiro. Ele obedece, e depois descobre que naquele momento ela estava em grandes dificuldades, e rezando pedindo ajuda (100).

Aqui, poder-se-ia propor que o percipiente soube, por PES, da dificuldade de sua irmã, que ele naturalmente desejaria aliviar. Seus dotes psicológicos eram tais que a PES, ao invés de tomar um caminho direto (uma intuição, ou um “chamado” com a voz de sua irmã), revestiu-se como a visita de um ser espiritual.

c) O sr. J. P. Chaffin, cujo pai morrera quatro anos antes, sonhou, em numerosas ocasiões, que seu pai aparecia à sua cabeceira. Na última ocasião, seu pai está vestindo seu velho casaco preto, e mostra-lhe o bolso, dizendo: “Vai achar meu testamento no bolso de meu sobretudo.” (O percipiente não foi claro se isto foi um sonho ou uma aparição em estado de vigília – de fato, há numerosos casos em que um se transformou no outro.) O sr. Chaffin vai revistar o bolso do casaco, e acha lá um rolo de papel que revela a localização de um segundo testamento, até então insuspeitado (139a).

Com este caso, a hipótese de PES deve se deslocar para super-PES. Teríamos de dizer que o sr. J. P. Chaffin soube por PES não só que havia uma pista sobre onde estava o testamento, como também que havia um testamento. Isto envolve “ler” o que estava escrito no papel enrolado no bolso do sobretudo, tarefa exigindo PES de um grau sem paralelo em qualquer investigação experimental. Por obscuras razões psicológicas, sua mente inconsciente revestiu a informação como se estivesse vindo de seu falecido pai.

d) Um oficial da marinha, tenente H., e sua esposa tinham se mudado para uma nova residência que compartilhavam com outra família, os G.

A hipótese da PES agora tem de tornar-se a da super-PES. Poder-se-ia supor que os pensamentos da sra. G. dirigiam-se muito a seu falecido pai. O tenente H., telepaticamente, “lê” esses pensamentos e exterioriza a informação na forma de uma figura alucinatória do velho. Mas há numerosos problemas. Será que faz sentido a idéia de que alguém pode telepa-

ticamente “ler” ou “perceber” eventos na mente de outrem, quando não faz sentido falar em ler ou perceber a estes sob qualquer forma de percepção sensorial? Ademais, a PES que está sendo aqui postulada é de um nível notável, e foi exercida por uma pessoa que não teve qualquer outra experiência semelhante para enfraquecer seu ceticismo. E o comportamento dos cães? Ficaram excitados *antes* do tenente H. ver o vulto em primeiro lugar, e não poderiam ter se assustado com o tenente. Podemos supor que os dois leram a mente da sra. G. naquele momento? Por fim, a questão da motivação. Na maioria, mas não em todos os casos de PES espontânea, pode-se supor que o percipiente desejava receber a informação que lhe é fornecida; e, por vezes, o agente telepático poderia desejar transmiti-la. Nesse caso, porém, o tenente H. não tinha motivo para desejar qualquer informação sobre o pai da sra. G., nem a sra. G. tinha nenhum motivo para querer que ele a recebesse.

e) A sra. P., uma senhora que tivera antes uma alucinação – porém, não-verídica – está na cama e quer alimentar seu bebê. Uma lamparina está acesa. De repente, ela vê um homem alto, de uniforme da marinha, ao pé da cama. Ela desperta o marido, que também vê o vulto. Ele fala ao marido em tom reprovador. Este salta da cama. O vulto se afasta, bloqueando momentaneamente a luz da lamparina, e desaparece através da parede. O sr. P. diz a ela que a aparição era de seu pai, morto há 14 anos. Depois ela soube que seu árido foi prevenido por esta visão para não aceitar conselhos financeiros que se mostrariam ruinosos (110a, II, pp. 326-329).

Segundo a super-PES, teríamos de observar o caso da seguinte forma: o sr. P. estivera divagando sobre seu pai, de há muito morto, pensando sobre o que ele diria de suas dificuldades financeiras, etc. Não há evidência disso, mas poderíamos supor que ele estivera ruminando sunconscientemente. A sra. P. leu a mente de seu marido e construiu, a partir daí, uma alucinação de seu pai de pé, em certo lugar. Quando ela acordou o sr. P., ele, telepaticamente, captou a visão dela e exteriorizou uma alucinação correspondente. O propósito aparentemente manifestado pelo fantasma – reprovar o sr. P. – era do próprio sr. P. No fundo de seu coração ele queria cessar o curso do empreendimento no qual estava se envolvendo, mas sua psicologia era tal que o melhor que pôde fazer foi fabricar a alucinação de seu falecido pai. Que o sr. e a sra. P. só nesta ocasião tenham exibido uma PES recíproca tão extensa, pode ser explicado pelo fato de que preocupações facilitam PES – dentre todas as explicações possíveis, essa seria uma delas.

Não pode ser negado, acho, que a explicação desses casos pela super-PES especialmente c), d) e e) é improvisada e rebuscada ao extremo. De fato, uma pessoa com os pés no chão não daria apoio a essa hipótese com argumentos tão tortuosos ou propostas menos abertas a uma verificação direta. É igualmente difícil provar que a super-PES está errada. Não sabemos os limites da PES (se é que há) ou da inventividade dramática da mente inconsciente. Mas não é obviamente mais simples supor que, em cada um desses casos, operava um outro agente, a ser identificado com uma porção sobrevivente de um ser humano outrora encarnado, que de algum modo conformou a experiência do percipiente, ou dos percipientes, de acordo com seu conhecimento subsistente a seus propósitos? Assim, evitaríamos suposições tão bizarras de que pessoas, até então sem nenhum dom psíquico, possam subitamente desenvolver PES comparável, se não excedendo, às mais notáveis que foram demonstradas experimentalmente; que duas pessoas, sem qualquer desejo consciente de fazer qualquer coisa assim, num nível inconsciente, unam-se telepaticamente e elaborem os detalhes de um vulto alucinatório que ambos verão; que animais, até certo ponto, possam compartilhar deste processo; que a informação assim adquirida possa ser estabelecida por processos desconhecidos, presumivelmente inconscientes e apresentados à mente inconsciente, muito indiretamente, na forma de intervenções dramáticas, mas de fato, irrelevantes por partes de pessoas mortas; e que os propósitos promovidos pelos episódios alucinatórios, mesmo que aparentemente mais apropriados à pessoa falecida, são, de fato, os do percipiente vivo ou de alguma outra pessoa viva cuja mente influencia a dele telepaticamente. Todas estas proposições, e muitas outras que brotam da teoria da super-PES, no atual estado de nosso conhecimento, não podem ser testadas contra qualquer descoberta atual ou concebível; e deveríamos ficar de acordo com o princípio pragmático estabelecido no Capítulo 1, de que deveríamos, sempre que pudéssemos, evitar esses becos sem saída.

O problema é se alguma forma da teoria da imortalidade vai ou não se mostrar mais direta e aberta a testes empíricos do que a hipótese da super-PES. Ao mesmo tempo que a imortalidade simplificaria as questões sobre motivação e sobre os tortuosos caminhos tomados por uma suposta PES, isso não nos liberta de postular a PES, por vezes de natureza bem complexa. Pois, de que maneira, fora de um processo que estaria sob o título geral de PES, uma entidade desencarnada se comunicaria com pessoas vivas (duas ou mais, ao mesmo tempo)? Temos aqui o que eu chamaria a forma “fraca” da hipótese da super-PES – a que permite telepatia com pessoas mortas. Suponhamos que tentemos aplicar essa versão da teoria ao caso e), anterior. Então teríamos de supor a seguinte teia de relações telepá-

ticas: o pai do sr. P., falecido, sabe, por contato telepático com seu filho, que este está aceitando um conselho financeiro insensato. Quer evitar a catástrofe e tenta influenciar o filho. Mas, de início, só consegue influenciar a esposa do filho, que nunca o viu. Transmite a ela uma informação telepática, não sobre a imprudência financeira de seu marido, mas informação sobre seu próprio aspecto, que ela exterioriza como alucinação. Assustada, ela acorda o marido. Ele também capta a influência telepática do sr. P., e também a exterioriza como alucinação. Quer porque o sr. e a sra. P. estivessem em relação telepática um com o outro, que porque o sr. P. pai seja um transmissor telepático de grande habilidade e poder, as duas alucinações (“dele” e “dela”) são tornadas coincidentes quanto a lugar, roupa, fala, movimentos e desapareição; não saem de sincronia entre elas.

Claro que seria possível, do ponto de vista da teoria da super-PES “fraca”, analisar a suposta rede de relações telepáticas neste caso, de várias outras maneiras. Mas não creio que nenhuma delas poderia ser apreciavelmente mais simples que a que adotei. E a que adotei envolve postular telepatia bem detalhada e complexa, para a qual nenhuma investigação forneceria o mais remoto paralelo. A forma “fraca” das hipóteses da super-PES é aqui escassamente mais simples que a “forte”.

Aparições Percebidas Coletivamente

A percepção coletiva não é incomum, e pode ocorrer com aparições de todas as classes – crises, *post-mortem*, visuais, auditivas, etc. Já citei um caso de aparição *post-mortem* percebida coletivamente. Eis aqui extratos das declarações das testemunhas (8, pp. 139-141). Duas garotas estão passando uma noite numa casa de fazenda de Lincolnshire, cerca de 20 anos antes da época em que isto foi escrito (1891):

Retiramo-nos para descansar, na hora habitual do pessoal da fazenda. Dormimos numa cama antiga de quatro colunas, a cerca de 1 metro da parede. No centro da parede, ao lado da cama, havia um armário. Estávamos na cama, havia meia hora, quando olhei para a porta do armário. Vi uma velha baixinha e enrugada, com uma touca de renda na cabeça, um lenço branco no pescoço, e um avental branco, como se estivesse sentada com as mãos no colo. Parecia quase uma pintura sobre a porta; parecia viva. Sobressaltei-me, e disse à srta. Quilty: “Viu alguma coisa?” e sua resposta foi a mesma: “Viu alguma coisa?”; contei-lhe o que vi, e a srta. Quilty viu exatamente o mesmo que eu; nosso repouso ficou perturbado pelo resto da noite. Ao contar-mos nossa história na manhã seguinte, evidenciou-se exata semelhança com a mãe do fazendeiro, que vivera ali antes dele, e morrerá, naquele quarto.

S. MOORE

A outra testemunha, srta. Ellen Quilty, dá maiores detalhes do quarto e das circunstâncias do ambiente. Seu relato do que viu é o seguinte:

De pé contra a parede vi uma velhinha com um lenço de musselina branca muito bem arranjado sobre seus ombros; uma touca branca bordada, ajustando-se à volta de um rosto suave e calmo, braços cruzados, e um avental do mesmo material do lenço.

É muito tentador dizer deste caso, e de outros análogos, se duas ou mais pessoas (e casos com mais de dois percipientes não são desconhecidos) vêem simultaneamente a mesma coisa no mesmo lugar, então temos a evidência de que a coisa está objetivamente ali. De fato, “evidência” pode ser a palavra errada. Talvez fosse mais apropriado dizer que parte do que queremos dizer ao chamar uma coisa ou evento de “objetivo” é que mais que uma pessoa pode observá-lo. Também devemos dizer que as visões do objeto por parte de diferentes percipientes são mutuamente inter-relacionadas, de maneira que as regras da perspectiva não sejam violadas. E esta condição também parece valer na maioria dos casos de aparições coletivas. Há exemplos em que um espectro foi visto totalmente de frente pela pessoa que se confrontou com ele, de perfil direito, pela pessoa à sua direita, e de perfil esquerdo, pela pessoa a seu lado esquerdo (12). Há mesmo uns poucos casos de um fantasma ser refletido num espelho (por exemplo, 8, casos 56 e 60). Não sei de nenhum caso em que um fantasma percebido por várias pessoas num grupo levemente disperso tenha simultaneamente aparecido de frente para cada um deles.

Como então poderíamos atacar a proposição de que, quando uma aparição é coletivamente percebida, deve haver algo objetivamente presente no local em questão? Primeiro, é preciso abrandar esta tese, apontando que mesmo que alguma espécie de entidade esteja objetivamente presente, é uma entidade muito estranha, uma que poderia ser chamada de “objetiva” só de maneira atenuada, ou de sentido “Pickwickiano”. (“Mr. Pickwick”, personagem satírico de Charles Dickens.) Se seis pessoas estão em condições de percebê-la, três podem percebê-la, e três não. Não deixa sinais físicos. Pode-se alegar que aparições percebidas, enquanto classe, não diferem em características externas de outras espécies de aparições, muitas das quais, pelas razões já dadas, podem ser vistas como puramente alucinatórias.

Até aqui, tudo bem. O problema do enfoque não-objetivo (ou puramente alucinatório) das aparições de crise aparece quando tem de dar conta do fato de que as alucinações sofridas simultaneamente pelos vários percipientes de uma aparição coletiva são tão admiravelmente semelhantes. Alguns autores (52, pp. 41-48) tentaram diminuir o impacto, sugerindo

que as declarações das testemunhas costumam não apresentar detalhes suficientes para julgarmos apropriadamente a extensão da semelhança, e que, quando os detalhes são dados, estes podem não coincidir. Talvez as alucinações nos diferentes percipientes possam ter apenas um tema em comum, elaborado por cada pessoa à sua maneira.

Não posso dizer que acho esse argumento convincente. As diferenças entre os depoimentos das diferentes testemunhas de uma aparição coletiva parecem-me geralmente não exceder o que ocorreria se um objeto real estivesse envolvido, e as semelhanças por vezes são numerosas e detalhadas. (Exemplos, tanto de concordância em detalhe quanto de discordância, podem ser vistos nas amostras de depoimentos que acabo de citar.) Hart e Hart, num levantamento abrangente de material deste tipo, chegaram à mesma conclusão. Citam onze dos casos de sua amostra e concluem (61, p. 245): “Aqui estão, pois, onze casos, cada um com dois ou mais percipientes (tanto quanto seus relatos se referem aos fatos), que viram o mesmo vulto, no mesmo local (espacial), vestindo as mesmas roupas, com as mesmas expressões faciais e fazendo as mesmas coisas. Muito embora sejam esses, talvez, os casos mais notáveis, a mesma coisa pode ser dita das outras percepções coletivas das aparições.”

Se essa maneira de evitar o problema for rejeitada, os que negam a realidade objetiva das aparições percebidas coletivamente – e em particular das aparições *post-mortem* coletivamente percebidas, que são as que particularmente ocupam a nossa atenção no momento –, parecem enredados com uma ou outra das seguintes duas teorias possíveis: a da super-PES envolvendo só os vivos (forma “forte” da teoria) e a super-PES envolvendo telepatia por parte dos mortos (forma “fraca”).

A primeira dessas teorias pode ser exposta brevemente, com especial referência a aparições *post-mortem* verídicas, como segue: um dos dois (ou mais) percipientes capta, por meio de PES, a informação a ser exteriorizada na forma de alucinação. Digamos (usando o caso dado acima) que ela, telepaticamente, obtenha da mente do fazendeiro uma imagem de sua falecida mãe, ou que ela perceba, por clarividência, um retrato dela, fechado entre as capas maciças do álbum de família. Então a segunda percipiente capta toda esta informação telepaticamente, ou ela também (maravilha das maravilhas!) sonda, por PES, na mente do fazendeiro, uma fotografia da mãe dele, no mesmo momento em que a primeira percipiente fez a mesma coisa. Finalmente, as mentes (inconscientes) das duas percipientes, de algum modo, entram em contato uma com a outra, para garantir que, quando, em resultado de toda esta PES, cada uma construa uma alucinação, as duas alucinações estejam reciprocamente ajustadas quanto a diferenças de

perspectiva, etc., ao mesmo tempo em que os principais detalhes de ambas são mantidos constantes.

Dizer que tudo isto é um despropósito, é pouco. Não creio haver muitos exemplos de PES experimental com qualquer nível de tais circunstância e complexidade, nem presumidos poucos exemplos de PES espontânea que não tenham sido aparições. É possível que alguns casos de PES espontânea em sonho satisfaçam a tais exigências. Mas, mesmo assim, resta a seguinte dificuldade: numa amostragem de casos estudados por Hart (60a, p. 204), existiam 46 em que havia uma segunda pessoa em condição de ter visto a aparição, se esta fosse como um objeto real. Em 26 destes 46 casos, a segunda pessoa a viu. Estes números são confirmados pelas descobertas do conhecido Censo das Alucinações (entrevistou 17.000 pessoas) levado a efeito nos primeiros dias da SPR (146). O censo registrou 283 casos de alucinações visuais em que o percipiente tinha um companheiro acordado, e 90 casos de alucinações auditivas (vozes); 95 das primeiras alucinações e 34 das segundas foram compartilhadas. A direção do censo enunciou algumas advertências sobre a possibilidade de que objetos reais e sons reais poderiam ter sido tomados como alucinatórios – a percentagem de coletividade era maior nos casos ao ar livre – mas mesmo assim devemos reconhecer que, se uma pessoa tem uma alucinação do tipo que estamos considerando (isto é, não devida a insanidade, drogas, febre, hipnose, etc.), há uma apreciável probabilidade de que seu companheiro a compartilhará. Isto permanece como verdadeiro, quer a alucinação seja ou não verídica (como num caso de crise). Segue-se que, se virmos o compartilhar de uma alucinação como devida à PES exercida por ambos os percipientes, estaremos propondo que a capacidade de ter PES de ordem muito elevada está amplamente distribuída por entre a população, e presumivelmente poderia ser canalizada experimentalmente se pudessem ser atingidas as circunstâncias certas. Disso, infelizmente, não há qualquer evidência. Nem há muita evidência de que, quando a PES espontânea toma outras formas que não a alucinatória (as intuições, sonhos realistas e sonhos irrealistas, da classificação de Louisa Rhine), há a probabilidade de ser compartilhada. Há alguns casos convincentes de sonhos recíprocos ou compartilhados, mas só constituem fração mínima do total de sonhos. Se uma de duas pessoas, na mesma cama, vê uma aparição, é bem provável que a outra pessoa, se desperta, também a veja. É imensamente improvável que compartilhem de um sonho, mesmo que seja precognitivo.

Isto deve certamente valer como evidência contra a teoria da super-PES envolvendo só os vivos. Ademais, está longe de estar claro o que, no estado atual da parapsicologia, pode ser tido como evidência em favor desta teoria. Acredita-se que as mentes inconscientes dos percipientes são ca-

pazes de se reunir para arranjar os detalhes, perspectivas, etc., de suas alucinações reciprocamente relacionadas. Este é um processo, em princípio, imperceptível. No exemplo que citei, precisamos supor que uma ou outra, ou ambas as moças, clarivamente, observaram um retrato da mãe do fazendeiro, ou, telepaticamente, acharam um retrato na mente do fazendeiro. Não havia evidência que tal retrato existisse, ou que o fazendeiro tivesse pensado de modo especial em sua mãe naqueles dias. Talvez as moças tivessem desenterrado a imagem da mente inconsciente do fazendeiro (dos bancos de memória em seu cérebro). Nenhuma outra evidência que poderia lançar uma luz sobre tais proposições parece, no momento, incluída no âmbito da possibilidade. Certamente (evitando os “becos sem saída” como propus no Capítulo 1), temos de descartar a teoria da super-PES envolvendo só os vivos como teoria que, no estado atual de nosso conhecimento, não nos permite avançar.

Suponhamos, então, que admitimos a atividade desencarnada em nossa teoria, e tentemos o enfoque das aparições coletivas que chamei de “teoria da super-PES envolvendo telepatia com os mortos”. Esta teoria nos permitiria dizer que as moças obtiveram informação sobre a falecida mãe do fazendeiro por contato telepático com a velha senhora, e não por algum canal indireto. Mas será que esta suposição ajuda mesmo? Traz mais um peso morto à nossa teoria, na forma de um ser humano desencarnado, uma noção que está longe de ser elucidada. E somos assim deixados não só com uma telepatia de um grau que poderia ser muito bem chamada “super-PES” entre as duas moças, e entre estas e a senhora morta, mas também com o problema de como as moças detectaram na mente da velha a imagem detalhada que viram. Se a velha estivesse pensando com saudades na velha casa, sua mente deveria estar presumivelmente cheia das memórias de andar pelos quartos, olhando pelas janelas, etc., e não de imagens de uma terceira pessoa de como ela se pareceria andando ou sentada ou de pé. Suponhamos, como em numerosos casos, que a aparição coletiva fosse a de um animal, como um gato (8, casos 97 a 101). Poderíamos supor seriamente que as várias testemunhas construíssem alucinações semelhantes dele exteriorizando a informação captada por contato telepático com seu espírito sobrevivente, à medida que o animal revivesse as memórias agradáveis de vagar pela casa ou no jardim? Esta teoria tem todas as dificuldades da anterior, e mais alguns problemas especiais seus.

A PES que os proponentes da teoria da alucinação são forçados a invocar, para explicar os casos de percepções coletivas, é tão complexa, tortuosa, detalhada e tão desamparada por qualquer evidência empírica independente que se poderia ser tentado a reverter à suposição de que alguma entidade de um tipo ainda não compreendido esteja objetivamente presente

no local onde a aparição é vista. Mas nenhuma quantidade de evidência sobre a presença objetiva de tal entidade ressuscitaria a teoria animista grosseira que discuti no capítulo anterior.

Assombrações

Outro tipo de aparição verídica que poderia ser considerada como evidência de “objetividade” é o das assombrações, casos em que o mesmo vulto é visto, ou a mesma voz ouvida, etc., num mesmo local, numa série de ocasiões, pelos mesmos ou diferentes (e preferivelmente independentes) percipientes. Os arquivos da SPR contêm diversos destes casos em que foram anotadas as declarações das diversas testemunhas. Vou sumariar e citar as declarações de um caso (122a, pp. 270-276). Em termos de evidência, não é dos mais fortes, mas tem a vantagem de ser curto. Também tem a vantagem de que, muito embora os quatro percipientes terem visto o mesmo vulto, ou algo muito semelhante, nenhum ouvira falar antes das experiências dos outros. As testemunhas em questão foram o dr. H., proprietário de uma casa assombrada, suas filhas, srta. G. H. e srta. A. H., e uma prima, srta. J. A. A. Os primeiros três relatos datam de meados de 1883:

1. Em alguma data entre 1863 e 1865, o dr. H. (obtivemos isto do depoimento *de sua esposa*, aparentemente confirmado por ele) estava subindo as escadas, cerca das 21:00 horas. Ficou “surpreso ao ver no patamar (alguns degraus acima) uma criancinha, que correu à frente dele para meu quarto (o da sra. H.). Meu filho B., com cerca de dois ou três anos, naquela época estava dormindo numa caminha junto da minha. O dr. H. seguiu-o e falou-lhe, chamando o menino pelo nome, mas não teve resposta. O gás estava aceso na parede junto a meu quarto, mas não havia luz dentro... Ele acendeu uma vela, revistou meu quarto, e também viu que, sem dúvida, o menino estava adormecido. Esperava encontrar uma das outras crianças, pois o vulto parecia mais alto que o menino”.

2. Na madrugada de janeiro de 1877, a srta. G. H. passou pela porta do quarto em que dormia a irmã mais jovem. A porta estava aberta. “Segurando a maçaneta, ia fechá-la (a porta abria para dentro), quando me surpreendi com o vulto de uma criança, no ângulo formado por um armário contra a parede, a meio metro da porta. Pensando que era minha irmã, exclamei: ‘Oh, M., você não devia me assustar assim!’ e fechei a porta; mas, no mesmo instante, antes de ter tempo de largar a maçaneta, abri-a de novo, na certeza de que não poderia ser minha irmã; e, de fato, ela estava dormindo na cama tão longe da porta que não seria possível para ela ter cruzado da porta até sua cama no pequeno intervalo de tempo em que fechei a porta. No canto em que a criança estivera, não havia nada, e achei que tinha visto um fantasma, pois subitamente fui tomada de um sentimento de horror que não poderia ter sido causado por nada imaginário. A criança era morena, cabelos e olhos escuros, e um rosto oval fino; não era branca, como vista pela srta. A., mas olhou tristemente para mim, como se perturbada. Se fosse uma criança viva, pensaria ser uma que não gostasse nada da irresponsabilidade e descuido da infância, mas cuja jovem vida, ao contrá-

rio, estivesse cheia de preocupações prematuras. Sua idade poderia estar entre 9 ou 10 anos; não pude discernir suas roupas, pois só consegui ver sua cabeça e rosto; a sua expressão foi o que mais me impressionou; eu a vi tão vividamente que, se pudesse desenhar, creio que faria uma representação acurada, mesmo agora, depois de cinco anos”.

3. A irmã mais velha da srta. A. H. (depois sra. A.) teve experiência similar, apenas alguns minutos depois. Olhando para o quarto vazio da srta. G. H., viu “um pequeno vulto de branco, perto de uma mesa”. Isso deixou-a tão nervosa que saiu correndo pelo quarto.

4. O depoimento da srta. J. A. A. refere-se a uma experiência em julho de 1879. Primeiro apareceu em *Notes and Queries* [Anotações e dúvidas] de 20 de março de 1880. Ela foi acordada, perto do nascer do sol, porque a porta de seu quarto estava sendo aberta, fechada, e de novo aberta. “Quase ao mesmo tempo que a porta abriu pela segunda vez, assustei-me um pouco com o farfalhar das cortinas de um armário de pendurar, que ficava ao lado da cama; o farfalhar continuou, e fui tomada de um sentimento muito desagradável, não exatamente de medo, mas de uma sensação sobrenatural de *não estar sozinha*. Tive essa sensação por alguns minutos, quando vi ao pé da cama uma criança de sete ou nove anos de idade. A criança parecia estar sobre a cama, e veio flutuando para mim, enquanto eu estava deitada. Era o vulto de uma menina de camisola – menina de cabelo escuro, e rosto muito pálido. Tentei falar-lhe, mas não consegui. Ela veio devagar até a cabeceira, e então vi seu rosto claramente. Ela parecia em dificuldades; suas mãos estavam cruzadas e seus olhos estavam voltados para cima em ar de súplica, um olhar quase agonizante. Então, descruzando lentamente as mãos, ela tocou-me no ombro. A mão era fria como gelo, e enquanto eu tentava falar-lhe, ela se foi. Senti-me mais assustada depois que a criança se foi do que antes, e comecei a ficar ansiosa pela hora em que a criança aparecesse.”

5. No começo de 1885, o dr. H. informou ter ouvido numerosas séries de batidas pela casa, para as quais não conseguia oferecer explicações normais. Não parece que mais alguém as tenha ouvido. A sra. H. acredita que a aparição tenha sido a de uma menininha, J. M., que morrera naquela casa em 1854. Ela lembrava-se dela como tendo “belos olhos escuros, cabelos negros, rosto oval e uma tez morena pálida. Esta criança morrera no quarto em que a srta. A. H. a viu. No momento de sua morte, este quarto era da casa ao lado. As casas foram subseqüentemente unidas, e as outras três aparições não ocorreram na parte da casa em que a criança vivera.

É inusitado encontrar um caso em que hajam estas bases, mesmo que limitadas, para identificar a aparição com uma certa pessoa morta (quanto a um caso comparável, v. 85). Na literatura, porém, há numerosos casos em que a aparição foi vista mais freqüentemente, e em que os testemunhos são mais complexos e mais recentes. A interpretação óbvia destes casos (óbvia, pelo menos, para pessoas não-contaminadas pelas sofisticções dos parapsicólogos) é certamente a animista, a sugestão de que na casa em questão encontra-se, pelo menos de tempos em tempos, uma entidade peculiar quase-física, a ser identificada como ou associada a alguma pessoa morta que antes morou ali. Mas a objeção a ser oferecida à teoria animista neste contex-

to é a mesma, e igualmente insuperável, que se espalham por outros contextos, e não vou me aprofundar nisto.

Frank Podmore, que primeiro publicou o caso que resumi, era fortemente avesso a qualquer forma das teorias da imortalidade e de corpo sutil, e desenvolveu várias formas da hipótese da super-PES. Aplicou-a a este caso como se segue: (122a, p. 276):

Não é difícil detectar a provável gênese da primeira aparição. Um médico rural, trabalhando duro, que teve em várias ocasiões de sua vida experiência de alucinações visuais e auditivas, voltando para casa tarde da noite, depois de um longo dia de trabalho, vê um vulto com uma vaga semelhança com um de seus filhos – uma alucinação puramente subjetiva. As últimas aparições, se de fato não houve comunicação da experiência do dr. H., são mais difíceis de explicar. As duas primeiras podem ter sido o resultado de uma predisposição hereditária à alucinação. Mas parece ao menos possível que todas as três foram devidas à transferência de pensamento, com o dr. H., ou talvez a sra. H., sobre quem a primeira aparição parece ter causado alguma impressão, como agente. Dessarte, também a semelhança geral que parece ter existido entre as várias aparições pode ser facilmente explicada. Esta explicação parece muito artificiosa e improvável: o crítico deve ser lembrado que temos muita evidência para a operação de telepatia entre as mentes vivas, mas temos muito pouca para a existência ou atuação de espíritos desencarnados.

Esta hipótese pode ficar ainda mais comprometida se fosse aplicada a casos em que, como por vezes acontece, uma assombração continua a se manifestar numa determinada casa mesmo com várias mudanças de ocupantes; ou de fato, não se manifesta em casa alguma, mas, digamos, num trecho de estrada (95, pp. 114-123). Seria preciso supor que alguém, não presente no local, esteja continuamente pensando e ruminando interiormente eventos que outrora aconteceram ali; de algum modo, pessoas agora ocupando ou passando por aquele lugar ficam telepaticamente vinculadas a essa pessoa distante, e exteriorizam a informação assim recebida na forma de figuras alucinatórias. O vulto usualmente visto não é o agente telepático; mas, dependendo da direção em que seus pensamentos possam tomar, pode representar uma ou mais pessoas, ou mesmo (como Podmore postula) uma assustadora alucinação do passado. Isto explica ocasiões em que vários vultos diferentes são vistos. O que dizer dos casos em que a aparição veste roupas de uma era passada, não fica claro.

A descrição de Podmore, de sua hipótese como “artificiosa e improvável”, parece inteiramente justificada. Também é embaraçosa e improvisada sob medida. Em nenhum caso de meu conhecimento há qualquer evidência que correlacione a manifestação repetida de uma aparição *post-mortem* num local específico com as meditações distantes de alguma pessoa viva antes associada àquele lugar. Os elos telepáticos entre o agente distante

e os vários percipientes devem-se supor estabelecidos simplesmente pelo fato de que os vários percipientes estejam numa localidade outrora bem conhecida do agente. Mas, se elos de tal força realmente podem ser assim estabelecidos, por que, por exemplo, os ocupantes sucessivos, a longo prazo, de uma cela de prisão, não têm vidas regularmente enriquecidas por contatos telepáticos com os ocupantes anteriores, agora em liberdade? Ademais, em alguns casos, as assombrações foram coletivamente percebidas, de modo que às dificuldades acima temos de acrescentar aquelas já discutidas pela hipótese da super-PES, por exemplos de percepção coletiva. Por fim, a questão da motivação. Em muitos, mas não todos os casos de PES espontânea, o sujeito tem alguma razão para estar preocupado com o bem-estar a pessoa com quem sua experiência se relaciona. Na grande maioria dos exemplos de assombrações, o fantasma, se identificável, é o de uma pessoa com quem os percipientes não tinham qualquer ligação especial.

As várias dificuldades com que se defronta a super-PES aplicada a assombrações são, parece-me, em nada diminuídas se substituirmos pela ação telepática de alguma pessoa viva desconhecida, a de uma pessoa morta que já viveu no lugar em questão. Talvez esta proposição nos ajudasse em casos em que o fantasma veste as roupas de uma era passada. Mas, para contrabalançar isso, de novo nos confrontamos com o problema sobre que tipo de informação o contato telepático com a mente de uma pessoa morta que medita ou sonha poderia fornecer. Basicamente, seria de se supor, a informação concerneria à sensação de andar por uma casa, examinar a mobília, etc. Só secundariamente teria relação com o aspecto exterior do agente telepático, ou como ele se deslocava de aposento para aposento. Se, de fato, o agente telepático fosse um gato morto (e gatos com certeza são animais que se apegam a lugares), não faço idéia do tipo de informação que se poderia obter. Suspeito que muito teria a ver com o cheiro de comida na cozinha.

Acho difícil – de fato, impossível – resistir à conclusão de que nenhuma explicação de assombrações pode ser dada em termos de elos telepáticos ou clarividentes entre várias pessoas sucessivamente associadas ao local assombrado, nem mesmo se ampliarem-se os possíveis elos, de molde a incluir pessoas agora mortas. Algo a ver com *o lugar em si* exerce um papel crucial ao gerar este fenômeno.

Esta conclusão pode ser apoiada pelas seguintes circunstâncias adicionais (nas quais não posso penetrar por falta de espaço): uma casa perturbada por uma aparição tem a probabilidade de ser perturbada por outras ocorrências. O que inclui a aparição de manchas luminosas, bolas de luz, etc.; maçanetas girando e portas se abrindo sozinhas; roupas de cama sendo puxadas; batidas fortes nas portas ou seqüências inexplicáveis de bati-

das; movimento ou deslocamento de objetos pequenos; e, acima de tudo, ruídos imitativos – sons como mobília sendo arrastada, pesos caindo, loca quebrando, gavetas se abrindo, etc.; e também passos, vozes, gemidos, etc., tudo sem causa plausível. Em alguns casos – geralmente chamados propriamente de “assombrações” (45, Capítulos 10-12, 15) – fenômenos dessas espécies podem ocorrer sem qualquer aparição periódica, ou só com ocasionais vislumbres tantalizantes de sombras, vultos nebulosos, etc. Vale a pena notar que, diversamente de aparições e *poltergeists* centrados em pessoas, as assombrações tendem a ser basicamente noturnas. Tennysson captou a essência das assombrações em algumas linhas memoráveis:

*A footstep, a low throbbing in the walls,
A noise of falling weights that never fell,
Weird whispers, bells that rang without a hand,
Door-handles turn'd when none was at the door,
And bolted doors that open'd of themselves:
And one betwixt the dark and light had seen
Her, bending by the cradle of her babe.*

[Um caminhar, um trepidar grave nas paredes,
Um ruído de pesos caindo, que nunca caíram,
Sussurros bizarros, sinos que tocam sem mãos a acioná-los,
Maçanetas giradas quando ninguém estava à porta,
E portas trancadas que se abrem por si mesmas:
E alguém, entre a luz e a sombra que viu
A si mesma inclinando-se sobre o berço de seu bebê.]

A questão levantada por tais casos para nossos fins imediatos é a seguinte: os casos de assombrações superpõem-se sem descontinuidade com os casos de aparições. Claramente, não temos aqui duas classes de casos, mas apenas uma. Mas os fenômenos de assombrações incluem alguns claramente objetivos e físicos. É como se casas assombradas, além de serem visitadas por fantasmas, fossem os *playgrounds* de invisíveis mas fisicamente localizadas ações de inteligência limitada e tendências maliciosas. Como este fato influencia a teoria de que as aparições são alucinações, e que quando uma é vista, não há nada ali, “objetivamente”?

A resposta de muitos parapsicólogos tem sido negar que os fenômenos aparentemente físicos de assombrações sejam realmente físicos. Se não são suscetíveis de explicações ordinárias, então devem ser alucinatórios, assim como são alucinações os vultos vistos. Esta proposição aumenta grandemente a pressão daquele balão já demasiado cheio, o da teoria da super-PES. Pois agora precisamos dizer não só que as aparições são alucinações geradas por processos complexos de PES envolvendo os ocupantes passa-

dos e presentes da casa, mas que os passos, ruídos, portas se abrindo, batidas, etc., todos, acrescentemos, podendo ser coletivamente percebidos, têm origem similar. Argumentei extensivamente alhures contra esta posição (45, Capítulo 10) e não vou recapitular meus argumentos aqui. Simplesmente apontarei que casos de assombrações, que se superpõem num extremo a casos de aparições “puras”, confundem-se no outro extremo com casos tão marcados por fenômenos físicos que muitas vezes foram classificados como *poltergeists*, a despeito do fato de não estarem centrados em torno de nenhum “agente” óbvio de *poltergeist*.

Ora, se de fato há uma tendência para os lugares freqüentados por uma aparição para serem também cenas de acontecimentos físicos peculiares do tipo indicado, isto deve certamente reforçar a opinião de que aparições são ou não produzidas por entidades ou fatores localizados e objetivos. Pois, nem aparições nem casas “perturbadas” são tão comuns que possamos ver associações relativamente freqüentes ou sobreposições entre os dois tipos de fenômenos como devidos ao acaso. O que quer que produza um conjunto de fenômenos deve também ser instrumento da produção do outro. E nas “assombrações” os efeitos aparentemente físicos mostram todo sinal de serem objetivos e localizados, e de ter uma fonte localizada.

Permitam-me agora sumariar a conclusão geral a ser tirada da discussão precedente das três classes de caso que separei para exame especial, neste capítulo.

A teoria da alucinação, combinada com o que chamei de forma “forte” da hipótese da super-PES – a que ao admite telepatia com os mortos – parece-me insustentável. É forçada, não só por postular PES de uma extensão e complexidade que não tem base, mas também por fazer pressuposições *ad hoc* sobre processos psicológicos e peculiares nos percipientes e presumíveis agentes (ou transmissores).

O fracasso da forma “forte” da super-PES pareceria abrir a porta à hipótese da imortalidade. Em certos casos (incluindo alguns mais notáveis que aqueles, por motivos de espaço, tive de restringir meus exemplos), informações desconhecidas do percipiente, mas conhecidas do morto, foram transmitidas, e objetivos mais apropriados ao morto do que a qualquer outra pessoa viva foram manifestados. Se não somos capazes de explicar estes fatos em termos da forma da super-PES, certamente precisamos nos voltar para alguma forma da teoria da imortalidade.

A falácia aqui é a seguinte: se a informação e os propósitos são comunicados dos mortos para os vivos, ou obtidos da pessoa morta pela viva, o processo de comunicação só pode ser chamado de PES. Voltamos à forma “fraca” da super-PES. Mas, no começo do capítulo, explorei essa

versão da teoria em vários contextos diferentes, e de cada vez cheguei à conclusão de que ela é muito pouco, senão totalmente mais sustentável do que a forma “forte”.

Há outra teoria que rejeitarei sem hesitar. É a que se poderia chamar retrocognitiva ou teoria de fundo de aparições e assombrações. A idéia é que os percipientes de tais aparições são simplesmente testemunhas de uma reprodução de uma cena do passado. Talvez aquela cena tenha ficado impressa ou gravada no local físico onde aconteceu; talvez haja um elo periódico no espaço-tempo naquele ponto. Mas, de qualquer modo, o resultado é sempre o mesmo. Os percipientes “sintonizam” ou deslocam-se do tempo presente por um momento, testemunham um evento do passado, uma cena, ou seqüência de eventos.

Há certos casos que, se aceitos, podem ser interpretados desta maneira – refiro-me a fenômenos como visões aparentes de batalhas do passado, etc. Mas não creio que aparições *post-mortem* em geral possam ser assim interpretadas. Pois, mesmo que algumas aparições ajam de maneira automática, como um “zumbi”, como se estivessem em transe, nem sempre têm comportamento totalmente repetitivo, e por vezes parecem responder às pessoas em suas vizinhanças e, em raras ocasiões, até falam. Assim, colocarei de lado a teoria retrocognitiva.

Então deveríamos tentar de novo a teoria animista que já rejeitamos? Há algumas características nestes casos que parecem sugerir fortemente a presença de alguma entidade localizada: o fato que quando uma aparição (*post-mortem* ou outra) é coletivamente percebida, cada percipiente vê-la-á na perspectiva correta; o fato de que se uma pessoa num determinado local vê uma aparição (*post-mortem* ou outra), qualquer outra pessoa presente tem uma chance muito maior de vê-la também, do que de participar telepaticamente de uma experiência de outra pessoa, em quaisquer outras circunstâncias; o fato de aparições, consideradas como classe, não serem distintas de assombrações em que fenômenos do tipo objetivo parecem ocorrer. Mas as dificuldades com que se defronta a hipótese animista permanecem tão intrincadas quanto sempre. Parece que atingimos um impasse total.

16 Uma Teoria das Aparições

Já discuti, até aqui, as principais categorias de aparições “verídicas” *post-mortem*, e considere cada uma delas em relação às duas principais teorias sobre tais aparições: a hipótese alucinatória mais super-PES e a teoria animista. A teoria de super-PES usualmente recebeu conotações anti-imortalidade, mas muitas formas da teoria da imortalidade, talvez a maioria, também precisaram postular uma super-PES. Em ambos os casos, parece-me que estamos num beco totalmente sem saída. A teoria animista, tanto quanto sei, sempre esteve atrelada à posição que defende a imortalidade da alma. Tomada por si só, não só é um beco sem saída, mas uma estrada para o reino da fantasia; e se isto soa contraditório, é porque reflete bem a teoria. No todo, é um estado de coisas desorientador e desanimador. Mas, pessoalmente, não encontro nisto uma desculpa para descartar os fenômenos, nem um modo de me convencer que eles não ocorrem.

Nesta situação infeliz, parece que vale a pena considerar brevemente uma outra teoria, que para alguns pode até parecer mais fantástica do que as que até agora rejeitei. É a teoria desenvolvida por F. W. H. Myers (55, II, pp. 277-316; 110a, Capítulos 6 e 7), que se achou, já em 1886, exatamente no mesmo dilema que esbocei.

O ponto de partida dessa tentativa de resolver o dilema são os casos recíprocos, como os discutidos no Capítulo 14. Ele propõe que quando um “projeto” voluntário ou involuntário vê uma cena distante, como de um ponto dentro ou confrontando com a cena, e obtém informação correta sobre ela, pode haver uma modificação real do espaço no ponto onde ele considera estar. Esta porção do espaço pode ser modificada “nem material nem opticamente, mas de tal modo que as pessoas perceptivas, de um certo modo, discerniriam naquela parte do espaço uma imagem aproximadamente correspondente à concepção” de seu próprio aspecto latente na mente do projeto (110a, I, p. 268). Myers insiste que não está postulando uma emissão de um corpo etérico ou “metaorganismo”; ele porém sustentou claramente, e depois afirmou inequivocamente, que em tais casos há “uma real transferência de algo do agente, envolvendo uma alteração de alguma espécie numa parte do espaço”. Esse “algo” não seria o que é dire-

tamente percebido quando o fantasma do projetor é visto; seria mais a semente, que por algum meio desconhecido se faz presente em percepções não-hipnóticas do fantasma, na perspectiva certa à sua volta, como se emanasse de um “ponto radiante”. Se a concepção latente que o agente tem de si mesmo naquele momento incluir acessórios como chapéu, um cavalo, ou metade de um carro, isto também pode emergir como característica do fantasma. Casos em que uma voz é ouvida poderiam ser tratados analogamente.

Aqueles outros tipos de aparições verídicas de vivos, em que o projetor não traz de volta qualquer lembrança da sua excursão (como nos casos de “chegada”, em que o vulto chega à cena imediatamente antes de seu original), Myers trata-os mais ou menos como exemplos imperfeitos do antecedente. Ele supõe haver alguma espécie de excursão, mas que o projetor não consegue lembrar-se dela, por ser um estado dissociado ou onírico da personalidade (de acordo com Myers, tal atividade mental dissociada ou “subliminal” acontece conosco todo o tempo). Em alguns casos, o fantasma de uma determinada pessoa viva foi visto repetidamente. Myers descreve tais pessoas como tendo uma “diátese psicorrágica”: literalmente, uma capacidade de deixar a alma escapar. Não é de surpreender que este termo não tenha “pegado”, mas o fato é razoavelmente fundamentado (eu mesmo cheguei a conhecer bem uma pessoa – membro da SPR! – cujo duplo fora anteriormente visto e ouvido muitas vezes).

Myers não aplica extensivamente sua teoria a aparições de crises, muitas das quais, ele pensa, podem ser alucinações “ordinárias”, mas ele propõe que ela pode ajudar nos casos de crises (e outros) em que:

a) há percepção coletiva, ou

b) o vulto é visto por um circunstante e não pelo “destinatário”. Em relação aos casos da primeira espécie, Myers diz (110a, p. 263): “Quando duas ou três pessoas vêem o que parece ser o mesmo fantasma no mesmo lugar e ao mesmo tempo, isto significa que aquela parte do espaço de algum modo foi modificada? Ou significa que uma impressão mental, transmitida pelo agente distante... a um dos percipientes, é refletida de maneira telepática da mente daquele percipiente às dos outros... percipientes?... Observo, como depondo contra a outra opinião, a do contato físico – que em certos casos coletivos não descobrimos nenhum elo provável entre quaisquer das mentes percipientes e o agente distante.” Em relação aos casos da segunda espécie, Myers diz (110a, I, p. 266): “Se, num tal caso, um circunstante percebe o vulto invasor, devo pensar que ele o percebe meramente como circunstante – não como pessoa telepaticamente influenciada pelo percipiente destinatário que, de fato, nada percebe.”

Agora, parece óbvio como Myers aplica sua teoria a aparições *post-mortem*. Uma destas aparições, em que o fantasma parece inteligente e dotado de propósito, transmite informação, etc. é diferente apenas num aspecto importante em relação à projeção consciente de um agente vivo e dotado de propósito (como em casos “experimentais”) – este aspecto é, de fato, que o agente, tendo morrido, agora está permanentemente desligado de seu corpo. Quanto a aparições, “Estou inclinado”, diz Myers (110a, II, p. 75), “a enfatizar o paralelo entre estas narrativas de aparições e os fantasmas dos vivos que já classifiquei como *psicorrágicas*. Em cada caso, como me parece, há um desligamento involuntário de algum elemento do espírito, provavelmente sem o conhecimento do centro principal da consciência. As ‘assombrações dos vivos’, como podem ser chamadas – onde, por exemplo, um homem é visto fantasticamente junto à sua própria lareira – parecem repetir-se, talvez mais prontamente, depois que o espírito é libertado da carne”. As aparições podem então ser devidas aos sonhos dos mortos.

Myers diz de sua teoria, não sem justiça, que “sofre de complexidade e absurdo aparente inevitável, ao tratar com fenômenos que transcendem grandemente as leis conhecidas” (110a, I, p. 264). Ele também diz que sua teoria reúne muitos casos de tipos estranhos e variados. Esta alegação, também, é difícil de negar. Mas antes de tentar avaliar a teoria, proporei algumas revisões (se maiores ou menores, dependendo do ponto de vista de cada um). Elas têm o efeito de desbastar suas pressuposições básicas. Assim a teoria que avaliarei não será a de Myers, mas outra hipótese conexas. As revisões que proponho são:

1. Tomemos uma suposição básica, ou talvez um fato básico: que certas pessoas, sob certas circunstâncias obscuras, podem produzir um certo efeito num local do espaço mais ou menos distante de seus corpos, de modo que pessoas apropriadamente posicionadas, e dotadas com uma sensibilidade peculiar, verão, naquele local, um fantasma correspondendo em aparência, posição e orientação à mesma concepção latente na mente do agente. Esta concepção pode ser, mas *não necessariamente*, a concepção do agente sobre si mesmo. Afinal, se um agente pode gerar um fantasma de si mesmo sentado num cavalo, ou guiando um carro, por que ele, nas mesmas circunstâncias, não geraria um fantasma só do cavalo, ou só do carro, ou mesmo de outra pessoa que não ele mesmo? Assim, uma aparição de crise coletivamente percebida *poderia* ser gerada pelo moribundo que é seu original; mas *poderia*, por outro lado, ser gerada por uma pessoa viva (provavelmente um dos percipientes) em resposta à informação adquirida extra-sensorialmente sobre a morte do outro. Poderíamos mesmo divisar,

nas linhas desta explicação, uma tese sobre as aparições de animais, ou aparições insólitas ou grotescas, não-humanas ou sobre-humanas, com as quais a maioria dos parapsicólogos não se atreveria a comprometer sua respeitabilidade científica.

Analogamente, seria possível tentar explicar *todos* os casos de aparições verídicas dos mortos dessa maneira, como geradas por uma concepção latente na mente de alguma pessoa ainda viva que meramente medita sobre o morto em questão. Assim, a teoria explicaria aparições em termos da imortalidade *ou não*. Sua tendência geral, como Myers sustenta, é pela imortalidade, pelas seguintes razões: nos casos de aparições *post-mortem* verídicas, o gerador do fantasma não pode (ao menos usualmente), pela teoria de Myers, estar entre seus percipientes. Pois, na extensão em que a aparição é “verídica” – ao conter detalhes e transmitir informação desconhecida das testemunhas, representa uma pessoa que estas não conheciam, persegue um objetivo que estas, conscientemente, não têm, etc. – *não pode* (presumido que lhes recusemos poderes de super-PES) representar uma concepção da mente de qualquer dos percipientes. Se qualquer um, que não o original falecido do fantasma, gera o fantasma, deve ser alguma pessoa não presente no lugar e momento de sua aparição. Mas esta opinião não parece ser fácil de defender:

a) Geralmente não surge um candidato plausível para este papel. Não há pessoa que se saiba estar pensando, divagando, ou lamentando o falecido com intensidade peculiar, ou que tivesse algum motivo poderoso para tentar gerar um fantasma de alguma pessoa, que não ele mesmo.

b) Os casos em que uma pessoa gerou um fantasma visível aos outros, de alguém que não ela mesma, são raros, e não sei de um só em que o suposto gerador estivesse, ele mesmo, entre os percipientes.

2. Se aceitarmos a possibilidade de que alguém poderia gerar um fantasma de uma pessoa que não ela mesma, também precisaremos abandonar a idéia, à primeira vista tão natural, de que algum aspecto da personalidade necessariamente faz uma excursão ao local onde a aparição é vista, e ali exerce um papel causal em sua gênese. Se o vulto não precisa ser o da pessoa que o produz, esta idéia perde sua plausibilidade intuitiva, e, já de início, não concorda muito com os casos em que o presumível projetor não reteve a memória de sua excursão. Eu ficaria inclinado a ver a geração do fantasma usualmente como o produto, ou, mais provavelmente, o indesejável subproduto de processos psicológicos de um agente distante. Dentre estes processos psicológicos, certamente, está o estado que já foi chamado de “clarividência viajante”, ou que parece ver uma cena distante como se de um ponto dentro da cena. É claro que *poderia* ser que, durante uma clarividência viajante bem-sucedida, alguma entidade consciente desconheci-

da, por vezes, deixe o organismo do projetor, e que, à volta desta entidade especialmente localizada, seja visto o fantasma. Mas mesmo que assim fosse, eu ainda me inclinaria a sugerir que o fantasma é gerado no local da entidade projetada, porque a concepção latente do projetor sobre si mesmo é de uma pessoa com um corpo e vestimenta, e no local onde estiver naquele momento. Ver o fantasma *não* é ver a entidade projetada, nem o fantasma, em qualquer sentido, é o *veículo* da consciência.

É possível (e eu não colocaria isto mais acentuadamente) que a disjunção proposta entre a modificação local do espaço (o “foco fantasmogénico”), que faz com que certas pessoas vejam uma aparição, e o projetor temporária ou permanentemente desencarnado que produza a modificação local do espaço, que, por vezes, *é* e, por vezes, *não* é ele mesmo no local daquela modificação, seja aplicada utilmente a alguns dos casos mais estranhos de assombrações. Poder-se-ia supor que, quando numa certa casa a aparição ocasional de um fantasma é parte de um complexo de estranhos e provavelmente noturnos acontecimentos, alguns quase certamente físicos, esteja ocasionalmente presente uma entidade, talvez idêntica a um elemento da personalidade de um ser humano outrora vivo, que *tanto* induz uma modificação “fantasmogénica” de uma porção do espaço, talvez na porção à sua volta, *e* acumulando energia e emitindo-a de um modo ainda não compreendido, podendo causar os efeitos físicos paranormais. O fantasma, o vulto visto, não seria diretamente instrumental para produzir os fenómenos físicos, nem se aparentemente fosse visto a efetuá-los. Se fosse fotografado, nada apareceria no filme, ou de qualquer modo (como não desejamos excluir a detecção física de uma energia putativa) nada que se assemelhasse ao que os percipientes relatassem. Tudo isto é desvairada especulação mas, de qualquer modo, é consistente com a faixa de fenómenos que temos de explicar.

3. Muito embora Myers enfatize que aparições não sejam objetos materiais, nem meta-objetos quase-físicos, como corpos etéricos, ele acreditava que as “modificações locais do espaço” que constituem ou subjazem seus postulados “centros fantasmogénicos” são modificações num reino do ser (o “metaetérico”), que não o mundo físico de nossa percepção sensorial ordinária. Outros escritores notáveis no campo (assim como H. H. Price, 123) desenvolveram idéias similares. Não obstante, acho que, pelo menos segundo o estado previsível de nosso conhecimento, seria mais prudente ficar ao largo de tais noções. No momento, não levantam questões que possam ser cientificamente investigadas, e só levarão a becos sem saída do tipo que, como propus no primeiro Capítulo, precisaríamos evitar. Para os propósitos atuais, basta que aceitemos o fato, ou postulemos, para fins práticos, que certas pessoas em certas circunstâncias podem

modificar uma região do espaço no qual outras pessoas, visitando aquela região, podem ver um vulto correspondendo a alguma concepção oculta na mente do agente.

Mas poderia ser questionado se os percipientes estão sistematicamente alucinados ou se realmente há algum objeto peculiar, mas publicamente acessível, que todos percebem? Não é a tendência da teoria, dizendo de modificações locais do espaço, sugerir que haja algum objeto especial (chamemo-lo de “forma-pensamento”) onde uma aparição, especialmente as publicamente percebidas, são vistas? Podemos provar ou refutar esta sugestão, e com ela, a teoria?

Acho – muito embora não tenha espaço para discutir o assunto aqui – que este argumento não atinge a lógica da situação. É bem provável que nunca saibamos nada além disso sobre as características das aparições. Sabemos que, de certas maneiras, assemelham-se a objetos físicos, e de outras, não. Geralmente parecem, soam e comportam-se como objetos físicos ordinários, e podem ser vistos na perspectiva certa por várias pessoas simultaneamente; por outro lado, não duram muito, não afetam objetos físicos à sua volta, e podem não ser percebidos por todos que poderiam percebê-los. Nestas condições, a questão sobre se são alucinações ou objetos “reais” não é mais factual; é questão de qual maneira de falar, qual a conversão lingüística que é mais simples adotar, e qual a mais coerente com nosso discurso sobre estes assuntos. A questão é mais filosófica que factual. Deveríamos falar da capacidade de um agente de criar uma espécie de ponto radiante em torno do qual as pessoas podem sofrer alucinações sistematicamente relacionadas? Ou deveríamos falar da capacidade de um agente de criar uma espécie de objeto que não afete instrumentos físicos, e seja perceptível só a pessoas com um certo tipo de sensibilidade não-ótica? A primeira maneira de falar deixa a sistemática das alucinações sem base racional; a outra deixa a presença ou ausência, ou a perceptibilidade do objeto um tanto arbitrária. Minha estimativa (e presumivelmente a de Myers, também) seria que, no todo, as limitações da segunda maneira de dizer seriam mais fáceis de tolerar que as da primeira. Mas talvez possamos nos esquivar fazendo uma escolha.

4. Qualquer que seja a maneira de falar que adotemos, confrontamo-nos com o seguinte problema adicional: o processo de percepção “não-ótica”, pelo qual Myers pensa que tomamos consciência das aparições, pareceria, pelo menos quando a aparição é verídica, recair no título geral da PES – envolve a aquisição da informação sem uso dos órgãos dos sentidos. Mas, não cabe sob o título geral de “telepatia” nem de “clarividência”. As “modificações locais do espaço” que acarretam aparições podem ser *causadas* por “concepções ocultas na mente” do agente; mas de modo algum

são concepções ou parte literal da mente do agente. As aparições são só os *efeitos* das atividades mentais do agente, como suas pinturas ou poemas. Daí a “percepção” dela não pode ser classificada como telepática, pois não é igual a conhecimento direto e não-inferencial do que está na mente do agente. Como a clarividência é definida como conhecimento extra-sensorial de eventos *físicos* ou estado de coisas, não podemos dizer que a “percepção não-ótica” que ocorre seja uma forma de clarividência. Parece termos aqui uma forma de PES que não pode ser rotulada como telepatia nem clarividência. Pelo menos esta proposição harmoniza-se com o fato (mencionado no capítulo anterior) que aparições não deixam de ser compartilhadas, ao passo que a PES, manifestando-se sob outras formas, raramente é compartilhada. Precisamos de uma nova palavra para esta outra forma de PES; mas não vou onerar miha engenhosidade, nem acrescentarei nada ao extenso amontoado verbal da parapsicologia, tentando inventar mais uma palavra.

Isto completa minha exposição da teoria de Myers das aparições (numa versão ligeiramente alterada), e chegou a hora de tentar uma avaliação. Seu ponto alto é que pode, claramente, explicar a “veracidade” dos casos verídicos, sem recorrer às complicações da super-PES, e pode explicar a aparente objetividade dos fantasmas vistos em casos de percepção coletiva e assombrações, sem nos lançar nos absurdos da teoria animista. Deparamo-nos, entretanto, com numerosas dificuldades. Começemos com uma das menores. É freqüentemente sugerido que a maioria das pessoas tem uma idéia relativamente imperfeita de como parecem aos outros, especialmente por trás e de perfil. Assim sendo, como podemos propor que uma “concepção latente” que um agente tem de si mesmo possa modificar uma região do espaço de que pessoas adequadamente dotadas possam ver um fantasma realista dele? Este argumento tem algum peso, mas não muito. A idéia que, em média, uma pessoa faz de sua aparência é tão diferente de seu aspecto real que um percipiente notaria a diferença? Talvez as idéias das pessoas sobre sua aparência não sejam muito condicionadas pela sua imagem no espelho, como seria de se supor. Schatzman (141) recentemente conduziu experiências breves mas imensamente intrigantes com um sujeito, “Ruth”, que tem, em grau notável, a capacidade de criar para si mesma alucinações totalmente realistas (aquelas que se parecem, embora diversamente das alucinações de epiléticos, alcoólatras, toxicômanos, loucos, etc., semelhantes aos vultos dos casos clássicos de aparições). Suas alucinações são tão “reais” que, quando ela mandou que uma se interpusesse entre seus olhos e uma fonte de luz intermitente, a resposta elétrica de seu cérebro à luz cessou. Ruth pode, com igual facilidade, criar alucinações de si mesma ou de outras pessoas, e as alucinações não são só visuais, mas au-

ditivas, táteis e olfativas (os vultos falam, e ela pode tocar e sentir seu odor). Quando Ruth cria uma alucinação de si mesma, ela é bem realista, e não é uma imagem de espelho.

A crítica mais importante é tão óbvia que pode ser enunciada sumariamente. A teoria faz concessões a numerosas incógnitas, e a falha em qualquer uma arruinaria tudo. Postula modificações “fantasmogénéticas”, de natureza desconhecida, de locais particulares no espaço; um processo desconhecido pelo qual as pessoas podem causar essas modificações; uma forma desconhecida de sensibilidade, por meio da qual certas pessoas podem perceber os fantasmas assim gerados; inteligências desencarnadas das quais nada sabemos, exceto que anteriormente estiveram encarnadas como determinados seres humanos; e (presumivelmente) alguma faculdade extra-sensorial totalmente desconhecida, por meio da qual estas inteligências desencarnadas obtêm sua informação sobre este mundo e o outro. Nenhum teórico confiaria seu capital intelectual a estas incógnitas, pois incógnitas não merecem crédito.

O problema, ao que me parece, é que temos poucas opções, a não ser dar um pouco de crédito, ao menos, à teoria de Myers, com incógnitas e tudo. A teoria, como ele observa, agrupa muitos fenômenos de “tipos variados e estranhos”, e mesmo que sua explicação seja altamente implausível, não parece, e este é seu ponto alto, um beco sem saída como as teorias da super-PES e animista. Mesmo no estado atual de nosso conhecimento, parece haver certas pesquisas empíricas às quais esta pesquisa poderia levar. Poderíamos, por exemplo, investigar as capacidades “fantasmogénéticas” de sujeitos dotados, como “Ruth”. Schatzman fez experiências com Ruth para ver se suas alucinações poderiam ser compartilhadas com outros. Não podiam. Mas, em duas ocasiões, quando nenhuma experiência estava em decurso, outras pessoas observaram fantasmas que ela criara (um incidente similar é descrito por David-Néel, 28). Uma pessoa, de fato, conversou com o vulto, que acreditou ser o de uma pessoa real: a própria Ruth. Certa feita, um cão ficou muito perturbado quando Ruth gerou um fantasma em sua vizinhança – fenômeno para o qual a teoria das aparições apresenta numerosos paralelos. As descobertas até agora não fornecem certezas, mas levantam muitas possibilidades intrigantes.

No começo do Capítulo 14 coloquei duas questões que surgem do fato de sermos forçados, pelas considerações e fatos apresentados no começo do livro, a levar a teoria da imortalidade a sério:

1. A sobrevivência das memórias de uma pessoa, e de suas capacidades conceituais em geral, envolvem ou equivalem à sua sobrevivência enquanto indivíduo consciente?

2.. Se tais memórias e capacidades sobrevivem, o que poderia sustentar sua sobrevivência, e ser, por assim dizer, seu veículo?

Foi devido em parte à busca de respostas a estas perguntas que me envolvi na discussão das EFCs e das aparições. Ao fim da discussão, encontrei-me, a despeito de suas numerosas obscuridades, levando a sério a teoria do “centro fantasmogênico” de Myers sobre as aparições. Essa teoria, se verdadeira, ou, em grau provavelmente menor, uma aproximação da verdade, tem qualquer influência nestas duas perguntas?

Em relação à primeira pergunta, presumir-se-ia que se a evidência sugere que certas espécies de fantasmas (verídicos *post-mortem*) são gerados por porções sobreviventes de pessoas outrora vivas. O que sobrevive e os gera deve ter as mesmas memórias e capacidades conceituais das pessoas vivas que parecem gerar fantasmas de si mesmas. Pois, por hipótese, os fantasmas são, em certo sentido, exteriorizações de “concepções latentes nas mentes” dos projetores. Sem dúvida, colocar-se-ia uma ressalva a esta opinião. Mas há muitas dificuldades. Como Myers observa, parece haver casos de projeção por parte de projetores vivos, onde o projetor não tem consciência do que está fazendo, onde a projeção é automática em função de algum nível inconsciente da personalidade. Poderia algo sobreviver que não fosse consciente, menos que uma personalidade, um mero vestígio, ou traço, que no entanto originaria projeções “automáticas”? Uma resposta a esta dificuldade poderia fazer uma distinção entre fantasmas que parecem inteligentes, respondendo às pessoas vivas, e os que são meros “zumbis”, ou autômatos. Os primeiros só poderiam ser gerados por projetores conscientes e inteligentes. Mas o debate sobre estes tópicos poderia continuar até o infinito, pois, no momento, nada sabemos do processos pelo qual “centros fantasmogênicos” são criados por projetores vivos, das relações entre este processo e o mundo físico, e a dependência do processo sobre certas funções do cérebro. Estamos ainda mais no escuro do que quando começamos a especular sobre o que pode estar envolvido na criação de tais centros por projetores mortos.

Quanto à segunda questão, concernente ao suposto “veículo” das memórias e capacidades sobreviventes, a teoria de Myers, tanto quanto posso ver, não tem implicações específicas, mas adotá-la poderia levar a um raciocínio assim. Se, como parece ser o caso, algumas pessoas podem, mesmo enquanto vivas, por vezes, criar centros fantasmagóricos a distâncias consideráveis de seus corpos e sistemas nervosos, podem elas mesmas perceber fantasmas emanados desses centros, quando esses centros são criados por elas ou por outros; podem exercer outras formas de PES dirigida sobre pessoas ou eventos distantes; podem quiçá influenciar eventos físicos à sua volta sem ação corpórea. Então, a relação entre a percepção, a

mente criativa e o mundo físico deve ser totalmente diferente, e muito mais complicada que qualquer outra coisa que imaginemos agora. Enfatizo o termo “criativo”, pois isso poderia parecer que, de nossa maneira insignificante, poderíamos estar alterando o universo, ou melhor, o nosso cantinho particular nele, por meios ainda totalmente além de nossa compreensão. (Será que a capacidade de um controle de “eclipsar” um médium seja outra faceta desse poder?) Quão distante de nossa atual compreensão deve estar a relação entre qualquer porção da personalidade que sobrevive à morte e ao mundo físico, conhecido e desconhecido?

Estas manifestações da presente e provável futura ignorância, em face de problemas imensamente difíceis, não agrada a ninguém. Muitos religiosos de um tipo ou outro podem ter respostas a estes problemas, e podem centralizar as suas vidas no pensamento em torno destas respostas simples, ou aparentemente simples. Tais pessoas podem pensar que aqueles que não são convencidos por suas respostas simples, ou que não as achem simples, são meramente obstinados e pervertidos. Por outro lado, aqueles *esprits forts* que quase fazem da ciência ou do conhecimento específico que temos atualmente quase uma religião, e que se orgulham de seu ceticismo erudito, ficarão ainda menos contentes com minha manifestação de ignorância; pois, enquanto é apropriado e mesmo louvável que um cientista por vezes admita ignorância ou perplexidade temporária, a ignorância que estou manifestando é do tipo errado. Estou manifestando o tipo de ignorância que implicitamente menospreza o estado atual de nosso conhecimento científico, com base no que muitos considerariam uns poucos fenômenos marginais. E, de fato, parece-me que, no momento, sabemos tanto deste assunto quanto os gregos sabiam da eletricidade, quando descobriram que, se esfregassem pedaços de âmbar na manga, podiam atrair palhas.

17 Observações Finais

No que concerne à evidência da imortalidade, já devo ter dito repetidamente quase tudo o que tenho a dizer. Não posso descartar esta evidência em bloco como má, como sendo totalmente o produto de fraude, mau registro, má observação, pensamento positivo ou pura coincidência. Não consigo achar razões decisivas para rejeitá-la. Argumentei separadamente em conexão com os fenômenos da mediunidade, com aparições e com certos casos de aparente reencarnação, que a hipótese da super-PES não basta para explicar a quantidade de informação correta e apropriada que por vezes é fornecida nessas comunicações. Também apontei que alguns casos apresentam características que sugerem não só memórias sobreviventes (a esfera em que a explicação da super-PES parece ser mais forte), mas também características de personalidade mais positivas – propósitos distintos, habilidades, capacidades, hábitos, modo de falar, esforços para se comunicar, anseios, pontos de vista. Os leitores precisam avaliar estes aspectos da charada por si mesmos. De minha parte, só posso dizer que me parece haver, em cada uma das áreas que considere, uma amostra de casos que sugerem, com alguma força, alguma forma de imortalidade. Pelo menos, a suposição de que um fragmento reconhecível da personalidade de um morto possa se manifestar de novo após sua morte, sem haver algum fator causal subjacente, comum às manifestações originais e as últimas, aberrantes, parece impossivelmente mágica. E é difícil ver em que termos poderíamos conceber este fator causal subjacente, exceto se for de uma consciência individual de algum grau de coerência e complexidade. A hipótese de um “fator psíquico” irracional parece, como apontei no começo do Capítulo 14, apresentar numerosas dificuldades. Mas nesta área, e em áreas correlatas importantes, o que sabemos está em proporção ao que não sabemos como um balde d’água em relação ao oceano. Não se pode ter certeza, nem mesmo uma forte convicção, que a nossa área da incerteza foi estreitada a um tamanho controlável.

Mesmo se aceitarmos que, no atual estado de nosso conhecimento, alguma espécie de teoria da imortalidade oferece uma explicação mais pronta dos fenômenos observados, muitas questões ficarão sem solução.

Na grande maioria, mesmo dos casos favoráveis, a personalidade “sobrevivente” que alega continuidade com uma personalidade anteriormente viva, ou previamente encarnada, só consegue demonstrar esta continuidade num número muito limitado de frentes, e de fato, pode não conseguir demonstrá-la em outras. Isto não quer dizer, é claro, que além das manifestações observadas não se encontre a mais completa continuidade possível; mas também significa que a hipótese de continuidade completa não está provada, e todas as possibilidades continuam em aberto. Há uma sobrevivência parcial ou completa, após a morte? Há sobrevivência racional, ou (o que seria pior que a mera extinção) uma sobrevivência com uma consciência claudicante e vaga? Há uma sobrevivência a longo termo ou durante um breve período de desintegração progressiva? Há uma sobrevivência agradável ou tal que se preferiria evitar? Sobrevivência com um substrato físico ou incorpórea? Sobrevivência como indivíduo ou com a própria individualidade na maior parte dissolvida em algo maior? A sobrevivência é a regra ou só uma exceção? Para estas e muitas outras perguntas, no momento, não consigo ver respostas claras.

Muitas pessoas, de fato, não precisam ou não desejam respostas claras. Assumirão a mera rejeição da hipótese da super-PES como justificando a opinião de que Deus está no Céu e tudo está bem com o mundo:

*Oh, easy creed
That our beloved ones are not lost indeed
But, somewhere far and fainter, live secure,
While yet they plead
With voices heard in visions live and pure,
With touch upon the hand, that they endure,
Only withdrawn!*

[Ó credo fácil
Que nossos bem-amados não estão de fato perdidos
Mas, alhures, longe e diáfanos, vivem seguros,
Enquanto alegam,
Com vozes ouvidas em visões vívidas e puras,
Com um toque na mão, que eles perduram,
Que apenas se afastaram!]

Quanto a mim, penso que qualquer ulterior progresso decisivo terá de esperar os resultados de muito trabalho difícil e demorado em numerosas frentes diferentes. Quando este trabalho estiver parcialmente feito, a maioria de nós estará morta, e assim, saberemos as respostas, ou não, conforme o caso. E os resultados deste trabalho poderão, mais uma vez, apontar em outra direção que não a da teoria da imortalidade. Quanto a isso,

pode-se no máximo expressar uma tentativa de opinião quanto à provável futura tendência da evidência. Já dei minha opinião. Outros avaliarão a situação diversamente.

Para os ansiosos por uma certeza – quer seja pela imortalidade ou pela extinção –, essa resposta pode parecer nebulosa. Mas não será assim para todos. Pois, como tentei mostrar, é possível, a partir de uma consideração apropriadamente informada da evidência, construir uma tese racional contra ela. E uma tese racional, ou tendência para tal, construída sobre evidência, por mais difícil que seja de interpretar, deve ser preferível a qualquer quantidade de crença ou descrenças cegas. Ademais, para pessoas como eu, com uma curiosidade superdesenvolvida e um gosto pelos mistérios, o que pode ser chamado de universo de caixa chinesa – um universo constituído, por assim dizer, de uma charada contendo outra charada dentro, e assim por diante, indefinidamente, tem muito atrativo. E pode ser que, no fundo do coração, esteja escondida toda a verdade e toda a imparcialidade, e que sejam trazidas à luz, e prevaleçam. Ou talvez não. Mas, em qualquer caso, os enigmas estão aí, e seu fascínio é irresistível.

O que dizer, pois, do futuro? Como estes enigmas poderão ser estudados? Não creio haver atalhos para uma solução, ou que o problema seja posto de lado. A idéia de um “teste da imortalidade” decisivo apresentou-se para muitos, e alguns indivíduos de espírito público deixaram para trás pacotes selados, cujo conteúdo eles esperavam comunicar após sua morte. Apenas em alguns casos, algum grau de sucesso foi registrado (por exemplo, 110a, II, pp. 182-185; 139c); e mesmo que os sucessos fossem mais freqüentes, poderiam ser atribuídos à clarividência por parte do médium.

Recentemente, formas mais sofisticadas de testes foram sugeridas. Thouless (159b) propôs que as pessoas que quisessem deixar um “teste” para trás deveriam cifrar e depositar numa organização de reputação alguma passagem em prosa de conteúdo apropriado. Tudo o que precisariam comunicar seria a palavra-chave. Um controle contra a possibilidade de que os médiuns pudessem quebrar o código por super-PES seria obtido fazendo com que estes tentassem obter a palavra-chave, enquanto o sujeito ainda estivesse vivo. Se não conseguissem obtê-la, deveríamos pressupor que isto está além do alcance da PES. Talvez este projeto funcione – um suposto Richard Hodgson comunicou através da sra. Piper uma “senha” que era o nome da filha dela cifrado de maneira complexa, quase com certeza conhecida de Hodgson em vida (109, pp. 204n-205n). Stevenson (153a) iniciou um projeto análogo usando segredos de cofre ao invés de códigos. Um resultado positivo num tal teste seria obviamente de grande interesse e im-

portância; mas para constituir evidência forte da imortalidade ainda precisaria, eu acho, ser combinado com evidência da sobrevivência de propósitos, características de personalidade, outros tipos de memórias, etc.

À parte esses “testes da imortalidade”, parece-me que o trabalho na questão da imortalidade deverá sempre avançar passo a passo, em duas frentes bem amplas. A primeira envolveria uma lenta e paciente acumulação de filtragem de “evidência da imortalidade”, tal como apresentei e discuti neste livro. A segunda (muito mais difícil de definir) envolveria investigações factuais e conceituais que poderiam resultar em nos capacitar a construir uma estrutura de raciocínio geral dentro da qual a imortalidade e as categorias de suas evidências fiquem coerentes e façam sentido, e sejam também coerentes com as descobertas de outros ramos da ciência. (por outro lado, poderíamos fracassar decisivamente em atingir uma tal estrutura de raciocínio, o que também seria uma questão de grande significado.) Já adquirimos (como tentei mostrar) muito material na primeira frente; mas muito pouco na segunda. Se a evidência da sobrevivência fosse muito mais copiosa e surpreendente do que atualmente o é (e já é bem copiosa, e bastante surpreendente), talvez pudéssemos passar com pequena acumulação de material para a segunda frente. Certamente posso imaginar um estado de coisas em que ninguém, exceto filósofos quando efetivamente filosofando, expressasse dúvidas sobre a imortalidade. Suponhamos, por exemplo, que pessoas “duplicadas” pudessem agir regularmente como comunicadores vivos, transmitindo informação fluente e correta, etc., e pudessem dar, na sua “volta”, relatos completos do que acontecera, e depois de suas mortes continuassem a se comunicar até o momento de sua reencarnação como uma das crianças estudadas por Stevenson. Mas uma tal situação não acontece. Portanto, parece-me que se tornou tão importante progredir tanto na segunda quanto na primeira frente. Já temos bastante evidência aparente pela imortalidade; não temos uma estrutura conceitual na qual ajustá-la satisfatoriamente.

Concomitantemente, não prosseguirei na questão sobre que outra “evidência da imortalidade” poderíamos obter no futuro, mas, em vez disto, deslocar-me-ei imediatamente para a segunda das “frentes amplas” nas quais o trabalho sobre o problema da imortalidade precisa continuar. Que passos precisam ser dados para ampliar nosso conhecimento fundamental, de modo que a evidência da imortalidade passe a fazer sentido num contexto global que inclua as descobertas de outras ciências bem como as da parapsicologia? Eu deveria esperar que progressos nesta frente, se é que há progresso, sejam lentos e dolorosos, um gradual encaixar de peças laboriosamente conquistadas, mais que uma súbita intuição sobre suas relações verdadeiras. E não se pode antecipadamente estabelecer limite ao número

de “peças” que acabe se mostrando relevante. Nos capítulos anteriores eu sugeri vários tipos de trabalhos parapsicológicos que, parece-me, poderiam ser importantes neste sentido. Por exemplo:

1. Experiências dirigidas para obter comunicação mediúmica de pessoas vivas. Os comunicadores vivos poderiam defrontar-se com as mesmas dificuldades e cair nos mesmos pantanais que os desencarnados; e então poderíamos obter algumas pistas sobre os mecanismos de comunicação, a sustentabilidade do que chamei de teoria da “influência”, e assim por diante. O trabalho poderia ou não ser coerente e combinar com a pesquisa sobre EFCs. Igualmente o resultado poderia sugerir que os casos de Gordon Davis e John Ferguson não são fraudes nem aberrações, reforçando o fundamento da hipótese da super-PES.

2. Igualmente capazes de fundamentar a hipótese as super-PES seriam as experiências com sensitivos (se puderem ser encontrados) assemelhando-se aos estudos de Osty (v. Capítulo 10). Não creio que a situação da hipótese da super-PES possa ser adequadamente estabelecida até que estas experiências sejam feitas utilizando métodos modernos de projeto e experiências e avaliação estatística, características totalmente ausentes do trabalho pioneiro de Osty.

3. Estudos completos e abrangentes sobre as habilidades de pessoas especialmente dotadas assim como “Ruth” (v. capítulo anterior) para gerar alucinações para si mesmos e, por vezes, aparentemente, para outras pessoas, poderiam, como apontei, lançar luz na possibilidade ou não de aparições verídicas que discuti no Capítulo 16.

4. A investigação mais urgentemente necessária na área dos casos espontâneos é, parece-me, uma investigação detalhada por parte de pessoas competentes e bem equipadas sobre os aspectos físicos de uma “assombração” bem-definida. Pois, em tais casos, costumamos ter perturbações físicas locais que, à primeira vista, não são suscetíveis de explicação ordinária; e também temos (pelo menos, às vezes) aparições; e o problema da relação entre estas duas é absolutamente central para todas as questões concernentes à natureza e gênese das aparições, e ramifica-se para outras questões. Ademais, em algumas assombrações, há certos sinais de uma inteligência (cuja natureza e origem ainda estão por ser elucidadas). Poder-se-ia tentar trazer diferentes médiuns e sensitivos ao local, independentemente uns dos outros, para ver se há qualquer concordância em seus “diagnósticos”, e assim obter caminhos “mentais” e “físicos” para enfocar o mesmo caso (cf. 97; 106; 143). De um certo número destas investigações, poder-se-ia (com uma imensa e improvável quantidade de sorte) começar a vislumbrar um padrão geral dentro do qual vários tipos diferentes de evidência da sobrevivência poderiam ser incluídos.

No entanto, como observei há um momento, as descobertas relevantes são prováveis de aparecer – acho que deverão aparecer – fora da parapsicologia. Pelo que disse no Capítulo 13, deve estar claro que a psicologia dos processos da memória constituirá uma área de preocupação central. Aspectos mais amplos da biologia poderão tornar-se importantes (144). Há também muitos sinais – que não posso detalhar aqui – que o progresso nas fronteiras da física e da física matemática poderá abrir novas idéias para a parapsicologia. Trabalho recentemente publicado sobre o fenômeno da “dobragem de metais” constitui um foco empírico para estas idéias especulativas, mas a ramificação destas idéias poderia estender-se muito mais.

O problema com que se defronta a pesquisa da imortalidade não é falta de coisas a fazer, mas falta de fundos, que acarreta necessariamente falta de pessoal. Quando a SPR foi fundada, tinha um número de membros muito capazes, com meios próprios e amplo tempo disponível. Foram estas pessoas, basicamente, responsáveis pela imensa quantidade de trabalho e progresso significativo que marcaram as primeiras três ou quatro décadas da existência da Sociedade. A situação hoje está radicalmente mudada. Há menos pessoas ricas e com tempo livre, e algumas das investigações que seriam hoje desejáveis requereriam equipamento científico sofisticado e dispendioso. Os governos e agências que concedem verbas não têm fundos suficientes sequer para os problemas deste mundo, e certamente não subsidiarão o estudo dos problemas relativos ao outro. Se apenas um número suficiente de indivíduos interessados pudesse se reunir e contribuir com seu dinheiro e seu tempo, poderíamos esperar por um progresso harmonioso, em vez de fragmentário; mas continua a haver um papel vital para a SPR, a ASPR e sociedades conexas. O recente trabalho de Stevenson e Osis, bem como os trabalhos originais dos fundadores da SPR, mostraram o quanto pode ser feito, mesmo por um número pequeno de pessoas dedicadas, com fundos e recursos moderados à sua disposição.

Partes substanciais deste livro foram tentativas de reconciliar o aparentemente irreconciliável; reconciliar, em outras palavras, os dados da moderna psicologia e da moderna neurologia, com certos fatos empíricos estranhos que aparentemente sugerem que a personalidade humana pode, pelo menos algumas vezes, sobreviver à morte corporal. No momento, não pretendo ter harmonizado satisfatoriamente esses conjuntos de dados. Cada vez que amarro, com meus dedos desajeitados, um par de pontas soltas, mais uma me escapa de novo. A maioria dos protagonistas continuará a rejeitar os dados do campo oposto sem qualquer análise adequada e simplesmente com base na fé, apenas fé, porque suas descobertas e interpretações são inabaláveis, ou pelo menos, abaláveis nas irrelevâncias, não podendo,

portanto, as descobertas e interpretações dos outros merecer uma apreciação séria. Digo que não são só os neurologistas que têm esta atitude para com a evidência aparente da imortalidade. Alguns parapsicólogos (do campo experimental) tendem a assumir esta opinião sobre os dados reunidos por outros parapsicólogos (aqueles interessados nos tópicos deste livro). Alguns espíritas concederiam um desinteresse negligente às descobertas da neurologia. Não gosto dessa rejeição de dados baseada na fé – no máximo é uma maneira não muito honesta de se proteger do trabalho de revisar as próprias opiniões. Um ato de fé muito maior – que devo confessar não conseguir professar por todas as vezes – é aceitar ambos os conjuntos de dados, e assumir que como o Universo não é completamente desordenado, alguma maneira de reconciliá-lo acabará sendo encontrada.

Bibliografia

1. **Alexander, P. P.** *Spiritualism: a Narrative with a Discussion* (Edimburgo: W. P. Nimmo, 1871).
2. **Alisson, L.W.** *Leonard and Soule Experiments* (Boston: Boston Society for Psychic Research, 1929).
3. **Anderson, J. R.** *Cognitive Psychology and its Implications* (São Francisco: W. H. Freeman, 1980).
4. **Angoff, A. e Barth, D., orgs.,** *Parapsychology and Anthropology* (Nova Iorque; Parapsychology Foundation, 1974).
- 5a. **Balfour, G. W.** 'Some Recent Scripts Affording Evidence of Personal Survival' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1914-5, 27, pp. 221-243).
- 5b. **Balfour, G. W.** 'The Ear of Dionysius: Further Scripts Affording Evidence of Personal Survival' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1918, 29, pp. 197-243).
- 5c. **Balfour, G. W.** 'The Ear of Dionysius: a Reply' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1918, 29, pp. 270-286).
- 5d. **Balfour, G. W.** 'A Study of the Psychological Aspects of Mrs. Willett's Mediumship' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1935, 43, pp. 43-318).
6. **Balfour, J.** 'The "Palm Sunday" Case: New Light on an Old Love Story' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1958-60, 52, pp. 79-267).
7. **Beattie, J., e Middleton, J.** *Spirit Mediumship and Society in Africa* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1969).
8. **Bennett, E.** *Apparitions and Haunted Houses* (Londres: Faber and Faber, 1939).
9. **Bernstein, M.** *The Search for Bridey Murphy* (Garden City, N. Y., Doubleday, 1956).
10. **Besterman, T.** "Further Inquiries into the Element of Chance in Booktests" (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1931-2, 40, pp. 59-98)

11. **Besterman, T., e Heard, G.** 'Note on an Attempt to locate in Space the Alleged Direct Voice Observed in Sitting with Mrs. Leonard' (*Journal of the Society for Psychological Research*, 1933, 28, pp. 84-85).
12. [Bird, J. M.] 'Two Striking Cases of Collective Apparitions' (*Journal of the American Society for Psychological Research*, 1928, 22, pp. 429-432).
13. **Blackmore, S. J.** *Experiências for a do corpo*, São Paulo: Ed. Pensamento, 1986.
14. **Bozzano, E.** *Discarnate Influence in Human Life* (Londres: J. M. Watkins, s.d.).
- 15a. **Bradley, H. D.** *Towards the Stars* (Londres: T. Werner Laurie, 1924).
- 15b. **Bradley, H. D.** *The Wisdom of the Gods* (Londres: T. Werner Laurie, 1925)
- 15c. **Bradley, H. D.** *And After...* (Londres: T. Werner Laurie, 1931).
16. **Braud, W. G.** 'Liability and Inertia in Conformance Behavior' (*Journal of the American Society for Psychological Research*, 1980, 74, pp. 297-318).
17. **Braude, S.** *ESP and Psychokinesis: a Philosophical Examination* (Filadélfia: Temple University Press, 1980).
- 18a. **Broad, C. D.** *The Mind and its Place in Nature* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1925)
- 18b. **Broad, C. D.** *Religion, Philosophy and Psychological Research* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1953).
- 18c. **Broad, C. D.** *Lectures on Psychological Research* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1953).
- 18d. **Broad, C. D.** 'Autobiography' (in Schilpp, P. A., org., *The Philosophy of C. D. Broad*. Nova Iorque: Tudor Publishing Co., 1959, pp. 3-68).
19. **Brown, S.** *The Hey-Day of Spiritualism* (Nova Iorque: Hawthorn Books, 1970).
20. **Bursen, H. A.** *Dismantling the Memory Machine* (Dordrecht, Holanda: Reidel, 1978).
21. **Calmet, A.** *The Phantom World: or, the Philosophy of Spirits, Apparitions, etc.* (2 vols., Londres: R. Bentley, 1850).
- 22a. **Carington, W. W.** 'The Quantitative Study of Trance Personality. Parte I.' (*Proceedings of the Society for Psychological Research*, 1934, 42, pp. 173-240).
- 22b. **Carington, W. W.** 'The Quantitative Study of Trance Personality. Parte II.' (*Proceedings of the Society for Psychological Research*, 1935, 43, pp. 319-361).

- 22c. **Carington, W. W.** 'The Quantitative Study of Trance Personality. Parte III.' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1936-7, 44, pp. 189-222).
23. **Carrington, H.** *An Instrumental Test of the Independence of a Spirit Control* (Nova Iorque: American Psychical Institute, [1933]).
24. **Christie-Murray, D.** *Reincarnation: Ancients Beliefs and Modern Evidence* (Newton Abbot: Davis and Charles, 1981).
25. **Crapanzano, V., e Garrison, V.** *Case Studies in Spirit Possession* (Nova Iorque: Wiley, 1977).
26. **Dale, L.A., White, R. e Murphy, G.** 'A Selection of Cases from a Recent Survey of Spontaneous ESP Phenomena' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1962, 56, pp. 3-47).
27. **Dallas, H. A.** 'Communications from the Still Incarnate at a Distance from the Body' (*Occult Review*, 1924, 40, pp. 26-32).
28. **David-Néel, A.** *Magic and Mystery in Tibet* (Londres: Souvenir Press, 1961).
29. **Dellanne, G.** *Documents pour servir à L'étude de la réincarnation* (Paris: Editions de la B. P. S., 1924).
30. **Dickinson, G. L.** 'A Case of Emergence of a Latent Memory under Hypnosis' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1911, 25, pp. 455-467).
31. **Dilley, F. B.** 'What is Wrong with Disembodied Spirits?' (*Research Letter of the Parapsychology Laboratory, University of Utrecht*, N° 11, ag., 1981, pp. 31-41).
32. **Dingwall, E. J.** org., *Abnormal Hypnotic Phenomena: a Survey of Nineteenth-Century Cases* (4 vols., Londres: J. and A. Churchill, 1967-8).
33. **Dodds, E. R.** 'Why I do not Believe in Survival' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1934, 42, pp. 147-172).
- 34a. **Ducasse, C. J.** *A Critical Examination of the Belief in a Life after Death* (Springfield, Illinois, C. C. Thomas, 1961).
- 34b. **Ducasse, C. J.** 'What Would Constitute Evidence of Life after Death?' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1962, 41, pp. 401-406).
35. **Edge, H. L.** 'A Philosophical Justification for the Conformance Behavior Model' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1978, 72, pp. 215-231).
36. **Eeden, F. van.** 'Account of Sittings with Mrs., Thompson' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 102, 17, pp. 75-115).
37. **Eliade, M.** *Shamanism: Archaic Techniques of Ecstasy* (2ª ed. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1970).

38. **Elliott, A. J. A.** *Chinese Spirits-Medium Cults in Singapore* (Londres: London School of Economics, 1955).
39. **Ellis, D. J.** *The Mediumship of the Tape Recorder* (Harlow, Essex: D. J. Ellis, 1978).
40. **Flew, A. G.** 'Is There a Case for Disembodied Survival?' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1972, 66, pp. 129-144).
41. **Flournoy, T.** *From India to the Planet Mars* (Nova Iorque: University Books, 1963).
42. **Frazer, J. G.** *The Belief in Imortality* (vol. I, Londres: Macmillan, 1913).
43. **Freeborn, H.** 'Temporary Reminiscence of a Long-forgotten Language during Delirium' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1902, 10, pp. 279-283).
- 44a. **Gauld, A.** 'Mr. Hall and the SPR' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1965, 43, pp. 53-62).
- 44b. **Gauld, A.** *The Founders of Psychical Research* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1968).
- 44c. **Gauld, A.** 'A Series of "Drop-in" Communicators' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1966-72, 55, pp. 273-340).
- 44d. **Gauld, A.** 'ESP and Attempts to Explain it' (in Thakur, S. C., org., *Philosophy and Psychical Research* (Londres: G. Allen and Uwin, 1976, pp. 17-45).
- 44e. **Gauld, A.** 'Discarnate Survival' (in Wolman, B.B., org., *Handbook of Parapsychology* Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1977, pp. 577-630).
45. **Gauld, A., e Cornell, A. D.** *Poltergeist* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1979).
46. **Geach, P.** *God and the Soul* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1969).
47. **Gelfand, M.** *Witch Doctor* (Londres: Harvill Press, 1964).
48. **Gibbes, E. B.** 'Have we Indisputable Evidence for Survival?' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1937, 31, pp. 65-79).
49. **Gibson, E. P.** 'An Examination of Motivation as Found in Selected Cases from *Phantasms of the Living*' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1944, 36, pp. 83-105).
50. **Glenconner, P.** *The Earthen Vessel* (Londres: John Lane, 1921).
51. **Green, C. E.** *Experiências fora do corpo* (Editora Pensamento, 1986).
52. **Green, C. E., e McCreery, C.** *Apparitions* (Londres: Hamish Ha-

- milton, 1975).
- 53a. **Guirdham, A.** *The Cathars and Reincarnation* (Londres: Neville Spearman, 1970).
 - 53b. **Guirdham, A.** *We Are One Another* (Londres: Neville Spearman, 1974).
 54. **Gurney, E.** 'The Nature of Evidence in Matters Extraordinary' (in Gurney, E., *Tertium Quid*. Londres: Kegan Paul, Trench and Co., 1887, vol. I. Pp. 227-273).
 55. **Gurney, E., Myers, F. W. H., e Podmore, F.** *Phantasms of the Living* (2 vols. Londres: Trübner, 1886).
 56. **H., A. M.** 'An Apparition Identified from a Photograph' (*Journal of the American society for Psychical Research*, 1931, 20, pp. 53-57).
 57. **Haraldsson, E.** 'Apparitions of the Dead: a Representative Survey in Iceland' (in Roll, W. G. Beloff, J., e McAlister, J., orgs., *Research in Parapsychology 1980* (Metuchen, N. J.: The Scarecrow Press, 1981, pp. 3-5).
 58. **Haraldsson, E. Gudmundsdottir, A., Ragnarsson, A., Loftsson, J., and Jonsson, S.** 'National Survey of Psychical Experiences and Attitudes towards the Paranormal in Iceland' (in Morris, J. D., Roll, W. G., e Morris, R. L., orgs., *Research in Parapsychology 1976* (Metuchen, N. J. : The Scarecrow Press, 1977, pp. 182-186).
 - 59a. **Haraldsson, E., e Stevenson, I.** 'A Communicator of the "Drop-in" Type in Iceland: the Case of Runolfur Runolfsson' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1975, 69, pp. 33-59).
 - 59b. **Haraldsson, E., e Stevenson, I.** 'A Communicator of the "Drop in" Type in Iceland: the Case of Gudni Magnusson' (*Journal of the American Society for Psychical research*, 1975, 69, pp. 245-261).
 - 60a. **Hart, H.** 'Six Theories about Apparitions' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1953-6, 50, pp. 153-239).
 - 60b. **Hart, H.**, *The Enigma of Survival* (Londres: Rider, 1959).
 61. **Hart, H. e Hart, E. B.** 'Visions and Apparitions Collectively and Reciprocally Perceived' (*Proceedings of the Society for Psychical research*, 1932-3, 41, pp. 205-249).
 - 62a. **Heil, J.** 'Cognition and Representation' (*Australian Journal of Philosophy*, 1980, 58, pp. 158-168).
 - 62b. **Heil, J.** 'Does Cognitive Psychology Rest on a Mistake?' (*Mind*, 1981, 90, pp. 321-342).
 63. **Hilgard, E. R.** *Divided Consciousness: Multiple Controls in Human Thought and Action* (Nova Iorque: Wiley, 1977).
 - 64a. **Hill, J. A.** *Spiritualism: its History, Phenomena and Doctrine*

- (Londres: Cassell, 1918).
- 64b. **Hill, J. A.** *Experiences with Mediums* (Londres: Rider, [1934]).
 65. **Hitchcock, J. N., e Jones, R. L.** *Spirit Possession in the Nepal Himalayas* (Warminster: Avis and Phillips, 1977).
 - 66a. **Hodgson, R.** 'A Record of Observations of Certain Phenomena of Trance' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1892,8, pp.1-167).
 - 66b. **Hodgson, R.** 'A Further Record of Observations of Certain Phenomena of Trance' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1897-8,13, pp.284-582).
 67. **Holt, H.** *On the Cosmic Relations* (2 vols., Londres: Williams and Norgate, 1915).
 68. **Hope, C.** 'Report on Some Sittings with Valiantine and Phoenix in 1927' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1931-2, 40, pp. 411-417).
 69. **Hughes, I. M.** 'A Paranormal Dream' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1958, 39, pp. 186-188).
 70. **Hulme, A. J. H., e Wood, F. H.** *Ancient Egypt Speaks* (Londres: Rider, 1937).
 - 71a. **Hyslop, J. H.** 'A Case of Veridical Hallucinations' (*Proceedings of the American Society for Psychical Research*, 1909, 3, pp. 1-469).
 - 71b. **Hyslop, J. H.** 'The Doris Case of Multiple Personality' (*Proceedings of the American Society for Psychical Research*, 1917, 11, pp. 5-866).
 - 71c. **Hyslop, J. H.** *Contact with the Other World*. (Nova Iorque: The Century Company, 1919).
 72. **Iverson, J.** *More Lives than one?* (Londres: Souvenior Press, 1976).
 73. **Jacobson, N.** *Life Without Death?* (Londres: Turnstone, 1974).
 74. **James, W.** 'Report on Mrs. Piper Hodgson Control' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*', 1910, 23, pp.2-121).
 - 75a. **Johnsson, A.** 'On the Automatic Writing of Mrs. Holland' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1908-9, 21, pp. 166-391).
 - 75b. **Johnsson, A.** 'Second 'Report on Mrs. Holland's Script' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1910, 24, pp. 201-263).
 - 75c. **Johnsson, A.** 'Third Report on Mrs. Holland's Script' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1911, 25, pp. 218-303).
 - 75d. **Johnsson, A.** 'A Reconstruction of Some "Concordant Automatism"' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1914-5, 27, pp. 1-156).
 76. **Jones, L. A.** 'Presidential Address' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1928-9, 38, pp. 17-48).

77. **Jung, C. G.** *Synchronicity* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1972).
78. **Jusczyk, P. W. e Earhard, B.** 'The *Lingua Mentis* and its Role in Thought' (in Jusczyk, P. W., e Klein, R. M., orgs., *The Nature of Thought: Essays in Honor of D. O. Hebb* (Hillsdale, N. J.: L. Erlbaum, 1980, pp. 155-186).
79. **Kampman, R.** 'Hypnotically Induced Multiple Personality: an Experimental Study' (*Acta Universitatis Oulensis Series D Medica, N°6, Psychiatrica N°3*. Oulu: University of Oulu, 1973).
80. **Kampman, R. e Hirvenoja, R.** 'Dynamic Relation of the Secondary Personality Induced by Hypnosis to the Present Personality (in Frankel, F. H., e Zamansky, H. S., orgs., *Hypnosis at its Bicentennial*, Nova Iorque: Plenum, 1978).
81. **Kenny, M. G.** 'Multiple Personality and Spirit Possession' (*Psychiatry*, 1981, 44, pp. 337-358).
82. **Koestler, A.** *The Roots of Coincidence* (Londres: Hutchinson, 1972).
83. **Kohr, R. L.** 'A Survey of Psi Experiments among Members of a Special Population' (*Journal of the American Society for Psychological Research*, 1980, 74, pp. 395-411).
84. **Kosslyn, S. M. e Pomerantz, J. R.** 'Imagery, Propositions and the Form of Internal Representations' (in Block, N. org. *Readings in the Philosophy of Psychology I* (Londres: Methuen, 1981, pp. 150-169).
85. **Lambert, G. W.** 'An Apparition of a Child: the Case of Johnie M.' (*Journal of the Society for Psychological Research*, 1966, 43, pp. 428-431).
- 86a. **Lamber, H. C.** 'Experiments in Psychic Healing by Titus Bull, M. D.' (*Psychic Science*, 1927,6, pp.83-89).
- 86b. **Lambert, H. C.** 'The Case of Mr. C. E., an Obsession Case Treated by Titus Bull, M. D.' (*Psychic Science*, 1928, 7, pp. 197-214).
- 87a. **Lang, A.** *Cock Lane and Common Sense* (Londres: Longmans, Green & Co., 1894).
- 87b. **Lang, A.** 'Reflections on Mrs. Piper and Telepathy' (*Proceedings of the Society for Psychological Research*, 1900-1, 15, pp. 39-52).
88. **Larusdottir, E.** *Midillinn Hafsteinn Bjornsson* (Islândia: Nordri, 1946).
89. **Leonard, G. O.** *My Life in Two Worlds* (Londres: Cassell, 1931).
90. **[Lewis, E. E.]** *A Report of the Mysterious Noises Heard in the House of Mr. John D. Fox...* (Canandaigua: E. E. Lewis, 1848).
91. **Lewis, H. D.** *Persons and Life after Death* (Londres: Macmillan, 1978).

92. **Lewis, I. M.** *Ecstatic Religion: an Anthropological Study of Spirit Possession and Shamanism* (Harmondsworth: Penguin, 1978).
93. **Lodge, O.** *Raymond or Life and Death* (Londres: Methuen, 1916).
94. **Long, J. K. org.** *Extrasensory Ecology: Parapsychology and Anthropology* (Metuchen, N. J.: Scarecrow Press, 1977).
95. **MacKenzie, A.** *Fantasma e Aparições*, São Paulo, Ed. Pensamento, 1986.
96. **Magnin, E.** 'Quelques guérisons em médecine psychiatrique dues à l'emploi dès procedes métapsychiques' (in Vett, C., org., *Lê comple-rendu officiel du Premier Congrès International des Recherches Psychiques à Copenhague 26 Août – 2 Septembre 1921*. Copenhague: Internationale dès comitês pour lês recherches psychiques, 1922, pp. 314-333).
97. **Maher, M., e Schmeidler, G. R.** 'Quantitative Investigation of a Recurrent Apparition' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1978, 56, pp. 250-277).
- 98a. **Malcom, N.** 'Memory and Representation' (*Nous*, 1970, 4, pp. 59-70).
- 98b. **Malcom, N.** *Memory and Mind* (Itaca: Cornell University Press, 1977).
99. **Markwick, B.** 'The Soal-Goldney Experiments with Basil Shackleton: New Evidence of Data Manipulation' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1978, 56, pp. 250-277).
100. **Mattiesen, E.** 'A Case of Telepathic Hallucination' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1913, 16, pp. 118-126).
101. **Millar, B.** 'The Observational Theories: a Primer' (*European Journal of Parapsychology*, 1978, 2, pp. 304-332).
- 102a. **Moody, R. A.** *Life after Life* (Nova Iorque: Bantam, 1976).
- 102b. **Moody, R. A.** *Reflections on Life after Life* (Londres: Corgi Books, 1977).
103. **Moore, W. U.** *The Voices* (Londres: Watts, 1913).
104. **Moreil, A.** *La vie et l'oeuvre d'Allan kardec* (Paris: Éditions Sperar, 1961).
105. **Moss, P. e Keeton, J.** *Encounters with the Past* (Harmondsworth: Penguin, 1981).
106. **Moss, T., e Schmeidler, G. R.** 'Quantitative Investigation of a "Haunted House" with Sensitives and a Control Group' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1968, 62, pp. 399-410).
107. **Mühl, A. M.** *Automatic Writing: a Approach to the Unconscious*. (Nova iorque: Helix Press, 1963).

108. **Murphy, G.** *Three Papers on the Survival Problem* (Nova Iorque: American Society for Psychical Research [1955]).
109. **Murphy, G., e Ballou, R. O.** *William James on Psychical Research* (Londres: Chatto and Windus, 1961).
- 110a. **Myers, F. W. H.** *Human Personality and its Survival of Bodily Death* (2 vols., Londres: Longmans, Green and Co., 1903).
- 110b. **Myers, F. W. H.** *Fragments of Inner Life* (Londres: Society for Psychical Research, 1961).
111. **Myers, F. W. H., Lodge, O., Leaf, W., e James, W.** 'A Record of Observations of Certain Phenomena of Trance' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1889-90, 6, pp. 436-659).
112. **Newbold, W. R.** 'A Further Record of Observations of Certain Phenomena of Trance' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1898-9, 14, pp. 6-49).
113. **Oesterreich, T. K.** *Possession, Demoniacal and Other* (Nova Iorque: R. R. Smith, 1930).
114. **Osborn, A. W.** *The Superphysical* (Londres: I. Nicholson and Watson, 1937).
115. **Osis, K., e Haraldsson, E.** *At the Hour of Death* (Nova Iorque: Avon Books, 1977).
116. **Osty, E.** *Supernormal Faculties in Man* (Londres: Methuen, 1923).
117. **Pagenstecher, G.** 'Past Events Seership: a Study in Psychometry' (*Proceedings of the American Society for psychical Research*, 1922, 16, pp. 1-136).
- 118a. **Palmer, J.** 'Extrasensory Perception: Research Findings' (in Krippner, S., org., *Advances in Parapsychological Research 2: Extrasensory Perception*. Nova Iorque: Plenum Press, 1978, pp. 59-243).
- 118b. **Palmer, J.** 'A Community Mail Survey of Psychic Experiences' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1979, 73, pp. 221-251).
- 118c. **Palmer, J.** 'Parapsychology as a Probabilistic Science: Facing the Implications' (in Roll, W. G., org., *Research in Parapsychology 1979*. Metuchen, N. J.: The Scarecrow Press, 1980, pp. 189-215).
119. **Penelhum, T.** *Survival and Disembodied Existence* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1970).
- 120a. **Piddington, J. G.** 'On the Types of Phenomena Displayed in Mrs. Thompson Trance' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1903-4, 18, pp. 104-307).
- 120b. **Piddington, J. G.** 'A Series of Concordant Automatisms' (*Proceedings of the Society for Psychical research*, 1908, 22, pp. 19-416).
- 120c. **Piddington, J. G.** 'Three Incidents from the Sittings: Lethe, the

- Sibyl; the Horace Ode Question' (*Proceedings of the Society for Psychological Research*, 1910, 24, pp. 86-169).
- 120d. **Piddington, J. G.** 'Postscript to the Lethe Incident: Note on 'Olympus' (*Proceedings of the Society for Psychological Research*, 1910, 24, pp. 327-328).
121. **Piper, A. L.** *The Life and Work of Mrs. Piper* (Londres: Kegan Paul, 1929).
- 122b. **Podmore, F.** 'Discussion of the Trance Phenomena of Mrs. Piper' (*Proceedings of the Society for Psychological Research*, 1898-9, 14, pp. 50-70).
- 112c. **Podmore, F.** *Modern Spiritualism: a History and a Criticism* (2 vols., Londres: Methuen, 1902).
- 122d. **Podmore, F.** *Mesmerism and Christian Science* (Londres: Methuen, 1909).
123. **Price, H. H.** 'Survival and the Idea of Another World' (*Proceedings of the Society for Psychological Research*, 1935-6, 50, pp. 1-25).
124. **Prince, R., org.,** *Trance and Possession States* (Montreal: R. M. Bucke Memorial Society, 1968).
- 125a. **Prince, W. F.** 'The Doris Case of Multiple Personality' (*Proceedings of the American Society for Psychological Research*, 1915, 9, pp. 1-700, e 1916, 10, pp. 701-1419).
- 125b. **Prince, W. F.** 'The Doris Case of Quintuple Personality' (*Journal of the Abnormal Psychology*, 1916, 11, pp. 73-122).
- 125c. **Prince, W. F.** 'Psychometric Experiments with Señora Maria Reyes de Z.' (*Proceedings of the American Society for Psychological Research*, 1921, 15, pp. 189-314).
- 125d. **Prince, W. F.** 'Certain Characteristics of Veridical Mediumistic Phenomena Compared with those of Phenomena Generally Conceded to be a Telepathic' (in Vett, C., org. *Le compte-rendu officiel du Premier Congrès International des Recherches Psychiques à Copenhague 26 Aout – 2 Septembre 1921*. Copenhague: Internationale des Comitês pour lês Recherches Psychiques, 1922, pp. 101-122).
- 125e. **Prince, W. F.** 'Studies in Psychometry' (*Proceedings of the American Society for Psychological Research*, 1924, 18, pp. 178-352).
- 125f. **Prince, W. F.** *The Psychic in the House* (Boston: Boston Society for Psychic Research, 1926).

126. **Pylyshyn, Z.** 'What the Mind's Eye Tells the Mind's Brain: a Critique of Mental Imagery' (*Psychological Bulletin*, 1973, 80).
127. **Radcliffe-Hall, M., e Troubridge, U.** 'On a Series of Sittings with Mrs. Osborne Leonard' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1920, 30, pp. 339-554).
- 128a. **Rao, K. R.** 'Studies in the Preferential Effect. II. A Language ESP Test Involving Precognition and Intervention' (*Journal of Parapsychology*, 1963, pp. 147-160).
- 128b. **Rao, K. R.** 'Theories of Psi' (in Krippner, S. org., *Advances in Parapsychological Research 2: Extrasensory Perception*. Nova Iorque: Plenum Press, 1978, pp. 245-295).
129. **Rhine, L.** *The Invisible Picture: a Study of Psychic Experiences* (Jefferson, N. C.: McFarland and Co, 1981).
130. **Richet, C.** 'Xénoglossie, l'écriture automatique en langues étrangères' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1905-7, 19, pp. 162-194).
131. **Richmond, Z.** *Evidence of Purpuse* (Londres: Bell, 1938).
132. **Ring, K.** *Life at Death* (Nova Iorque: Coward, McCann and Geoghegan, 1980).
133. **Rochas, A. de** *Les vies successives* (Paris: Chacornac, 1911).
134. **Rogo, D. S.** 'Titus Bull, American Exorcist' (in Ebon, M., org., *Exorcism: fact not Fiction*. Nova Iorque: Signet Books, 1974, pp. 167-176).
135. **Ryall, E. W.** *Second Time Round* (Jersey: Neville Spearman, 1974).
136. **Sage, M.** *Mrs. Piper and the Society for Psychical Research* (Londres: Brimley Johnson, 1903).
137. **Sahay, K. K. N.** *Reincarnation: Verified Cases of Rebirth after Death* (Bareilly: N. L. Gupta. [1927]).
- 138a. **Salter, H. de G.** 'On the Element of Chance in Book Tests' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1923, 33, pp. 606-620).
- 138b. **Salter, H. de G.** 'Some Incidents Ocurring at Sittings with Mrs. Leonard which may Throw some Light on their *Modus Oerandi*' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1930-1, pp. 306-332).
- 138c. **Salter, H. de G.** 'The History of George Valiantine' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1932, 40, pp. 363-410).
- 139a. **Salter, W. H.** 'Case of the Will of Mr. James L. Chaffin' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1928, 36, pp. 517-524).
- 139b. **Salter, W. H.** 'An Experiment in Pseudo-Scripts' (*Proceedings of*

- the Society for Psychical Research*, 36, 1928, pp. 525-554).
- 139c. **Salter, W. H.** 'F. W. H. Myers's Posthumous Message' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1958-1960, 52, pp. 1-32).
 140. **Saltmarsh, H. F.** *Evidence of Personal Survival from Cross Correspondences* (Londres: Bell, 1938).
 141. **Schatzman, M.** *The Story of Ruth* (Londres: Duckworth, 1981).
 142. **Schiller, F. C. S.** 'A Case of Apparent Communication through a Person Living but Suffering from Senile Dementia' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1923, 21, pp. 97-92).
 143. **Schmeidler, G. R.** 'Quantitative Investigation into a Haunted House' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1966, 99, 138-149).
 144. **Sheldrake, R.** *A New Science of Life* (Londres: Blond and Briggs, 1981).
 - 145a. **Sidgwick, E. M.** 'Discussion of the Trance Phenomena of Mrs. Piper' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1900-1, 15, pp. 16-38).
 - 145b. **Sidgwick, E. M.** 'A Contribution to the Study of the Psychology of Mrs. Piper's Trance Phenomena' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1915, 28, pp.1-657).
 - 145c. **Sidgwick, E. M.** 'An Examination of Book-tests Obtained in Sittings with Mrs. Leonard' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1921, 31, pp. 241-400).
 - 145d. **Sidgwick, E. M.** 'Phantasms of the Living' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1923, 33, pp. 23-429).
 146. [**Sidgwick, H., Sidgwick, E. M., e Johnson, A.**] 'Report on the Census of Hallucinations' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1894, 10, pp. 25-422).
 147. **Soal, S. G.** 'A Report on Some Communications Received through Mrs. Blanche Cooper' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1925, 35, pp. 471-594).
 148. 'Society for Psychical Research, etc., the: Objects of the Society' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1882-3, 1, pp. 3-6).
 - 149a. **Stanford, R. G.** 'Towards Reinterpreting Psi Events' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1978, 72, pp. 197-214).
 - 149b. **Stanford, R. G.** 'The Influence of Auditory Ganzfeld Characteristics upon Free-response ESP Performance' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1979, 73, pp. 253-272).
 150. **Stawell, F. M.** 'The Ear of Dionysius: a Discussion of the Eviden-

- ce' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1918, 29, pp. 260-269).
151. **Stearn, J.** *The Second Life of Susan Ganier* (Londres: Leslie Frewin, 1968).
 152. **Stevens, E. W.** *The Watseka Wonder* (Chicago: Religio-Philosophical Publishing House, 1887).
 - 153a. **Stevenson, I.** 'The Combination Lock Test for Survival' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1968, 62, pp. 246-254).
 - 153b. **Stevenson, I.** 'The Substantiality of Spontaneous Cases' (*Proceedings of the Parapsychological Association*, 1968, 62, pp. 91-128).
 - 153c. **Stevenson, I.** 'Telephatic Impressions: a Review and Report of Thirty-five New Cases' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1970, 29, pp. 1-198).
 - 153d. **Stevenson, I.** 'A Communicator Unknow to Medium and Sitters' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1970, 64, pp. 53-65).
 - 153e. **Stevenson, I.** 'A Communicator of the "Drop-in" Type in France: the Case of Robert Marie' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1973, 67, pp. 47-76).
 - 153f. **Stevenson, I.** *Xenoglossy: a Review and Report of a Case* (Bristol: Wright, 1974).
 - 153g. **Stevenson, I.** *Twenty Cases Suggestive of Reincarnation* (Charlottesville: University Press of Virginia, 1974).
 - 153h. **Stevenson, I.** *Cases of the Reincarnation Type. Vol. 1. Ten Cases in India* (Charlottesville: University Press of Virginia, 1975).
 - 153i. **Stevenson, I.** *Cases of the Reincarnation Type. Vol. 2. Ten Cases in Sri Lanka* (Charlottesville: University Press of Virginia, 1977).
 - 153j. **Stevenson, I.** *Cases of the Reincarnation Type. Vol. 3. Twelve Cases in Lebanon and Turkey* (Charlottesville: University Press of Virginia, 1980).
 - 153k. **Stevenson, I.** *Cryptomnesia and Parapsychology: Some Hazards of Forgotten Knowledge* (Londres: Society for Psychical Research).
 - 154a. **Stevenson, I., e Parisha, S.** 'A Case of Secondary Personality with Xenoglossy' (*American Journal of Psychiatry*, 1979, 136, pp. 1591-1592).
 - 154b. **Stevenson, I., e Parisha, S.** 'A Preliminary Report of an Unusual Case of the Reincarnation Type with Xenoglossy' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1980, 74, pp. 331-348).
 155. **Suringar, J. V.** 'A Case of Thought-transference' (*Journal of the American Society for Psychical Research*, 1980, 74, pp. 331-348).
 156. **Tanner, A. E.** *Studies in Spiritism* (Nova Iorque: Appleton, 1910).

- 157a. **Thomas, C. D.** *Some New Evidence for Human Survival* (Londres: Collins, 1922).
- 157b. **Thomas, C. D.** 'The Beard Case' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1926, 23, pp. 123-134).
- 157c. **Thomas, C. D.** 'The *Modus-Operandi* of Trance-communication according to Descriptions Received through Mrs. Leonard' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1928-9, 38, pp. 49-100).
- 157d. **Thomas, C. D.** 'A Consideration of a Series of Proxy Sittings' (*Proceedings of the Society of Psychical Research*, 1932-3, 41, pp. 139-185).
- 157e. **Thomas, C. D.** 'A Proxy Case Extending over Eleven Sittings with Mrs. Osborne Leonard' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1935, 43, pp. 439-519).
- 157f. **Thomas, C. D.** 'A Proxy Experiment of Significant Success' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1938-9, 45, pp. 257-306).
- 157g. **Thomas, C. D.** 'A New Type of Proxy Case' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1939, 31, pp.103-106, 120-123).
- 157h. **Thomas, C. D.** 'A Discourse Given Through Mrs. Leonard and Attributed to Sir Oliver Lodge' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1945,33,pp.134-156).
- 157i. **Thomas, C. D.** 'A New Hypothesis Concerning Trance Communication' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1946-7, 48, pp. 121-163).
158. **Thomas, J. F.** *Beyond Normal Cognition* (Boston: Boston Society for Psychical Research, 1937).
- 159a. **Thouless, R. H.** 'A Review of Mr. Whately Carington's Work on Trance Personalities' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1936-7, 44, pp. 223-275).
- 159b. **Thouless, R. H.** 'A Test of Survival' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1946-9, 48, pp.253-263).
160. **Trethewy, A. W.** *The 'Controls' of Stainton Moses* (Londres: Hurst and Blackett, [1923]).
161. **Troubridge, U.** 'The "Modus Operandi" in So-called Mediumistic Trance' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1922, 32, pp. 344-378).
- 162a. **Tyrrell, G. N. M.** 'A Communicator Introduced in Automatic Script' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1939, 31, pp. 91-95).

- 162b. **Tyrrell, G. N. M.** 'The "Modus Operandi" of Paranormal Cognition' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1946-9, 48, pp. 65-120).
- 162c. **Tyrrell, G. N. M.** *Apparitions* (Londres: Duckworth, 1953).
163. **Ullman, M., Krippner, S., e Vaughan. A.** *Dream Telepathy* (Londres: Tunstone, 1973).
- 164a. **Verrall, H. de G. (Mrs. W. H. Salter).** 'Report on the Junot Sittings with Mrs. Piper' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1910, 24, pp.351-664).
- 164b. **Verrall, H. de G. (Mrs. W. H. Salter).** 'The Element of Chance in Cross-correspondences' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1911, 15, pp. 153-172).
165. **Verrall, M. de G.** 'A Possible Reminiscence of Plotinus in Tennyson' (*Modern Language Review*, 1906-7, 2, pp.327-330).
166. 'Vision during a State of Coma' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1907, 13, pp. 87-90).
- 167a. **Walker, N.** *The Bridge* (Londres: Cassell, 1927).
- 167b. **Walker, N.** *Through a Stranger's Hands* (Londres: Hutchinson, 1935).
168. **Wavell, S., Butt, A., e Epton, N.** *Trances* (Nova Iorque: Dutton, 1966).
- 169a. **West, D. J.** 'The Investigation of Spontaneous Cases' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1946-9, 48, p. 264-300).
- 169b. **West, D. J.** 'A Mass-observation Questionnaire on Hallucinations' (*Proceedings of the Society for Psychical Research*, 1948, 34, pp. 187-196).
170. **Whyment, N.** *Psychic Adventures in New York* (Londres: Morley and Mitchell, 1931).
171. **Wickland, C. A.** *Thirty Years Among the Dead* (Los Angeles: National Psychological Institute, 1924).
172. **Wilson, I.** *Mind out of Time?* (Londres; Gollancz, 1981).
- 173a. **Wood, F. H.** *After Thirty Centuries* (Londres: Rider, 1935).
- 173b. **Wood, F. H.** *This Egyptian Miracle* (Londres; Watkins, 1955).
174. **Zorab, G.** 'A Case for Survival' (*Journal of the Society for Psychical Research*, 1940, 31, pp. 142-152).